

BOLETIM DE SERVIÇOS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

SECONS



UNIR

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DE RONDÔNIA

➤➤➤➤➤➤ 2019 ⚡⚡⚡⚡⚡⚡

Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott
Reitor

Prof. Dr. Marcelo Vergotti
Vice-Reitor

Me. Ivanda Soares da Silva
Chefe de Gabinete

Prof. Dr. Jorge Luiz Coimbra de Oliveira
Pró-Reitor de Graduação

Fabrcio Donizeti Ribeiro Silva
Pró-Reitor de Planejamento

Charles Dam Souza Silva
Pró-Reitor de Administraçãoo

Prof.ª Dra. Marcele Regina Nogueira Pereira
Pró-Reitora de Cultura, Extensãoo e Assuntos Estudantis

Prof. Me. Carlos Luis Ferreira Da Silva
Pró-Reitor de Pós-Graduaçãoo e Pesquisa

Prof. Dr. Marcus Vinicius Rivoiro
Assessor de Comunicaçãoo





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMARA DE PESQUISA E EXTENSÃO

PARECER Nº 33/2019/CAMPE/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
PROCESSO Nº 99916864.000012/2019-18
INTERESSADO: ANA LUCIA DENARDIN DA ROSA

ASSUNTO: Parecer ao Processo SEI nº 99916864.000012/2019-18, referente ao Projeto de extensão título “Campanha dos lacres e tampinhas plásticas: ajude o Guto a ajudar outras crianças”, apresentado pela docente Ana Lúcia Denardin da Rosa

Senhores,

I. RELATÓRIO

Trata-se de processo SEI nº 99916864.000012/2019-18, referente ao Projeto de extensão título "Projeto “Campanha dos lacres e tampinhas plásticas: ajude o Guto a ajudar outras crianças”, apresentado pela docente Ana Lúcia Denardin da Rosa, do Departamento de Engenharia Ambiental da UNIR.

O projeto se insere na temática Educação Ambiental e na linha de extensão: Pessoas com Deficiências, Incapacidades e Necessidades Especiais; Questões Ambientais e Resíduos Sólidos. Foi apresentado em formulário próprio, adequado e devidamente formalizado, está inserido no Processo com o título: Projeto (0073340) e Projeto (0110062).

A normativa interna da UNIR para análise da proposta é a Resolução nº. 226/CONSEA, de 17 de dezembro de 2009, e Nota Técnica CPE/CONSEA/UNIR Nº 001/2017.

Tem-se a inserção da seguinte documentação e encaminhamentos:

Projeto (0073340);

Despacho DAEA-JP 0075354: encaminha o projeto ao DEA para indicação de parecerista e análise;

Despacho DAEA-JP 0075599, DEA encaminha para conselheira Beatriz Machado Gomes elaborar parecer;

Parecer 12 (0091574), da Professora Beatriz Machado Gomes, com parecer favorável ao desenvolvimento do Projeto;

Ata Condep (0104398), o conselho homologa o parecer e aprova o projeto;

Lista de frequência Reunião Ordinária do CONDEP 0104421;

Projeto (0110062), reformulado segundo sugestões da conselheira Professora Beatriz Machado Gomes;

Despacho DAEA-JP 0110063, encaminhando o Projeto;

E-mail DAEA-JP 0110078, encaminha o processo;

Memorando 57 (0111616), encaminha o projeto ao CONSEC;

Despacho CONSEC-JP 0114213, encaminha à conselheira Rebeca Klamerick Lima, para emissão de parecer;

Parecer 36 (0123683), Parecer favorável a execução do Projeto pela conselheira Rebeca Klamerick Lima;

Ata da Sessão Ordinária CONSEC JP de 09.05.2019; homologando e aprovando o parecer;

Despacho CONSEC-JP 033764, Encaminha o Projeto para a PROCEA;

Despacho DEC-PROCEA 0134253, de Elcias Villar de Carvalho, com o pedido de apresentação de dois itens (data de início e término e carga horária total);

Despacho CONSEC-JP 0134222, encaminhando para Ana Lúcia Denardin da Rosa, realizar as inserções necessárias;

Despacho DAEA-JP 0134756, encaminha o processo para Ana Lúcia Denardin da Rosa;

E-mail DAEA-JP 0134786, encaminha o processo;

Despacho DAEA-JP 0134825, encaminha os dados requeridos;

Despacho DEC-PROCEA 0135061, encaminhado para Elcias Villar de Carvalho;

Despacho SECONS 0135073, encaminhado à presidência da câmara de pesquisa e extensão – CPE, conselheiro Márcio Secco;

Despacho CamPE 0136396, encaminha o processo para a conselheira COSEA Juliana Rossato Santi para elaborar Parecer;

Despacho SECONS 0136872; para conselheira Juliana Santi, para emissão de parecer no âmbito do CONSEA.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A proposta da ação de extensão constitui um projeto com objetivo de minimizar a poluição ambiental com a reciclagem de lacres de latas de alumínio e também tampinhas de garrafas PET, por meio da educação ambiental, envolvendo a comunidade do município de Ji-paraná, a fim de gerar renda em prol da APAE, comprando cadeiras de rodas, muletas e demais materiais necessários. Inserir a proposta em ambiente virtual a ser alimentado com as ações que o mesmo desenvolva, bem como, promover Educação ambiental em duas Escolas do município (Estaduais Jandinei Cella e Jardim dos Migrantes, com aceite documentado ao Projeto), tornando-os agentes de propagação da ação. As visitas aos bares e estabelecimentos que possuem os materiais que serão objeto de reciclagem deste projeto, além de conscientizar, cumprem com o exercício da construção de uma rede de apoio que poderá criar a continuidade e até possibilidade de novas atividades ligadas a esta temática. É a Universidade pública cumprindo com seu papel na ajuda da sociedade, tanto na questão ambiental quanto social.

Salientamos que o ambiente escolar é o local profícuo para o desenvolvimento dessas

atividades, tanto a curto prazo, ajudando na disseminação da ideia, quanto a longo prazo na continuidade da conscientização social e ambiental, podendo atingir público além do destinado no Projeto (alunos, profissionais funcionários das escolas e os pais e responsáveis dos alunos). Essas atividades estão previstas no período de um ano e seguirão sete etapas possíveis de realizar neste prazo.

A metodologia está suficientemente demonstrada e bem argumentada, assim como não importará em custos adicionais.

A carga horária compreende a realização das atividades acima mencionadas totalizando 380 horas, distribuídas em 88 horas de planejamento, 288 horas de execução da prática e 4 horas para a elaboração do Relatório.

A Educação Ambiental não deve ser tratada como algo distante do cotidiano dos alunos, mas como parte de suas vidas. Um fator primordial para a preservação do meio ambiente é a reciclagem, pois através dela é possível tirar do meio ambiente coisas que levariam décadas para desintegrar. Priorizar os possíveis recursos financeiros para ajudar nas despesas diárias e talvez aproximar os alunos com deficiência da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE dos temas ligados ao meio ambiente parece um tema de extrema importância, além de estar plenamente de acordo com a Resolução 226, **Art. 2º**, que indica: Projeto: ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, sendo que o projeto pode ser vinculado ou não a um programa de extensão.

III. CONCLUSÃO

Dada a importância do Projeto exposto, considerando a documentação apresentada e a análise realizada, sou de parecer **FAVORÁVEL** à aprovação Projeto de Extensão em tela.

Sem mais,

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA ROSSATO SANTI, Conselheiro(a)**, em 18/06/2019, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0160014** e o código CRC **1EAA1D0F**.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMARA DE PESQUISA E EXTENSÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 35/2019/CAMPE/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR

Processo nº 99916864.000012/2019-18

Interessado: ANA LUCIA DENARDIN DA ROSA

<p>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA </p> <p>Conselho Superior Acadêmico- CONSEA</p>	
<p>Parecer: 33/2019/CAMPE/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR</p>	<p>A ser apreciado pela Presidência dos Conselhos Superiores</p>
<p>Assunto: Projeto “Campanha dos lacres e tampinhas plásticas: ajude o Guto a ajudar outras crianças.”</p>	
<p>Relator (a): Conselheira Juliana Rossato Santi</p>	

Decisão:

Na 109ª sessão ordinária, em 06-06-2019, por unanimidade a câmara acompanha o parecer em tela, cuja relatora é de parecer favorável.

Conselheiro Márcio Secco

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO SECCO, Presidente**, em 05/07/2019, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0170925** e o código CRC **682D84D5**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMARA DE PESQUISA E EXTENSÃO

TERMO DE DECLARAÇÃO

HOMOLOGO o Parecer de nº 33/2019/CAMPE/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (documento 0160014) e Despacho decisório nº 35 (documento 0170925), contidos no processo de nº 99916864.000012/2019-18.



Documento assinado eletronicamente por **ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT, Presidente**, em 05/07/2019, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0173989** e o código CRC **882767C5**.



Ministério da Educação
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
Avenida Presidente Dutra 2965, - Bairro Centro,
Porto Velho/RO, CEP 76801-974
Telefone: - <https://www.unir.br>

PARECER Nº 35/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
PROCESSO Nº 99991580.000014/2018-10
INTERESSADO: IRMGARD MARGARIDA THEOBALD
ASSUNTO: Projeto Pedagógico de Curso, de ADAPTAÇÃO, à Resolução 278/CONSEA E
Convalidação dos atos do Curso de Pedagogia do *campus* de Ji-Paraná

Digite aqui o texto do item da ementa...

• RELATÓRIO

Trata-se da aprovação do Projeto Pedagógico de Curso, de ADAPTAÇÃO à Resolução 278/CONSEA E Convalidação dos atos do Curso de Pedagogia do *campus* de Ji-Paraná. Conforme consta na apresentação do Projeto Pedagógico de Curso, o texto do documento em análise consta de duas **grafias**: uma original datada de 2002 e outra de adaptação que se justificam ou pela ausência ou pela necessidade de alteração da grafia original do PPC, ou ainda por algum tipo de complementação exigida pelas normativas legais.

O processo nº 23118.003920-2017-14, ora iniciado no SINGU foi anexado ao sistema SEi, que agora segue tramitação sob o nº 99991580.000014/2018-10 conforme pode ser comprovado na Certidão de anexação 001403.

O documento escaneado identificado sob o nº 23118.003920-2017-14 está instruído de:

1. Capa de contra capa de identificação do PPC;
2. Sumário;
3. Apresentação;
4. Contextualização da universidade e da realidade econômica e social de abrangência do *campus* de Ji-Paraná;
5. A organização didático-pedagógica do curso constando: objetivos geral e específicos do curso; concepção do curso; justificativa, legislação, perfil do egresso, perfil do curso, estrutura curricular com as organizações da matriz e dos componentes curriculares, dados complementares à estrutura curricular, ; Representação gráfica da formação do egresso; Avaliação da metodologia do ensino, da instituição, do processo ensino-aprendizagem, do acadêmico.
6. Estrutura Administrativa e Acadêmica do Curso destacando a gestão administrativa e acadêmica do curso; dados da estrutura do Chefe e Vice-chefe do departamento; composição do Núcleo Docente Estruturante.; Recursos Humanos.
7. Infraestrutura
8. Bibliografia

9. Anexos e Apêndices.

10. Despacho nº06 DCHS

11. Processo nº23118000331/2018-65 da pró-Reitoria de Graduação cujo assunto : apuração de informações referentes ao PPC de Curso de Pedagogia de Ji-Paraná e o registro da matriz curricular no SINGU e demais documentos pertinentes às instâncias por onde o processo tramitou.

Os demais documentos constantes no processo, já integrantes do sistema Sei são:

1. Certidão de Anexação de Processo do SINGU 1499 (0014031)

Certidão DACHS-JP 0035375

. Despacho DACHS-JP 0036883

4. Despacho SECONS 0080030

5. Despacho CamGR 0080706

6. Despacho SECONS 0081185

7. Parecer 35 (0109221)

ANÁLISE

Não se trata de uma reformulação do Projeto Pedagógico de Curso do curso de Pedagogia do campus de Ji-Paraná, mas uma ação que corrige, arruma e atualiza a organização pedagógica do curso de Pedagogia convalidando seus atos desde 2002 até 2018-1 uma vez que o Curso de Pedagogia passou um longo período com irregularidades no PPC.

Teve o ato de criação, na resolução 04 de 05/11/1982 e reconhecimento portaria nº1784 de 15/11/1993 e a Reformulação do Curso de Pedagogia aprovada pela Resolução nº061/consea de 25 de março de 2002.

Este processo foi analisado tendo como fundamento legal a Resolução nº 278/CONSEA de 04/07/2018 que regulamenta os parâmetros para a Elaboração de Projetos Político-Pedagógicos de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Rondônia.

Na CGR , em sessão nº 170, decidiu-se aprovar o parecer favorável da Conselheira Eleonice Dal Magro, contudo, deveria ser remetido ao Departamento interessado para definição do turno de oferta do curso, uma vez que não mais é admitida alternância de turnos.

Verifica-se que o Departamento de Ciências Humanas e Sociais do campus de Ji-Paraná procedeu com os encaminhamentos das documentações solicitadas à PROGRAD para apuração e verificação da situação do PPC em questão e que sanou as fragilidades apontadas no Despacho nº 406/PROGRAD/DRA DE 12/08/2016 a saber: Aprovação nas instâncias competentes da matriz curricular, oferta de Estágio Curricular Supervisionado, Atendimento aos diversos requisitos legais e normativos no qual sugere a abertura do processo de Adaptação do PPC, este documento em análise.

Ressalta-se que é salutar a aprovação deste Projeto Pedagógico de Curso de ADAPTAÇÃO, pois precisamos considerar os muitos egressos do curso que precisam ter seus direitos garantidos, evitando danos por vezes irreparáveis considerando a hipótese que tantos deles já estão profissionalmente efetivados .

Seguem as informações segundo a Resolução nº 278/CONSEA:

- Nome do curso:** Pedagogia
- Grau:** Licenciatura
- Número de vagas autorizadas:** 50 vagas
- Turno:** Vespertino e Noturno com alternância;
- Modalidade:** Presencial
- Periodicidade:** 8 semestres
- Carga horária total do curso:** 3.460 h;
- Local de oferta e concentração de atividades:** UNIR, *campus* de Ji-Paraná

III – PARECER:

Diante do exposto, sou de parecer FAVORÁVEL à aprovação do Projeto Pedagógico de Curso, de ADAPTAÇÃO à Resolução 278/CONSEA E Convalidação dos atos do Curso de Pedagogia do *campus* de Ji-Paraná a partir de 2002 a 2018-1.

Vilhena, 10 de abril de 2019.

Conselheira Cláudia Justus Torres Pereira

Conselheira CGR/CONSEA



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA JUSTUS TORRES PEREIRA, Conselheiro(a)**, em 10/04/2019, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0109221** e o código CRC **1AFFC88B**.




MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 37/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR

Processo nº 99991580.000014/2018-10

Interessado: IRMGARD MARGARIDA THEOBALD

<p>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA </p> <p>CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO- CONSEA</p>	
<p>A SER APRECIADO PELA PRESIDÊNCIA DOS CONSELHOS SUPERIORES</p>	
Parecer	35/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
Assunto	Projeto Pedagógico de Curso, de ADAPTAÇÃO, à Resolução 278/CONSEA E Convalidação dos atos do Curso de Pedagogia do <i>campus</i> de Ji-Paraná.
Relator(a)	Conselheira Cláudia Justus Torres Pereira

Decisão:

Na 175ª sessão ordinária, em 06-06-2019, a câmara acompanha o parecer em tela, cujo relator é favorável à aprovação da matéria.



Documento assinado eletronicamente por **ALDRIN DE SOUSA PINHEIRO, Vice-Presidente**, em 11/06/2019, às 22:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0153139** e o código CRC **DE9E66BA**.

Referência: Processo nº 99991580.000014/2018-10

SEI nº 0153139



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

DECLARAÇÃO

HOMOLOGO o Parecer de nº 35/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (documento 0109221) e Despacho Decisório de nº 37/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (documento 0153139), contidos no processo de nº 99991580.000014/2018-10.



Documento assinado eletronicamente por **ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT, Presidente**, em 17/06/2019, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0158832** e o código CRC **203E4368**.



Ministério da Educação
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
Avenida Presidente Dutra 2965, - Bairro Centro,
Porto Velho/RO, CEP 76801-974
Telefone: - <https://www.unir.br>

PARECER Nº 40/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
PROCESSO Nº 99955899.000003/2018-92
INTERESSADO: DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA - JI-PARANÁ
ASSUNTO: Equivalência de disciplinas entre PPC's

I. RELATÓRIO

O processo eletrônico SEI 99955899.000003/2018-92 contém dois volumes, onde consta a de proposta de relação de equivalência entre duas matrizes curriculares de PPC's em vigência no Curso de Licenciatura em Matemática, oferecido pelo Departamento de Matemática e Estatística da UNIR – Campus de Ji-Paraná. Uma matriz refere-se ao PPC em vigor desde o ano de 2006. A outra matriz curricular refere-se a um novo PPC aprovado pela Resolução nº 491/CONSEA, de 14 de junho de 2017. Constam no processo memorandos e despachos referentes a tramitações internas no DME, bem como os dois PPC's vigentes do referido curso. A proposta de equivalência foi devidamente analisada e aprovada em reunião do CONSEC no campus de Ji-Paraná 06/12/2018, conforme ata sessão ordinária/consec (0039355). Também constam no processo despacho CJP 0039358. Despacho SECONS 005715, no qual é salientado a formação de uma comissão para realizar a análise de equivalência entre PPCs dos cursos da Unir. Ata 95ª sessão do CONSEA, linha 55 (0052746). E-mail DAME-JP 0054086. Despacho CamGR 0061413. Despacho SECONS 0061434. Despacho SECONS 0109968. Despacho CamGR 0111934 e Despacho SECONS 0112032.

II ANÁLISE:

É possível verificar nos autos do presente processo que, visando atender a solicitações de acadêmicos que ingressaram em uma matriz curricular, mas têm interesse em cursar componentes curriculares da outra matriz do Curso de Licenciatura em Matemática oferecido pelo Departamento de Matemática e Estatística do Campus de Ji-Paraná, ou mesmo migrar da matriz mais antiga para a mais recente, o Núcleo Docente Estruturante do curso elaborou uma proposta de equivalência entre as duas matrizes curriculares vigentes. A proposta de equivalência foi submetida a análise e deliberação pelo Conselho de Departamento que, por indicativo do relator, fez ajustes na proposta do NDE, em reunião realizada em 31 de outubro de 2018. Assim, da proposta de equivalência das matrizes curriculares atualizada após deliberação do CONDEP/DME, constam três categorias de componentes curriculares, a saber: i) Disciplinas equivalentes em conteúdo e carga horária; ii) Disciplinas equivalentes em conteúdo mas que necessitam de complementação de carga horária; e iii) Disciplinas não-equivalentes. Nesse sentido, salvo melhor juízo, nada obsta que estudantes cujo processo seletivo se deu no âmbito de um PPC possam cursar com aproveitamento disciplinas equivalentes de outro PPC, cumprida, se necessário, a complementação de carga horária. De fato, o Regimento Geral da UNIR estabelece possibilidades de aproveitamento de estudos até mesmo entre cursos distintos de graduação, de especialização para a graduação, ou mesmo entre instituições distintas, conforme o Art. 41, Incisos XIX e XXI; o Art. 102, Parágrafo único; os Arts. 113 a 119; e o Art. 134, segundo o qual:

“Art. 134. O discente poderá cursar disciplina oferecida em outros períodos ou em outros cursos.

§ 1º A matrícula em disciplina de outro curso para efeito de aproveitamento só pode ocorrer se houver equivalência de conteúdos programáticos”.

Verifica-se, portanto, que a matéria é relevante, de interesse do corpo discente e do DME, e encontra previsão regimental.

III PARECER:

Dite do exposto, e considerando que a equivalência entre PPC's é necessária sempre que ocorre a alteração e/ou atualização no PPC de um curso visando o melhor atendimento às necessidades dos acadêmicos, bem como a otimização dos recursos da universidade, sou FAVORÁVEL à aprovação da proposta de equivalência de componentes curriculares entre as matrizes curriculares dos PPC's de 2006 e 2017 do Curso de Licenciatura em Matemática, para fins de aproveitamento de estudos, conforme versão atualizada por deliberação do Conselho de Departamento.

Esse é o parecer.



Documento assinado eletronicamente por **CLEBERSON ELLER LOOSE, Conselheiro(a)**, em 13/05/2019, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0132637** e o código CRC **8BBBDFB1**.




MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 35/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR

Processo nº 99955899.000003/2018-92

Interessado: @interessados_virgula_espaco@

<p>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA </p> <p>CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO- CONSEA</p>	
<p>A SER APRECIADO PELA PRESIDÊNCIA DOS CONSELHOS SUPERIORES</p>	
Parecer	40/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
Assunto	Equivalência de disciplinas entre PPC`s
Relator(a)	Conselheiro Cleberson Eller Loose

Decisão:

Na 175ª sessão ordinária, em 06-06-2019, a câmara acompanha o parecer em tela, cujo relator é favorável à aprovação da matéria.



Documento assinado eletronicamente por **ALDRIN DE SOUSA PINHEIRO, Vice-Presidente**, em 11/06/2019, às 22:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador



0153122 e o código CRC 5866DD6E.

Referência: Processo nº 99955899.000003/2018-92

SEI nº 0153122



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

DECLARAÇÃO

HOMOLOGO o Parecer de nº 40/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (documento 0132637) e Despacho Decisório de nº 35/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (documento 0153122), contidos no processo de nº 99955899.000003/2018-92.



Documento assinado eletronicamente por **ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT, Presidente**, em 17/06/2019, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0158825** e o código CRC **FCEFA116**.



Ministério da Educação
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
Avenida Presidente Dutra 2965, - Bairro Centro,
Porto Velho/RO, CEP 76801-974
Telefone: - <https://www.unir.br>

PARECER Nº 46/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
PROCESSO Nº 999119639.000044/2019-66
INTERESSADO: PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ASSUNTO: Apuração de informações - convalidação de atos

Senhor Presidente da CGR e Senhor Secretário da SECONS,

I. RELATÓRIO

1. O processo em pauta consta de 18 documentos, a saber:

- I - Requerimento Histórico apuração de informações (0096211)
- II - Requerimento Esclarecimentos (0096214)
- III - Despacho PROGRAD (0096309)
- IV - Memorando GRADE DE EQUIVALÊNCIA NDE (0096329)
- V - Memorando correção ementas NDE (0096347)
- VI - Projeto Político Pedagógico Bacharelado 2014 (0096353)
- VII - Histórico Análise curricular discentes (0096402)
- VIII - Despacho DAF-JP 0096414
- IX - Ata Reunião do Departamento com NDEs (0100318)
- X - Despacho SECONS 0100807
- XI - Despacho CamGR 0111913
- XII - Despacho SECONS 0112078
- XIII - Despacho CamGR 0123967
- XIV - Despacho SECONS 0124129
- XV - Despacho CamGR 0131652
- XVI - Despacho DAF-JP 0132720
- XVII - E-mail DAF-JP 0132747
- XVIII - Despacho SECONS 0134929

2. O processo se inicia com o processo 23118.000333/2018-54: Requerimento de Apuração de informações referentes ao PPC de Física - Campus Ji-Parané e o registro da matriz curricular no SINGU, atuado pela Diretoria de Regulação Acadêmica da Pró-reitoria de Graduação (DRA-PRAD), devido às inconsistências detectadas na Grade de disciplinas desse curso para os ingressos a partir de 2014.

II. FUNDAMENTAÇÃO

3. Conforme este Conselheiro solicitou esclarecimentos ao supracitado Departamento, foi nos informado pela Coordenadora do Departamento Acadêmico de Física, prof^a. Patricia Matos Viana de Almeida, que no ano de 2014 foi aprovado o novo PPC da Física Bacharelado, contudo, a Chefia do Departamento da época não entregou o PPC à SERCA para cadastro das disciplinas no SINGU pois acreditava que o coordenador anterior (já falecido) o teria feito;

4. A não entrega dessa informação ocasionou que as disciplinas ofertadas no SINGU para matrícula dos discentes fossem as disciplinas da Grade de 2008, e não de 2014, e os docentes seguiram os conteúdos e ementário dessa última Grade, ou seja, as disciplinas foram ministradas e avaliadas como da grade de 2014, contudo com a nomenclatura de 2008.

5. Em 2017, a supracitada Coordenadora detectou tal problema junto a SERCA, ao passo que, entregou o PPC correto para lançamento, e abriu o processo nº. 23118.000333/2018-54, que não foi dado resposta por parte da PROGRAD. Hoje tal processo faz parte do Processo Eletrônico 999551421.000015/2019-31, que visa apurar as informações referente aos atos praticados ou as omissões.

6. O que pontualmente se pede é convalidar "**as disciplinas cursadas pelos alunos como sendo da Grade de 2014, mas com nomenclatura e código da Grade de 2008, bem como os processos acadêmicos relacionados, como inclusão de disciplinas, aproveitamentos, etc**".

7. Este Conselheiro ainda apurou se foram levantadas via processo de sindicância investigativa as responsabilidades sobre o assunto em questão e se o processo e se já se tem alguma decisão sobre o assunto. Foi informado da existência do Processo eletrônico nº 999551421.000015/2019-31 encaminhado em 2018 e reorganizado e reenviado a PROGRAD em 2019, mas sem nenhuma resposta até o momento.

8. Também questionamos se existiu algum prejuízo para os discentes por causa dessa situação e a Coordenadora nos respondeu que realizaram uma análise de qual grade seria melhor para os alunos permanecerem, ao passo que verificamos que se ocorrer a mudança de grade (2014 para 2008) terão que fazer disciplinas extras e outras disciplinas seriam perdidas pois não teria como aproveitar, o que ocasionaria prejuízo aos discentes. Motivo pelo qual também estão pleiteando a aprovação de uma Matriz de Equivalência, através do Processo Eletrônico 999119639.000045/2019-19, para resolvermos a situação acadêmica dos discentes que ainda não foram saneadas. Esse processo já até tem Parecer nesta Câmara.

III. PARECER

9. Diante do quadro dramático que vive a nova gestão do DAF e entendendo que, por sobre todas as questões apontadas a possibilidade de prejuízo aos discentes deve ser totalmente eliminada, SMJ, sou de parecer Favorável à convalidação dos atos referentes aos acadêmicos (Documento 0096402) que deveriam estar cursando a matriz de 2014 conforme histórico, relato e documentos constantes neste processo.

10. É o parecer,

Jorge Arturo Villena Medrano
Conselheiro CGR-CONSEA



Documento assinado eletronicamente por **JORGE ARTURO VILLENA MEDRANO, Conselheiro(a)**, em 28/05/2019, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0142243** e o código CRC **79359C58**.




MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 33/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR

Processo nº 999119639.000044/2019-66

Interessado: Pró-Reitoria de Graduação

<p>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA </p> <p>CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO- CONSEA</p>	
<p>A SER APRECIADO PELA PRESIDÊNCIA DOS CONSELHOS SUPERIORES</p>	
Parecer	46/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
Assunto	Apuração de informações - convalidação de atos
Relator(a)	Conselheiro Jorge Arturo Villena Medrano

Decisão:

Na 175ª sessão ordinária, em 06-06-2019, a câmara por unanimidade acompanha o parecer em tela, cujo relator é favorável à aprovação da matéria.



Documento assinado eletronicamente por **ALDRIN DE SOUSA PINHEIRO, Vice-Presidente**, em 11/06/2019, às 22:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador



0153064 e o código CRC A6A11727.

Referência: Processo nº 999119639.000044/2019-66

SEI nº 0153064



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

DECLARAÇÃO

HOMOLOGO o Parecer de nº 46/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (documento 0142243) e Despacho Decisório de nº 33/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (documento 0153064), contidos no processo de nº 999119639.000044/2019-66.



Documento assinado eletronicamente por **ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT, Presidente**, em 17/06/2019, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0158811** e o código CRC **C54199C1**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

PARECER Nº 47/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
PROCESSO Nº 99955952.000012/2019-72
INTERESSADO: DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - CACOAL
ASSUNTO: REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CAMPUS DE CACOAL

À Presidência da Câmara de Graduação do CONSEA,

I. RELATÓRIO

1. Documentos de sistemas externos ao SEI 0085360 (Processo SINGU 23118.000079/2018-94) .
2. Certidão de anexação de processo do SINGU 654 (0085363).
3. Despacho DACCONT-CAC (0085339).
4. Despacho CCAC (0085822).
5. Despacho SECONS (0093790).
6. Despacho CamGR (0111927).
7. Despacho SECONS (0112055).

II. FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se da proposta de regimento interno do Departamento de Ciências Contábeis do Campus de Cacoal. O mesmo foi analisado pelo NDE do curso de Ciências Contábeis, e após sugestões incluídas foi aprovado pelo conselho de departamento de Ciências Contábeis (p. 26 do documento SEI 0085360) e pelo Conselho do Campus de Cacoal (p. 58-70 do documento SEI 0085360). O regimento em tela contém 37 artigos organizados em seis capítulos, e foi elaborado conformidade com o Regimento Geral da UNIR, nos seus artigos 38 a 42.

III. CONCLUSÃO

Salvo o melhor juízo sou de parecer **favorável** ao Regimento Interno do Departamento de Ciências Contábeis do Campus de Cacoal.



Documento assinado eletronicamente por **ALDRIN DE SOUSA PINHEIRO, Vice-Presidente**, em 02/06/2019, às 19:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0147506** e o código CRC **34F27D22**.

Referência: Processo nº 99955952.000012/2019-72

SEI nº 0147506




MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 40/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR

Processo nº 99955952.000012/2019-72

Interessado: Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis - Cacoal

<p>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA </p> <p>CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO- CONSEA</p>	
<p>A SER APRECIADO PELA PRESIDÊNCIA DOS CONSELHOS SUPERIORES</p>	
Parecer	47/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
Assunto	REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DO CAMPUS DE CACOAL
Relator(a)	Conselheiro Aldrin de Sousa Pinheiro

Decisão:

Na 175ª sessão ordinária, em 06-06-2019, a câmara por unanimidade acompanha o parecer em tela, cujo relator é favorável à aprovação da matéria.



Documento assinado eletronicamente por **ALDRIN DE SOUSA PINHEIRO, Vice-Presidente**, em 11/06/2019, às 22:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0153264** e o código CRC **56F77F17**.

Referência: Processo nº 99955952.000012/2019-72

SEI nº 0153264



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

DECLARAÇÃO

HOMOLOGO o Parecer de nº 47/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (documento 0147506) e Despacho Decisório de nº 40/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (documento 0153264), contidos no processo de nº 99955952.000012/2019-72.



Documento assinado eletronicamente por **ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT, Presidente**, em 17/06/2019, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0158946** e o código CRC **54338C16**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

PARECER Nº 48/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
PROCESSO Nº 999119634.000038/2018-78
INTERESSADO: @INTERESSADOS_VIRGULA_ESPACO@
ASSUNTO: PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO CAMPUS DE ARIQUEMES

Senhor Presidente da Câmara de Graduação do CONSEA,

I. RELATÓRIO

1. Documento SEI 0045445 - Processo SINGU 23118.001275/2016-14 - Folhas 1 a 50;
2. Documento SEI 0045449 - Processo SINGU 23118.001275/2016-14 - Folhas 51 a 102.
3. Documento SEI 0045454 - Processo SINGU 23118.001275/2016-14 - Folhas 103 a 152 .
4. Documento SEI 0045456 - Processo SINGU 23118.001275/2016-14 - Folhas 153 a 202.
5. Documento SEI 0045463 - Processo SINGU 23118.001275/2016-14 - Folhas 203 a 252.
6. Documento SEI 0046691 - Processo SINGU 23118.001275/2016-14 - Folhas 253 a 293.
7. Documento SEI 0046692 - Processo SINGU 23118.001275/2016-14 - V2 Folhas 294 a 306.
8. Despacho DACED-ARQ 0046767.
9. Projeto (0046846).
10. Despacho DACED-ARQ 0046995.
11. Despacho DRA-PROGRAD 0047066.
12. Despacho CamGR 0052694.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de adequação do PPC do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus de Ariquemes, o qual foi aprovado pela Resolução CONSEA n.º 469 de 05/04/2017.

Após a aprovação no pleno do CONSEA o processo foi encaminhado à PROGRAD para o seguimento dos trâmites institucionais. Ocorre que em análise realizada pela PROGRAD foram identificadas algumas fragilidades de informações no processo, que no entendimento da Pró-Reitoria carecia de correções, a fim de garantir a regularidade da proposta. As fragilidades identificadas foram pontuadas nos Despachos 52 e 53/2017/CPPP/DRA/PROGRAD, constes às páginas cinco a 20 do documento SEI 0046692.

No âmbito do departamento de Ciências da Educação do Campus de Ariquemes o projeto foi adequado de acordo com o check-list disponibilizado pela PROGRAD no qual constavam os itens que necessitavam de revisão/adequação. As adequações foram realizadas por grupos de trabalho aprovados pelo conselho de departamento em reunião ordinária (Ata constante no documento SEI [0009640](#)). Por meio do Despacho DACED-ARQ 0046767 foi encaminhada as adequações realizadas que envolveram os seguintes itens: conceito preliminar de curso; Integração ensino, pesquisa e extensão; ementário; descrição dos requisitos para

integralização do curso; regulamento específico do TCC; regulamento específico dos estágios; Acessibilidade e Estatuto da Pessoa com Deficiência; Educação Ambiental; Regulamento Brinquedoteca; Laboratório de Práticas Pedagógicas, e atualizadas informações gerais do PPC, entre elas, nome dos gestores atuais e do quadro de professores do curso, além de correções ortográficas e de formatação.

No entendimento deste relator, o caso em questão suscita a urgência da reformulação da Resolução 276 CONSEA, que trata da elaboração dos PPC dos cursos de graduação na UNIR, para que seja incluída a exigência de prévia análise dos projetos pela PROGRAD durante a tramitação das propostas no âmbito departamental, para que, desta forma projetos já aprovados nas instâncias superiores não retornem para reanálise.

III. CONCLUSÃO

Após análise dos autos sou de parecer **favorável** à adequação do Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus de Ariquemes, e a retificação do Artigo 1º da Resolução n.º 469/CONSEA/2017, nos seguintes termos:

Onde se lê - Aprovar a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, vinculado ao Campus de Ariquemes, constante as folhas 02 a 269 do mencionado processo e anexo a esta resolução, nos seguintes termos:

- **Nome do Curso:** Pedagogia;
- **Grau:** Licenciatura;
- **Número de vagas (anual):** 45 vagas;
- **Turno de funcionamento:** Noturno;
- **Modalidade de ensino:** Presencial;
- **Periodicidade:** 8 semestres;
- **Carga horária total do curso:** 3400 horas;
- **Local de oferta e concentração de atividades:** Campus de Ariquemes.

Leia-se: Aprovar a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, vinculado ao Campus de Ariquemes, constante no documento 0046846 do processo SEI n.º 999119634.000038/2018-78 nos seguintes termos:

- **Nome do Curso:** Pedagogia;
- **Grau:** Licenciatura;
- **Número de vagas (anual):** 45 vagas;
- **Turno de funcionamento:** Noturno;
- **Modalidade de ensino:** Presencial;
- **Periodicidade:** 8 semestres;
- **Carga horária total do curso:** 3400 horas;
- **Local de oferta e concentração de atividades:** Campus de Ariquemes.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **ALDRIN DE SOUSA PINHEIRO, Vice-Presidente**, em 02/06/2019, às 21:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0147509** e o código CRC **73B889B3**.




MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 41/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR

Processo nº 999119634.000038/2018-78

Interessado: @interessados_virgula_espaco@

<p>FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA </p> <p>CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO- CONSEA</p>	
<p>A SER APRECIADO PELA PRESIDÊNCIA DOS CONSELHOS SUPERIORES</p>	
Parecer	48/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR
Assunto	PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO CAMPUS DE ARIQUEMES
Relator(a)	Conselheiro Aldrin de Sousa Pinheiro

Decisão:

Na 175ª sessão ordinária, em 06-06-2019, a câmara por unanimidade acompanha o parecer em tela, cujo relator é favorável à aprovação da matéria.



Documento assinado eletronicamente por **ALDRIN DE SOUSA PINHEIRO, Vice-Presidente**, em 11/06/2019, às 22:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **0153278** e o código CRC **A5EB2B57**.

Referência: Processo nº 999119634.000038/2018-78

SEI nº 0153278



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CÂMARA DE GRADUAÇÃO

DECLARAÇÃO

HOMOLOGO o Parecer de nº 48/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (documento 0147509) e Despacho Decisório de nº 41/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR (documento 0153278), contidos no processo de nº 999119634.000038/2018-78.



Documento assinado eletronicamente por **ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT, Presidente**, em 17/06/2019, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0158956** e o código CRC **E49461F5**.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO

RESOLUÇÃO Nº 77, DE 02 DE JULHO DE 2019

Reformulação do Projeto Pedagógico do
curso de Pedagogia - Campus de
Ariquemes

O Conselho Superior Acadêmico - CONSEA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1º, inciso VII do Regimento Interno e considerando:

- Parecer nº 48/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR, do relator Aldrin de Souza Pinheiro;
- Decisão da Câmara de Graduação de 06-06-2019;
- Homologação da Presidência dos Conselhos Superiores;
- Deliberação na 100ª sessão Plenária em 25-06-2019.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, vinculado ao Campus de Ariquemes, constante no documento 0046846 do processo SEI n.º 999119634.000038/2018-78 nos seguintes termos:

- **Nome do Curso:** Pedagogia;
- **Grau:** Licenciatura;
- **Número de vagas (anual):** 45 vagas;
- **Turno de funcionamento:** Noturno;
- **Modalidade de ensino:** Presencial;
- **Periodicidade:** 8 semestres;
- **Carga horária total do curso:** 3400 horas;
- **Local de oferta e concentração de atividades:** Campus de Ariquemes.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselheiro Ari Miguel Teixeira Ott

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT, Presidente**, em 05/07/2019, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0170643** e o código CRC **B7A42EB3**.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CAMPUS DE ARIQUEMES**

**PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
(Adequações de Projeto Político-Pedagógico de curso elaborado de acordo
com a Resolução n. 278/CONSEA, de 04 de junho de 2012)**

Ariquemes, RO

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CAMPUS DE ARIQUEMES**

**PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
(Atualizado de acordo com a Resolução 278/CONSEA, de 04 de junho de 2012)**

Adequação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus de Ariquemes, aprovado conforme Resolução n. 469/CONSEA, de 05 de abril de 2017.

Ariquemes, RO
2018

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

REITORIA

Reitor: Prof. Dr. Ari Miguel Teixeira Ott.

Vice-Reitor: Prof. Dr. Marcelo Vergotti.

PRÓ-REITORIAS

Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis: Prof. ^a M. ^a Marcele Regina Nogueira Pereira.

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Jorge Luiz Coimbra de Oliveira.

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Leonardo de Azevedo Calderon.

Pró-Reitora de Administração: Charles Dam Souza Silva.

Pró-Reitor de Planejamento: Prof. M.e Otacílio Moreira de Carvalho Costa.

NÚCLEOS

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra: Prof. ^a Dra. Luciene Batista Silveira.

Núcleo de Ciências Humanas: Prof. Dr. Júlio César Barreto Rocha.

Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas: Prof. Dr. Jonas Cardoso.

Núcleo de Saúde: Prof. Dr. José Juliano Cedaro.

Núcleo de Tecnologia: Prof. Dr. Petrus Luiz de Luna Pequeno.

CAMPI UNIVERSITÁRIOS

Campus de Porto Velho: Sede.

Campus de Ariquemes: Prof. Dr. Humberto Hissashi Takeda.

Campus de Ji-Paraná: Prof. Dr. João Gilberto de Souza Ribeiro.

Campus de Cacoal: Prof. ^a Dra. Eleonice de Fátima Dal Magro.

Campus de Guajará-Mirim: Prof. D.r. George Queiroga Estrela.

Campus de Rolim de Moura: Prof. ^a Dra. Dalza Gomes da Silva.

Campus de Vilhena: Prof. Dr. Jorge Arturo Villena Medrano.

Campus de Presidente Médice: Prof. ^a Dra. Fernanda Bay Hurtado.

CORPO DOCENTE

Departamento de Ciências da Educação: Prof.^a Dra. Adailde Miranda da Silva Carvalho.

Departamento de Ciências da Educação: Prof. Dr. Ederson Lauri Leandro.

Departamento de Ciências da Educação: Prof.^a M.^a Eliéte Zanelato.

Departamento de Ciências da Educação: Prof. Dr. Fernando Sérgio Silva Barbosa.

Departamento de Ciências da Educação: Prof. M.e. Hugo Athanásios Fotopoulos.

Departamento de Ciências da Educação: Prof. M.e Josué José de Carvalho Filho.

Departamento de Ciências da Educação: Prof.^a M.^a Lara Cristina Cioffi.

Departamento de Ciências da Educação: Prof.^a M.^a Márcia Ângela Patrícia.

Departamento de Ciências da Educação: Prof.^a M.^a Maria Auxiliadora Máximo.

CONSELHO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (CONDEPE DECED)

Prof.^a M.^a Lara Cristina Cioffi (Chefe do Departamento).

Prof.^a Dra. Adailde Miranda da Silva Carvalho (Vice-Chefe do Departamento).

Prof. Dr. Ederson Lauri Leandro.

Prof.^a M.^a Eliéte Zanelato.

Prof. Dr. Fernando Sérgio Silva Barbosa.

Prof. M.e. Hugo Athanásios Fotopoulos.

Prof. M.e Josué José de Carvalho Filho.

Prof.^a M.^a Márcia Ângela Patrícia.

Prof.^a M.^a Maria Auxiliadora Máximo.

Acadêmica Marceley Cavaleiro de Andrade.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 2016.....	10
IDENTIFICAÇÃO.....	12
1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	14
1.1 Contexto da Fundação Universidade Federal de Rondônia.....	14
1.1.1 Missão, princípios e valores.....	14
1.1.2 Breve histórico da Fundação Universidade Federal de Rondônia.....	15
1.2 Contexto do Campus de Ariquemes da UNIR.....	19
1.2.1 Cursos e recursos humanos do <i>Campus</i> de Ariquemes.....	22
1.2.2 Infraestrutura física do <i>Campus</i> de Ariquemes.....	25
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	27
2.1. Objetivos do Curso de Pedagogia.....	27
2.2 Concepção e Princípios do Curso de Pedagogia.....	27
2.3. Justificativa.....	31
2.4. Legislação.....	33
2.5 Perfil do Profissional Egresso.....	34
2.5.1. Educação Infantil.....	36
2.5.2. Anos iniciais do Ensino Fundamental.....	36
2.5.3. Gestão educacional.....	37
2.6. Perfil do Curso.....	38
2.6.1 Histórico do Curso de Pedagogia da UNIR.....	38
2.6.2. Histórico do Curso de Pedagogia do Departamento de Ciências da Educação do <i>Campus</i> de Ariquemes da UNIR.....	42
2.6.3 Funcionamento do Curso de Pedagogia do <i>Campus</i> de Ariquemes da UNIR ..	44
2.7. Estrutura Curricular.....	47
2.7.1. Os Núcleos como articulação interdisciplinar entre os Componentes Curriculares.....	47
2.7.1.1. <i>Núcleo de Fundamentos da Educação</i>	48
2.7.1.2 <i>Núcleo de Fundamentos e Práticas Pedagógicas</i>	49
2.7.1.3 <i>Núcleo de Gestão e Organização do Trabalho Educativo</i>	50
2.7.1.4 <i>Núcleo de Estudos Integradores</i>	51
2.7.2 Integralização de currículo.....	55
2.8. Representação Gráfica do Perfil de Formação.....	58
2.8.1. Matriz curricular, por núcleo e trajetórias de formação.....	58
2.8.2 Matriz curricular obrigatória, por período, créditos e carga horária.....	58
2.8.3 Disciplinas optativas, temas integradores e atividades Complementares.....	58

2.8.4 Pré-requisitos	62
2.8.5 Trancamento total ou parcial de matrícula no curso	63
2.8.6 Grade de equivalência.....	63
2.9 Metodologia de Ensino e Avaliação	67
2.9.1. Metodologia de ensino	67
2.9.2 Avaliação do processo ensino-aprendizagem	68
2.9.3 Avaliação institucional	68
2.9.4 Acompanhamento de egressos.....	69
3 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA.....	70
3.1. Estrutura Administrativa	70
3.1.1 Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	70
3.1.2 Recursos humanos do Departamento de Ciências da Educação	72
3.1.2.1 <i>Corpo Docente</i>	72
3.1.2.2 <i>Qualificação de docentes</i>	76
3.1.2.3 <i>Corpo discente</i>	76
3.1.2.4 <i>Técnicos administrativos</i>	84
3.2. Estrutura Acadêmica: Integrando Ensino, Pesquisa e Extensão.....	85
3.2.1 O Instituto Tecnológico de Educação e Sustentabilidade	85
3.2.1.1 <i>Os Laboratórios do ITES</i>	85
3.2.1.2 <i>Grupos de pesquisa do ITES</i>	85
4 INFRAESTRUTURA DO CAMPUS DE ARIQUEMES.....	87
4.1 Gestão Administrativa e Acadêmica do <i>Campus</i>	87
4.1.1 Conselho de Campus.....	87
4.1.2 Direção do <i>Campus</i>	88
4.2 Gestão Administrativa e Acadêmica do Curso	88
4.2.1 Conselho de Departamento – CONDEP	88
4.2.2 Suporte técnico-administrativo	89
4.3 Laboratórios	89
4.3.1 Laboratório de informática.....	89
4.3.2 Laboratório de práticas pedagógicas e brinquedoteca.....	90
4.3.3 Acessibilidade	90
4.4 Biblioteca.....	92
4.4.1 Quadro funcional	92
4.4.2 Acervo	92
4.4.2.1 Acesso às bases de dados científicas.....	94
4.5. Organograma da Estrutura Administrativa e Acadêmica do Curso	95

5. MATRIZ CURRICULAR, POR PERÍODO, CARGA HORÁRIA, EMENTA E REFERÊNCIAS.....	96
REFERÊNCIAS.....	0
1 - Objetivos.....	8
2 - Matriz Curricular.....	8
3 - Estágio Supervisionado Obrigatório I, II, III e IV.....	10
4 - Conclusão e avaliação.....	19
5 - Recomendações e Observações Importantes.....	21
6 - Roteiro de Relatório de Estágio Supervisionado Obrigatório.....	22
7 - Atribuições do Professor do Estágio e dos Estagiários.....	29
Referências.....	31
ANEXOS.....	33
ORGANIZAÇÃO.....	34
FICHA DE MATRÍCULA.....	35
TERMO DE APRESENTAÇÃO DO ALUNO (A) ESTAGIÁRIO (A).....	36
TERMO DE COMPROMISSO.....	37
CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ESTÁGIO.....	39
REGISTRO.....	40
PLANILHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO IV.....	40
AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELO PROFESSOR REGENTE OU GESTOR.....	42
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (ES I, II e III).....	43
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (ES IV).....	45
FICHA DE AUTO-AVALIAÇÃO EM NÍVEL DE ATITUDES E HABILIDADES DO (A) ESTAGIÁRIO(A) EM ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO.....	47
CARTA DE AGRADECIMENTO.....	0
ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTAS.....	1
CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	4
1 - Objetivos.....	8
2 - Matriz Curricular.....	8
3 - Estágio Supervisionado Obrigatório I, II, III e IV.....	10
4 - Conclusão e avaliação.....	19
5 - Recomendações e Observações Importantes.....	21
6 - Roteiro de Relatório de Estágio Supervisionado Obrigatório.....	22
7 - Atribuições do Professor do Estágio e dos Estagiários.....	29
Referências.....	31
ANEXOS.....	33
ORGANIZAÇÃO.....	34
FICHA DE MATRÍCULA.....	35

TERMO DE APRESENTAÇÃO DO ALUNO (A) ESTAGIÁRIO (A)	36
TERMO DE COMPROMISSO	37
CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ESTÁGIO	39
REGISTRO.....	40
PLANILHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
OBRIGATÓRIO IV.....	40
AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELO PROFESSOR REGENTE OU GESTOR	42
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (ES I, II e III)	42
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (ES IV).....	45
FICHA DE AUTO-AVALIAÇÃO EM NÍVEL DE ATITUDES E HABILIDADES DO (A)	
ESTAGIÁRIO(A) EM ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	
OBRIGATÓRIO.....	47
CARTA DE AGRADECIMENTO.....	1
ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTAS.....	2
CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	5
DA REGULAMENTAÇÃO DO TCC.....	4
ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	11
<i>DESCRIÇÃO GERAL DOS ELEMENTOS</i>	12
<i>Elementos pré-textuais</i>	12
<i>Elementos textuais</i>	14
<i>Introdução</i>	14
<i>Elementos pós-textuais</i>	15
<i>FORMATAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</i>	16
<i>FORMATAÇÃO DA PÁGINA</i>	16
<i>Papel</i>	16
<i>Margens</i>	16
<i>Espaçamento</i>	16
<i>FORMATAÇÃO DA PARTE PRÉ-TEXTUAL</i>	17
<i>Formatação da capa</i>	17
<i>Formatação da folha de rosto</i>	17
<i>Formatação da folha de aprovação</i>	17
<i>Formatação do resumo</i>	17
<i>Formatação das listas</i>	17
<i>Formatação do sumário</i>	17
<i>FORMATAÇÃO DA PARTE TEXTUAL</i>	17
<i>Formatação do texto</i>	17
<i>Formatação de título(s) e subtítulo(s)</i>	18
<i>Legendas de ilustrações e tabelas</i>	19
<i>Paginação</i>	20
<i>Siglas, símbolos e abreviaturas</i>	20
<i>FORMATAÇÃO DA PARTE PÓS-TEXTUAIS</i>	21
<i>Formatação da citação da referência bibliográfica</i>	21
<i>Apresentação de citações</i>	21
<i>Apresentação de referências</i>	22
CAPÍTULO IV – INFORMAÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO ORAL	26
<i>TEMPO</i>	26
<i>RECURSOS DISPONÍVEIS</i>	26
<i>ELABORAÇÃO DOS SLIDES</i>	26

<i>Apêndice A - Capa e Folha de rosto</i>	<i>27</i>
<i>Apêndice B - Ficha catalográfica.....</i>	<i>29</i>
<i>Apêndice C - Folha de aprovação.....</i>	<i>31</i>
<i>Apêndice D - Resumo</i>	<i>32</i>
<i>Apêndice E – Carta convite do Orientador e aceite do Orientador.....</i>	<i>33</i>
<i>Apêndice F - Declaração de autorização de defesa do TCC</i>	<i>34</i>
<i>Apêndice G – Autorização de divulgação do Trabalho de CLARAÇÃO DE AUTORIA E TERMO DE AUTORIZAÇÃO PÚBLICO DIGITAL.....</i>	<i>35</i>

APRESENTAÇÃO 2016

Este Projeto Político-Pedagógico é o resultado de uma intensa discussão docente ocorrida nos últimos quatro anos que viabilizou a atualização do Projeto aprovado pela Resolução 198/CONSEA, de 18 de novembro de 2008, da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), registrado no Sistema E-MEC, sob o código 116782, em 20 de novembro de 2008 aprovada em 2012. Em sua continuidade tendo em vista uma reformulação focada nas necessidades de formação docente para a comunidade ariquemensense e região.

Tal reformulação buscou contemplar uma base de formação individual que nivelasse, de certo modo, os acadêmicos ingressantes no curso com vistas a diminuir as lacunas deixadas pelo ensino básico que tem sido causa de grandes dificuldades nas etapas subsequentes.

Além das adaptações curriculares exigidas e sanadas na atualização de 2012, como a introdução da disciplina Libras, a fim de atender ao disposto no Decreto N. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que determina a inclusão desta, como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores, assim como altera a nomenclatura da disciplina “Cultura e Formações Étnicas na Amazônia” para “Formação Étnico-Cultural Brasileira”, para atender ao disposto na Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004, acerca dos conteúdos de Educação das Relações Étnico-Raciais; e ainda a inclusão da dimensão ambiental, em cumprimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999,

Inclusão do regulamento do Núcleo Docente Estruturante, de acordo com o que determina a Resolução N. 01, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Inclusão do regulamento do Estágio Supervisionado, de acordo com a legislação citada na seção “2.4.”, deste Projeto. Inclusão do regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, de acordo com a Resolução N. 242/CONSEPE-UNIR, de 24/11/1997. Reestruturação do Núcleo Curricular Integrador, incluindo neste as Atividades Curriculares Complementares.

A reestruturação completa do corpo do Projeto atende ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CP No 1, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, resultante dos Pareceres CNE/CP Nos 5, de 13 de dezembro de 2005; e 3, de 21 de fevereiro de 2006, além de considerar o Parecer CNE/CP No 3, de 17 de abril de 2007), bem como a Resolução 278/CONSEA, de 04 de junho de 2012, da Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Outra mudança ocorrida no Projeto foi o acato à Proposta de Retificação do Nome utilizado no Projeto Político Pedagógico do Curso que obedeceu à Resolução 292/CONSEA

– MEC/SESU/Diretoria de Regulação e Supervisão da Educação Superior com base no Cadastro de Denominações Consolidadas para Cursos de Graduação (Bacharelado e Licenciatura) do Ministério da Educação.

Ariquemes-RO, 20 de março de 2016.

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

IDENTIFICAÇÃO

Universidade Federal de Rondônia

Campus de Ariquemes

Departamento de Ciências da Educação

Endereço: Av. Tancredo Neves, 3450 – Setor Institucional – 76.872-848.

Curso: Licenciatura em Pedagogia.

Turno de Funcionamento: Noturno.

Forma de Ingresso regular: Processo Seletivo Discente a partir de notas do ENEM e Processo Seletivo para Preenchimento de Vagas Ociosas.

Vagas: 45 vagas anuais.

Regime de Matrícula: Anual.

Período de Ingresso: 1º semestre de cada ano.

Ato de Criação: Resolução 198/CONSEA, 18 de novembro de 2008.

Data E-mec: 20 de novembro de 2008.

Código E-mec: 116782.

Data de reconhecimento: 28 de março de 2014.

Portaria de Reconhecimento: 216. DOU nº 61 de 31/03/2014.

Registro e-mec: 201206517.

Conceito do Curso: CPC 3; IDD 3; ENADE 3 conforme portaria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Ano da última reformulação Curricular: 2016.

Chefe de Departamento: Professora M.^a Lara Cristina Cioffi.

Diretor do Campus: Prof. Dr. Humberto Hissashi Takeda

Titulação: Licenciado em Pedagogia

Função: Desempenho da docência, gestão, assessoria, consultoria, pesquisa, planejamento e avaliação de sistemas educacionais e escolares, programas e projetos públicos ou privados de quaisquer instituições, onde se realizem atividades de formação escolares e não-escolares.

Síntese da Organização Curricular proposta:

Hora/aula – 60 min.

Intervalo – 20 min.

Aulas semanais – 20 h/a.

Aulas diárias – 04 h/a.

Semanas/semestre – 20.

Atividades Formativas e Aulas – 2400 h/a.

Atividades Práticas – 400 h/a.

Estágio Supervisionado Obrigatório – 400 h.

Atividades Complementares – 200 h/a.

Total Carga Horária – 3.400 h.

Duração do Curso: Mínimo 8 semestres; máximo 14 semestres¹

¹ De acordo com o que o MEC delibera há autonomia da Universidade para isso.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Contexto da Fundação Universidade Federal de Rondônia

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) foi criada pela Lei nº. 7011, de 08 de julho de 1982, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 9 de julho de 1982, após a criação do Estado de Rondônia (RO), pela Lei Complementar nº. 47, de 22 de dezembro de 1981.

Hoje, a UNIR possui oito *Campi* em Rondônia localizados nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena.

A sede administrativa da UNIR fica em Porto Velho, na Av. Presidente Dutra, 2965, Centro, no município de Porto Velho (RO), 76801-974, onde estão a Reitoria e as Pró-Reitorias de Administração (PRAD), de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA), de Graduação (PROGRAD), de Planejamento (PROPLAN) e de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPESQ).

Em 2008, a UNIR foi considerada pelo Ministério da Educação (MEC) como a melhor universidade da região Norte, graças ao seu desempenho no Índice Geral de Cursos (IGC), um indicador de qualidade das universidades, que considera os cursos de graduação e de pós-graduação, o corpo docente, a infraestrutura e o programa pedagógico.

1.1.1 Missão, princípios e valores

A UNIR é uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, tendo como finalidade precípua a promoção do saber científico puro e aplicado, e, atuando em sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão, possui os seguintes objetivos que se caracterizam por:

- I. Promover a produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
- II. Formar profissionais que atendam aos interesses da região amazônica;

- III. Estimular e proporcionar os meios para criação e a divulgação científica, técnica, cultural e artística, respeitando a identidade regional e nacional;
- IV. Estimular os estudos sobre a realidade brasileira e amazônica, em busca de soluções para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social da região;
- V. Manter intercâmbio com universidades e instituições educacionais, científicas, técnicas e culturais nacionais ou internacionais, desde que não afetem sua autonomia, obedecidas as normas legais superiores.

1.1.2 Breve histórico da Fundação Universidade Federal de Rondônia

A Fundação Universidade Federal de Rondônia, criada através da Lei 7011/82, iniciou suas atividades acadêmicas em 1982 com três cursos de Bacharelado (Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas), com a estrutura herdada da Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia (FUNDACENTRO), vinculada à Prefeitura Municipal de Porto Velho.

Adotando uma política de interiorização e de regionalização de suas atividades acadêmicas durante o quadriênio 1986-1989, a UNIR, através do 1º Projeto Norte de Interiorização (1988), atendeu não apenas as necessidades emergenciais da comunidade rondoniense, mas também, ao Art. 60, parágrafo único, do ato das disposições transitórias da Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, que determinava: “Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição “[...] as universidades públicas descentralizarão suas atividades, de modo a estender suas unidades de ensino às cidades de maior densidade populacional”.

A partir desse dispositivo constitucional, criaram-se os *Campi* de Vilhena e Ji-Paraná (1988), com os cursos de Ciências e, em 1989, foram criados os Campi de Guajará-Mirim, Cacoal e Rolim de Moura, oferecendo os cursos de Letras, Pedagogia e Ciências Contábeis. Esses cursos, de caráter permanente, são destinados ao atendimento de demandas contínuas das principais cidades do interior do estado.

A partir de 1992, o processo de interiorização é intensificado com a criação dos “Cursos Parcelados”, e a UNIR passa a ter 1580 alunos, sendo 1100 no interior e 480, na capital. Os cursos parcelados são cursos de graduação, ministrados nas

férias letivas, viabilizados por convênios com a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia e com as Prefeituras dos Municípios beneficiados.

No ano de 2000, iniciam, novamente através de convênios (Prefeitura, Estado e posteriormente SINTERO), as turmas do Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos (PROHACAP), cujas turmas foram graduadas, entre 2004 e 2007.

Em 2007, com a aprovação do Projeto REUNI, pela Resolução 09/CONSUN, de 24 de outubro de 2007, foram criados dezessete cursos, possibilitando o aumento de 715 vagas discentes, nesse ano, totalizando 2860 vagas até o quarto ano, bem como possibilitou a contratação de 236 professores, até 2010.

Em 2007, ainda, em convênio com o governo federal, são criados os Pólos de Educação a Distância, que atendem, em 2010, um total de 1488 alunos. Em 2010, são criados os cursos do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR).

A UNIR oferece Cursos de Graduação Presenciais, Bacharelados e Licenciaturas, em oito Campi, abrangendo diversas áreas do conhecimento. Os cursos de graduação oferecidos são: Administração, Engenharia Agrônômica, Arqueologia, Artes Visuais, Biblioteconomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Comunicação Social – Jornalismo, Direito, Educação Básica Intercultural, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Pesca e Aquicultura, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Florestal, Educação Física, Enfermagem, Estatística, Filosofia, Física, Gestão Ambiental, Geografia, História, Informática, Letras – Espanhol, Letras – Inglês, Letras – Português, Medicina Veterinária, Matemática, Medicina, Música, Pedagogia, Psicologia, Segurança Pública e Teatro. Totalizando, dessa forma, 68 cursos.

A Universidade Federal de Rondônia possui, atualmente, os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Cursos de pós-graduação *Lato Sensu* ofertados pela UNIR.

Nome do Curso	Modalidade	Campus
Coordenação Pedagógica	Semi Presencial	Porto Velho
Docência na Educação Infantil	Presencial	Porto Velho
Enfermagem Obstetrícia	Presencial	Porto Velho
Gestão da Saúde	A Distância	Porto Velho e Polos
Gestão Escolar	Semi Presencial	Porto Velho
Segurança Pública e Direitos Humanos	Presencial	Porto Velho
Gestão Pública Municipal	A Distância	Porto Velho e Polos
Gestão Pública	A Distância	Porto Velho e Polos

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

A Universidade Federal de Rondônia possui, atualmente, em nível *Stricto Sensu* mestrados acadêmico e profissional e doutorado, conforme mostra o Quadro 2.

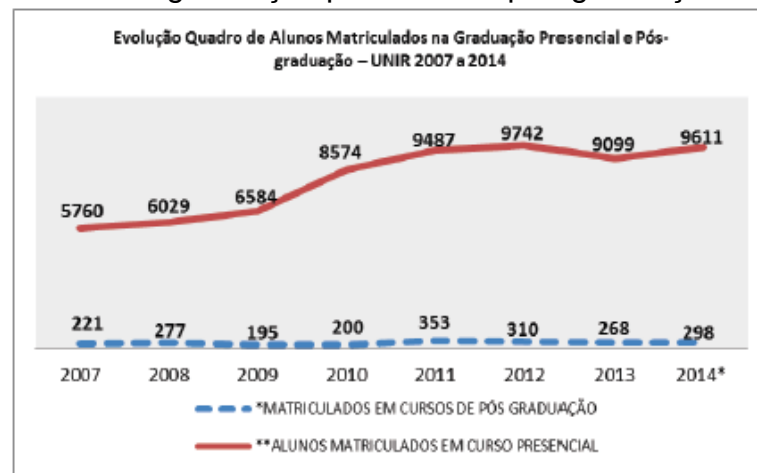
Quadro 2 - Cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* ofertados pela UNIR.

Curso	Campus	Grau	Modalidade
Administração	Porto Velho	Mestrado Acadêmico	Presencial
Biologia Experimental	Porto Velho	Mestrado Acadêmico	Presencial
Ciências Ambientais	Ji-Paraná	Mestrado Acadêmico	Presencial
Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	Porto Velho	Mestrado Acadêmico	Presencial
Educação	Porto Velho	Mestrado Acadêmico	Presencial
Estudos Literários	Porto Velho	Mestrado Acadêmico	Presencial
Geografia	Porto Velho	Mestrado Acadêmico	Presencial
História e Estudos Culturais	Porto Velho	Mestrado Acadêmico	Presencial
Letras	Porto Velho	Mestrado Acadêmico	Presencial
Psicologia	Porto Velho	Mestrado Acadêmico	Presencial
Educação Escolar	Porto Velho	Mestrado Acadêmico	Presencial
Ensino em Ciências da Saúde	Porto Velho	Mestrado Acadêmico	Presencial
Matemática	Porto Velho	Mestrado Acadêmico	Semi Presencial
Física	Ji-Paraná	Mestrado Acadêmico	Semi Presencial
Administração Pública	Porto Velho	Mestrado Acadêmico	Semi Presencial
Biologia Experimental	Porto Velho	Doutorado Acadêmico	Presencial
Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente	Porto Velho	Doutorado Acadêmico	Presencial
Ciências da Linguagem	Guajará-Mirim	Mestrado Acadêmico	Presencial

O corpo discente da Universidade é constituído pelos alunos matriculados em seus diversos cursos, na condição de regulares e de especiais. Os alunos regulares são matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu, aperfeiçoamento, ou de outra natureza, com direito a diploma, ou certificado, após o cumprimento integral dos respectivos currículos (Estatuto da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Art. 47).

O quantitativo de alunos matriculados nos últimos anos é apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Quantitativo de alunos matriculados em cursos de graduação presencial e pós-graduação.



A UNIR atua na extensão com o PROEXT e PIBEX e diversos programas de assistência e apoio estudantil, entre os quais Transporte, Alimentação, Moradia, Trabalho, Conexão de Saberes, Esporte e Cultura, e Indígena, além do apoio a eventos de natureza cultural e esportiva.

1.2 Contexto do Campus de Ariquemes da UNIR

O município de Ariquemes, criado em 1976 e instalado em novembro de 1977, pela Lei nº. 6448, de 11 de outubro de 1977, possui uma área de 4426 km² e uma população estimada em 2013 pelo IBGE de 101.269 habitantes. Localiza-se na região denominada de Vale do Jamari, composta por 9 municípios além de Ariquemes, sendo eles, Alto Paraíso, Buritis, Cacaúlândia, Campo Novo de

Rondônia, Cujubim, Machadinho D'Oeste, Monte Negro e Rio Crespo, totalizando 251.740 habitantes, representando ao todo 14,56% da população do estado de Rondônia, conforme dados também do IBGE.

Dados demográficos, geográficos e de matrículas no ensino médio, público com perspectiva de, ao menos em parte, de tornar-se potenciais alunos dos cursos do *Campus* de Ariquemes são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 - População estimada, número de matrículas no ensino médio (EM) e áreas dos municípios que compõe a região do Vale do Jamari.

ESTADO/ MUNICÍPIO	POPULAÇÃO (IBGE, 2013)	MATRÍCULAS NO EM (IBGE, 2012)	ÁREA (km ²)
Rondônia	1.728.214	65.745	237.590,547
Ariquemes	101.269	4.196	4.426,571
Alto Paraíso	19.459	678	2.651,822
Buritis	36.555	1.352	3.265,809
Cacaulândia	6.268	208	1.961,778
Campo Novo de Rondônia	13.939	351	3.442,005
Cujubim	19.410	448	3.863,943
Machadinho D'Oeste	35.633	1.078	8.509,314
Monte Negro	15.541	610	1.931,378
Rio Crespo	3.316	112	1.717,640

Fonte: IBGE (2014).

É nesse cenário que surge o *Campus* de Ariquemes da UNIR, criado em 2007, passa a atender a uma demanda social por meio do Departamento de Ciências da Educação (DECED), do Departamento de Engenharia de Alimentos (DENGEA) e do Departamento Interdisciplinar de Tecnologia e Ciência (DINTEC) como potencial parceiro no oferecimento de cursos de graduação e pós-graduação pela modalidade presencial e/ou de educação a distância (EAD) para uma melhor formação inicial e continuada de professores da região, no caso do DECED.

Dentro desse contexto e, particularmente no tocante ao desenvolvimento acadêmico a sua volta, o *Campus* de Ariquemes representa a única IES Federal nos mais de 200 quilômetros (km) que separam os municípios supracitados do campus da UNIR mais próximo, excluindo-se o Campus de Ariquemes. Ao se considerar os municípios localizados fora do eixo da BR-364, essas distância são expressivamente ainda maiores.

Ainda historicamente, em 1996, novamente através de convênio com a Prefeitura, são criadas duas turmas de Letras e duas de Contabilidade, ambas graduadas em 2000. Nesse mesmo ano, iniciam, ainda através de convênios (Prefeitura, Estado e posteriormente SINTERO) as turmas do PROHACAP, sendo graduadas, entre 2004 e 2007, treze turmas de diversas licenciaturas. Vale ressaltar que o polo Ariquemes, desse mesmo programa, atendia aos municípios circunvizinhos perfazendo um total de 13 turmas.

A envergadura e a abrangência geográfica do PROHACAP evidenciou a importância estratégica do município para a microrregião onde se encontra.

Foi a partir dessa perspectiva, que se criou o primeiro curso regular da UNIR no município, o Curso de Informática, em 2003 e iniciado no segundo semestre de 2004, para que ele fosse o embrião do que seria o *Campus* de Ariquemes. Além desses cursos, foram criados, em 2007, os cursos vinculados à Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Nesse contexto, o *Campus* de Ariquemes foi criado em 16 de maio de 2007, sem a perspectiva de que cursos poderiam ser criados.

No entanto, logo em seguida, veio a público o Programa de Reestruturação e Expansão da Universidade Brasileira, no qual o *Campus* foi contemplado inicialmente com três Cursos: Pedagogia, Engenharia de Alimentos e Engenharia de Produção, sendo este último suprimido, quando o MEC determinou que não poderiam ser 18 cursos e sim 16. Ao abrirmos mão do Curso de Engenharia de Produção, todavia, foi acordado que outros cursos afins aos instalados poderiam ser criados para consolidar o *Campus* e responder as demandas da região.

É dentro desse contexto, que o *Campus* de Ariquemes tem respondido às demandas sociais, econômicas e ambientais de forma criativa e empreendedora, aspecto este que já rapidamente vem sendo comprovado, por meio do grande número de projetos, particularmente de extensão, destinados às formações continuadas de professores da região onde se localiza o município de Ariquemes.

Atualmente, o *Campus* conta com os cursos presenciais de Licenciatura em Pedagogia e Bacharelado em Engenharia de Alimentos, cursos a distância do sistema UAB, sendo 2 (dois) cursos de graduação, Letras e Pedagogia, (três) cursos de pós-graduação *lato sensu*, Gestão Pública Municipal, Gestão Pública e Gestão Pública em Saúde, além de cursos do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) de Licenciatura em Pedagogia, com 2 (duas) turmas.

1.2.1 Cursos e recursos humanos do *Campus* de Ariquemes

Até junho de 2016, o *Campus* de Ariquemes possui 25 professores efetivos, sendo 9 do DECED, 9 do DENGEA e 6 do DINTEC, 12 técnicos administrativos,

sendo duas bibliotecárias, conforme pode ser verificado pela Tabela 2, na folha seguinte.

Quadro 2 - Demonstrativo dos recursos humanos por setor do *Campus* de Ariquemes - graduação (GR); especialistas (E); mestres (M); doutores (D); técnicos Administrativos (TA); ensino médio (EM); ensino superior (S).

SETOR	CURSO	NÍVEL	TURMAS	NÚMEROS ALUNOS	NÚMEROS PROFESSORES				TA		
					E	M	D	Total	EM	S	Total
DIRETORIA	-	-	-	-	-	-	-	-	08	03	11
DECED	Pedagogia Regular	GR	04	142	00	06	03	09	-	-	-
PARFOR	Pedagogia	GR	02	60	-	-	-	-	-	-	-
DENGEA	Engenharia de Alimentos	GR	03	71		04	03	07	01	-	01
DINTEC	-	-	-	-	01		05	06	-	-	-
BIBLIOTECA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	02
TOTAIS		3 GR	09	273	23				14		

1.2.2 Infraestrutura física do *Campus* de Ariquemes

O Campus de Ariquemes possui, em junho de 2016, para o Curso de Pedagogia, presencial, especial e à distância, a infraestrutura descrita a seguir.

Quatro blocos construídos e dois em construção, com 5 salas de aula equipadas com internet, ar-condicionado e carteiras, sendo que destas, 4 estão equipadas com projetor multimídia. Um laboratório de informática equipado com 50 máquinas e *web-conferência*, com internet em todos os blocos, sala do DECED, sala do DENGEA, sala do DINTEC, sala da Brinquedoteca, sala de departamento e biblioteca, conforme discriminado no Quadro 3 abaixo.

Quadro 3- Demonstrativo da infraestrutura física do *Campus* de Ariquemes.

CAMPUS I					
BLOCOS	NÚMERO DE SALAS			DESCRIÇÃO	ÁREA (m²)
	Aula	Administrativo	Banheiro		
Bloco A	-	04	-	Secretaria	204
				Direção/Vice-Direção	
				Secretaria/Recepção/Protocolo	
				Copa cozinha	
		-	03	Banheiro Direção/Masculino/Feminino	
Bloco B	02	-	-	Sala-1: Sala de aula	197
				Sala-2: Laboratório de informática	
Bloco C	-	04	-	Sala-7: Sala dos Acadêmicos	164
				Biblioteca: Setorial 6	
				Sala administração da UAB	
				Sala administração da Biblioteca	
Bloco D	03	-	-	Sala-3: Laboratório biologia	363
				Sala-5: CSG/Patrimônio	
				Sala-6: SERCA	
	-	03		Sala do DENGEA	
				DTI -	
				Tutoria UAB	
		-	02	Banheiro Masculino/Feminino	
Bloco E FINEP Inacabado Paralisado	05	-	-	Auditório	1 409
				Laboratório NAPA	
				Laboratório LANTEC	
	-	10		Gabinetes	
Banheiro Masculino/Feminino					
Bloco F REUNI Em conclusão	05	03	-	05 Salas de aula	1 090
				03 Salas de Departamento	
	-	01	-	01 Brinquedoteca	
	-	-	02	01 Almoxarifado	
				Banheiro Masculino/Feminino	
Subestação					22
Total	13	22	11	Total da área de edificações (m²)	3 449
ÁREAS NÃO EDIFICADAS (m²)					
Estacionamento					2 082
Área livre					1 951
Outras					4 918
Total das áreas não edificadas (m²)					8 951
Total da área do Campus I					12 400
CAMPUS II					
Prédio de Laboratórios de Engenharia de Alimentos (em obra)					1 752
Área livre					14 781
Área Total					16 533

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. Objetivos do Curso de Pedagogia

A) Objetivo geral:

- Proporcionar formação inicial profissional para o exercício da docência na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como para o exercício da Gestão Educacional, em sistemas de formação escolar e não-escolar, público ou privado, a partir de paradigmas científicos e tecnológicos contemporâneos, do respeito à diversidade ambiental, cultural e social, e da valorização da democracia.

B) Objetivos específicos:

- 1- Formar profissionais competentes para atuar na docência e gestão da educação básica;
- 2- Conjugar uma sólida formação teórica com a prática social docente, a pesquisa experimental e a prestação de serviços à comunidade;
- 3- Proporcionar vivências na elaboração e execução projetos educativos, tanto na área da docência, quanto na área de gestão, por concepções democráticas da educação;
- 4- Contribuir para o avanço do conhecimento pedagógico e das tecnologias educacionais, para atender de forma qualificada as demandas sociais e produtivas do mundo do trabalho;
- 5- Aprofundar o conhecimento científico da região amazônica, bem como do estado de Rondônia, em suas dimensões econômico-social, ambiental e cultural.

2.2 Concepção e Princípios do Curso de Pedagogia

O Curso de Pedagogia, apresentado nesse projeto, se propõe ao compromisso com as demandas culturais, sociais, políticas e ambientais, bem como aos paradigmas tecnológico-produtivos e técnico-científicos de nosso tempo.

Culturalmente herdeiro da tradição ocidental, mas reconhece à diversidade e às diferenças culturais como elementos determinantes da formação étnico-racial brasileira. Nesse sentido, contrariando a tradição etnocêntrica, postula pela igualdade étnico-racial, a partir da qual todas as culturas devem ser igualmente tratadas.

Do mesmo modo como não pode desconhecer que a formação social brasileira, gerada na mais ampla miscigenação sob o sistema colonial, baseado na escravidão de negros e índios, resultou numa sociedade, ainda hoje, desigual e elitista. Por esta razão, o Curso deve almejar a uma educação que vise à superação de tais desigualdades.

Não deve desconhecer que só muito recentemente, ao contrário de outras sociedades latino-americanas, o Brasil logrou conquistar o estado democrático de direito. Formado num sistema colonial e imperial extremamente elitista e por uma república sem bases políticas nacionais, a formação política brasileira tem por tradição o elitismo, o regionalismo, o coronelismo, a conspiração golpista de grupos hegemônicos em prejuízo aos direitos das massas excluídas. Assim, sob esses pressupostos, o Curso deve aspirar à consolidação da democracia, a partir do respeito à igualdade política dos cidadãos, através do respeito às suas múltiplas diferenças: credo, religiosa, ideológica, política, bem como, no caso específico da formação acadêmica, às diferenças filosóficas e epistemológicas.

Hoje, mais do que em qualquer outra época, é necessário pôr na agenda a discussão sobre os impactos ambientais do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico e na exploração dos recursos naturais não-renováveis. Por esse caminho, o Curso deve almejar uma formação para a sustentabilidade humana, desde a perspectiva de um desenvolvimento, onde a eficiência econômica e tecnológica considere imprescindíveis a equidade social e a sustentabilidade ambiental.

Um curso sincronizado com tal desenvolvimento e com as forças motrizes da sociedade digital, que tem na microeletrônica a base de sua sustentação, deve estar integrado aos paradigmas tecnológico-produtivos e técnico-científicos da contemporaneidade.

Nesse sentido, no primeiro caso paradigmático, deve estar atento às demandas produtivas do mundo do trabalho, às inovações tecnológicas e às

mudanças administrativas do Estado, para as quais a educação deve corresponder eficazmente.

No segundo caso, deve alicerçar-se em princípios epistemológicos, pedagógicos e políticos, através dos quais possa proporcionar não só consistência técnica à formação universitária, mas também consciência ético-política e formação para a participação social. Para tanto, a formação do pedagogo, por essa perspectiva, deve se sustentar:

- a) Na **emancipação humana como princípio filosófico**. Considerar a emancipação humana como princípio motriz é reconhecer a natureza histórico-dialética da formação da humanidade do ser humano e, assim, reconhecê-lo como princípio e fim educativos, segundo três dimensões: enquanto humanização, por conceber o homem como produto histórico do trabalho, em suas contradições culturais, sociais e políticas em face de seu relacionamento com a natureza e com sua própria espécie, humanizando-as ao mesmo tempo em que se humaniza; enquanto consciência social, por reconhecer as possibilidades humanas de superação dos processos alienatórios; e, enquanto liberdade, por depositar na força social da ação humana a condição de sujeito da própria história;
- b) No **trabalho como princípio educativo**. Indissociável do princípio anterior, pois é o meio através do qual o homem se faz humano, considerar o trabalho como princípio educativo por excelência significa admitir que o homem pode aperfeiçoar, por processos educacionais, a produção e reprodução de suas próprias condições de existência. Com este princípio a ciência encontra a base sobre a qual pode desenvolver sistematicamente o aprimoramento das capacidades humanas em suas múltiplas dimensões, a partir dos paradigmas técnico-científicos e tecnológico-produtivos contemporâneos;
- c) Na **politecnia como princípio pedagógico**. Estabelecido o trabalho como princípio educativo, a ciência social proporciona à Pedagogia, enquanto ciência particular, as condições de criar os princípios, a partir dos quais serão operacionalizados os processos de desenvolvimento das capacidades humanas. Nesse sentido, a politecnia é o princípio pedagógico que possibilita pensar o desenvolvimento das capacidades humanas de forma integral, tratando equilibradamente racionalidade, habilidade, sensibilidade e sociabilidade. A

racionalidade como desenvolvimento das dimensões lógico-cognitiva e psíquica; a habilidade, enquanto expressão de capacidades psicomotoras e físicas; a sensibilidade como potencialização de todos os sentidos pela arte; e a sociabilidade como efetivo exercício político nas relações sociais;

- d) Na **pesquisa como princípio metodológico**. Fundada em epistemologias da educação ou em teorias científicas da educação e seus métodos pedagógicos e investigativos, a pesquisa deve ser o princípio condutor da prática acadêmica do Curso de Pedagogia, onde princípios epistemológicos sejam a base dos metodológicos, através dos quais a formação teórica encontre coerência com a prática, seja acadêmico-laboratorial, seja profissional, seja, ainda, social e política;
- e) Na **interdisciplinaridade como princípio didático**. Orientação teórico-metodológica que deve se dar na perspectiva da síntese do conhecimento, não apenas pela integração dos saberes produzidos nas diversas áreas do estudo, mas também pela associação dialética entre teoria e prática, ação e reflexão, ensino e aprendizagem, conteúdo e forma, processo e produto, buscando a formação politécnica e integral do homem.
- f) Na **cultura democrática como princípio político**. Com a adoção desse princípio, quer o Curso de Pedagogia enfatizar sua postura contrária às estruturas elitistas, autoritárias e ditatoriais sob as quais o país foi formado, para apostar no aprofundamento do modelo surgido na década de 1980, do qual a Constituição de 1988 é a sua expressão máxima. Assim, o Curso procurará educar as atuais e futuras gerações, sob a égide do respeito aos princípios democráticos e à diversidade filosófico-epistemológica, ética, religiosa, étnico-racial, cultural, social, político-ideológico e partidária, bem como às diferenças regionais.

Esses princípios formam, no conjunto, a base sobre a qual a práxis educativa, enquanto prática pedagógica, deve se concretizar, articulando sistematicamente teoria e prática, em busca da integração entre ensino, pesquisa e extensão, voltados para a educação infantil, a alfabetização, os anos iniciais do ensino fundamental, bem como para a formação profissional em gestão educacional, ambientados para proporcionar formas de sociabilidade, onde as relações humanas possibilitem o florescimento de uma juventude politicamente democrática, historicamente situada; culturalmente comprometida; pedagogicamente politécnica e, por tudo isso, socialmente participativa.

2.3. Justificativa

O Curso de Pedagogia do Departamento de Ciências da Educação do Campus de Ariquemes se justifica por inúmeras razões, que vão da localização estratégica do Campus no espaço geopolítico do Estado de Rondônia às razões científicas e sociais. Com base nessas informações, é que o Curso de Pedagogia estabeleceu as suas prioridades educacionais.

Primeira: a formação de professores para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização infantil e de adultos, nas dificuldades de aprendizagem e nas especialidades da educação especial.

A formação de professores para a Educação Infantil e Anos Iniciais atende ao disposto legal, mas, nesse caso, é uma prioridade que visa qualificar o atendimento pelos sistemas educacionais desde a base, sob um paradigma cientificamente consistente e socialmente responsável.

A ênfase na alfabetização infantil e de adultos é uma opção, no primeiro caso, que visa maior qualidade à educação infantil e, no segundo, um compromisso com os segmentos sociais historicamente desfavorecidos.

A ênfase nas dificuldades de aprendizagem é uma ação mais abrangente, porém, complementar à alfabetização, que visa ao enfrentamento de uma problemática nacional, agravada nos estados mais pobres da federação, entre os quais Rondônia, com a qual a intenção é tornar o Curso de Pedagogia de Ariquemes um centro de excelência na área. Como decorrência dessa meta, vislumbra-se a criação de um Curso de Pedagogia em Educação Especial, que é não só uma prioridade nacional, mas também uma área extremamente negligenciada pelos poderes públicos.

Para tanto, estão em construção 1 (uma) Brinquedoteca, atualmente já em funcionamento, porém em sala ainda provisória; 1 (um) Laboratório de Ciências, atualmente denominado de Laboratório de Práticas Pedagógicas, conforme explicado em seção específica deste PPC, para atender as disciplinas de Fundamentos e Prática do Ensino e, 1 (um) Laboratório de Neurociência Aplicada aos Processos de Alfabetização e Aprendizagem (NAPA), este último através de convênio com a FINEP.

Segunda: a formação profissional para a gestão educacional, com ênfase na gestão escolar e na elaboração de políticas educacionais, no planejamento e execução de projetos educacionais sustentáveis, tanto sociais quanto ambientais.

A formação profissional para a gestão educacional recupera um campo histórico de atuação da pedagogia, nesse caso, voltada para objetivos específicos, que priorizam a gestão escolar, por uma perspectiva, através da qual a organização do trabalho pedagógico, concebido como um trabalho técnico-especializado voltado para a organização administrativa e educativa da escola como um todo, seja sistematizado em função de uma escola, cujo papel é proporcionar qualidade formativa para o desenvolvimento da pessoa, com integridade humana, social, profissional e cidadã.

Complementarmente, o desenvolvimento de experiência na elaboração de políticas e projetos educacionais sustentáveis é uma ação formativa, que possibilitará caminhar de acordo com os desafios colocados pela contemporaneidade: o fazer educação integral como única alternativa educacional capaz de superar as extremas desigualdades sociais e as incoerências ambientais.

Nesse sentido, também, estão sendo construídos 1 (um) Laboratório de Planejamento e Gestão de Políticas Educacionais (PLAGEPE); e um Laboratório de Novas Tecnologias para o Ensino e Aprendizagem (LANTEC), este último para dar suporte a todas as atividades do Curso, também em convênio com a FINEP.

Essas prioridades aproveitam nichos nacionais de grande importância para o desenvolvimento regional e local, e serão trabalhadas para se tornar áreas de excelência em médio prazo, a partir do Instituto Tecnológico de Educação e Sustentabilidade (ITES).

Com efeito, o ITES, estruturado com os 2 laboratórios supracitados, além dos outros 2 citados e 10 (dez) gabinetes para professores e grupos de pesquisa, será a Base de Produção de pesquisa e de extensão, tanto da graduação, quanto da pós-graduação.

No limite, essa estruturação do Curso de Pedagogia do Campus de Ariquemes visa, no médio prazo, à transformação do Curso em vários cursos de licenciatura, instalados numa Faculdade de Educação.

2.4. Legislação

Este Projeto Político-Pedagógico representa o resultado dos estudos e discussões dos professores dos Departamentos de Educação da Universidade Federal de Rondônia do Campus de Porto Velho (DED), no início da construção de sua primeira versão, e do Campus de Ariquemes (DECED), desde sua criação e, desde então, exclusivamente pelos professores do DECED a partir do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Pedagogia.

Fundado no princípio constitucional (Art. 205) de que a educação é direito de todos, dever do Estado e da família, e que deve objetivar o pleno desenvolvimento da pessoa, a formação para o trabalho e o preparo para o exercício da cidadania, bem como nos princípios dos Art. 3 e 43 e, igualmente, nas determinações dos Art. 62 e 64 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996, esse PPP tem por base legal a Resolução nº. 1, de 15 de maio de 2006, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, resultante dos Pareceres nº. 5, de 13 de dezembro de 2005, e nº. 3, de 21 de fevereiro de 2006, todos do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Considera, ainda, o Parecer nº. 3, de 17 de abril de 2007, que trata da Educação Especial, bem como a Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. Atende ao disposto no Decreto nº. 5626, de 22 de dezembro de 2005, que determina a inclusão de Libras como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores, assim como atende ao disposto na Resolução nº. 1, de 17 de junho de 2004, acerca dos conteúdos de Educação das Relações Étnico-Raciais; e também a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

O Manual do Estágio Supervisionado Obrigatório, cuja regulamentação legal está fundamentada pelo Parecer CNE/CES N. 744, de 03/12/1997; Parecer CNE/CP N. 09, de 08/05/2001; Parecer CNE/CP N. 27, de 02/10/2001; Resolução CNE/CP N. 01, de 18/02/2002; Resolução CNE/CP N. 02, de 19/02/2002; Parecer CNE/CES N. 197, de 07/07/2004; Parecer CNE/CES N. 15, de 02/02/2005; Resolução CNE/CP N. 01, de 15/05/2006; Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, encontra-se no APÊNDICE A, enquanto que o Regulamento e o Manual de Trabalho de Conclusão

de Curso (TCC) para o Curso de Licenciatura em Pedagogia se encontra no APÊNDICE B.

O referido Manual de Estágio foi aprovado pela Resolução nº 466/CONSEA, de 14 de dezembro de 2016, já o Regulamento e o Manual de TCC foram aprovados pela Resolução nº 457/CONSEA, de 27 de setembro de 2016.

A base legal concernente aos processos avaliativos será a da própria instituição, que hoje é a Resolução N. 251/CONSEPE, de 27/11/1997.

Considera, por fim, a possibilidade de oferta de carga horária à distância em curso regular, em comum acordo com o que dispõe a Portaria Ministerial n. 4.059, de 10 de dezembro de 2004, bem assim com o que orienta o Despacho do Departamento de Supervisão do Ensino Superior do Ministério da Educação sobre o aprofundamento de estudos em áreas que, historicamente, são da competência do Curso de Pedagogia.

Finalmente, não deixa de levar em consideração as contribuições imprescindíveis das entidades representativas do movimento de educadores, tais como a ANFOPE, a ANPED e o FORUMDIR, entre as quais as concepções de base comum nacional, a docência como base de formação, o trabalho como princípio educativo e a politecnia como princípio pedagógico, sólida formação teórica, a práxis social como interação teoria-prática, a pesquisa como princípio formativo e epistemológico, a gestão democrática da educação, o compromisso social, ético, político e técnico do profissional da educação, articulação entre a formação inicial e a continuada do profissional da educação, avaliação permanente e contínua dos processos de formação, quase todos assumidos como princípios desse Projeto Pedagógico.

2.5 Perfil do Profissional Egresso

O Curso de Pedagogia da UNIR, vinculado ao Departamento de Ciências da Educação do Campus de Ariquemes, deve se nortear pela realização de estudos pedagógicos e educacionais, desde uma perspectiva que envolva a inter-relação com a prática social, com a pesquisa empírica e experimental e com os processos de extensão junto à comunidade, tomando a Pedagogia tanto como campo epistemológico, quanto profissional. Como tal destina-se à formação para a docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; à preparação de

pesquisadores sobre a educação e o ensino; à formação de profissionais na área de planejamento, coordenação, avaliação e gestão de sistemas educacionais, escolares e não-escolares.

Particularmente, a preparação de pesquisadores, enquanto atividade que dará suporte ao ensino de graduação, pós-graduação e extensão, será concentrada em três áreas circunscrita ao escopo do Curso de Pedagogia, respeitando as especificidades de cada seguimento, a saber: Didática e Alfabetização Infantil e de Adultos; Dificuldades de Aprendizagem da infância à idade adulta; e, finalmente, Planejamento e Gestão Educacionais, subsidiadas pelo Laboratório de Novas Tecnologias e Mídias Educacionais.

O Graduado em Pedagogia deverá estar preparado para realizar estudos pedagógicos no campo teórico-investigativo da educação, bem como para exercer a profissão nos sistemas de ensino, nas escolas e em outras instituições educacionais, inclusive não-escolares.

Como ressalta Frigotto (1996) a luta hegemônica se desenvolve sob uma mesma materialidade histórica, complexa, conflitante e antagônica, as alternativas em jogo no campo dos processos educativos se diferenciam tanto pelo processo quanto pelo conteúdo humano e técnico-científico. Portanto, o desafio está, sob a base contraditória do capital, em formar profissionais da educação capazes de analisar e interpretar os infindáveis problemas que a realidade apresenta de forma, interdisciplinar, autônoma e indissociável teoria e prática.

Nesta Proposta Curricular a relação trabalho-educação é compreendida no plano das contradições engendradas pelas relações sociais de produção. Esse direcionamento permite entender as condições socioeconômicas das classes populares, o que é essencial para a construção de um Projeto de formação humana segundo a concepção histórico-social de homem.

A finalidade desse tópico é a reafirmação de que perseguimos a formação omnilateral dos indivíduos como propósito ético-político na perspectiva da emancipação humana.

Nessa direção, o currículo do Curso de Pedagogia da UNIR, Campus de Ariquemes, está constituído por um conjunto de conhecimentos, competências, habilidades e valores, que qualifica o graduando para:

2.5.1. Educação Infantil

- a) Conhecimento:** Dominar a natureza do trabalho e do conhecimento científico acerca da Educação Infantil;
- b) Competências:**
- Creche:** Dominar métodos, técnicas e atividades educativas com crianças de zero a três anos;
- Pré-Escola:** Dominar métodos, técnicas e atividades educativas com crianças de quatro a cinco anos;
- c) Habilidades:**
- Creche:** compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual e social;
- Pré-Escola:** Preparar e executar atividades pedagógicas apropriadas à educação e ao desenvolvimento psicomotor, afetivo, social e cognitivo da criança;
- d) Valores:** Agir com ética profissional e respeito às diferenças étnico-raciais, culturais, sociais e à idade do educando.

2.5.2. Anos iniciais do Ensino Fundamental

- a) Conhecimento:** Dominar a natureza do trabalho, dos métodos e das técnicas de ensino, e do conhecimento científico a ser utilizado nos anos iniciais do ensino fundamental;
- b) Competências:**
- Alfabetização:** Dominar métodos, técnicas e atividades pedagógicas de alfabetização infantil e de adultos;
- Anos Iniciais:** Dominar métodos, técnicas, atividades pedagógicas e dos conteúdos curriculares, por área do ensino fundamental;
- c) Habilidades:**
- Alfabetização:** Planejar e executar métodos, técnicas e atividades pedagógicas de alfabetização infantil e de adultos;
- Anos Iniciais:** Planejar e executar métodos, técnicas, atividades pedagógicas e dos conteúdos curriculares, por área do ensino fundamental;

- d) Valores:** Agir com ética profissional e respeito às diferenças étnico-raciais, culturais, sociais e à idade do educando.

2.5.3. Gestão educacional

- a) Conhecimento:** Dominar a natureza do trabalho, através dos modelos de gestão organizacional dos sistemas educacionais e o conhecimento científico acerca da educação, em particular da educação básica;
- b) Competências:** Dominar métodos e técnicas de gestão organizacional dos sistemas educacionais e o conhecimento científico acerca da educação, em particular da educação básica;
- c) Habilidades:** Planejar e executar métodos e técnicas de gestão organizacional dos sistemas educacionais e o conhecimento científico acerca da educação, em particular da educação básica;
- d) Valores:** Agir com ética profissional e respeito às diferenças étnico-raciais, sexuais, de idade e gênero, culturais, sociais, político-ideológicas, religiosas e epistemológicas, bem como aos princípios democráticos.

Além disso, deve o Profissional Pedagogo estar capacitado para:

1. Participar da Gestão das Instituições Educacionais, escolares e não-escolares, desenvolvendo trabalho em equipe no Planejamento, na Coordenação Pedagógica, na Supervisão Escolar, na Orientação Educacional, na Avaliação, promovendo o diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento, bem como a participação democrática de professores, alunos, pais, demais profissionais da instituição e a comunidade local.
2. Incentivar o ensino articulado à pesquisa e à vivência comunitária, visando ao aperfeiçoamento da prática pedagógica na escola;
3. Avaliar permanentemente o desempenho pedagógico e administrativo, visando ao aprimoramento do Projeto Político-Pedagógico da Escola, bem como Projetos e Programas Educacionais em geral;
4. Atuar com portadores de necessidades especiais, em diferentes níveis da organização escolar, de modo a assegurar seus direitos e cidadania;

5. Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
6. Desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;
7. Atuar, complementarmente, nas escolas de povos e comunidades tradicionais da Amazônia (Ribeirinhos, catadores de castanhas, pescadores artesanais, seringueiros, remanescentes de quilombos, escola do campo) na perspectiva do respeito à diversidade, da solidariedade, enfatizando os valores agroecológicos de justiça e sustentabilidade;

Vale assinalar, finalmente, que o conjunto de qualificações, acima elencados, são mediações dialéticas do processo de formação e, como tal, dá-se, sob condições históricas e concretas, na relação trabalho-educação, cujo produto será, sempre, determinado pelas múltiplas condições e sujeitos sociais envolvidos no processo de formação.

2.6. Perfil do Curso

2.6.1 Histórico do Curso de Pedagogia da UNIR

A criação do curso de Pedagogia em Rondônia está relacionada ao processo de interiorização da Universidade Federal do Pará, que se dá, em âmbito regional, entre fins da década de 1960 e os primeiros anos da década de 1980. Esse processo de interiorização está ligado às ações do Projeto Rondon, ao Centro Rural Universitário e Ação Comunitária (CRUTAC) e aos Cursos desenvolvidos pelo Núcleo de Educação daquela Universidade, entre os quais Cursos de Licenciatura de duração curta e plena, e de formação de professores em nível médio.

Assim, em 1971, são formulados programas de qualificação de professores e técnicos não só da capital, Belém, mas também do interior do estado do Pará. Essa iniciativa é ampliada aos territórios da região amazônica. É o caso do Amapá, de Roraima e de Rondônia cuja ação é coordenada e executada pelo recém-criado Centro de Educação da UFPA, “o qual era responsável por todas as implicações decorrentes da oferta de cursos dessa natureza, como indicação de professores, controle acadêmico, sendo inclusive criado na estrutura do Centro um setor

encarregado desses cursos, a Coordenação dos Cursos Especiais” (CAMARGO, 1997, p. 32).

No período de 1979 a 1981, o Núcleo de Educação da Universidade do Pará, expandiu a sua área de atuação e cria subnúcleos de ensino superior nas cidades de Ariquemes, Cacoal, Pimenta Bueno, Vilhena, Guajará-Mirim e Ji-Paraná. Nas quatro primeiras com as licenciaturas curtas de Letras, Estudos Sociais e Ciências. Em Guajará-Mirim, licenciaturas curtas de Ciências e licenciaturas plenas em Geografia, Letras e Pedagogia. Em Ji-Paraná, com a licenciatura curta em Ciências e licenciaturas plenas em Geografia e História. Em Porto Velho, licenciaturas plenas em Letras, Geografia, História, Matemática e Pedagogia/Orientação Educacional e um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Pesquisa e Metodologia do Ensino Superior.

Esses cursos desenvolvidos nos núcleos de Porto Velho foram intensificados na década de 1980 e “irão ensejar a constituição das universidades locais, depois de concluído o processo de transformação do território em estado” (CAMARGO, 1997, p.33).

Aliado às experiências com a UFPA, tem-se o trabalho da FUNDACENTRO na consolidação da educação superior no Estado de Rondônia, principalmente, com respeito à criação da única instituição pública organizada academicamente como universidade no Estado, a Universidade Federal de Rondônia.

A Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia (FUNDACENTRO), criada pela Lei Municipal n. 108, de 08 de julho de 1975, entidade de direito privado, e vinculada a Prefeitura Municipal de Porto Velho tem a finalidade de criar e manter o ensino superior no então Território Federal de Rondônia, o que se concretiza com a autorização dos cursos de Economia, Ciências Contábeis e Administração, mediante parecer nº 1.672, de 07 de dezembro de 1979, do Conselho Federal de Educação e Decreto Presidencial nº 64 896, de 12 de maio de 1980. O primeiro concurso vestibular é realizado pela FUNDACENTRO, em julho de 1980 (MOREIRA, 2001, p. 86).

No início da década de 80, o Território Federal de Rondônia passa à categoria de Estado, através da Lei Complementar n. 41, de 22 de dezembro de 1980. Dois anos depois é criada a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), conforme dispõe a Lei n. 7.011, de 08 de julho de 1982. A UNIR organiza-se, à época, com uma

proposta de regionalização e adota uma estrutura departamental: Departamento de Educação, Ciências Exatas e Ciências Humanas e Sociais.

Entre os novos cursos consta o de Pedagogia, com habilitação em Magistério das Disciplinas Pedagógicas e em Supervisão Escolar, com funcionamento no turno matutino. Souza (2006) nos informa que a primeira matriz curricular do curso foi definida por técnicos e que ao longo dos quatro primeiros anos essa matriz sofreu duas adaptações.

Em abril de 1986, oportunizado pela elaboração do Plano de Desenvolvimento da UNIR, que contava com uma assessoria da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e da Fundação João Pinheiro, iniciou-se o desenvolvimento de um projeto de reestruturação curricular, que culminou, em janeiro de 1987, em novo Projeto de Curso.

Em 1991 o Curso deixa de ser anual e passa a ser semestral. Vale ressaltar que a transformação do Curso de uma organização curricular anual para semestral, não deixou de se constituir num marco no processo de consolidação do Curso, na medida em que era o tema central de todas as discussões acerca da reformulação.

Durante o ano de 1997, no bojo das discussões nacionais sobre a interpretação da nova LDB e a intensificação dos debates sobre a extinção das habilitações do Curso de Pedagogia, foram realizados sete Seminários de Reformulação do Curso, que na verdade foram reuniões pedagógicas para a discussão da reformulação do curso, com todos os envolvidos (alunos, professores e técnicos), no Centro de Paulo Freire em Porto Velho, entre abril e novembro daquele ano. O fato inusitado dessa discussão, a mais ampla já realizada pelo Curso, é que nenhuma das propostas debatidas durante todo o ano, nem mesmo aquela que no último Seminário fora a vencedora, foi implementada (MACIEL, 2000).

Em 1998, um novo Projeto de Curso de Pedagogia entra em vigor oferecendo a habilitação em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Coordenada por uma atividade de trabalho em comissão, e sem a participação da comunidade acadêmica, em 1999 essa proposta é aprovada, constituindo-se num duro golpe para o Curso, uma vez que o haviam reduzido a um Magistério Superior. A comunidade volta então a fazer pressão pela volta, agora, não mais da Supervisão Escolar, mas para uma habilitação que recompusesse a função técnica do trabalho do Pedagogo, a Gestão Escolar. O que enfim se alcança em meados de 2001.

No início do ano de 2002, o novo Curso é aprovado junto ao Conselho Superior de Ensino (CONSEA/UNIR), passando a oferecer a Habilitação em Docência da Educação Infantil, Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Áreas Pedagógicas e Competência para a Gestão Educacional. Já no ano de 2003, torna-se necessário esclarecer para o poder público e as instituições em geral que a habilitação proposta possuía equivalência no que tange as antigas atividades referidas ao supervisor e administrador escolar, uma vez que os concursos públicos e as escolas do Estado não admitiam a inscrição em seus concursos públicos dos Pedagogos da UNIR por entender que não eram compatíveis com as vagas destinadas a estes especialistas nos respectivos concursos.

A decisão do Colegiado do Curso de Pedagogia foi apresentar às agências educacionais do Estado as informações de que a formação oferecida pela UNIR era compatível e assegurava a competência para este exercício. Assegurando essa decisão, tornou algumas disciplinas, que eram optativas no último semestre do curso, como obrigatórias para que a condição de optativa não sugerisse que os conteúdos formativos poderiam “reduzir” a formação nos aspectos de gerenciamento e/ou de acesso aos espaços formativos em que o pedagogo pudesse atuar.

Em 2005, o Curso de Pedagogia de Porto Velho, percebendo que a Formação do Pedagogo deveria proporcionar uma articulação interna e externa coerente com o propósito multicampi, mobiliza os cursos de todos os campi da UNIR para uma discussão coletiva sobre a reformulação. Nesta direção, em fevereiro daquele ano, com apoio da Pró-Reitoria de Graduação, promoveu-se um encontro no Centro de Vivência Paulo Freire, quando os chefes de departamento assumiram articular um debate entre os diversos campi, ampliando a discussão sobre a Formação do Pedagogo, que culminou com a realização, em novembro de 2005, do Encontro Estadual do Curso de Pedagogia, no Campus de Ji-Paraná.

O evento resultou na composição de uma comissão, que sistematizaria as propostas apresentadas num desenho curricular articulado institucionalmente, porém, dificuldades logísticas e dissensos programáticos fizeram com que a comissão não concluísse suas atividades. Terminava ali, as intenções por um currículo de Curso de Pedagogia minimamente articulado para todos os Campi.

No início do ano letivo de 2007, um novo evento ocorre no Centro de Vivência Paulo Freire, agora, contando com a presença de novos atores que não vivenciaram o processo anterior. O Curso de Pedagogia do Campus de Porto Velho foi compelido

a conduzir seu próprio projeto em razão de dois fatores principais: o primeiro decorrente do tempo legal que se impunha à instituição diante da publicação das novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia e, o segundo, porque o corpo docente do Curso de Porto Velho resolveu não esperar por uma reformulação em conjunto com os demais cursos, em virtude das dificuldades apresentadas.

A partir de inúmeras reuniões do Conselho de Departamento, comissões de trabalho e documentos preliminares, em meados de 2008, chega-se a esta proposta que ainda não soluciona algumas polêmicas de natureza estrutural, mas respalda-se no propósito de assegurar a formação científica, o compromisso político e pertinência social da Universidade Federal de Rondônia frente ao desafio da formação do Pedagogo. Este projeto, resultante dessas circunstâncias históricas, constitui-se a partir do possível para transformar o imediato em projeto de futuro.

2.6.2. Histórico do Curso de Pedagogia do Departamento de Ciências da Educação do *Campus* de Ariquemes da UNIR

O Curso de Pedagogia, vinculado ao Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia – Campus de Ariquemes é herdeiro da tradição acima descrita.

Essa Proposta de Curso de Pedagogia se orienta para o fortalecimento da identidade do Curso de Pedagogia, tendo a docência como base comum de formação de todo educador, a teoria e a prática como unidade indissociável da práxis na formação do profissional para a educação básica, bem como a compreensão do fazer educativo pela via da Gestão Educacional. Defende, para a formação do profissional da educação, o domínio científico do conhecimento e a compreensão crítica daquilo que ensina e faz. Sustenta a necessidade das novas tecnologias e a utilização delas, em prol do projeto político de emancipação humana, que tenha a politecnicidade como princípio pedagógico. Considera, por isso mesmo, que a formação proporcionada contribua para a prática pedagógica interdisciplinar, para o fortalecimento do trabalho coletivo na Escola e para a consolidação das relações democráticas entre esta e a sociedade.

Assim, o ponto de partida para a formação do profissional da educação é a compreensão da sociedade em toda a sua dinamicidade e complexidade. Baseado nisso, a formação do educador implica em possibilitar ao futuro profissional da

educação, o entendimento desta totalidade e, conseqüentemente, a capacidade de elaborar conhecimentos que lhe permitam atuação cada vez mais articulada e efetiva. Decorre daí a necessidade de formação de profissionais, ao mesmo tempo, politécnicos e críticos, capazes de enfrentar as situações novas com que se deparam no dia-a-dia.

Para que isso se efetive, faz-se necessário uma sólida fundamentação teórica em torno da prática educativa e, concomitantemente, um tempo significativo para a vivência e construção de novas práticas, de modo que os acadêmicos vinculem-se às diferentes realidades, como sujeito co-responsável pela educação das novas gerações.

Para a transformação de ideias e princípios em práticas concretas, exigem-se ações que vão muito além dos espaços das salas de aula, dos gabinetes e dos fóruns acadêmicos. De fato, uma concepção efetivamente articulada com as novas demandas sociais, ambientais e políticas, desde um contexto que leve em consideração a diversidade (étnico-cultural, social, religiosa, política, ideológica e de concepções pedagógicas) e a consolidação da democracia em todos os níveis, não pode estar limitada à vida acadêmica. Nessa perspectiva, o Curso deve almejar a um vínculo constante com os movimentos sociais e políticos, respeitada a pluralidade democrática.

O currículo é a concretização dos fins sociais e culturais de um processo formativo, enquanto produto de um paradigma educativo determinado, do qual não podem ser solapadas as inflexões ideológicas, é produto cultural controverso e, por isso mesmo, de difícil consenso. No âmbito das ciências humanas em geral e, no campo da educação em particular, cuja ciência, a Pedagogia, não se constitui senão por diversas epistemologias, não raramente, antagônicas, cabe não só atender às variadas propostas epistemológicas da área, mas também aos diversos anseios políticoideológicos que fecundam o campo de atuação, sem perder de vista os compromissos com a formação para o mundo do trabalho contemporâneo, com o aprofundamento científico e tecnológico, com os valores democráticos e com a formação da consciência crítica.

O currículo, assim, reflete o conflito de interesses dentro de uma sociedade e os valores contraditórios que regem os processos educativos. O currículo é uma invenção social e, como tal, reflete o sistema educativo, no qual está inserido.

2.6.3 Funcionamento do Curso de Pedagogia do *Campus* de Ariquemes da UNIR

a) Identificação

Universidade Federal de Rondônia

Campus de Ariquemes

Departamento de Ciências da Educação

Endereço: Av. Tancredo Neves, 3450 – Setor Institucional – 76.872-848

Curso: Licenciatura em Pedagogia

Turno de Funcionamento: Noturno

Forma de Ingresso regular: Processo Seletivo Discente a partir de notas do ENEM e Processo Seletivo para Preenchimento de Vagas Ociosas.

Vagas: 45 vagas anuais

Regime de Matrícula: Anual.

Período de Ingresso: 1º semestre de cada ano

Ato de Criação: Resolução 198/CONSEA, 18 de novembro de 2008

Data E-mec: 20 de novembro de 2008

Código E-mec: 116782

Data de reconhecimento: 28 de março de 2014.

Portaria de Reconhecimento: 216. DOU nº 61 de 31/03/2014

Registro e-mec: 201206517

Conceito do Curso: CPC 3; IDD 3; ENADE 3 conforme portaria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Ano da última reformulação Curricular: 2016.

Chefe de Departamento: Professora M.^a Lara Cristina Cioffi

Diretor do Campus: Prof. Dr. Humberto Hissashi Takeda

b) Integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão:

A grade curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR/Campus de Ariquemes está intimamente articulada com os projetos de extensão e pesquisas implantadas e realizadas na vida acadêmica. Os projetos de extensão aprovados pelo Departamento e concluídos se embasaram nas necessidades de atendimento às questões constantes no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – PPCP no que concerne a abordagem didático-pedagógica de

aprofundamento nas discussões inerentes ao curso do que é trabalhado nas disciplinas. As Jornadas Universitárias foram projetos de extensão que buscaram e buscam articular a necessidade de convívio e compreensão dos modos de vida, da percepção política, da praxis, envolvendo a comunidade acadêmica e a comunidade local. Os temas abordados seguem uma linha temática nacional e no campus, promove intensa interação e a partir destas surgem projetos de pesquisa educacional que culminam em muitos casos em Monografias para muitos acadêmicos participantes.

As Semanas Acadêmicas são projetos de extensão anuais que buscam envolver a todos os acadêmicos, assim como professores que orientam os estudos e as pesquisas dos alunos. Há participação também de técnicos que ficam no apoio e também se envolvem com minicursos e/ou palestras. Os estudos temáticos eleitos para a Semana são frutos da percepção daquilo que faz jus complementar na formação, estes durante meses são pesquisados e discutidos pelos grupos coordenados pelos professores e ao final do ano na culminância (realização da semana acadêmica) são apresentados os resultados destes estudos em forma de comunicações ao público e publicações de resumos (Revista do campus). Os acadêmicos são incentivados a participarem e participam com grande interesse visto que as oficinas, palestras e minicursos trazem assuntos de grande importância à formação e à complementação de horas extra curriculares que a integralização do curso exige.

Estas atividades complementares constam da grade curricular do curso de Pedagogia, no que diz respeito à Iniciação Científica ou Projeto de Extensão, realizadas pelos alunos sob a orientação dos professores do DECED ou externos a este, como aqueles ofertados pelos professores do DINTEC. As horas/aula de trabalho do aluno atestada pelos professores, são aproveitadas para efeito de créditos na juntada de documentos a constar nas 200h complementares e extracurriculares contidas no Projeto do Curso.

A participação dos alunos no Programa de Iniciação a Docência – PIBID se insere na praxis pedagógica em que o aluno vivencia na prática aquilo que se aprofundou na teoria, sendo estas horas contabilizadas na prática pedagógica exigida pelo curso conforme o art. 13 da resolução 02/2015 CNE. Com relação à Monitoria, esta será aproveitada para efeitos de créditos se for sob a orientação de um professor do DECED. A participação do aluno em eventos da categoria

profissional regional e/ou nacional (Congressos, Encontros, Simpósios, dentre outros).

c) Titulação: Licenciado em Pedagogia

d) Função: Desempenho da docência, gestão, assessoria, consultoria, pesquisa, planejamento e avaliação de sistemas educacionais e escolares, programas e projetos públicos ou privados de quaisquer instituições, onde se realizem atividades de formação escolares e não-escolares.

e) Outras Formas de Ingresso e Mobilidade: O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade como ingresso via Processo Seletivo Regular e Complementar (Vestibulinho), Transferência Compulsória; Regime Especial; Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional e Intrainstitucional ou outras formas autorizadas pelo Conselho Universitário, se houver, como políticas de ações afirmativas indígenas, afrodescendentes *etc.*

f) Síntese da Organização Curricular:

Hora/aula – 60 min.

Intervalo – 20 min.

Aulas semanais – 20

Aulas diárias – 04

Semanas/semestre – 20

Atividades Formativas e Aulas – 2800 h/a.

Estágio Supervisionado Obrigatório – 400h.

Atividades Complementares – 200h/a.

Total Carga Horária – 3.400h.

Duração do Curso: Mínimo 8 semestres; máximo 14 semestres¹

¹ De acordo com o que o MEC delibera há autonomia da Universidade para isso.

g) Calendário Acadêmico: De acordo com a Resolução no 2/CES/CNE, de 18 de junho de 2007, a carga horária anual deverá ser de 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo, o que corresponde a 28 (vinte oito) semanas e 4 (quatro) dias letivos. Para atender à referida resolução, as atividades acadêmicas são aprovadas anualmente e publicadas no calendário acadêmico da Instituição (UNIR).

h) Avaliação do Curso pelo ENADE: A primeira avaliação do Curso ocorreu no ano de 2015 e obteve Conceito 2.

2.7. Estrutura Curricular

A estrutura curricular compreende as diretrizes e a ordenação dos componentes curriculares, bem como os conteúdos formativos, a metodologia e a avaliação. Nesta proposta os componentes curriculares estão ordenados por Núcleo Curricular, para se visualizar como os núcleos formativos estão integrados interdisciplinarmente, e por período semestral, a fim de que se possa visualizar o percurso formativo.

2.7.1. Os Núcleos como articulação interdisciplinar entre os Componentes Curriculares

A Pedagogia, enquanto área de conhecimento aplicado tem por objeto a compreensão e a intervenção construtiva nos processos educativos, a partir de um escopo epistemológico e metodológico estreitamente articulado com o escopo de outras ciências, em particular, as ciências humanas e sociais. Essa especificidade faz do Curso de Pedagogia um curso eminentemente interdisciplinar que exige, de seu profissional, uma sólida base de fundamentos nas ciências sociais e humanas e um domínio específico de conhecimentos científicos, de competências, habilidades e valores, que possibilitem ao Pedagogo uma intervenção qualificada no processo educacional.

Assim, as disciplinas dessa proposta curricular se agrupam em quatro núcleos interdependentes, cujo desafio é a superação cada vez mais ampla, profunda e grave fragmentação entre os saberes. É nessa perspectiva, que os núcleos foram estruturados e atendem à determinação do Art. 11 da Lei nº 9.795/1999, “A

dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas” (BRASIL, 1999).

2.7.1.1. Núcleo de Fundamentos da Educação

Esse Núcleo está constituído pelos conteúdos das ciências da educação, cuja finalidade é proporcionar os fundamentos epistemológicos e metodológicos necessários à compreensão da ciência pedagógica, tanto em seu exercício docente, quanto em sua intervenção técnico-especializada em educação, a partir de uma visão multidisciplinar.

Constituem o Núcleo de Fundamentos da Educação as seguintes disciplinas: Introdução à Educação, Matemática Básica e Estatística aplicada à Educação, Filosofia, História da Educação Brasileira, Língua Portuguesa, Informática Educacional, Formação Étnico-Cultural Brasileira, Sociologia da Educação, Educação de Jovens e Adultos, Educação Infantil, Psicologia do Desenvolvimento, Epistemologia da Educação, Psicomotricidade, Psicologia da Aprendizagem, Educação do campo e Desenvolvimento Sustentável, Didática, Neurociência e Aprendizagem, Trabalho e Educação.

Ao término da integralização curricular desse Núcleo o aluno deve ser capaz de:

- Compreender o caráter histórico do ser humano, da sociedade e da natureza, respeitando os princípios da sustentabilidade;
- Atuar com ética e compromisso com a emancipação humana;
- Adquirir uma visão multidimensional e interdisciplinar da realidade social, entre as quais se encontra a educação;
- Adquirir domínio epistemológico e metodológico da Pedagogia;
- Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- Aprender a dinâmica sociocultural e as questões educacionais com postura crítica, investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, ambientais e outras;
- Utilizar instrumentos apropriados à construção de conhecimentos científicos nas áreas que fundamentam a educação.

2.7.1.2 Núcleo de Fundamentos e Práticas Pedagógicas

O Núcleo de Fundamentos e Práticas Pedagógicas se constitui de conteúdos, que formam a epistemologia e a metodologia necessárias ao trabalho docente. Trata-se, de um lado, de proporcionar a aquisição de conhecimentos e saberes educacionais constituídos, fundadores da prática docente, da produção e utilização de recursos didáticos e novas tecnologias informacionais, dos métodos e técnicas de ensino e avaliação e, de outro, de desenvolver o espírito criativo e inovativo embasados em concepções teóricas consistentes e em paradigmas técnico-científicos contemporâneos, respeitadas a diversidade social e cultural da sociedade brasileira, no geral, e rondoniense, em particular.

Constituem o Núcleo de Fundamentos e Práticas Pedagógicas as seguintes disciplinas: Educação Especial, Libras, Fundamentos e Prática do Ensino da Língua Portuguesa, Fundamentos e Prática do Ensino da Educação Infantil, Avaliação da Aprendizagem, Fundamentos e Prática do Ensino da História e Geografia, Fundamentos e Prática do Ensino da Alfabetização; Fundamentos e Prática do Ensino de Ciências, Fundamentos e Prática do Ensino de Matemática, Fundamentos e Prática do Ensino de Recreação e Jogos e Fundamentos e Prática do Ensino de Arte-Educação.

Visando possibilitar aprimoramento deste Núcleo, está em fase de construção o Laboratório de Ciências e a Brinquedoteca. Ambos contarão com professor e monitores que serão responsáveis pelo funcionamento e organização. Os laboratórios serão utilizados para as atividades de ensino com os acadêmicos e, eventualmente outras atividades desde que aprovadas pelo departamento. Haverá caderno para controle de registro de presenças, bem como, regras de utilização do ambiente. O responsável pelo Laboratório de Ciências será um dos professores das disciplinas de Fundamentos e Prática do Ensino, eleito em reunião de departamento, já o responsável pela Brinquedoteca será o Professor de Fundamentos e Prática do Ensino de Educação Infantil.

Ao integralizar o currículo desse Núcleo, o aluno deve ser capaz de:

- Dominar a epistemologia e as metodologias referentes ao objeto de sua prática pedagógica;

- Planejar o fazer docente, tendo por base critérios técnico-educacionais e socioculturais para a definição de objetivos, conteúdos curriculares, procedimentos e avaliação do processo ensino-aprendizagem;
- Dominar as metodologias e técnicas de ensino, a confecção e a utilização dos recursos didáticos e tecnológicos necessários ao exercício da docência;
- Agir com ética profissional e respeito à diversidade social, cultural, étnica, sexual e religiosa das demandas educativas;
- Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens das demandas diferenciadas: pessoas com necessidades especiais; jovens e adultos; quilombolas; camponeses; indígenas, respeitando os valores de sustentabilidade.

2.7.1.3 Núcleo de Gestão e Organização do Trabalho Educativo

O Núcleo de Gestão e Organização do Trabalho Educativo tem seu conteúdo voltado para as áreas de atuação profissional. Tendo como fio condutor a investigação científica dos processos educacionais e sociais, esses conteúdos objetivam proporcionar uma visão de totalidade do processo educativo, a partir da gestão educacional que, não se reduzindo à gestão escolar, vai das políticas públicas ao trabalho docente, passando pelas novas formas de gerenciamento de recursos humanos e técnico-administrativos. Nesse sentido, visam a uma formação autônoma, crítica e construtiva do pedagogo para corresponder às novas exigências do mundo do trabalho demandadas pelos paradigmas técnico-produtivos da *Sociedade Digital*.

Constituem o Núcleo de Gestão e Organização do Trabalho Educativo as seguintes disciplinas: Currículos e Programas; Política e Legislação Educacional; Gestão Educacional I; Gestão Educacional II;

Ao término da integralização curricular o aluno deve ser capaz de:

- Planejar, coordenar e avaliar políticas, programas e projetos educacionais;
- Planejar, gerir e avaliar projetos político-pedagógicos e curriculares;
- Gerir, coordenar, supervisionar, orientar e avaliar os recursos humanos e os processos pedagógicos e educativos, em contextos escolares e não-escolares;

- Realizar consultoria e assessoria educacionais, bem como avaliação institucional;
- Desenvolver projetos de pesquisa sobre ensino-aprendizagem e gestão escolar visando a melhoria da qualidade educacional, nas diversas modalidades de ensino;
- Saber usar e ensinar o uso das novas tecnologias de comunicação e informação como recursos básicos para viabilizar a aprendizagem;
- Agir com ética profissional e respeito à diversidade social, cultural, étnica, sexual e religiosa das demandas educativas;
- Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens das demandas diferenciadas: pessoas com necessidades especiais; jovens e adultos; quilombolas; camponeses; indígenas respeitando os valores de sustentabilidade;
- Aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar e avaliar.

2.7.1.4 Núcleo de Estudos Integradores

O Núcleo de estudos integradores, aproveitando a abertura conceitual que a Resolução 1, de 15 de maio de 2006, oferece tanto pelas alíneas “a”, “b” e “c” do inciso III, do Art. 6º, quanto pelo inciso III do Art. 8º, será, aqui, concebido como um conjunto de estudos, que proporcionem enriquecimento curricular, através da participação discente em atividades inter e multidisciplinares, as quais estão divididas em dois grupos: atividades obrigatórias e atividades complementares.

As atividades obrigatórias, porque necessárias à formação básica do acadêmico, acontecerão sob a forma de disciplinas, cuja natureza teórico-prática possibilitará a aplicação inter e multidisciplinar de conhecimentos, tais são os casos das metodologias de produção acadêmica e de pesquisa e do estágio supervisionado obrigatório e do trabalho de conclusão de curso.

As atividades complementares, a partir da escolha das quais o discente poderá direcionar sua formação acadêmica, serão constituídas por disciplinas optativas (que na matriz curricular aparece com o nome de tema integrador), pela participação em seminários e congressos científicos, atividades de extensão,

monitoria, pesquisa vinculada à iniciação científica ou ao trabalho de conclusão de curso, estágios voluntários ou participação em experiências pedagógicas, todas devidamente orientadas por professor do curso e autorizadas pelo Conselho do Departamento.

Assim, as atividades obrigatórias do núcleo de estudos integradores, sob a forma de disciplina, constarão no quadro curricular obrigatório, quais sejam: Metodologia da Produção Acadêmica e Científica; Metodologia da Pesquisa em Educação, Estágio Supervisionado Obrigatório I, II, III, IV e o Trabalho de Conclusão de Curso, (estas duas últimas são regulamentadas por legislação própria); enquanto que as atividades complementares serão constituídas por um quadro curricular de disciplinas optativas e um conjunto de atividades curriculares formativas regulamentadas por legislação própria.

As atividades curriculares com regulamentação própria são as seguintes:

I) Estágios Supervisionados. Será regulado pela legislação já citada e funcionará de acordo com o Manual de Estágio Supervisionado Obrigatório (aprovado conforme Resolução n.º. 466/CONSEA, de 14 de dezembro de 2016) e com base em convênios com as Secretarias Municipais e, Estadual de Educação. Cabe destacar que o Convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes foi celebrado conforme disposto na Resolução n.º. 507/CONSEA de 05 de dezembro de 2017. O ESI deverá ser realizado nas turmas de Educação Infantil. O ESII refere-se a Alfabetização e poderá ser realizado nos 2 (dois) primeiros anos do Ensino Fundamental ou na Alfabetização de Jovens e Adultos. O ESIII será realizado na turmas de 4º (terceiro) ao 5º (quinto) ano do Ensino Fundamental ou Séries Iniciais da EJA. Quando o ESII for realizado na EJA, o ESIII deverá obrigatoriamente ser realizado com crianças. O ESIV deverá envolver atividades relacionadas a gestão escolar.

Como estratégia para cumprimento de outras atividades de natureza científico-cultural (atividades complementares), os acadêmicos deverão cumprir 200 horas/aula da seguinte maneira:

I) 40 horas de atividades de pesquisa. Os alunos deverão desenvolver pesquisas que irão gerar como produto publicações de artigo ou resumos em revistas científicas ou anais de eventos acadêmico-científicos ou, apresentar nesses eventos trabalhos que resultem em produção que contribuam significativamente com a sua formação. Sem limites de horas. II) 160 horas de atividades de extensão.

Serão aceitos: a) no máximo 80 horas/aula de cursos presenciais oferecidos pelas Secretarias de Educação ou outras instituições. b) No máximo 80 horas/aula de cursos realizados na modalidade a distância. c) cursos presenciais de extensão universitária, oferecido por instituições de Ensino Superior, relacionado às áreas de conhecimento voltadas para a educação disponibilizadas pelo CNPQ, conforme tabela abaixo (Quadro 4). Sem limites de horas ou cursos e/ou palestras/eventos. Para compor o item II, poderão ser utilizadas participações no PIBIC, PIBID, monitoria, cursos de extensão, palestras, participação em evento científico, sem limite de carga horária.

Quadro 4 - Áreas de conhecimento em Ciências Humanas.

7.08.00.00-6	Educação
7.08.01.00-2	Fundamentos da Educação
7.08.01.01-0	Filosofia da Educação
7.08.01.02-9	História da Educação
7.08.01.03-7	Sociologia da Educação
7.08.01.04-5	Antropologia Educacional
7.08.01.05-3	Economia da Educação
7.08.01.06-1	Psicologia Educacional
7.08.02.00-9	Administração Educacional
7.08.02.01-7	Administração de Sistemas Educacionais
7.08.02.02-5	Administração de Unidades Educativas
7.08.03.00-5	Planejamento e Avaliação Educacional
7.08.03.01-3	Política Educacional
7.08.03.02-1	Planejamento Educacional
7.08.03.03-0	Avaliação de Sistemas, Instituições, Planos e Programas Educacionais
7.08.04.00-1	Ensino-Aprendizagem
7.08.04.01-0	Teorias da Instrução
7.08.04.02-8	Métodos e Técnicas de Ensino
7.08.04.03-6	Tecnologia Educacional
7.08.04.04-4	Avaliação da Aprendizagem
7.08.05.00-8	Currículo
7.08.05.01-6	Teoria Geral de Planejamento e Desenvolvimento Curricular
7.08.05.02-4	Currículos Específicos para Níveis e Tipos de Educação
7.08.06.00-4	Orientação e Aconselhamento
7.08.06.01-2	Orientação Educacional
7.08.06.02-0	Orientação Vocacional
7.08.07.00-0	Tópicos Específicos de Educação

7.08.07.01-9	Educação de Adultos
7.08.07.02-7	Educação Permanente
7.08.07.03-5	Educação Rural
7.08.07.04-3	Educação em Periferias Urbanas
7.08.07.05-1	Educação Especial
7.08.07.06-0	Educação Pré-Escolar
7.08.07.07-8	Ensino Profissionalizante
7.09.00.00-0	Ciência Política

II) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O TCC, disciplina localizada na matriz curricular do curso no 8º semestre, somente poderá ser cursada após aprovação em todas as disciplinas existentes nos semestres anteriores, caracterizando deste modo a exigência de pré-requisito para ser cursada, sendo apresentada exclusivamente sob a forma de Monografia, deverá resultar de pesquisa acadêmico-científica, na área de escopo do Curso, de acordo com o que determina a Resolução 242/CONSEPE-UNIR, de 24 de setembro de 1997. Casos especiais deverão ser analisados pelo departamento mediante requerimento do acadêmico com a devida justificativa.

O TCC encontra-se regulamentado pela Resolução nº. 457/CONSEA de 27 de setembro de 2016.

III) Monitoria. A monitoria é uma atividade de assessoria à docência e de aprofundamentos de estudos numa determinada disciplina do curso, regulamentada pela Resolução N. 29/CONSEA, de 13/07/2006, a cujo exercício se tem acesso por concurso público, através de Edital, especificamente elaborado para tal fim.

Os programas institucionais de iniciação científica (PIBIC), de iniciação à docência (PIBID), de educação tutorial (PET), as atividades de extensão tanto de PIBEX, quanto de PROEXT, assim como outros programas institucionais, devidamente aprovados pelo colegiado de curso, tais como os de permanência e aprofundamentos de estudos, serão considerados, de acordo com a carga horária aprovado pelo colegiado de curso, como atividades curriculares complementares.

Ao término da integralização curricular por Núcleo, o aluno deverá ser capaz de dominar princípios teórico-metodológicos da área de conhecimento que se constitua objeto de sua prática profissional, quer se trate de ensino, pesquisa, extensão ou gestão educacional;

A integralização dos quatro núcleos constitui a matriz curricular deste Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia do Campus de Ariquemes, na modalidade regular ou especial, dentro ou fora da sede.

2.7.2 Integralização de currículo

Entende-se como integralização curricular a obtenção de carga horária total das disciplinas/atividades fixada no Currículo do Curso. Sendo o Curso de Licenciatura em Pedagogia, normatizado pela Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 terá, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de 08 (oito) semestres organizados no sistema de crédito. Neste Projeto Político Pedagógico de Curso (PPC), essa carga horária total perfaz um total de 3.400 (três mil e quatrocentas) horas.

A Resolução 036/CONSUN, de 11/07/2018, que regulamenta o processo de exclusão de discente, ou seja, o jubramento, garante no Art. 2, autonomia do PPC em estipular o tempo máximo de integralização do curso.

No Curso de Licenciatura em Pedagogia acerca do qual trata este PPC, somente receberá o diploma o aluno que integralizar o currículo do seu curso, no prazo de 8 (oito) semestres, com prazo máximo de 14 semestres, ou seja, acrescido de 75% (setenta e cinco por cento) deste número. Ultrapassado o prazo máximo de permanência, o aluno terá a sua matrícula cancelada (Quadros 5 e 6).

Quadro 5 - Síntese da organização curricular proposta.

N.º	ATIVIDADE	TEMPO
1	Hora/aula	60 min
2	Intervalo	20 min
3	Aulas semanais	20 h/a
4	Aulas diárias	04 h/a
5	Semanas/semestre	20 semanas

Quadro 6 – Atividades e carga horária (C/H) com respectiva percentagem em relação a C/H total.

N.º	ATIVIDADES	C/H	%
	Formativas e Aulas	2.400 h/a	70
	Prática	400 h/a	12
	Estágio Supervisionado Obrigatório	400 h/a	12
	Atividades Complementares	200 h/a	06
Total		3.400 h/a	100

Duração do Curso: Mínimo 08 semestres; máximo 14 semestres.

2.7.3 Educação Ambiental

Em relação à educação ambiental, a grade curricular norteia-se pela corrente de Educação Ambiental Crítica, ancorada em conhecimentos vinculados às questões socioambientais, que se caracterizam pela indissociabilidade homem-natureza, capaz de mediar atitudes e reconhecer a impossibilidade de sustentabilidade em uma sociedade com traços acentuados de desigualdade e desrespeito aos ciclos naturais.

O aprofundamento teórico da temática ocorre, de forma específica, nas disciplinas: Educação Indígena (2º período); Educação do Campo e Sustentabilidade (3º período); Fundamentos e Prática do Ensino de História e Geografia (6º período); Fundamentos e Prática do Ensino de Ciências (6º período) e Formação Étnio-cultural Brasileira.

A complexidade da temática e a necessidade de promover ambientes educativos de mobilização, exige que se extrapole os limites da sala de aula, corroborando para tal propósito, atividades de pesquisa e extensão, nomeadamente: O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial Vale do Jamari (NEDET), I e II Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária 2015-2017 e As Populações Tradicionais do Guaporé e as Festividades do Divino.

A mobilização permite analisar criticamente os paradigmas que resultaram na crise ambiental contemporânea, aprofundados pelo modo de produzir capitalista e superar a percepção de que o processo educativo está restrito ao aprendizado individualizado dos conteúdos escolares, evitando, desta forma, que a realidade em que a universidade está inserida esteja descontextualizada.

Tais atividades, além de proporcionar a produção de publicações diversas (TCC, resumos, artigos, exposições fotográficas etc.), oportunizam a realização de ações pedagógicas práticas, oxigenando o diálogo e a inserção das comunidades e de temas cotidianos nos espaços da universidade, representando o reconhecimento da diversidade sociocultural e dos distintos processos de ensino-aprendizagem. Merece destaque nessa compreensão, a agroecologia e a organização para a criação de uma Horta Universitária Comunitária.

2.8. Representação Gráfica do Perfil de Formação

2.8.1. Matriz curricular, por núcleo e trajetórias de formação

No Quadro 7 está demonstrada, a partir da cor de cada núcleo curricular, a integração curricular e o caráter interdisciplinar da matriz curricular, bem como as trajetórias de formação.

2.8.2 Matriz curricular obrigatória, por período, créditos e carga horária

No Quadro 8, demonstra-se, por disciplina (cada uma das quais sombreada pela cor do núcleo curricular a que pertence), período, créditos e carga horária, a composição completa da matriz curricular obrigatória.

2.8.3 Disciplinas optativas, temas integradores e atividades Complementares

No Quadro 9, apresentam-se as disciplinas optativas, os temas integradores, que igualmente são ministrados como disciplinas e as atividades curriculares complementares.

Quadro 7 - Integração curricular e caráter interdisciplinar dos Núcleos Curriculares.

PERÍODO		CAMPO CURRICULAR					ARTICULADOR
I	1º	Metodologia da Produção Científica e Acadêmica	Introdução à Educação, à Psicologia da Educação e a Sociologia da Educação	Filosofia da Educação	História da Educação Brasileira	Sociologia da Educação	OPTATIVA (outro horário)
	2º	TEMA INTEGRADOR OU OPTATIVA	Matemática Básica e Estatística Aplicada à Educação	Língua Portuguesa	Educação Infantil	Psicologia da Aprendizagem	OPTATIVA (outro horário)
II	3º	Formação Étnico-Cultural Brasileira	Epistemologia da Educação	Libras	Currículos e Programas	Psicomotricidade	OPTATIVA (outro horário)
	4º	Didática	Metodologia da Pesquisa em Educação	Fundamentos e Prática de Educação Infantil	Neurociência, Aprendizagem e Problemas de aprendizagem	TEMA INTEGRADOR OU OPTATIVA	Grupo de Pesquisa
III	5º	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Fundamentos e Prática do Ensino da Língua Portuguesa	Fundamentos e Prática de Alfabetização	Política e Legislação Educacional	Estágio Supervisionado Obrigatório I	Semanas Pedagógicas
	6º	Fundamentos e Prática do Ensino de História e Geografia	Fundamentos e Prática do Ensino de Matemática	Fundamentos e Prática do Ensino de Ed. Física, Recreação e Jogos	Gestão Educacional	Estágio Supervisionado Obrigatório II	Congressos
IV	7º	Fundamentos e Prática do Ensino de Arte-Educação	Fundamentos e Prática do Ensino de Ciências	Educação Especial	Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável	Estágio Supervisionado Obrigatório III	Seminários
	8º	Atividades Complementares	Avaliação da Aprendizagem	TEMA INTEGRADOR OU OPTATIVA	TCC-Monografia	Estágio Supervisionado Obrigatório IV	Monitorias

1	NÚCLEO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	3	NÚCLEO GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EDUCATIVO
2	NÚCLEO FUNDAMENTOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	4	NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES

Quadro 8 - Matriz curricular obrigatória por período. Créditos (CR); Carga Horária (CH).

PERÍODO	NÚCLEO	DISCIPLINAS	CR	CH
I	EI-	Metodologia da Produção Científica e Acadêmica	4	80
	FE-	Introdução à Educação, a Psicologia da Educação e a Sociologia da Educação	4	80
	FE-	Filosofia da Educação	4	80
	FE-	História da Educação Brasileira	4	80
	FE-	Sociologia da Educação	4	80
II		Matemática Básica e Estatística Aplicada à Educação	4	80
	FE-	Língua Portuguesa	4	80
	FE-	Educação Infantil	4	80
	FE-	Psicologia da Aprendizagem	4	80
	EI-	Tema Integrador ou optativa	4	80
III	FE-	Formação Étnico-Cultural Brasileira	4	80
	FE-	Epistemologia da Educação	4	80
	FPP-	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	4	80
	GOTE-	Currículos e Programas	4	80
	FE-	Psicomotricidade	4	80
IV	FE	Didática	4	80
	FPP-	Fundamentos e Prática da Educação Infantil	4	80
	EI	Tema Integrador ou optativa	4	80
	EI	Metodologia da Pesquisa em Educação	4	80
	FE-	Neurociência, Aprendizagem e Problemas de Aprendizagem	4	80
V	FE-	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	4	80
	FPP-	Fundamentos e Prática do Ensino de Língua Portuguesa	4	80
	FPP-	Fundamentos e Prática da Alfabetização	4	80
	GOTE-	Política e Legislação Educacional	4	80
	EI-	Estágio Supervisionado Obrigatório I	5	100
VI	FPP-	Fundamentos e Prática do Ensino de História e Geografia	4	80
	FPP-	Fundamentos e Prática do Ensino de Matemática	4	80
	FPP-	Fundamentos e Prática do Ensino de Ed. Física, Recreação e Jogos	4	80
	GOTE-	Gestão Educacional	4	80
	EI-	Estágio Supervisionado Obrigatório II	5	100

Quadro 8 (continuação) - Matriz curricular obrigatória por período. Créditos (CR); Carga Horária (CH).

VII	FPP -	Fundamentos e Prática do Ensino de Arte-Educação	4	80
	FPP -	Fundamentos e Prática do Ensino de Ciências	4	80
	FPP -	Educação Especial	4	80
	FE-	Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável	4	80
	EI-	Estágio Supervisionado Obrigatório III	5	100
VIII	FPP -	Avaliação da Aprendizagem	4	80
	EI-	Atividades Complementares (IC, extensão ou monitoria)	10	200
	EI-	Tema Integrador ou Optativa	4	80
	EI -	TCC – Monografia	8	160
	EI -	Estágio Supervisionado Obrigatório IV	5	100
			TOTAL DE CRÉDITOS/HORAS	174

Quadro 9 - Disciplinas optativas, temas integradores e atividades complementares.

PERÍODO	NÚCLEO	CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA CAMPUS DE ARIQUEMES		
		DISCIPLINAS	CR	CH
	EI	Tema integrador: Saúde e primeiros socorros	4	80
	EI	Tema integrador: ciências e suas tecnologias	4	80
	EI	Tópicos integrados: estatística e formação pedagógica	4	80
	EI	Tecnologias aplicadas à educação	4	80
	EI	Formação de Professores Alfabetizadores	4	80
	EI	Educação integral	4	80
	EI	Educação e Poder	4	80
	EI	O Ensino da Matemática na Educação de Jovens e Adultos	4	80
	EI	Educação Indígena	4	80
	EI	Educação e Agroecologia	4	80
	EI	Atualidades na Educação	4	80
	EI	Iniciação Científica		
	EI	Iniciação à Docência		
	EI	Semanas Pedagógicas		
	EI	Congressos Científicos		
	EI	Seminários Científicos		
	EI	Monitoria		
	EI	Extensão		
	EI	Tutoria		

2.8.4 Pré-requisitos

Algumas disciplinas serão pré-requisitos e serão apresentadas na primeira coluna, na segunda coluna constam as disciplinas a serem feitas posteriormente (Quadro 10).

Quadro 10 - Pré-Requisitos para as disciplinas.

Disciplinas Pré-requisitos	Disciplinas Posteriores
Didática	Estágio Supervisionado Obrigatório I, II, III
Gestão Educacional	Estágio Supervisionado Obrigatório IV
Metodologia da Pesquisa em Educação	TCC

2.8.5 Trancamento total ou parcial de matrícula no curso

De acordo com o Regimento Geral da UNIR, Seção VII entende-se por trancamento Total de matrícula no curso a interrupção total das atividades acadêmicas a pedido do aluno. O trancamento Total é permitido até 25% do total máximo de anos para integralização do curso), devendo ser requerido à Secretária de Registros e Controle Acadêmicos (SERCA) dentro do prazo fixado no Calendário Acadêmico, respeitado o parecer do Conselho de Departamento.

O período de trancamento total de matrícula no curso não será computado no tempo máximo para integralização curso. O Trancamento parcial de matrícula no curso, caracteriza-se pela paralisação parcial das atividades acadêmicas a pedido do aluno. Nesta modalidade o discente poderá solicitar o trancamento, no máximo, por duas vezes na mesma disciplina sendo obrigatório permanecer matriculado, pelo menos, em duas disciplinas.

Segundo a Resolução no 207/CONSEPE de 18 de Julho de 1996, Art. 1º, o trancamento de matrícula total ou parcial no curso somente poderá ocorrer a partir do segundo ano de ingresso, exceto nos casos previstos em lei. Situações alheias as estas apresentadas estarão sujeitas à análise para o deferimento ou indeferimento pelo DECED.

2.8.6 Grade de equivalência

A grade de equivalência foi elaborada visando suprir uma necessidade temporária de transição e permanecerá vigente por 06 anos consecutivos a partir da implantação da nova grade. Nesta, todas as disciplinas da Grade Curricular de 2012 poderão ser aproveitadas na nova grade.

Os acadêmicos que estiverem no 5º, 6º, 7º e 8º períodos a partir da implantação da nova grade, permanecerão na grade 2012, já os acadêmicos do 1º ao 4º período, a partir da implantação, serão inseridos na nova grade.

Os alunos remanescentes (matriz 2012) poderão optar pela transferência de matriz curricular via solicitação ao Departamento. Admitir-se-á a alocação dos alunos remanescentes a nova matriz através da ciência e transparência de currículo, sem que haja prejuízo na vida acadêmica dos mesmos. A migração será realizada pela

equivalência das ementas das disciplinas da matriz curricular original em relação ao ementário das disciplinas que constituem a nova matriz.

O detalhamento das disciplinas e suas devidas equivalências encontram-se no Quadro 11.

Quadro 2 - Grade de equivalência.

GRADE 2012						GRADE DE EQUIVALENCIA			
P	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	C	P	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	C
1º	CED30001	Metodologia do Trabalho Acadêmico e Científico	80	4	1º		Metodologia do Trabalho Acadêmico e Científico	80	4
1º	CED30002	Filosofia	80	4	1º		Introdução a Educação, à Psicologia da Educação e à Sociologia da Educação	80	4
1º	CED30003	Sociolinguística	80	4	2º		Língua Portuguesa	80	4
1º	CED30004	Filosofia da Educação	80	4	1º		Filosofia da Educação	80	4
1º	CED30005	Sociologia da Educação	80	4	1º		Sociologia da Educação	80	4
2º	CED30006	Psicologia da Aprendizagem	80	4	2º		Psicologia da Aprendizagem	80	4
2º	CED30007	História da Educação	80	4	1º		História da Educação Brasileira	80	4
2º	CED30008	Educação Infantil	80	4	2º		Educação Infantil	80	4
2º	CED30009	Psicomotricidade	80	4	3º		Psicomotricidade	80	4
2º	CED30027	Tema Integrador ou Optativa	80	4	2º		Tema Integrador ou optativa	80	4
3º	CED30011	Cultura e Formações Étnicas na Amazônia	80	4	3º		Formação Etnico-cultural brasileira	80	4
3º	CED30012	Fundamentos e Prática da Educ.Física, Recreação e Jogos	80	4	6º		Fundamentos e Prática da Educ.Física, Recreação e Jogos	80	4
3º	CED30013	Educação Ambiental e do Campo	80	4	7º		Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável	80	4
3º	CED30014	Educação de Jovens e Adultos	80	4	5º		Educação de Jovens e Adultos	80	4
3º	CED30021	Tema Integrador ou Optativa	80	4	4º		Neurociência, Aprendizagem e Problemas de Aprendizagem	80	4
4º	CED30016	Epistemologia da Educação	80	4	3º		Epistemologia da Educação	80	4
4º	CED30017	Didática	80	4	4º		Didática	80	4
4º	CED30018	Currículo e Educação Básica	80	4	3º		Currículos e Programas	80	4
4º	CED30019	Tema Integrador ou Optativa	80	4	4º		Tema Integrador ou optativa	80	4
4º	CED30010	Tema Integrador ou Optativa	80	4	2º		Matemática Básica e Estatística	80	4
5º	CED30022	Metodologia da Pesquisa em Educação	80	4	4º		Metodologia da Pesquisa em Educação	80	4
5º	CED30023	Fundamentos e Prática da Educação Infantil	80	4	4º		Fundamentos e Prática da Educação Infantil	80	4
5º	CED30024	Fundamentos e Prática da Alfabetização	80	4	5º		Fundamentos e Prática da Alfabetização	80	4

Quadro 3 (continuação) - Grade de equivalência.

GRADE 2012						GRADE DE EQUIVALENCIA			
P	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	C	P	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	C
5º	CED30026	Estágio Supervisionado I	80	4	5º		Estágio Supervisionado Obrigatório I	100	5
5º	CED30025	Fundamentos e Prática do Ensino de Língua Portuguesa	80	4	5º		Fundamentos e Prática do Ensino de Língua Portuguesa	80	4
6º	CED30030	Fundamentos e Prática do Ensino de Ciências	80	4	7º		Fundamentos e Prática do Ensino de Ciências	80	4
6º	CED30031	Fundamentos e Prática do Ensino de Matemática I	80	4	6º		Fundamentos e Prática do Ensino de Matemática	80	4
6º	CED30033	Fundamentos e Prática do Ensino de Geografia	80	4	6º		Fundamentos e Prática do Ensino de História e Geografia ou tema Integrador	80	4
6º	CED30032	Fundamentos e Prática do Ensino de História	80	4	6º		Fundamentos e Prática do Ensino de História e Geografia ou Tema integrador	80	4
6º	CED30029	Estágio Supervisionado II	80	4	6º		Estágio Supervisionado Obrigatório II	100	5
7º	CED30035	Políticas Públicas e Legislação Educacional	80	4	5º		Políticas e Legislação Educacional	80	4
7º	CED30037	Fundamentos e Prática do Ensino da Arte	80	4	7º		Fundamentos e Prática do Ensino da Arte-Educação	80	4
7º	CED30036	Gestão Educacional	80	4	6º		Gestão Educacional	80	4
7º	CED30038	Educação Especial	80	4	7º		Educação Especial	80	4
7º	CED30034	Estágio Supervisionado III	80	4	7º		Estágio Supervisionado Obrigatório III	100	5
8º	CED30040	Avaliação Educacional	80	4	8º		Avaliação da Aprendizagem	80	4
8º	CED30039	Estágio Supervisionado IV	80	4	8º		Estágio Supervisionado Obrigatório IV	100	5
8º	CED30041	Elaboração de Trabalho Monográfico	160	8	8º		TCC - Monografia	160	8
8º	CED30042	Atividades complementares (IC, Extensão ou Monitoria)	100	4	8º		Atividade Teórico-Prática (IC, Extensão ou Monitoria)	200	10
8º	CED30043	Libras	80	4	3º		Libras	80	4

		Total de horas: 3220H					Total de horas: 3400H		

2.9 Metodologia de Ensino e Avaliação

2.9.1. Metodologia de ensino

O Curso de Pedagogia propiciará, tendo por base a Lei 9.394/96, liberdade de métodos, formas e técnicas de ensino, desde que estes tenham embasamento científico, em especial, nas teorias da educação, cuja epistemologia deve orientar a prática pedagógica.

Não obstante, critérios devem ser observados: a fundamentação epistemológica da metodologia ou método, o atendimento às diferenças individuais, no que diz respeito ao desenvolvimento cognitivo, psicomotor, afetivo, à idade, ao gênero, às necessidades educativas especiais, assim como à diversidade ética, política, ideológica e religiosa.

Deve proporcionar consistência teórica, sustentada por atividades práticas e pela pesquisa de campo e experimental.

Deve utilizar, quando necessário e de acordo com o que determinar a legislação, das tecnologias da informação e comunicação, bem como das mídias de ensino presencial e à distância.

Deve fazer uso das linguagens especiais, em especial de Libras e Braille, na consecução de seus fins formativos.

Por fim, a metodologia de ensino deve proporcionar, através dos recursos didáticos, as condições necessárias para uma avaliação da aprendizagem, coerente com os objetivos formulados e os conteúdos ministrados.

No decorrer do curso, 16 disciplinas de 80h serão distribuídas em 55 horas/aula de teoria e 25 horas/aula de prática. Sendo elas: Didática; Fund. e Pr. do Ensino de História e Geografia; Fund. e Pr. Do Ensino de Arte-Educação; Fund. e Pr. do Ensino de Língua Portuguesa, Fund. e Pr. do Ensino de Matemática, Fund. e Pr. do Ensino de Ciências; Avaliação da Aprendizagem; Fund. e Pr. da Educação Infantil; Fund. e Pr. da Alfabetização; Fund. e Pr. do Ensino de Educação Física, Recreação e Jogos; Educação Especial; Educação Infantil; Política e Legislação Educacional; Gestão Educacional; Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável.

Caberá ao Professor Responsável mediante aprovação em Conselho de Departamento deliberar sobre a distribuição das horas práticas e das horas

semipresenciais que comporão as disciplinas em cada semestre, mantendo-se o mínimo de 25 horas práticas nas disciplinas supracitadas, as deliberações da Resolução CNE 02 de 01 de julho de 2015 e da Portaria Nº 4059, de 10 de dezembro de 2004.

2.9.2 Avaliação do processo ensino-aprendizagem

A avaliação do processo ensino-aprendizagem deve atender ao que dispõe a legislação da UNIR em vigor (hoje, regulamentada pela Resolução 251/CONSEPE, de 27 de novembro de 1997) e deve proporcionar condições e instrumentos avaliativos, que mensurem o desempenho do aluno e do professor como um todo, a partir das condições de trabalho existentes.

De acordo com as últimas contribuições científicas dos paradigmas, nos quais esse projeto se baseia, a avaliação da aprendizagem deve abranger os aspectos do domínio de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e competências, o respeito a comportamentos e valores, segundo a cultura e a classe social.

Fundamental, por esta perspectiva, que o curso se esmere, de forma coletiva, na produção de instrumentos avaliativos, que apreendam os diferentes aspectos, em seu processo de desenvolvimento histórico-concreto, portanto, potencializando os momentos de diagnóstico, de formação e somativo, como um processo interativo e dialético.

No mais, trata-se de formular a avaliação da aprendizagem, de acordo com a resolução do conselho de ensino e pesquisa da UNIR.

2.9.3 Avaliação institucional

A avaliação institucional será realizada por uma comissão eleita pelo departamento com base nos critérios estabelecidos pela Lei N. 10.861/2004: I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos; II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos; III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos; IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das

instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Assim, o NDE deverá estabelecer processos que possibilitem a avaliação qualitativa e sistemática do curso, priorizando a realização de reuniões periódicas, debates, a institucionalização da ouvidoria, a aplicação de questionários, utilização dos resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A avaliação dos docentes pelos discentes, ocorrerá semestralmente quinze dias antes de finalizar o semestre letivo. Já as avaliações do curso como um todo será a cada biênio. Mediante os resultados obtidos, serão realizadas reuniões de trabalho para avaliar os resultados e propor alternativas para superação dos itens que estiverem aquém do almejado.

2.9.4 Acompanhamento de egressos

O DECED irá fazer o acompanhamento dos egressos através da elaboração de um cadastro dos alunos formados e mantendo esse registro na página institucional do Curso. O cadastro visa conhecer os direcionamentos profissionais do egresso tanto para o mercado de trabalho quanto para a continuidade da carreira acadêmica no mestrado ou doutorado.

Será proposta a formação de uma associação de ex-alunos para que contribuam periodicamente com palestras para calouros, nas semanas iniciais do curso. Também será mantido contato com os mesmos com ofertas de cursos de especialização ou aperfeiçoamento e/ou atualização.

Deve, ainda, proceder a avaliação e acompanhamento dos egressos do curso por meio de questionários ou entrevistas que possibilitem aferir o impacto social e político do curso. Por fim, o processo deve priorizar o aprofundamento da democracia e envolver professores, alunos, funcionários e, quando possível, profissionais interessados.

3 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA

3.1. Estrutura Administrativa

A estrutura administrativa está constituída por: Conselho de Departamento formado por todos os docentes lotados no Departamento de Ciências da Educação (DECED), por 1 (um) representante estudantil de curso vinculado ao departamento e 1 (um) representante dos técnico-administrativos também lotado no DECED.

O DECED é administrado pelo Chefe e Vice-Chefe, devidamente eleitos, de acordo com a legislação vigente. Na gestão 2018-2019, a chefia está sendo exercida pela Prof. M.^a Lara Cristina Cioffi e pela Profa. Dra. Adailde Miranda da Silva Carvalho, Chefe e Vice-Chefe respectivamente.

3.1.1 Composição do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Curso de Pedagogia recebe apoio pedagógico do Núcleo Docente Estruturante (NDE), segundo as normas da Resolução 285/CONSEA, de 21 de setembro de 2012, que dispõe sobre a criação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) para todos os cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

O NDE tem por finalidade contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE discute constantemente a matriz curricular do curso, promovendo revisões e atualizações nos conteúdos das disciplinas, fazendo as adaptações necessárias à realidade do curso.

A primeira composição do NDE se deu através da Portaria N° 008/2012/DCAR/UNIR de 02 de outubro de 2012. Foram designados os seguintes professores para constituir o Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso de Licenciatura em Pedagogia: Prof. Dr. Antonio Carlos Maciel; Prof.^a. M.e. Eliéte

Zanelato; Prof. M.e. Fernando Sérgio Silva Barbosa; Prof. M.e. Hugo Athanasios Fotopoulos; Prof^a. M.e. Maria Auxiliadora Máximo.

Ao completar os dois anos, uma nova eleição foi realizada em reunião de departamento na qual os seguintes professores foram designados para compor o NDE através da ORDEM DE SERVIÇO Nº 035/2014/DECED, de 10 de Novembro de 2014: Prof^a. M.e. Eliéte Zanelato; Prof. M.e. Fernando Sérgio Silva Barbosa; Prof. M.e. Hugo Athanasios Fotopoulos; Prof^a Dr. Juliana da Silva Nóbrega, Prof^a. M.e. Maria Auxiliadora Máximo.

Devido o afastamento de um dos professores para o doutorado, em abril de 2015, o mesmo foi substituído pela Prof. M.e. Lara Cristina Cioffi. Visando reforçar e registrar a mudança de um dos membros, a nova composição foi nomeada mediante Portaria 017/2015/DCAR/UNIR de 10/09/2015, retroativo a 14/04/2015.

Em dezembro de 2015 a Prof. Juliana da Silva Nóbrega precisou se ausentar devido avançado estado de gravidez e a Prof. M.e. Márcia Ângela Patrícia a substituiu e permanece até o momento (abril/2016).

Atualmente, a composição do NDE, aprovada em relação a sua recomposição em reunião departamental (Portaria Nº 018/2018/DCAR/UNIR, de 18 de dezembro de 2018), está conforme consta no Quadro 12.

Quadro 4 – Professores integrantes do NDE (Dezembro de 2018).

Titulação	Nome	Função
Doutor	Fernando Sérgio Silva Barbosa	Coordenador
Mestre	Hugo Athanasios Fotopoulos	Vice-Coordenador
Doutor	Ederson Lauri Leandro	Membro
Mestre	Lara Cristina Cioffi	Membro
Mestre	Márcia Ângela Patrícia	Membro

O Núcleo Docente Estruturante reúne-se, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu presidente mensalmente e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente e/ou pela maioria dos seus membros titulares.

Há *quórum* para a realização das reuniões quando estão presentes a maioria absoluta dos membros do NDE.

O Regimento do NDE encontra-se no APÊNDICE C deste PPC.

3.1.2 Recursos humanos do Departamento de Ciências da Educação

3.1.2.1 *Corpo Docente*

O Departamento de Ciências da Educação (DECED) possui, em dezembro 2018, 09 (nove) professores, sendo 03 (três) doutores, 05 (cinco) doutorandos e 01 (uma) mestra, atendendo atualmente, em dezembro de 2018, a 200 alunos. Nos Quadros 13 e 14 são apresentadas a relação dos docentes do DECED e os dados referentes aos mesmos (função, disciplinas ministradas e experiência), respectivamente.

Para atender as demandas do curso de Pedagogia, além dos professores do DECED, utiliza-se a contribuição de professores do DINTEC para áreas específicas como: Libras, Matemática Básica e Estatística, Sociolinguística, Língua Portuguesa, Filosofia, Filosofia da Educação, Fundamentos e Prática do Ensino de Ciências, Fundamentos e Prática do Ensino de Língua Portuguesa. Sempre que necessário, o departamento tem autonomia para solicitar a colaboração de professores da Universidade.

Existe a necessidade de contratação de mais professores, preferencialmente doutores, para o departamento. Atualmente tal necessidade vem sendo atendida em parte, embora por não doutores, por duas professoras substitutas.

O reduzido número de professores para atender a demanda juntamente com as previsões de afastamentos para cursar Pós-Graduação, bem como a demora na contratação de um professor substituto ou o seu credenciamento pode ocasionar necessidades específicas quanto a oferta de disciplinas. Cabe ao Conselho de Departamento (CONDEP) deliberar sobre as alterações necessárias quando for o caso.

Quadro 5 - Relação dos docentes do DECED.

Departamento: DECED/Ariquemes					
Professor(a)	Titulação	Link Lattes	E-mail	Regime de Trabalho/ Vínculo	Área de atuação
ADAILDE MIRANDA DA SILVA CARVALHO	DOUTORA	http://lattes.cnpq.br/7462311202785776	adailde@unir.br	Integral – DE Estatutário	EDUCAÇÃO Psicologia do desenvolvimento humano Psicologia da educação Educação especial
EDERSON LAURI LEANDRO	DOUTOR	http://lattes.cnpq.br/6205031098096458	edersonlauri@unir.br	Integral – DE Estatutário	EDUCAÇÃO Educação Indígena Tecnologias aplicadas a Educação Ensino de Geografia e Ciências
ELIÉTE ZANELATO	MESTRA	http://lattes.cnpq.br/5592966193232622	eliete@unir.br	Integral – DE Estatutário	EDUCAÇÃO Alfabetização Matemática, Didática, Educação de Jovens e Adultos
FERNANDO SÉRGIO SILVA BARBOSA	DOUTOR	http://lattes.cnpq.br/3488203153003149	fernando@unir.br	Integral – DE Estatutário	EDUCAÇÃO Psicomotricidade, Neurociências, Educação Física, Recreação e Jogos Saúde
HUGO ATHANASIOS FOTOPOULOS	MESTRE	http://lattes.cnpq.br/0294094259883177	hugo.fotopoulos@unir.br	Integral – DE Estatutário	EDUCAÇÃO História da Educação, Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos Desenvolvimento Regional – Políticas públicas
JOSUÉ JOSÉ DE CARVALHO FILHO	MESTRE	http://lattes.cnpq.br/1765345771198509	carvalhofilho.josue@unir.br	Integral – DE Estatutário	EDUCAÇÃO Formação e Profissionalização Docente; Estágio Curricular Supervisionado e Prática de Ensino; Saberes Docentes e Desenvolvimento Profissional; Currículo e Didática

LARA CRISTINA CIOFFI	MESTRE	http://lattes.cnpq.br/945426359187 8070	lara@unir.br	Integral – DE Estatutário	EDUCAÇÃO Educação Integral, Políticas Públicas, Legislação Educacional
MARCIA ÂNGELA PATRICIA	MESTRE	http://lattes.cnpq.br/023154375558 6026	marroco@unir.br	Integral – DE Estatutário	EDUCAÇÃO Alfabetização Infantil, Políticas públicas de Alfabetização
MARIA AUXILIADORA MÁXIMO	MESTRE	http://lattes.cnpq.br/680399502712 1122	doramaximo@unir.br	Integral – DE Estatutário	EDUCAÇÃO Educação Infantil, Mal estar Docente

Quadro 6 - Dados dos professores do DECED.

Departamento: DECED/Ariquemes					
Professor(a)	SIAPE	Função	Disciplinas que ministra no Curso	Experiência em docência na Educação Básica (em 12/2018)	Experiência em docência no Magistério Superior (em 12/2018)
ADAILDE MIRANDA DA SILVA CARVALHO	1088687	Professora	Educação Especial	07	24
EDERSON LAURI LEANDRO	1850076	Professor	Fundamentos e Prática do Ensino de Geografia, Fundamentos e Prática do Ensino de Ciências, TCC, Educação ambiental e do Campo, Tecnologias aplicadas a Educação, Educação Indígena,	0	08
ELIÉTE ZANELATO	1803949	Professora	Educação de Jovens e Adultos, Fundamentos e Prática do Ensino de Matemática, Epistemologia da Educação, Didática, Estágio Supervisionado Obrigatório, TCC.	10	09
FERNANDO SERGIO SILVA BARBOSA	1729426	Professor	Fundamentos e Prática da Educação Física, Recreação e Jogos, Psicomotricidade, Neurociências e Aprendizagem, Metodologia da Produção Acadêmica e Científica, Metodologia da Pesquisa em Educação, TCC	0	13
HUGO ATHANASIOS FOTOPOULOS	1840492	Professor	Fundamentos e Prática do Ensino de História, História da Educação, Formação étnico-cultural brasileira, TCC, Metodologia da Produção Acadêmica e científica.	08	09
JOSUÉ JOSÉ DE DE CARVALHO FILHO	1401019	Professor	Currículos e Programas Introdução aos Conhecimentos da Educação e Psicologia Sociologia	12	14
LARA CRISTINA CIOFFI	1728700	Professora	TCC, Políticas Públicas e Legislação Educacional, Gestão Educacional, Sociologia da Educação, Educação e Trabalho, Estágio Supervisionado Obrigatório.	11	16
MARCIA ÂNGELA PATRICIA	1810414	Professora	Currículo e Educação Básica, Fundamentos e Prática da Alfabetização, Avaliação Educacional, TCC, Estágio Supervisionado Obrigatório.	21	13
MARIA AUXILIADORA MÁXIMO	1823099	Professora	Fundamentos e Prática do Ensino de Arte, TCC, Filosofia da Educação, Estágio Supervisionado Obrigatório, Didática, Educação Infantil, Fundamentos e Prática do Ensino de Educação Infantil.	05	08

3.1.2.2 Qualificação de docentes

Os docentes do DECED precisam se qualificar em programas *stricto sensu* em nível de mestrado e doutorado, da mesma forma que em Estágio Pós-Doutoral. Para isso, anualmente é aprovado em reunião de departamento o Plano Global de Capacitação docente do departamento.

3.1.2.3 Corpo discente

Os discentes podem ser auxiliados pedagogicamente por meio de assistências que podem ser consideradas aquelas ações gerais da UNIR (que se aplicam a todos os alunos da Universidade) e aquelas ações estabelecidas pelo DECED e que se aplicam de forma específica aos alunos do curso de Pedagogia.

Os principais setores responsáveis por estas assistências são descritos a seguir.

I - Apoio ao Discente Pela UNIR e Políticas de Direitos Humanos:

O curso de Pedagogia do Departamento de Ciências da Educação (DECED) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) do Campus de Ariquemes, segue como princípio os artigos sobre os Direitos Humanos contidos na Constituição Federal Brasileira de 1988. Onde apresenta a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais como fundamentos presentes em um Estado Democrático de Direito. Promovendo assim, o livre pensamento e o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Ressalta-se também como parte destes fundamentos, a liberdade de consciência e de crença.

Faz-se importante observar, no âmbito social, as Políticas de Direitos Humanos institucionalizadas pela universidade no curso de Pedagogia através dos programas e políticas nacionais do Governo Federal. Tendo como objetivos a inclusão social da comunidade acadêmica, mediante bolsas e auxílios, para erradicação da pobreza e da marginalização e, também, a redução das desigualdades sociais e regionais no Município de Ariquemes e no estado de Rondônia.

Sistema de Cotas - lei 13.409/2016

São reservas de vagas em instituições públicas e privadas para grupos específicos classificados por etnia, na maioria das vezes, negros e indígenas, Além da obrigatoriedade imposta pela Lei de Cotas, dentro de cada modalidade divididas em onze (12) cotas (C1 a C12). Sendo elas:

Cota C1 (PCD) – Vagas reservadas aos candidatos com deficiências que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo.

Cota C2 (Pretos) – Vagas reservadas aos candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, autodeclarados pretos, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo.

Cota C3 (Pardos) – Vagas reservadas aos candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, autodeclarados pardos, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo.

Cota C4 (Indígenas) – Vagas reservadas aos candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, autodeclarados indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo.

Cota C5 (Demais Vagas) – Vagas reservadas aos candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, independente de etnia.

Cota C6 (Pretos Independentes de Renda) – Vagas reservadas aos candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, autodeclarados pretos, independente de renda.

Cota C7 (Pardos Independentes de Renda) – Vagas reservadas aos candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, autodeclarados pardos, independente de renda.

Cota C8 (Indígena Independente de Renda) – Vagas reservadas aos candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, autodeclarados indígenas, independente de renda.

Cota C9 (Demais Vagas Independente de Renda) – Vagas reservadas aos candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, independente de renda.

Cota C10 (PCD) – Vagas reservadas aos candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, com deficiência que apresente necessidade especial, independente de renda.

COTA C11 (PPI-PCD Independente de Renda) - candidatos que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas, que seja pessoa com deficiência, autodeclarados pretos, pardos e indígenas independente de renda.

COTA C12 (Demais Vagas Independente de Renda – PCD) - candidatos que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas e que seja pessoa com deficiência.

No âmbito da própria universidade, por meio de programas variados, ofertados a partir de suas pró-reitorias ou ainda, a partir de programas nacionais formulados por diferentes ministérios, em particular o Ministério da Educação (MEC), ou órgão/instituições federais e ainda agências de fomento, há a possibilidade do engajamento dos alunos a esses programas ou projetos, amplamente divulgados, além daqueles vinculados a propostas/projetos desenvolvidos pelo corpo docente do curso.

a) Pró Reitoria de Graduação – PROGRAD

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) é responsável pelas políticas de apoio à graduação da UNIR, Coordena o Programa de Monitoria Acadêmica (PMA), o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa de Educação Tutorial (PET), intercâmbios entre Universidades e também os concursos públicos para docentes.

b) Programa de Monitoria acadêmica - PMA

A Universidade Federal de Rondônia também oferece ao aluno de graduação o programa de Monitoria Acadêmica (PMA), que visa selecionar alunos que se destacam em algumas áreas, para que os mesmos possam auxiliar os demais discentes em relação às dificuldades na aprendizagem. O Programa é mantido e administrado pela PROGRAD em conjunto com a Diretoria de Apoio às Políticas

Acadêmicas (DAPA). O monitor será orientado por docente responsável pela disciplina em questão. Os monitores têm a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos na disciplina escolhida. O PMA abrange dois tipos de monitores: o remunerado e o voluntário e a bolsa mensal, cujo valor será igual ao valor pago pela Bolsa de Iniciação Científica do CNPq no ano de sua concessão, será concedida ao monitor remunerado.

O programa, caracterizado como um programa de fomento à Educação, surge da necessidade e importância de contribuir para o avanço do conhecimento acadêmico do monitor, bem como, proporcionar uma possibilidade de nivelamento, uma vez que o monitor atende à demanda dos discentes matriculados em períodos anteriores.

c) Programa de Educação Tutorial – PET

Ainda neste sentido a UNIR possibilita o desenvolvimento do Programa de Educação Tutorial (PET). Os grupos PET da UNIR são criados por meio de processo de seleção definido em edital pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Cultura – SESu/MEC. O curso de Pedagogia intenciona desenvolver esta atividade que tem como principais objetivos:

- contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação;
- estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica;
- estimular o espírito crítico e a atuação profissional pautada pela ética, cidadania e pela função social da educação superior;
- formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país.

d) Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma ação conjunta do Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESU), da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com vistas a fomentar a iniciação à docência de estudantes das instituições federais de educação superior e preparar a formação de docentes em

nível superior, em cursos de licenciatura presencial plena, para atuar na educação básica pública.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID – tem por finalidade apoiar a iniciação à docência de estudantes de licenciatura plena nas instituições de educação superior federais, estaduais, municipais e comunitárias para a elevação do padrão de qualidade da educação básica.

e) Intercâmbios

Em relação à possibilidade de intercâmbios, os alunos do curso de Pedagogia podem conter em seu histórico escolar disciplinas cursadas em outras universidades (nacionais ou internacionais). A UNIR apresenta convênios com outras instituições. A Assessoria de Relações Internacionais (ARI) é o setor responsável pela cooperação entre a UNIR e as diversas instituições internacionais de ensino, pesquisa e fomento à educação, na área científica e cultural.

f) Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPesq

A Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPesq) planeja, coordena, desenvolve e executa as políticas de apoio e fomento à pós-graduação e pesquisa. É responsável também por executar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

g) Iniciação Científica

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica é uma ação conjunta do CNPq e do Ministério da Ciência e Tecnologia. O objetivo do PIBIC é despertar a vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação. Dependendo da disponibilidade, os alunos podem ser bolsistas ou voluntários. O gerenciamento de bolsas institucionais é organizado pela PROPESQ por meio do PIBIC. Por outra via, os docentes participam de projetos de pesquisas disponibilizados em editais de agências de fomento (CNPq) na tentativa de conseguir recursos e bolsas. Todos os projetos desenvolvidos são apresentados na Semana Acadêmica de Iniciação Científica da UNIR ou ainda, enviados para congressos e/ou para publicação em revistas nacionais e internacionais.

h) Pró Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis – PROCEA

A Pró Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA) é responsável pelas políticas culturais, estudantis e de extensão da UNIR.

Há em particular, o Programa de Assistência Estudantil que tem como princípio básico conceder bolsas e auxílios, na perspectiva de inclusão social, com especial atenção aos acadêmicos em situação de vulnerabilidade financeira, como meio de contribuir para permanência dos discentes na Universidade, bem como possibilitar vivências e construção de aprendizagens significativas referentes ao ensino, pesquisa, extensão, acessibilidade e inclusão, esporte, lazer e cultura. Os auxílios oferecidos pelo programa são:

Auxílio transporte - O auxílio transporte é o auxílio financeiro pago para subsidiar despesas com transporte de discentes matriculados em cursos de graduação presenciais, em condições de vulnerabilidade social e econômica.

Auxílio alimentação -O auxílio alimentação é o auxílio financeiro pago, para os discentes matriculados em cursos de graduação presenciais da cidade de Porto Velho, para subsidiar as despesas com alimentação dos discentes em condições de vulnerabilidade social e econômica.

Auxílio moradia - O auxílio moradia é o auxílio financeiro pago para subsidiar despesas com moradia de discentes matriculados em cursos de graduação presenciais, em condições de vulnerabilidade social e econômica, que seja oriundo de outros municípios e/ou que seja natural do município onde se localiza o Campus, mas não possua vínculo familiar.

Auxílio creche - O auxílio creche é o auxílio financeiro pago para subsidiar despesas dos discentes matriculados em cursos de graduação presenciais, em condições de vulnerabilidade social e econômica, para auxiliar no pagamento de mensalidade escolar para filhos na idade até 5 (cinco) anos e (11) onze meses.

Auxílio acadêmico - O auxílio permanência é o auxílio financeiro pago que visa à promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica.

i) PROEXT

O Programa de Extensão Universitária é um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais, Estaduais e Municipais de Ensino Superior.

j) Atendimento aos alunos com deficiência física, auditiva, visual, etc.

Atualmente, o Campus de Ariquemes da UNIR dispõe de uma técnica em assuntos educacionais para atender a demanda das atividades de ensino, pesquisa e extensão além de uma intérprete de libras (nível técnico). A interprete de Libras não é suficiente para atender o curso de Pedagogia no período noturno e o de Engenharia de Alimentos nos períodos matutino e vespertino, sendo necessária contratação de mais técnicos da área, preferencialmente de nível superior.

k) PNAIC

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

l) NEDETs

Os NEDETs são unidades administrativas com função de apoiar ações de extensão e de assessoramento técnico aos Colegiados Territoriais e demais atores dos territórios rurais. A finalidade do NEDET é reunir os atores sociais do território composto pela sociedade civil organizada, pelos representantes das entidades de pesquisa e extensão e do poder público por representantes das secretarias municipais.

m) Monitoria Especial

A Bolsa Monitoria Especial visa democratizar as condições de permanência de discentes com deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD na Universidade, por meio do acompanhamento de um monitor especial. Minimizando os efeitos das desigualdades sociais e regionais e favorecer a permanência de

discentes com deficiência ou TGD na Instituição, até a conclusão do respectivo curso.

II - Apoio aos discentes pelo DECED

Dentre as ações de apoio ao discente do curso de Pedagogia, destacam-se as ações gerais promovidas a todos os alunos da Universidade (conforme consta no item I anteriormente descrito) e as específicas do curso. Abaixo são descritas as principais formas de assistência referentes ao curso de Pedagogia:

- a)** A Chefia do curso disponibiliza dois horários semanais para atendimento aos discentes, os quais são amplamente divulgados;
- b)** Os discentes podem, além dos horários estipulados, solicitar atendimento extra (quando necessário) através do *e-mail* da chefia do departamento (e-mail: deced.arq@unir.br);
- c)** Os docentes do curso trabalham em regime de Dedicção Exclusiva e disponibilizam horários de atendimento extraclasse para sanar dúvidas dos alunos. Horários estes, que são divulgados aos alunos através da página virtual do curso (<<http://www.deced.arq.unir.br>>);
- d)** Os discentes têm representação junto ao CONDEP;
- e)** O departamento, de acordo com a demanda do curso, adere aos editais divulgados pela PROGRAD para vagas de monitoria;
- f)** Projetos de extensão aprovados junto à PROCEA;
- g)** Em relação a discussão de matérias e demandas de interesse de todos os alunos do curso, a Coordenação realiza reuniões de trabalho sempre que necessário;
- h)** As informações gerais sobre o curso são encontradas na página virtual (<<http://www.deced.arq.unir.br>>).

3.1.2.4 *Técnicos administrativos*

Quadro 15- Técnicos-administrativos com seus respectivos setores de lotação, cargos e funções.

Nome do Servidor	Setor de Lotação	Cargo	Função
Célio Tiburcio Costa	Coordenação de Serviços Gerais	Assistente em Administração	Coordenador de Serviços Gerais
Erica Elaine Costa	Gerência de Atendimento da Biblioteca	Bibliotecária - Documentalista	Bibliotecária - Documentalista
Eunice Gomes da Silva	Direção do Campus	Técnica em Assuntos Educacionais	Técnica em Assuntos Educacionais
Fabiany Moraes de Andrade	Gerência de Atendimento da Biblioteca	Bibliotecária - Documentalista	Bibliotecária - Documentalista
Igor Correa de Oliveira	Direção do Campus	Técnico em Laboratório/ Informática	Técnico de Informática
Isiny Lopes Reis	Direção do Campus	Tradutora e interprete de Libras	Tradutora e interprete de Libras
Jefferson Alencar do Nascimento Vieira	Coordenação de Patrimônio	Assistente em Administração	Coordenador de Patrimônio
Jesimiel Soares da Silva	Coordenação de Compras e Gestão de Contratos	Administrador	Coordenador de Compras e Gestão de Contratos
Leandro Figueiredo Ranucci	Coordenação de Serviços Gerais	Assistente em Administração	Coordenador de Serviços Gerais
Mayara Candido da Silva	Secretaria de Registro e Controle Acadêmico	Assistente em Administração	Assistente em Administração
Pablo Diego Leão	Coordenação de Orçamento e Finanças	Administrador	Coordenador de Orçamento e Finanças
Tiago Bratiliéri dos Santos	Departamento de Engenharia de Alimentos	Técnico em Alimentos e Laticínios	Técnico em Alimentos e Laticínios

3.2. Estrutura Acadêmica: Integrando Ensino, Pesquisa e Extensão

A estrutura acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia, no Campus de Ariquemes, constitui-se de 1 Bloco, com 8 Salas de Aula, destinado ao ensino de graduação e pós-graduação, a estrutura de apoio técnico (Biblioteca) e tecnológica (Laboratório de Informática e Vídeo Conferência) e do Instituto Tecnológico de Educação e Sustentabilidade (ITES).

3.2.1 O Instituto Tecnológico de Educação e Sustentabilidade

Adquirido através da participação, em Edital da FINEP, o Instituto Tecnológico de Educação e Sustentabilidade – ITES (em construção) tem por finalidade proporcionar suporte em pesquisa, ensino e extensão aos Cursos de Graduação e Pós-Graduação do Departamento de Ciências da Educação do Campus de Ariquemes, através de seus laboratórios e grupos de pesquisa.

3.2.1.1 Os Laboratórios do ITES

O ITES, com seus 1.492,58 m², distribuído por dois andares, está planejado com dois Laboratórios Pedagógicos Experimentais nas áreas prioritárias do Curso: o Laboratório de Neurociência Aplicada aos Processos de Alfabetização e Aprendizagem (NAPA) e o Laboratório de Novas Tecnologias para o Ensino e Aprendizagem (LANTEC)

Além dos laboratórios, o ITES possui, ainda, 1 (um) auditório, 10 (dez) gabinetes para professores e grupos de pesquisa voltados para as áreas de atuação do Instituto e do Curso de Pedagogia; copa-cozinha e banheiros, masculino e feminino, nos dois andares.

3.2.1.2 Grupos de pesquisa do ITES

Os grupos de pesquisa, ancorados no Instituto Tecnológico de Educação e Sustentabilidade, são todos aqueles que, criados no âmbito do Departamento de Ciências da Educação do Campus de Ariquemes visem ao desenvolvimento de pesquisa e extensão voltadas para o escopo dos Cursos de Graduação, nesse caso,

voltadas para o escopo do Curso de Pedagogia, a saber: a educação infantil, os anos iniciais do ensino fundamental e a gestão educacional; e Pós-Graduação, que serão criados de acordo com o escopo do Instituto.

No presente momento, há os grupos de pesquisa: Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Educação e Sustentabilidade – CIEPES, sucessor do grupo de pesquisa “Fundamentos Epistemológicos e Experimentais da Pedagogia Histórico-Crítica – FEPHISC” (fundado em 2000); Grupo de Pesquisa Neurociência e Educação, criado em 2011; Centro de Pesquisas em Políticas Públicas e Formação de Professores da Amazônia Ocidental, criado em 2012; Grupo de Estudo e Pesquisa Saber, Poder e Verdade: Discutindo Michel Foucault na UNIR, criado em 2012.

Portanto, a estrutura acadêmica, acima descrita, possibilitará a integração entre ensino, pesquisa e extensão, na medida em que o ensino, em qualquer modalidade, será subsidiado pelos laboratórios pedagógicos e tecnológicos, bem como pelos projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelos grupos de pesquisa.

Adicionalmente, cabe destacar que com frequência o curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus de Ariquemes por meio do Departamento de Ciências da Educação (DECED) adere aos programas de âmbito nacional propostos pelo Ministério da Educação (MEC). No presente momento são eles: o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), os quais geram desdobramentos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

4 INFRAESTRUTURA DO CAMPUS DE ARIQUEMES

4.1 Gestão Administrativa e Acadêmica do Campus

4.1.1 Conselho de Campus

O Conselho de Campus da UNIR Ariquemes – CONSEC, de acordo com a resolução no 012/CONSAD, de 25 de abril de 2001, é órgão deliberativo e consultivo responsável pela coordenação e integração das atividades dos diversos departamentos, cursos, pesquisas e projetos especiais, atividades administrativas, de manutenção e de política patrimonial do Campus, bem como de todo o planejamento estratégico do Campus nas suas diversas atividades.

O Conselho de Campus, nos termos do artigo 22 do Estatuto, é assim constituído:

Art. 22 – O Conselho de Núcleo e de Campus compõem-se:

I – pelo Diretor, seu presidente;

II – pelos Chefes dos Departamentos do Campus, no período de seus respectivos mandatos;

III – por três representantes enquanto coordenadores de projetos especiais e de pesquisa vinculados ao Campus, escolhidos por seus pares;

IV – por dois representantes estudantis regularmente matriculados nos cursos de graduação ou pós-graduação do Campus, com mandato de dois anos, permitida a recondução;

V – por dois representantes docentes, eleitos por seus pares, para mandato de dois anos, permitida a recondução;

VI – por um representante da comunidade, com mandato de dois anos, eleito pelos membros do próprio Conselho, permitida a recondução e;

VII – por um representante dos técnicos administrativos, eleito por seus pares, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 1º – O Diretor de Núcleo e do Campus tem também direito ao voto de qualidade.

§ 2º – A vice-presidência do Conselho será exercida pelo substituto legal do Diretor.

§ 3º – Na ausência do presidente ou vice-presidente, o Conselho será presidido pelo membro docente mais antigo na carreira de magistério superior.

O Conselho de Campus reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente, sempre que houver necessidades ou a pedido de qualquer um de seus membros justificadamente.

4.1.2 Direção do *Campus*

A Direção de Campus, instituída nos termos dos artigos 23 e 24 do Estatuto da UNIR, é instância executiva do respectivo Conselho de Campus, sendo, portanto, responsável pela administração do Campus. A Direção de Campus é exercida por Diretor e Vice-Diretor eleitos, nos termos da legislação vigente, para mandato de quatro anos, permitida recondução. O Vice-Diretor substitui o Diretor do Campus nos impedimentos deste.

4.2 Gestão Administrativa e Acadêmica do Curso

4.2.1 Conselho de Departamento – CONDEP

O Conselho de Departamento, estabelecido pelo artigo 27 do Estatuto da UNIR, na qualidade de órgão deliberativo e consultivo de cada Departamento, é assim constituído:

- I – por todos os docentes lotados no Departamento;
- II – por representantes estudantis, na proporção estabelecida em lei, dentre os regularmente matriculados nos cursos regulares oferecidos pelo Departamento e;
- III – por um técnico-administrativo lotado no Departamento.

A Presidência e a Vice-Presidência do Conselho de Departamento são exercidas, respectivamente, pelo Chefe e pelo Vice-Chefe do Departamento. O Presidente tem também direito ao voto de qualidade.

Nas ausências do Presidente e do Vice-Presidente, a Presidência é exercida pelo membro docente mais antigo na carreira do magistério superior na UNIR. O voto de professor visitante e substituto tem peso de cinquenta por cento do voto de docente de carreira do magistério superior.

4.2.2 Suporte técnico-administrativo

O suporte técnico administrativo no Campus de Ariquemes é composto:

- pela Secretaria de Registro e Controle Acadêmico – SERCA;
- Coordenação de Serviços Gerais – CSG;
- Gerência da Biblioteca Setorial;
- da Secretaria da Direção;
- Coordenação de Orçamento e Finanças;
- Coordenação de Patrimônio;
- Coordenação de Compras e Gestão de Contratos.

O campus possui comissão para avaliação de estágio probatório, sendo esta nomeada por meio de Ordem de Serviço, expedida pela Direção do Campus, composta por 3 (três) docentes do quadro efetivo da universidade, de classe igual ou superior a do avaliado, de acordo com a Resolução no 65/CONSAD de 18 de julho de 2008.

4.3 Laboratórios

4.3.1 Laboratório de informática

O Campus de Ariquemes da UNIR conta com um laboratório de informática que tem por objetivo atender aos acadêmicos dos cursos de Engenharia de Alimentos, Pedagogia, bem como os alunos dos programas RENAFOR, PARFOR e UAB em atividades relacionadas aos conteúdos dos cursos, pesquisas e projetos de extensão desenvolvidos pelos departamentos.

Cabe salientar que este laboratório está equipado com 28 computadores e acesso a internet sem fio. Os computadores do laboratório de informática estão obsoletos para as atividades computacionais exigidas pelo Curso de Engenharia de Alimentos, pois os mesmos possuem apenas 512 GB de memória RAM e estão em número insuficientes para atender a demanda do curso e da comunidade acadêmica do Campus de Ariquemes.

Além disso, o laboratório está sem a assistência de um Técnico em Informática para a manutenção e funcionamento do mesmo.

É previsto o uso do laboratório de informática como suporte para aulas práticas do curso. Além disso, é esperado que o mesmo propicie condições de plena integração dos benefícios da informática e das potencialidades das modernas redes de comunicação de dados ao processo de ensino superior, bem como atuar no curso de Pedagogia como suporte das disciplinas de Metodologias e de Tecnologias aplicadas a Educação, conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

4.3.2 Laboratório de práticas pedagógicas e brinquedoteca

Está em fase de construção o Laboratório de Ciências, atualmente denominado de Laboratório de Práticas Pedagógicas (LPP) e a Brinquedoteca. Ambos contarão com professor e monitores que serão responsáveis pelo funcionamento e organização. Os laboratórios serão utilizados para as atividades de ensino com os acadêmicos e, eventualmente outras atividades desde que aprovadas pelo departamento. Haverá caderno para controle de registro de presenças, bem como, regras de utilização do ambiente.

Enquanto não é concluída a estrutura que abrigará a Brinquedoteca, a mesma encontra-se funcionando em um sala de aula do Bloco F.

O responsável pelo LPP será um dos professores das disciplinas de Fundamentos e Prática do Ensino, eleito em reunião de departamento, já o responsável pela Brinquedoteca será o Professor de Fundamentos e Prática do Ensino de Educação Infantil.

O Regulamento do Laboratório de Práticas Pedagógicas (LPP) encontra-se no APÊNDICE D, aprovado pelo Ato Decisório 403/CGR/CONSEA, de 23 de novembro de 2016, enquanto que o da Brinquedoteca encontra-se APÊNDICE E, instituída a partir do Ato Decisório 414/CGR/CONSEA, de 26 de abril de 2017.

4.3.3 Acessibilidade

Para garantir a inclusão social, o Brasil tem desenvolvido diversas políticas públicas e programas sociais que possibilitem a inclusão. Deste modo, o acesso à universidade por pessoas com diferentes tipos de deficiência vem crescendo nos últimos anos. Neste sentido, o Campus de Ariquemes da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) tem se empenhado em ações, projetos e adequações da estrutura

física para atender e auxiliar alunos com algum tipo de deficiência, bem como aos servidores que necessitarem.

A principal fonte de orientação para a acessibilidade em edificações/instalações e equipamentos tem respaldo na Norma Técnica NBR 9050 (2004) e também no Decreto 5.294 de Dezembro 2004, onde conceitua acessibilidade como sendo: “Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2004).

Obedecendo à legislação vigente, a estrutura física do Campus de Ariquemes, na parte concluída, contém: piso tátil de alerta nas calçadas internas e rampas, calçadas com rebaixamento para cadeirante, piso tátil direcional, travessia nas rampas de acesso, marcadores nas rampas com mudança de direção, calçada externa com 04 metros de largura e rebaixamento para cadeirante. 04 Banheiros adaptado, sendo 02 masculinos e 02 femininos. Grade de proteção nas rampas externas. Rampa interna com piso antiderrapante. Todos visam garantir o acesso aos alunos e servidores portadores de necessidades especiais.

No campo metodológico, o currículo do curso de Pedagogia é entendido como condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, de diferentes metodologias que favoreçam o processo de aprendizagem. Neste sentido, no curso as atividades desenvolvidas observam as necessidades individuais e os diferentes ritmos e estilos de aprendizagem dos estudantes. A comunidade acadêmica, em especial, os professores, concebe o conhecimento, a avaliação e a inclusão educacional promovendo processos e recursos diversificados a fim de viabilizar a aprendizagem significativa dos estudantes. Desta forma, concebe-se que a acessibilidade metodológica no curso de Pedagogia deve considerar a heterogeneidade de características dos alunos para que se possa transpor os obstáculos no processo de ensino aprendizagem promovendo assim a efetiva participação do estudante nas atividades pedagógicas e na apropriação dos conhecimentos e saberes que favoreçam uma formação integral no seu itinerário acadêmico.

No que se refere à ampliação no atendimento educacional especializado ligado as questões de acessibilidade, o acadêmico do Campus de Ariquemes conta

com as ações desenvolvidas pelos docentes responsáveis pela disciplina de Libras e, ainda, com duas (02) técnicas que acompanham os alunos portadores de deficiência de acuidade auditiva em sala de aula e/ou atividades extraclases. Serviço esse que objetiva acolhê-los e auxiliá-los a resolver, refletir e enfrentar suas dificuldades a nível pedagógico.

OBS. A rampa que liga o térreo ao 1º andar do Bloco F não tem corrimão e piso tátil.

4.4 Biblioteca

A Biblioteca Setorial 06 da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) do Campus de Ariquemes dispõe do seguinte quadro funcional, acervo e infraestrutura:

4.4.1 Quadro funcional

A Biblioteca Setorial 06 é aberta ao público de segunda a sexta-feira das 9h15min às 21h15min horas, conforme apresentado no Quadro 16.

Quadro 7 - Quadro funcional da Biblioteca Setorial 06 - Campus de Ariquemes.

Turno	Servidor	Cargo/Função
Manhã/Tarde	Fabiany Moraes de Andrade	Bibliotecária/Documentalista
Tarde/Noite	Erica Elaine Costa	Bibliotecária/Documentalista
Tarde	Renata Venâncio	Estagiária

4.4.2 Acervo

A Biblioteca Setorial 06 possui 7.743 exemplares tombados por ordem de chegada e classificados nas prateleiras, conforme as áreas de conhecimento relacionadas aos cursos regulares da UNIR, a saber: Engenharia de Alimentos e Pedagogia e aos cursos à distância em convênio com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), a saber: Letras, Pedagogia, Administração Pública e Pós-Graduações em Gestão Municipal, Gestão Pública e Gestão em Saúde.

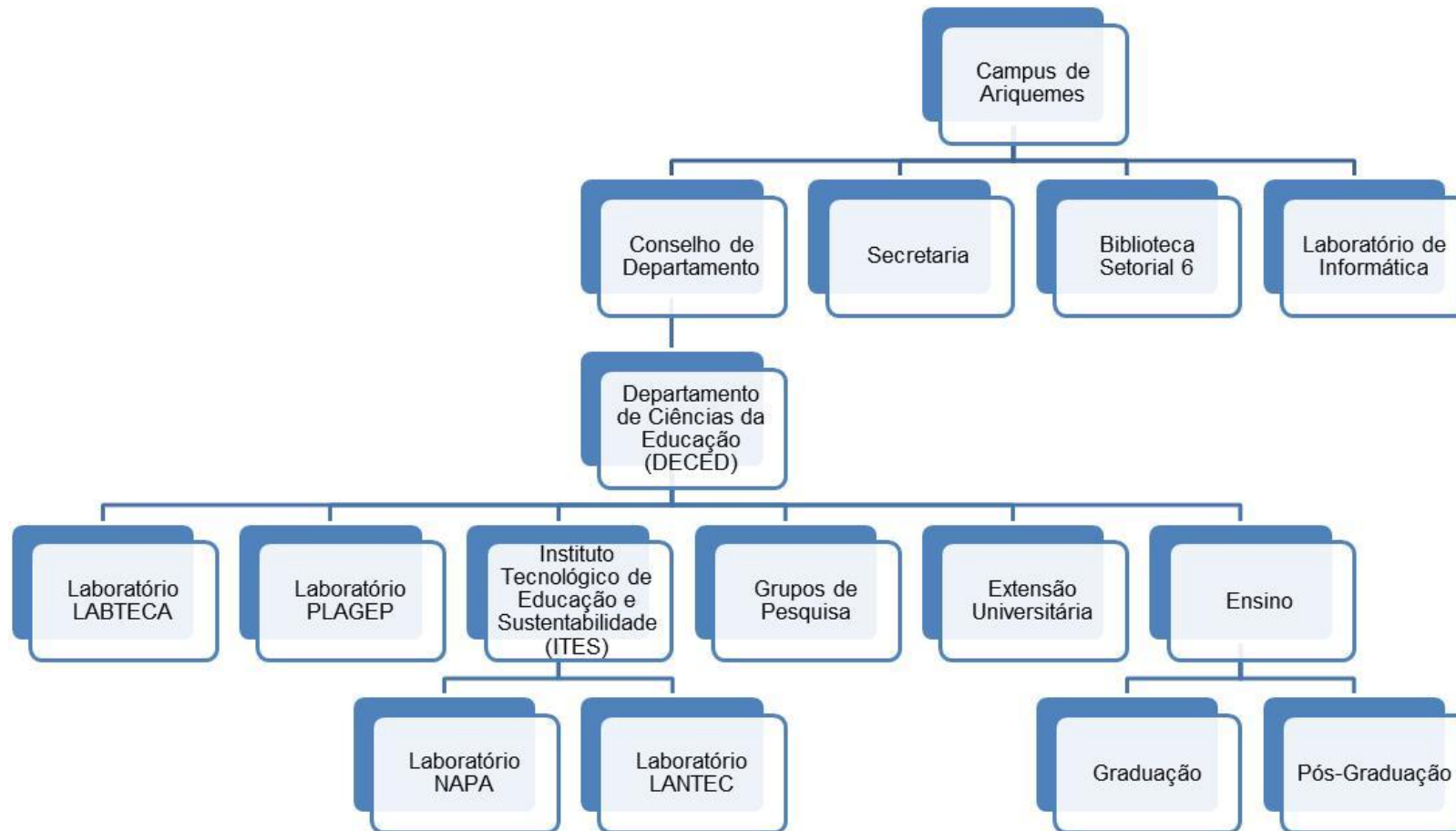
Foram adquiridos até o ano de 2014 para o curso de Pedagogia aproximadamente 5 (cinco) mil exemplares além das doações. Encontra-se ainda

em andamento, o processo Nº23118.002583/20015-86 para aquisição de novos títulos para o curso. O valor disponível para tal é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

4.4.2.1 Acesso às bases de dados científicas

Além dos exemplares que se encontram na Biblioteca Setorial 06 e daqueles que serão adquiridos pelo processo citado no item 4.4.2, o campus de Ariquemes disponibiliza ao público acadêmico através de sua rede de internet, acesso *in loco* e remoto (*proxy*) de forma ampla ao portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em diversas áreas do conhecimento, totalizando 36.735 títulos de revistas eletrônicas e 494 bases de dados, dentre nacionais e internacionais, além de outras fontes.

4.5. Organograma da Estrutura Administrativa e Acadêmica do Curso



5. MATRIZ CURRICULAR, POR PERÍODO, CARGA HORÁRIA, EMENTA E REFERÊNCIAS

EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS DO CURSO

I PERÍODO

1º DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA E CIENTÍFICA

CARGA HORÁRIA: 80HORAS

EMENTA: Normatização e normalização de trabalhos acadêmicos e científicos; recursos e estratégias necessárias para sua produção.

OBJETIVOS:

GERAL: Compreender e aplicar os procedimentos metodológicos no desenvolvimento de trabalhos científicos

ESPECÍFICOS:

- Identificar a metodologia de pesquisa
- Conhecer as áreas de Pesquisa do Curso.
- Compreender o exercício da escrita como elemento constitutivo da produção e expressão do conhecimento.
- Utilizar as normas científicas para apresentar trabalhos e textos acadêmicos.
- Compreender os princípios de Metodologia Científica e utilizar o Manual de trabalhos acadêmicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.

Metodologia do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas: 2009.

MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas: 2010.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez. 2007.

CARVALHO, Maria Cecilia M. de (org). Construindo o saber – Metodologia Científica: fundamentos e técnicas. Campinas: Papirus, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Associação Brasileira de Normas de Técnicas (ABNT) NBR 14724 Trabalhos Acadêmicos - Apresentação.

Associação Brasileira de Normas de Técnicas (ABNT) NBR 6023 Referências – Elaboração

Associação Brasileira de Normas de Técnicas (ABNT) NBR 10520 Citações em Documentos – Apresentação.

Associação Brasileira de Normas de Técnicas (ABNT) NBR 6028 Resumo – Apresentação.
Associação Brasileira de Normas de Técnicas (ABNT) NBR 6022 Artigo em Publicação Periódica.
Associação Brasileira de Normas de Técnicas (ABNT) NBR 15287 Projeto de Pesquisa – Apresentação

2ª DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO, À PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO.

CARGA HORÁRIA: 80HORAS

EMENTA: Caráter histórico-social da educação. Conceito de educação e Pedagogia: Núcleos, Legislações, Projeto Pedagógico e Áreas de atuação. Reconhecimento do campo de trabalho. Bases para compreensão da Psicologia e Sociologia da Educação.

OBJETIVOS

GERAL: Compreender os processos históricos e sociais pelos quais a pedagogia, a educação, a sociologia, a psicologia se constituem enquanto área de conhecimento, sobretudo os reflexos que essas ciências norteadoras a partir das diversas concepções, tendências e teorias educacionais impactam no modo atuar, pensar e agir dos professores.

ESPECÍFICOS

- Compreender a Educação e a Pedagogia a partir da natureza, objeto e especificidade;
- Conhecer os contextos históricos, social e aspectos legais da pedagogia e da formação de professores no Brasil;
- Compreender os conceitos de Educação e Sociedade e as diferenças existentes entre educação como redenção, reprodução e transformação;
- Estudar sobre as tendências Pedagógicas liberais e progressistas para refletir sobre as teorias do conhecimento pedagógico e sua utilização na prática pedagógica;
- Reconhecer o papel da Sociologia na Educação, bem como no processo de formação do educador e compreender melhor os conceitos ligados ao estudo da Sociologia;
- Entender e relacionar os conceitos ligados aos principais teóricos do campo da psicologia com os processos de desenvolvimento humano e seus impactos no ato de ensinar e aprender.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOTTOMORE, T. B. Introdução à Sociologia. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.

COSTA, Maria C. C. Sociologia – Introdução à ciência da sociedade. Editora Moderna, 1987.

CASTRO, Eder Alonso; OLIVEIRA,

Paula Ramos (Orgs). Educando para o pensar. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

FORACCHI, Marialice M.; MARTINS,

José S. Sociologia e sociedade: leituras de introdução à BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2009.

BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento. 9 ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? 12 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SILVA, Cidinha (Org). Ações afirmativas em educação: Experiências brasileiras. São Paulo: Summus, 2003.

GOULART, I. B. Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2010.

GUIMARÃES, Valter Soares. Formação de professores: saberes, identidade e profissão. 5 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.
LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 5ª Ed. São Paulo: Ícone Editora, 1994.
SALVADOR, C. C. (Org.). Psicologia da educação. Porto Alegre: ARTEMED, 1999.
VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2009.
BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento. 9 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.
LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? 12 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 16 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
MARAFON, Maria Rosa Cavalheiro; MACHADO, Vera Lúcia de Carvalho. Contribuição do pedagogo e da pedagogia para a educação escolar: pesquisa e crítica. Campinas, SP: Alinea, 2005.
SERRAO, M.I.B. Aprender a ensinar: A aprendizagem do ensino no curso de Pedagogia sob o enfoque histórico-cultural. São Paulo: Cortez, 2006.
MEIS, Leopoldo de. Ciência, educação e o conflito humano tecnológico. 3 ed. São Paulo: SENAC, 2002.
SILVA, Cidinha (Org). Ações afirmativas em educação: Experiências brasileiras. São Paulo: Summus, 2003.

3ª DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

CARGA HORÁRIA: 80HORAS

EMENTA: A História da Educação no seio da história antiga e medieval. A educação na idade moderna. A educação no século XIX: liberalismo versus socialismo. A educação no Brasil. A educação brasileira na primeira república. A educação brasileira de 1930 a 1945.

OBJETIVOS

- Aprofundar conhecimentos históricos sobre a educação no mundo mediante discussões e debates sobre a História Geral da Educação e seus principais autores, analisando desde o período da Antiguidade Oriental e Ocidental até os dias atuais.
- Aprofundar conhecimentos sobre a História da Educação no Brasil fazendo uma abordagem histórica sobre a política educacional no país desde o período Colonial com a chegada dos portugueses jesuítas até os dias atuais;
- Aprofundar conhecimentos sobre os conceitos históricos fundamentais na Educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A educação brasileira de 1945 a 1964. A educação brasileira de 1964 a 1985 e após a redemocratização. -FILHO, G. F.; 2005. História Geral da Educação. Campinas, SP. 2ª edição, editora Alínea.

-LOMBARDI, J.C.; & SAVIANI, D.,(orgs.) 2009. Navegando Pela História da Educação Brasileira. Campinas, SP. Ed. Autores Associados.

-MANACORDA, M.A.; 2010. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo, SP. Ed. Cortez. -ARIÉS, P.; & DUBY, G; 2006. História da Vida Privada: da Renascença aos Séculos das Luzes. São Paulo, SP. Companhia das Letras.

-FILHO, G. F.; 2004. A Educação Brasileira no Contexto Histórico. Campinas, SP. 2ª edição, editora Alínea.

-VIDAL, D.; FILHO, L.; 2005. As lentes da História: estudos de História e historiografia da Educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados.

PAIVA, V.; 2003. História da Educação Popular no Brasil. São Paulo, SP. 6ª edição, Edições Loyola.

SAVIANI, et al.;2006. O legado educacional do Século XIX. Campinas, SP: Autores Associados.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

-ARIÉS, P.; & DUBY, G; 2006. História da Vida Privada: da Renascença aos Séculos das Luzes. São Paulo, SP. Companhia das Letras.

-FILHO, G. F.; 2004. A Educação Brasileira no Contexto Histórico. Campinas, SP. 2ª edição, editora Alínea.

-VIDAL, D.; FILHO, L.; 2005. As lentes da História: estudos de História e historiografia da Educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados.

PAIVA, V.; 2003. História da Educação Popular no Brasil. São Paulo, SP. 6ª edição, Edições Loyola.

SAVIANI, et al.;2006. O legado educacional do Século XIX. Campinas, SP: Autores Associados.

4ª DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO**CARGA HORÁRIA: 80HORAS**

EMENTA: O pensamento sociológico de Marx, Durkheim e Max Weber. Análise sociológica da educação.

OBJETIVOS

GERAL: Oportunizar o estudo e a compreensão dos processos de aprendizagem e suas relações com as diferentes dimensões do fazer pedagógico, levando em conta o ser em desenvolvimento e a aprendizagem continuada.

ESPECÍFICOS

- Compreender a importância da psicologia da educação na formação do educador;
- Conhecer aspectos históricos da Psicologia e da Educação, analisando interfaces e identificando interações;
- Identificar as teorias da aprendizagem e a sua contribuição para o processo de ensino-aprendizagem.
- Conhecer e analisar os pressupostos das principais teorias da Aprendizagem, em suas concepções sobre o processo de aquisição/construção do conhecimento.
- Compreender as principais características do desenvolvimento do ser humano, em seus aspectos bio-psicológicos, cognitivos e sociais.
- Identificar a participação da Psicologia da Educação na formação de professores da área.
- Refletir sobre modelos informais e modelos institucionais de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SPOSITO, M. P. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. Revista USP, São Paulo. N° 57, p. 210- 226, março/maio, 2003. Disponível em <<http://www.usp.br/revistausp/57/14->

BERGER, Peter L. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania: quem educa o contemporânea. marília.pdf>. Acesso em 17 fev 2014. SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação. Jan./abr. 2007, vol. 12, n° 34. p. 152-165. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>> Acesso em 20 jan 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 3ª.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. 235 p.

GHANEM, Elie. Educação Escolar e democracia no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica / Ação Educativa, 2004. Cidadão? 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010. FREITAG, Barbara. Escola, Estado e Sociedade. 7ª ed. rev. São Paulo: Centauro, 2005.

GADOTTI, Moacir. Escola cidadã. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico- crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. 110 p.
KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da fábrica – As relações de produção e a educação do trabalhador. 5ª.ed. São Paulo: Cortez, 2001. 205 p.
LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Demerval; NASCIMENTO, Maria I. M. (orgs.). A escola pública no Brasil: história e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados: Histerdbr, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPLE, Michael W.; AU, Wayne L. A. G. Educação Crítica: análise internacional. Porto Alegre: Artmed, 2011.
BERGER, Peter L. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010. FREITAG, Barbara. Escola, Estado e Sociedade. 7ª ed. rev. São Paulo: Centauro, 2005.
GADOTTI, Moacir. Escola cidadã. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico- crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. 110 p.
KUENZER, Acácia Z. Pedagogia da fábrica – As relações de produção e a educação do trabalhador. 5ª.ed. São Paulo: Cortez, 2001. 205 p.
LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Demerval; NASCIMENTO, Maria I. M. (orgs.). A escola pública no Brasil: história e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados: Histerdbr, 2005.

5ª DISCIPLINA: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO**CARGA HORÁRIA: 80HORAS**

EMENTA: Introdução ao pensar, ao ato de filosofar, à gênese do pensamento grego e da acidentalidade, caracterizando a reflexão e seus desdobramentos para a gênese do pensamento educacional. Principais referências teóricas do pensamento filosófico contemporâneo que mais diretamente dizem respeito às teorias educacionais: liberalismo, Positivismo, marxismo e pragmatismo.

1. OBJETIVOS:

GERAL: Introduzir no curso de Pedagogia o pensamento filosófico educacional, oportunizando o debate filosófico-pedagógico intraclasse e o registro das percepções.

ESPECÍFICOS:

- Conhecer as tendências e teorias educacionais;
- Proporcionar a compreensão do pensamento histórico-filosófico e seus efeitos na educação;
- Provocar reflexões críticas acerca da filosofia e da educação;
- Exercitar o pensamento filosófico no campo educacional.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, Maria Lúcia. *Filosofando: Introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.

BUZZI, Arcângelo. *Introdução ao Pensar*. Petrópolis; ed. Vozes, 1997.

GROMANN, Nilson. *Filosofia para crianças: investigação e democracia na escola*. [2]. ed. Nova Alexandria, 2002. 144 p.;

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. *Ensino: as abordagens do processo*. ed. E.P.U, 1986. 119 p. v.

JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. Tradução: Artur M. Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PAGNI, Pedro Angelo. SILVA, Divino José da. *Que mais diretamente RANCIÈRE, J. O mestre ignorante*. (Orgs.) *Introdução à Filosofia da Educação: dizem respeito às teorias Cinco lições sobre a emancipação temas contemporâneos e História*. São Paulo: educacionais: liberalismo, intelectual. Trad. Lílian do Valle. Belo Avercamp, positivismo, marxismo e Horizonte: Autêntica, 2002. Pragmatismo.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 12. ed. Autores Associados, 1996. 247 p.;

PERISSÉ, Gabriel. *Introdução à Filosofia da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica ditora, 2008.

6ª DISCIPLINA: MATEMÁTICA BÁSICA E ESTATÍSTICA APLICADA À EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 80HORAS

EMENTA: Operações com números reais. Combinatória e probabilidades. Grandezas e medidas. Espaço e formas. Conceitos gerais/básicos em estatística. Tabulação de dados. Tabelas e gráficos. Medidas de posição e dispersão. Correlação e regressão. Testes paramétricos e não-paramétricos. Comparação de médias.

OBJETIVOS:

GERAL: Refletir processo de ensino aprendizagem de matemática nos anos iniciais do ensino fundamental a partir de ferramentas educacionais que fortaleçam a prática pedagógica.

ESPECÍFICOS:

- Refletir a cerca das possibilidades de ensinar matemática na educação infantil, anos iniciais e alfabetização de jovens e adultos;
- Identificar as tendências teóricas que determinaram e determinam o ensino da matemática;
- Adquirir conhecimentos da matemática a ser ensinado na educação infantil, anos iniciais e alfabetização de jovens e
- Re(pensar) o ensino da matemática na atualidade e suas possibilidades para o futuro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARENALES, S.; DAREZZO, A. Cálculo numérico: aprendizagem com o apoio de software. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BOULOS, P. Pré-cálculo. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.

JULIUS, E. H. Aritmétriques: 50 dicas de como somar, subtrair, multiplicar e dividir sem calculadora. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

CARVALHO, S.; CAMPOS, W. Estatística básica simplificada: teoria e mais de 200 questões comentadas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística básica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABE, J. M.; PAPAVERO, N. Teoria intuitiva dos conjuntos. São Paulo: Makron; McGraw-Hill, 1991.

IEZZI, G.; MURAKAMI, C. Fundamentos de matemática elementar. 3. ed. São Paulo: Atual, 1977. Disponível em: <<http://www.cos.ufrj.br/~alfredo/classnotes/LUIS%20ALFREDO%20FUNDAMENTOS%20DA%20MATEM%C1TICA/mt.Erivanildo.Thegenius/Fundamentos.de.Matematica.Elementar.Vol.01.Conjuntos.e.Funcoes.pdf>>. Acesso em: 04/04/2014.

LOTH, M. H. M.; SILVA, A. M. Tarefas aritméticas para o 6º ano do ensino fundamental. *Bolema*, v. 27, n. 46, p. 451-465, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bolema/v27n46/v27n46a08.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

OLIVEIRA, V. B. de. Jogos de regras e a resolução de problemas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. Jogos de matemática de 1º a 5º ano. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

COSTA NETO, P. L. de O. Estatística. São Paulo: Edgard Blücher LTDA. 1985.

7ª DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA**CARGA HORÁRIA: 80HORAS**

EMENTA: Estudo do texto dissertativo; técnicas de paragrafração (enumeração de dados, contraste e comparação); concordâncias verbal; regência: elementos de coesão e coerência (problematização), hiperônimo, hipônimo, adjetivação, substantivação). Produção de texto modalidade culta da língua portuguesa. Leitura, compreensão e interpretação de textos diversos.

OBJETIVOS:

Qualificar o graduando para:

- Compreender as concepções de linguagem e sua relação com o ensino de Língua Portuguesa;
- Promover uma discussão que aborde a conceituação e as especificidades da Língua materna em detrimento da língua estrangeira;
- Compreender a língua como lugar de constituição da subjetividade e construção dos sentidos e dos sujeitos;
- Distinguir as diferentes concepções de gramática de modo a compreender seus efeitos e consequências no contexto didático-pedagógico;
- Fortalecer um diálogo que permita a compreensão de que a aprendizagem de uma língua não se faz por meio da repetição mnemônica, ou seja, do ensino de modelos prontos, acabados e, portanto, fora do contexto de produção do educando, mas, isto sim, por meio da historicização dos sentidos, o que implica, em outros termos, a consideração do sujeito de linguagem e o seu contexto sócio-histórico e ideológico.
- Promover momentos significativos de diálogo que permitam a desconstrução de ideias preconcebidas em torno de questões concernentes ao ensino de Língua Portuguesa (língua, ensino, gramática, sujeito e conhecimento);
- Discutir a especificidade do ensino da Língua Portuguesa na atualidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRIBAS, T. L. Educação infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar. São Paulo: ARTMED. 2004. 395 p.

BONDIOLI, A.; Mantovani, S. Manual de educação infantil: de 0 a 3 anos. São Paulo: ARTMED. 2010. 355 p.

FORMOSINHO, J. O.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (Orgs.) Pedagogia (s) da Infância: Dialogando com o Passado: Construindo o Futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. Educação Infantil: Fundamentos e métodos. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010. (p.55-104)

KRAMER, Sonia (Org). Retratos de um desafio - Crianças e adultos na educação infantil. Série Educação em Ação. Ática, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIËS, P. História social da criança e da família. 2. ed. Tradutora: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

ARANHA, M. L. A. R. Desenvolvimento infantil na creche. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
KAERCHER, G. E.; CRAIDY, C. Educação infantil: pra que te quero? São Paulo: ARTMED. 2008. 164 p.

8ª EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 80HORAS

EMENTA: A construção social da infância. História da educação infantil. Organização e funcionamento da educação infantil no Brasil. Planejamento e execução das atividades curriculares. A relação entre a educação infantil e o ensino fundamental.

OBJETIVOS

GERAL: Oportunizar o acesso a conhecimentos científicos para que sirvam de subsídios mediadores de uma análise crítica do trabalho pedagógico e suas plurideterminações sócio-históricas.

ESPECÍFICOS:

- Apresentar uma visão histórica das origens e do desenvolvimento da educação infantil;
- Proporcionar uma leitura organizacional do funcionamento da educação infantil no Brasil;
- Possibilitar o acesso a instrumentos teóricos e técnicos necessários ao planejamento e execução das atividades curriculares;
- Demonstrar a importância da educação infantil para o ensino fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRIBAS, T. L. Educação infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar. São Paulo: ARTMED. 2004. 395 p.

BONDIOLI, A.; Mantovani, S. Manual de educação infantil: de 0 a 3 anos. São Paulo: ARTMED. 2010. 355 p.

FORMOSINHO, J. O.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (Orgs.) Pedagogia

(s) da Infância: Dialogando com o Passado: Construindo o Futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. Educação Infantil: Fundamentos e métodos. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010. (p.55-104) KRAMER, Sonia (Org). Retratos de um desafio - Crianças e adultos na educação infantil. Série Educação em Ação. Ática, 2011.9ª

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARIÈS, P. História social da criança e da família. 2. ed. Tradutora: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

ARANHA, M. L. A. R. Desenvolvimento infantil na creche. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

KAERCHER, G. E.; CRAIDY, C. Educação infantil: pra que te quero? São Paulo: ARTMED. 2008. 164 p.

9ª DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM**CARGA HORÁRIA: 80HORAS**

EMENTA: Introdução à psicologia da aprendizagem. Dimensões do processo ensino-aprendizagem. Teorias em psicologia da aprendizagem (Comportamentalismo, Psicologia Cognitiva, Psicologia Humanista, Teorias Psicogenéticas).

OBJETIVOS:

GERAL: Oportunizar o estudo e a compreensão dos processos de aprendizagem e suas relações com as diferentes dimensões do fazer pedagógico, levando em conta o ser em desenvolvimento e a aprendizagem continuada.

ESPECÍFICOS:

- Compreender a importância da psicologia da educação na formação do educador;
- Conhecer aspectos históricos da Psicologia e da Educação, analisando interfaces e identificando interações;
- Identificar as teorias da aprendizagem e a sua contribuição para o processo de ensino-aprendizagem.
- Conhecer e analisar os pressupostos das principais teorias da Aprendizagem, em suas concepções sobre o processo de aquisição/construção do conhecimento.
- Compreender as principais características do desenvolvimento do ser humano, em seus aspectos bio-psicológicos, cognitivos e sociais.
- Identificar a participação da Psicologia da Educação na formação de professores da área.
- Refletir sobre modelos informais e modelos institucionais de aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SALVADOR, C. C. (Org.). Psicologia da educação. Porto Alegre: ARTEMED, 1999.

CAMPOS, D. M. de S. Psicologia da Aprendizagem. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

REGO, T. C. Vygotsky: uma perspectiva histórico cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 2009.

PIAGET, J. Psicologia e pedagogia: a resposta do grande psicólogo aos problemas do ensino. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIAGGIO, Ângela M. B. Psicologia do desenvolvimento. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

DAVIDOFF, L. L. Introdução à psicologia. São Paulo: Pearson Makron Books, 2011.

DUARTE, N. Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2004.

GOULART, I. B. Piaget: experiências básicas para utilização pelo professor. Petrópolis: Vozes, 2008.

GRATIOT-ALFANDERY, HELÈNE (Org) Henri Wallon. Tradução de Patrícia Junqueira. Recife:

LEONTIEV, A.N. Desenvolvimento do Psiquismo. São Paulo: Moraes, 2004. VIGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

10ª DISCIPLINA: FORMAÇÃO ÉTNICO- CULTURAL BRASILEIRA**CARGA HORÁRIA: 80HORAS**

EMENTA: Educação e diversidade étnico-cultural. A formação étnico-cultural do povo brasileiro. Diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e faixa geracional. A formação étnico-cultural da Amazônia. A formação étnico-cultural de Rondônia.

OBJETIVOS:

- Aprofundar conhecimentos sobre os conceitos de Etnicidade para uma melhor compreensão da formação étnica e cultural do povo brasileiro;
- Difundir conhecimentos de autores da História, Sociologia e Antropologia e criar ambientes de discussão e debate sobre os conceitos da formação sociocultural da Amazônia;
- Difundir conhecimentos de autores da História e Geografia de Rondônia e criar ambientes de discussão e debate sobre os conceitos da formação sociocultural de Rondônia;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOSI, A.; 2008. Cultura Brasileira: temas e situações. São Paulo, SP. Ed. Ática. FRAXE T.J.P.; 2009. Cultura Cabocla Ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo, SP. Ed. Annablume.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro-_a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sen_tido_do_Brasil.pdf.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANCLINI, N.; 2008. Culturas Híbridas. São Paulo, SP. EDUSP.

EDGAR, A.; SEDGWICK, P.; 2003. Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. São Paulo, SP. Ed. Contexto.

ERICKSEN, T.H. & NIELSEN, F.S. História da Antropologia. 2ª edição, Petrópolis, RJ. Ed. Vozes.

FREITAS, M.C.(org.); 2006. Desigualdade Social e Diversidade Cultural na Infância e na Juventude. São Paulo, SP. Ed. Cortez.

MATHIAS, F.; 2003. Síntese da Formação Histórica de Rondônia. Porto Velho, RO. Ed. Municipalista – Brasília-DF.

11ª DISCIPLINA: EPISTEMOLOGIA DA EDUCAÇÃO**CARGA HORÁRIA: 80HORAS**

EMENTA: A construção da Pedagogia como Ciência; Teoria do conhecimento, ciência moderna e contemporânea; A Formação das Teorias da Educação e a Constituição da Episteme Pedagógica; As relações entre os fundamentos históricos e filosóficos das ciências humanas com a educação: políticas, pesquisas educacionais, saberes e práticas escolares.

OBJETIVOS:

- (Re) Pensar a função social da escola na atualidade e suas possibilidades para o futuro;
- Compreender o esforço de desenvolvimento da ciência historicamente;
- Reconhecer o ser humano em suas características de ser social, bem como sua formação histórica enquanto tal;
- Refletir acerca das condições concretas que influenciaram as mudanças de paradigmas;
- Analisar as contribuições de diferentes campos de conhecimento nas teorias da educação;
- Otimizar a análise da inter-relação entre as teorias educacionais e a formação humana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, Nilson José. Epistemologia e Didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEKSENAS, Paulo. Pesquisa Social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Orgs). Pesquisa em Educação: Possibilidades investigativas/formativas da pesquisa- ação. São Paulo: Loyola, 2008.

DUARTE, N. A individualidade para- si: Contribuição a uma teoria histórico- social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1999.

LESSA, S. Para compreender a ontologia de Lukács. 3ª Ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Zaia. (org.) A crise dos paradigmas e a Educação. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BACHELAR, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. Disponível em: [http://bvespirita.com/A%20Forma%C3%A7%C3%ADfico%20\(Gaston%20Bachelard\).pdf](http://bvespirita.com/A%20Forma%C3%A7%C3%ADfico%20(Gaston%20Bachelard).pdf)
Acesso em 04/04/2014.

LAVILLE, Chirstian; DIONNE, Jean. A construção o saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARTINS, Jorge Santos. Projetos de Pesquisa: Estratégias de ensino e aprendizagem em sala de aula. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/84708933/Livro-Introducao-a-pesquisa-em-Ciencias-Sociais-Trivinos> Acesso em: 04/04/2014.

12ª DISCIPLINA: CURRÍCULOS E PROGRAMAS
CARGA HORÁRIA: 80HORAS

EMENTA:História e concepções de currículo no Brasil. Currículo, escola, cultura e sociedade. Currículo, organização do trabalho pedagógico e prática docente. Planejamento e currículo escolar.

OBJETIVO

GERAL:

Compreender as diferentes dimensões do currículo, norteando estudos, discussões e reflexões sobre a evolução, estrutura e organização na escola.

ESPECÍFICO:

- Discutir o conceito de currículo contextualizando-o na dimensão cultural, social e histórica buscando uma compreensão da evolução do currículo ao longo do contexto educativo;
- Refletir sobre currículo como instrumento prescritivo ou como construto social, considerando a escola e a sociedade;
- Compreender a organização e objetivos do currículo da educação, bem como sua organização social e a seleção cultural;
- Discutir as tendências e perspectivas emergentes na história do currículo, tendo em vista a construção de uma matriz curricular para a Educação brasileira e seus aspectos políticos;
- Estabelecer relação entre currículo, conhecimento, currículo escolar e aprendizagens;
- Situar o Currículo contextualizando-o com a diversidade cultural e as inovações tecnológicas;
- Estabelecer relação entre currículo e sociedade;
- Identificar os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais que influenciam a educação e a organização do currículo;
- Reconhecer que o processo de avaliação do educando e da instituição escolar deve ocorrer em consonância com os princípios de aprendizagem adotados e com a função que a educação escolar tenha na sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

COLARES, Maria Lília I. S. Colóquios temáticos em educação: avaliação em seus múltiplos aspectos. Campinas-SP: Átomo e Alínea, 2006.

SILVA, Tomaz T. da. Quem escondeu o currículo oculto. In Documento de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BIBLIOGRAFIA CAMPLEMENTAR

MACEDO, Roberto S. Currículo: campo, conceito e pesquisa. Petrópolis-RJ: vozes, 2007.

MOREIRA, Antônio F. B. (Orgs.). Currículo: questões atuais. Campinas-SP: Papirus, 1997. GOMES, Nilma L. Diversidade e currículo. In: MEC. SEB. Indagações sobre currículo. Brasília- DF: MEC, 2008. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/.../indag4.pdf.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira; FREITAS, Luiz Carlos. Currículo e avaliação. In: Introdução sobre currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008. 44 p. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/.../indag5.pdf.

MOREIRA, Antônio Flávio B.; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: Introdução sobre currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 48 p. Disponível em: portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/.../indag3.pdf.

13ª DISCIPLINA: PSICOMOTRICIDADE**CARGA HORÁRIA: 80HORAS**

EMENTA: Definição, história e fundamentação teórico- prática da psicomotricidade. Avaliação ou diagnóstico em psicomotricidade. Recursos psicomotores e treinamento no diagnóstico e intervenção psicomotora.

OBJETIVOS:

- Apresentar definições relacionadas com a psicomotricidade.
- Apresentar as fundamentações teóricas da psicomotricidade e que justificam sua aplicação prática como recurso pedagógico.
- Explicar a importância da psicomotricidade para o desenvolvimento da criança e aprendizagem na escola.
- Conceituar neurociência, apresentar e discutir variáveis a ela relacionadas com vistas a demonstrar a importância da psicomotricidade para o processo de aprendizagem, desenvolvimento cognitivo e motor da criança.
- Habilitar e treinar o aluno para a avaliação e estimulação psicomotora da criança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FONSECA, V. da. Psicomotricidade: perspectivas multidisciplinares. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

LE BOUCH. Educação psicomotora: a psicocinética na idade escolar. Porto Alegre: ARTMED, 1987.

SANCHEZ, P. A.; MARTINEZ, M. R.; PEÑALVER, I. V. A psicomotricidade na educação infantil: uma prática preventiva e educativa. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LENT, R. Cem bilhões de neurônios? Conceitos fundamentais de neurociência. São Paulo: Atheneu, 2010.

MACEDO, L.; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar. Porto Alegre: ARTEMED, 2005.

MOYLES, J. R. Só brincar?:o papel do brincar na educação infantil. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

SCHILLER, P.; ROSSANO, J. Ensinar e aprender brincando. Porto Alegre: ARTMED, 2008.

ZATZ, S.; ZATZ, A.; HALABAN, S. Brinca comigo! Tudo sobre brincar e os brinquedos. São Paulo: Marco Zero, 2007.

14ª DISCIPLINA: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS-LIBRAS

CARGA HORÁRIA: 80HORAS

EMENTA: Línguas de Sinais e minoria linguística: as diferentes línguas de sinais; status da língua de sinais no Brasil; cultura surda; organização linguística da LIBRAS para usos informais e cotidianos: vocabulário; morfologia; sintaxe e semântica; a expressão corporal como elemento linguístico.

OBJETIVOS:

- Reconhecer a trajetória histórica da educação de surdos no Brasil e no mundo, e as lutas desses sujeitos pelos direitos e inclusão;
- Desconstruir crenças e preconceitos estabelecidos socialmente com relação às línguas de sinais;
- Discutir e analisar a variação linguística no uso da língua de sinais – LIBRAS
- Conhecer e analisar os fundamentos legais da educação dos surdos no Brasil;
- Identificar as características pertinentes das identidades surdas como formadoras da cultura surda;
- Diferenciar as propostas de ensino Inclusivas das Bilíngues no contexto escolar;
- Identificar as unidades fonológicas que compõem palavras (sinais);
- Sinalizar as formas básicas de comunicação das pessoas surdas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Novo Deit- LIBRAS - Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (libras) Baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas. 1 e 2 vol.. 3ª edição. São Paulo, EDUSP. 2015.

FERNANDES, S. Educação de surdos. Ed. Intersaberes, Curitiba, 2012.

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Editora Parábola, 2009.

GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2ª ed. - São Paulo: Plexus Editora, 2002

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Estudos Linguísticos: a língua de sinais brasileira. ArtMed: Porto Alegre. 2007. SKLIAR, C. (org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 2013

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Dorziat, A. Estudos Surdos: diferentes olhares. Mediação, 2011

LACERDA, C. B. F. Intérprete de LIBRAS. Mediação 2015 LACERDA, C. B. F. Tenho Um Aluno Surdo, e Agora? Introdução à Libras e Educação de Surdos. Ed UFSCar. 2013

- LODI, A.C.B . Leitura e escrita no contexto da diversidade. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- LODI, A.C.B . Letramento e minoria. Porto Alegre: Mediação, 2013.
- LODI, A.C.B; LACERDA. C.B.F. Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. Mediação, 2009.
- SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVA, A.G; RIBEIRO,T. Leitura e escrita na educação de surdos: das políticas as práticas pedagógicas. Wak, 2015.
- THOMA,A.S; KLEIN,M. Currículo e avaliação: a diferença surda na escola. EDUNISC, 2009.

15ª DISCIPLINA: DIDÁTICA**CARGA HORÁRIA: 80HORAS**

EMENTA: Estudo de concepções, cultura e desenvolvimento histórico da didática nas diferentes tendências educacionais e pedagógicas no Brasil; Formas de organização da Prática Educativa escolar e os desafios da realidade atual docente; Elementos teórico-metodológicos na área da Didática.

OBJETIVOS:

GERAL: Situar a Didática, de forma crítica, no contexto da prática pedagógica;Levar o futuro professor ao conhecimento crítico dos elementos que determinam a sua prática profissional;Oportunizar o acesso a conhecimentos científicos, para que sirvam de subsídios mediadores de uma análise crítica do trabalho pedagógico e suas plurideterminações sócio-históricas.

ESPECÍFICOS:

- Compreender a escola como produto histórico e, por isso dinâmico, da humanidade;
- Identificar e correlacionar à função social da escola em cada teoria pedagógica;
- Vislumbrar a importância do trabalho pedagógico na formação humana;
- Ações educativas sistematizadas e coerentes com cada linha teórica (tradicional, escola novista, tecnicista, histórico-crítica, pós narrativeturn);
- Identificar o Projeto Político Pedagógico (PPP) enquanto ferramenta de trabalho escolar, bem como suas limitações;
- Correlacionar as possíveis técnicas e tecnologias possíveis no processo de ensino e aprendizagem nas linhas teóricas estudadas;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORDEIRO, Jaime. Didática. 2ed, São Paulo: Contexto, 2010.

GASPARIN, João L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo. 31 ed. Campi nas- S P: Autores associados, 1997.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas-SP: Autores Associados, 2007.

16ª DISCIPLINA: METODOLOGIA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO**CARGA HORÁRIA: 80HORAS**

EMENTA: Pressupostos da pesquisa científica. Pesquisa em educação: fundamentos epistemológicos e metodológicos. Elaboração do projeto de pesquisa. Normas de apresentação do trabalho científico.

OBJETIVOS:

GERAL: Fornecer elementos lógicos e técnicos para realização de trabalhos acadêmicos, assim como propiciar conceituações epistemológicas fundamentais para o desenvolvimento fundamentado e rigoroso de pesquisas científicas.

ESPECÍFICOS:

- Conhecer o processo de pesquisa científica, seus aspectos metodológicos, estruturais, éticos e técnicos;
- Analisar criticamente as fontes de informação, concebendo o estudo e a pesquisa como momentos de formação profissional;
- Elaborar um projeto de pesquisa, em consonância com as demandas educacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FAZENDA, Ivani (org.). Novos enfoques da pesquisa educacional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

PÁDUA, Elisabete M. M. de. Metodologia da pesquisa. Campinas- SP: Papyrus, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisas educacional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

CARDOSO, Ruth C. L. (Org.) A aventura antropológica: teoria e pesquisa. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

17ª DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 80HORAS

EMENTA: História da Educação Infantil no Brasil; Concepção de infância e família. Legislação atual da Educação Infantil; Função social da Educação Infantil e políticas de atendimento à infância; os movimentos sociais e as novas exigências na formação do profissional em educação infantil. Ações sócio-pedagógicas e a especificidade da educação e cuidado de crianças de 0 a 5 anos em ambientes coletivos. Relação creche-família. Qualificações necessárias para atuar na educação infantil, tendo como perspectiva o desenvolvimento da criança, do ponto de vista sócio-afetivo, intelectual e motor, considerados de forma integrada.

OBJETIVOS:

GERAL: Proporcionar conhecimentos básicos teóricos e práticos para atuação na Educação Infantil

ESPECÍFICOS:

- Desenvolver a capacidade de atribuir significado aos processos de construção do conhecimento do indivíduo inserido em seu contexto sócio, cultural, afetivo emocional,
- Desenvolver a capacidade de estabelecer objetivos de atuação com a criança de 0 a 5 anos, em diferentes níveis de organização escolar, de modo a assegurar à aquele os direitos plenos relativos a educação escolar e de cidadania.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, ZilmaR. de. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, TizukoMorchida; PINAZZA, Mônica Appezzato. Pedagogia(s) da infância: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PANSAN, Maria Tereza Melhado; PADULA, Marly Salomão. Pré-Escola: despertar para a vida. Campinas, SP: Alínea, 2001.

BIBLIOTECA COMPLEMENTAR

ABRAMOWICZ, A.; WAJSKOP, G. Educação infantil: creches - atividades para crianças de zero a 6 anos. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1999.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C(Orgs). Os fazeres na Educação Infantil. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

VASCONCELLOS, Vera M. R. de (Org.).Educação da infância. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

EDWARDS, Caroliyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George. As cem linguagens da criança: aabordagem de ReggioEmilia na Educação da Primeira Infância. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MEC/SEF/COEDI. Referencias Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998. 3 volumes. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf>

18ª DISCIPLINA: NEUROCIÊNCIA, APRENDIZAGEM E PROBLEMAS DA APRENDIZAGEM**CARGA HORÁRIA: 80HORAS**

EMENTA: Definição e história da neurociência e da neurociência cognitiva. Bases anatômicas e fisiológicas da aprendizagem e memória. Problemas, dificuldades e transtornos de aprendizagem.

OBJETIVOS:

- Apresentar conceitos relacionados à neurociência, à aprendizagem e ao seu comprometimento.
- Possibilitar ao estudante a capacidade de identificar possíveis comprometimentos da aprendizagem e o correto encaminhamento para suas resoluções.
- Capacitar, no que compete ao pedagogo, na resolução ou complementação do trabalho de outros profissionais para favorecer a aprendizagem.
- Estimular o aprofundamento da aquisição de conhecimentos científicos e de estratégias para resolução ou auxílio nas condições de comprometimento da aprendizagem.
- Relacionar as concisões socioeconômicas com a dificuldade de aprendizagem,
- Diferencias medicação de medicalização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIORI, N. As neurociências cognitivas. Petrópolis: Vozes, 2008.

LENT, R. Cem bilhões de neurônios? conceitos fundamentais de neurociência. São Paulo: Atheneu, 2010.

ROTTA, N. R.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SMITH, C.; STRICK, L. Dificuldades de aprendizagem de A a Z: um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

SENNY, A. L.; CAPOVILLA, F. C.; MONTIEL, J. M. Transtornos de aprendizagem: da avaliação à reabilitação. São Paulo: Artes Médicas, 2008.

GAZZANIGA, M. S.; IVRY, R. B.; MANGUN, G. R. Neurociência cognitiva: a biologia da mente. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

19ª DISCIPLINA: TEMA INTEGRADOR
CARGA HORÁRIA: 80HORAS

20ª DISCIPLINA: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

OBJETIVOS

GERAL

Reconhecer a especificidade dos sujeitos da EJA e suas consequências para a organização curricular, para as políticas públicas no Brasil, sua trajetória e significados no mundo atual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer a história da EJA no Brasil e identificar suas concepções, características e desafios.
- Conceituar políticas públicas de EJA e diversidade
- Identificar características psicossociais e culturais dos jovens e adultos e suas implicações no processo ensino aprendizagem.
- Conhecer diferentes abordagens teórico-metodológicas da Educação de Jovens e Adultos.
- Discutir possibilidades curriculares e metodológicas para as práticas pedagógicas cotidianas na EJA.
- Problematizar a realidade educacional brasileira, tendo como foco os significados que tem a
- Educação de Jovens e Adultos para alunos/as, professores/as e gestores/as que a vivenciam.

EMENTA: Estudo das políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Estudo crítico do processo de alfabetização de jovens e adultos. Dificuldades e problemas de aprendizagens em turmas de educação de jovens e adultos. Direitos Educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PICONEZ, Stela C. B. Educação escolar de jovens e adultos. Campinas-SP: Papyrus, 2003.

KLEIMAN, Ângela B.; SIGNORINI, Inês. O ensino e a formação do professor: alfabetização de jovens e adultos. 2. ed. Porto Alegre, Artmed, 2001.

OLIVEIRA, Inês B.; PAIVA, Jane (Orgs.). Educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José Eustáquio (Orgs). Educação de Jovens e Adultos: Teoria, prática e proposta. Cortez, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASÉRIO, Vera M. R. Educação de jovens e adultos: pontos e contrapontos. Florianópolis: EDUSC, 2002.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São

Paulo: Paz e Terra, 1996.

PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil; educação popular e educação de adultos. 6ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003.

BARCELOS, Valdo. Educação de Jovens e Adultos - Currículo e Práticas Pedagógicas. Vozes, 2010.

21ª DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E PRÁTICA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**CARGA HORÁRIA: 80HORAS**

EMENTA: Objetivos do ensino de língua portuguesa. Concepções de língua e de ensino de língua. Observação e análise de aulas. Planejamento de aulas. Micro-aulas. Leitura e escola. Análise discursiva de textos literários infantis. Produção de textos. Análise linguístico-discursiva. Produção de material didático- pedagógico relacionado à Língua Portuguesa.

OBJETIVOS:

GERAL: Proporcionar a construção de conhecimentos relacionados ao ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa de modo que sejam promovidas reflexões de cunho teórico-metodológico com estabelecimento de articulação com a prática pedagógica.

ESPECÍFICO:

- Compreender as concepções de linguagem e sua relação com o ensino de Língua Portuguesa;
- Refletir sobre práticas de ensino das competências relacionadas à Língua Portuguesa, leitura, escrita e análise linguística;
- Proporcionar momentos de diálogo que permitam a desconstrução de ideias preconcebidas em torno de questões referentes ao ensino de Língua Portuguesa, tais como: língua, ensino, gramática, sujeito e conhecimento;
- Discutir e estimular propostas de trabalho que considerem métodos de ensino embasados nas relações teoria-prática e professor-aluno-objeto de conhecimento;
- Discutir estratégias sobre o ensino da língua sob a perspectiva dos gêneros textuais;
- Promover uma discussão que aborde a conceituação e especificidades da língua materna;
- Refletir sobre a importância da diversidade linguística e suas implicações curriculares no contexto escolar;
- Promover uma discussão sobre as inter-relações oralidade e escrita, considerando a diversidade e heterogeneidade de gênero discursivos escritos e orais;
- Estimular os futuros professores a compreenderem que o processo de apropriação da língua não se baseia na percepção e memorização;
- Incentivar a busca de novas tecnologias que permitam que as crianças se tornem competentes no uso da comunicação oral e escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ORLANDI, O. A linguagem e seu funcionamento – as formas de discurso. Campinas: Editora Pontes, 1983.

POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

LOURA, Maria do Socorro Dias. A língua materna na sala de aula. In Cultura, Leitura e Linguagem. Porto Velho: Edufro, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ORLANDI, O. A linguagem e seu funcionamento – as formas de discurso. Campinas: Editora Pontes, 1983.

POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

LOURA, Maria do Socorro Dias. A língua materna na sala de aula. In Cultura, Leitura e Linguagem. Porto Velho: Edufro, 2006.

22ª DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E PRÁTICA DA ALFABETIZAÇÃO**CARGA HORÁRIA: 80HORAS**

EMENTA: Visão geral da alfabetização. Alfabetização, letramento e cultura escrita. Aspectos metodológicos da alfabetização. Planejamento para turmas de alfabetização

OBJETIVOS:

GERAL: Oferecer aos futuros pedagogos condições para realizar/organizar uma prática pedagógica alfabetizadora efetiva, dentro das concepções de letramento e construção do conhecimento.

ESPECÍFICOS:

- Permitir aos alunos refletir sobre o ensino da língua escrita sob diferentes ângulos: o conhecimento epistemológico, linguístico, as relações entre leitura e escrita, entre ensino e aprendizagem e a intervenção educativa;
- Analisar diferentes métodos de alfabetização, envolvendo conceitos, objetivos e suas práticas;
- Analisar o livro didático de alfabetização, com suas múltiplas facetas e concepções de ensino, aprendizagem e de língua subjacentes e que permeiam sua adoção e utilização;
- Compreender a dinâmica de ensino e aprendizagem envolvida no processo de alfabetização;
- Confeccionar materiais didáticos pedagógicos para o processo de alfabetização;
- Analisar e planejar projetos didáticos e sequências didáticas para turmas de alfabetização, assim como prever atividades permanentes, integrando diferentes componentes curriculares e atividades voltadas para o desenvolvimento da oralidade, leitura e escrita;
- Compreender a importância da avaliação no ciclo de alfabetização, analisando e construindo instrumentos de avaliação e de registro da aprendizagem;
- Executar atividades teórico-práticas em escolas de Educação Básica (Pública).
-

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, José J. Alfabetização e leitura. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FERREIRO, Emília. Reflexões sobre a alfabetização. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GARCIA, Regina L. Novos olhares sobre a alfabetização. São Paulo: Cortez, 2001.

ADAMS, M. J. et al. Consciência fonológica em crianças pequenas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOARES, Magda Becker. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2003.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetizando sem o ba- bé-bi-bó-bu. São Paulo: Scipione, 1998.
FRANCHI, Eglê Pontes. Pedagogia da alfabetização: da oralidade à escrita. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1991.
SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

23ª DISCIPLINA: POLÍTICA E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

EMENTA: Estado e políticas públicas em educação. A estrutura e a organização do ensino no Brasil; aspectos legais e organizacionais. O contexto local. Política nacional de formação de professores. A práxis.

OBJETIVOS:

- Compreender a dinâmica sócio-política do Estado e sua relação com as questões educacionais com postura crítica, investigativa e propositiva;
- Conhecer a organização do sistema escolar brasileiro em sua estrutura administrativa e legal analisando a política educacional em seu contexto histórico-social;
- Compreender o papel do Estado e dos Organismos Internacionais na definição das políticas públicas em educação e as possibilidades da participação da sociedade civil no contexto da sociedade capitalista.
- Refletir sobre a formação docente no contexto da atual política educacional;
- Agir com critérios técnico-pedagógicos em situações educacionais concretas, a partir da reflexão teórico-prática do contexto escolar vivenciado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Malu. Políticas educacionais e práticas pedagógicas: para além de mercadorização do conhecimento. 2. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Lei_s/L9394.htm>. Acesso em 26 maio 2012.

GENTILI, Pablo (Org.). Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ângela. Aceita um conselho? Como organizar o colegiado escolar. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2008.

BRANDÃO, Carlos da F. PNE passo a passo: discussão dos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação. São Paulo: Avercamp, 2006.

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 30 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm>. Acesso em 20 junho 2012.

SOUZA, Andréia da S. Q.; MACIEL, Antônio C.; BRASILEIRO, Tânia S. A.(Orgs). Política Educacional e Formação de Professores. São Carlos: Pedro & João Editores; Porto Velho: EDUFRO, 2009. 328 p.

XAVIER, Maria Elizabete S. P. Questões de Educação Escolar: história, políticas e práticas. Campinas, SP. Editora Alínea, 2007.

24ª DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO I**CARGA HORÁRIA: 100Horas**

EMENTA: Atividade que, por determinação legal, visa à aquisição-reelaboração de competência profissional na área de formação. Introdução: Orientações básicas sobre estágio supervisionado em creche ou escola de educação infantil. Estudo da realidade político-educacional de uma creche ou escola de educação infantil. Estudo da prática docente. Prática docente.

OBJETIVOS:

- Solucionar, em conjunto com o (a) Orientador(a) do Curso e Direção acadêmica, os casos não previstos neste regulamento;
- Reavaliar, ao término de cada semestre letivo, os pontos positivos e negativos verificados durante o desenvolvimento das disciplinas, para que se façam as devidas modificações, visando a constante atualização e aprimoramento das disciplinas;
- Cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas neste Manual;
- Visitar as escolas em que os acadêmicos estão fazendo o estágio para verificar o andamento do estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANTOS, RUY C. do E. S. Pedagogia da transgressão. São Paulo: Papirus, 2007.

RONDIOLI, Atina; MONTOVANI, Susanna. Manual de educação infantil: de 0 a 3 anos. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BARREIRO, Iraíde M. F.; GEBRAN, Raimunda A. Prática de ensino e estágio na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. São Paulo: Papirus, 2007.

LIMA, Manolita C.; OLIVO, Silvio (Orgs.). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1999.

25ª DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E PRÁTICA DO ENSINO DA HISTÓRIA E GEOGRAFIA

CARGA HORÁRIA: 80HORAS

EMENTA: Aprofundar conhecimentos sobre o histórico das disciplinas História e Geografia nos currículos escolares brasileiros; Aprofundar conhecimentos sobre as propostas curriculares atuais para o ensino da História e da Geografia na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental; Demonstrar a importância das interdisciplinaridades como ferramenta metodológica no ensino de História e da Geografia.

OBJETIVOS:

GERAL: Construir participativamente conhecimento/saberes, planejamento e execução de atividades teórico-práticas relacionadas ao ensino/aprendizado de história e geografia nos anos iniciais do ensino fundamental.

ESPECÍFICOS:

- Proporcionar conhecimentos teóricos e práticos básicos para o desenvolvimento de atividades didáticas e atuação no ensino de história e geografia;
- Identificar os processos de ensino/aprendizagem em geografia;
- Aprofundar conhecimentos sobre o histórico da disciplina História nos currículos escolares brasileiros;
- Aprofundar conhecimentos sobre as propostas curriculares atuais para o ensino da História na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental;
- Demonstrar a importância das interdisciplinaridades como ferramenta metodológica no ensino de História;
- Aprofundar conhecimentos sobre os conceitos históricos fundamentais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental-Ministério da Educação e do Desporto e Cultura – MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia - PCN. Brasília: MEC-SEF, 1997. <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>
 PONTUSCHKA, NídiaNacib. Para Ensinar e Aprender Geografia. 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009. THEOBALD, H.R.; 2010. Fundamentos e Metodologias no Ensino de História. Curitiba, PR. Ed FAEL. http://dc270.4shared.com/doc/IFzEGEY_C/preview.html

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. [et al.]. Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. 4ª ed. Editora da UFRGS/AGB Seção Porto Alegre, 2003.
 CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimento. 5ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.
 CITELI, A.; 2010. Aprender e Ensinar com textos não escolares. Vol3, 5ª edição, Perdizes, SP. Cortez editora.
 COTRIM, G.; 2005. História Global: Brasil e Geral. São Paulo, SP. Ed Saraiva.

FILHO, M. & Luiza, M.; 1993. História do Brasil: do descobrimento a independência. São Paulo, SP. Ed. Scipione.

26ª DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E PRÁTICA DO ENSINO DE MATEMÁTICA

CARGA HORÁRIA: 80HORAS

EMENTA: O ensino da matemática no Brasil; Subsídios teóricos e metodológicos para a reflexão e a pesquisa de práticas pedagógicas na alfabetização matemática; A concepção de conhecimento matemático que permeia o currículo, o planejamento e a prática; Desenvolvimento de atividades e materiais de ensino específicos na área de matemática.

OBJETIVOS

GERAL: Refletir sobre o processo de ensino aprendizagem de matemática nos anos iniciais do ensino fundamental a partir de ferramentas educacionais que fortaleçam a prática pedagógica.

ESPECÍFICOS:

- Refletir acerca das possibilidades de ensinar matemática na educação infantil, anos iniciais e alfabetização de jovens e adultos;
- Identificar as tendências teóricas que determinam o ensino da matemática;
- Adquirir conhecimentos da matemática a ser ensinado na educação infantil, anos iniciais e alfabetização de jovens e adultos;
- (Re) Pensar o ensino da matemática na atualidade e suas possibilidades para o futuro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MOYSES, Lucia. Aplicações de Vygotsky à Educação Matemática. 10ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2010.

PARRA, Cecília; SAIZ, Irma.(orgs.) Didática da Matemática: Reflexões Psicopedagógicas. Porto Alegre: Artmed, 1996.

SMOLE, Kátia Stocco Smole; DINIZ, Maria Ignez; CÂNDIDO, Patricia.

Cadernos do Mathema: Jogos de matemática de 1º ao 5º ano. Porto Alegre: Artimed, 2007.

DUARTE, N. O ensino da matemática na educação de jovens e adultos. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Moretti, Vanessa Dias; SOUSA, Neusa Maria Marques de. Educação Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Princípios e Práticas Pedagógicas. Cortez, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORBA, Rute Elizabete de Souza Rosa; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos. O Raciocínio Combinatório de Crianças, Adolescentes, Jovens e Adultos. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT19%20Trabalhos/GT19-1773_int.pdf . Acesso em: 04/04/2014. CARVALHO. Mercedes. Problemas? Mas que problemas?!: estratégias de resolução de problemas matemáticos em sala de aula. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

D'AMBROSIO, Ubiratan. Educação Matemática: Da teoria à prática. 21ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

FIORENTINI, Dario. Alguns modos de ver e conceber o ensino de matemática no Brasil. Zetetiké. Campinas: UNICAMP, ano 3, nº 4, 1-36, 1995. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/zetetiké/article/view/2561> Acesso em: 04/04/2014.

JARDINETTI, José Roberto Boettger. Abstrato e o Concreto no Ensino da Matemática: algumas reflexões. Autor: (Revista Bolema online, p. 45 a 58). Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/matematica/bolema/Bolema%2012.pdf> . Acesso em: 28/jun/2011.

FONSECA, M.C.F.R. Educação matemática de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

27ª DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E PRÁTICA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, RECREAÇÃO E JOGOS
CARGA HORÁRIA: 80HORAS

EMENTA: Fundamentação teórica da recreação e jogos. Recreação e jogos na educação infantil. Recreação e jogos nos anos iniciais do ensino fundamental. Recreação e jogos como recurso didático-pedagógico.

OBJETIVOS:

- Apresentar definições relacionadas com as áreas da educação física, educação física escolar, recreação, jogos e esporte;
- Apresentar os objetivos e as aplicações dessas áreas na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental e o uso das mesmas como recurso pedagógico para o ensino de conteúdos ou promover o desenvolvimento integral do aluno;
- Promover o conhecimento e a prática em atividades relacionadas com as áreas supracitadas;
- Estimular o raciocínio crítico do aluno para o desenvolvimento ou adaptação de exercícios ou atividades utilizadas como recurso didático-pedagógico para promover, facilitar ou diferenciar o processo de ensino-aprendizagem;
- Estimular conhecimento e a produção científica;
- Estimular a habilidade em construir conhecimentos para resolução de problemas;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRIBAS, T. L. A educação física de 3 a 8 anos. São Paulo: ARTMED, 2008.
DARIDO, S. C. Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção na escola. Rio de Janeiro: Papyrus, 2007.
QUEIROZ, T. D.; MARTINS, J. L. Pedagogia lúdica: jogos e brincadeiras de A a Z. São Paulo: Rideel, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARCELLINO, N. C. Lazer e recreação: repertório de atividades por fases da vida. São Paulo: Papyrus, 2009.
NEIRA, M. G. Ensino de educação física. São Paulo: Thomson, 2007.
MACGREGOR, C. 150 jogos não- competitivos para crianças. São Paulo: Madras, 2009.

28ª DISCIPLINA: GESTÃO EDUCACIONAL

EMENTA: Gestão escolar e o conhecimento da realidade social. A administração escolar: teorias da administração, gestão pública e gestão de organizações educacionais; Planejamento; Administração escolar e transformação social. Supervisão escolar e Coordenação pedagógica: organização do trabalho na escola pública. Orientação educacional: surgimento e história; fracasso escolar; comunidade escolar; orientação profissional organização e planejamento do serviço de orientação educacional. Gestão e avaliação.

OBJETIVOS:

- Conhecer os fatores determinantes do desenvolvimento econômico capitalista e a repercussão nos paradigmas teóricos-científicos;
- Proporcionar subsídios para a compreensão da natureza política gestão educacional no Brasil na transição do fordismo para a sociedade digital;
- Conhecer fundamentos teóricos e modelos de gestão educacional bem como o instrumental que subsidia a especificidade da administração escolar;
- Compreender a relação entre a autonomia da escola, o processo da participação social e os mecanismos de gestão no processo de democratização da escola pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUIAR, Márcia Â. da S.; FERREIRA, Naura S. C.. Para onde vão a orientação e a supervisão educacional? Campinas, SP: Papyrus, 2002.

HORA, Dinair L. da. Gestão democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva. Campina, SP: Papyrus, 1984.

GIACAGLIA, L. R. A.; PENTEADO, W. M. A. Orientação educacional na prática: princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos. 6ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. MACIEL, A. C.; WEIGEL, V. A. C. M.; CIOFFI, L. C.; BRAGA, R. M.; FERRAZZO, G. Gestão da educação integral politécnica: uma proposta para o Brasil. Porto Velho: EDUFRO, 2013. Vol. 1 e 2.

PARO, V. H. Administração escolar: introdução crítica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, M. Â. S.; FERREIRA, N. S. C.. Para onde vão a orientação e a supervisão educacional? Campinas, SP: Papyrus, 2002. COLARES, Anselmo A.; COLARES, Maria L. I. S.

Do autoritarismo repressivo à construção da democracia participativa: história e gestão educacional. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo, SP : ANPAE, 2003.

GRINSPUN, M. P. S. Z. A orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. 3ª ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2006.

PIMENTA, S. G.; KAWASHITA, N. Orientação profissional: um diagnóstico emancipador. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

LIBÂNEO, José C. Pedagogia e Pedagogos pra quê? 12. ed. São Paulo, Cortez, 2010.

VEIGA, Ilma P. A.; FONSECA, Marília (orgs). As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para escola. Campinas, SP: Papirus, 2001.

29ª DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO II**CARGA HORÁRIA: 100HORAS**

EMENTA: Atividade que, por determinação legal, visa à aquisição-reelaboração de competência profissional na área de formação. Introdução: Orientações básicas sobre estágio supervisionado em alfabetização infantil, de jovens e adultos. Estudo da realidade político-educacional de uma escola com alfabetização infantil ou de jovens e adultos. Estudo da prática docente. Prática docente.

OBJETIVOS:

- Vivenciar situações reais (observação/participação/pesquisa/intervenção) nas quais possa, com base no conhecimento teórico desenvolvido nas diferentes disciplinas do Curso de Pedagogia, buscar não somente a unidade entre teoria e prática na realidade de uma escola com alfabetização Infantil ou alfabetização de Jovens e Adultos, mas também reconhecer o seu papel enquanto educador;
- Compreender a realidade político-educacional da Alfabetização via elementos teóricos-metodológicos;
- Instrumentalizar com aportes teóricos-metodológicos o estudo da prática docente;
- Exercer a docência, em situação de estágio, buscando compreendê-la de forma reflexiva e crítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. São Paulo: Papyrus, 2007. SANTOS, RUY C. do E. S. Pedagogia da transgressão. São Paulo: Papyrus, 2007.

BARREIRO, Iraíde M. F.; GEBRAN, Raimunda A. Prática de ensino e estágio na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. Aprender e ensinar na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIMA, Manolita C.; OLIVO, Silvio (Orgs.). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

GARCIA, Regina L. Novos olhares sobre a alfabetização. São Paulo: Cortez, 2001.

30ª DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E PRÁTICA DO ENSINO DE ARTE- EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 80HORAS

EMENTA: Pressupostos para a percepção e elaboração social do conceito de arte, referência de produção e construção de linguagens subjetiva, intersubjetiva e simbólica. Principais movimentos expressivos da História da arte mundial. Arte brasileira. Arte e educação, relações e contribuições no processo de formação. Experiência estética. Planejamento, projeto e execução de atividades de expressão artística.

OBJETIVOS:]

GERAL: Introduzir as diferentes linguagens artísticas e suas implicações enquanto dimensões valorativas e qualitativas da arte representativa de contextos, apresentando a importância do ensino da Arte em diferentes períodos históricos.

ESPECÍFICOS:

- O acadêmico da Disciplina: Fundamentos e Prática do Ensino da Arte deverá:
- Teorizar e refletir sobre como a arte é entendida e abordada enquanto objeto de estudo e fenômeno cultural;
- Desenvolver a capacidade de apreciar Artes visuais imprimindo significado aos processos de construção do conhecimento por meio de tais manifestações artísticas e culturais;
- Desenvolver a capacidade de refletir e estabelecer relações entre o trabalho artístico em suas diversas manifestações, dimensões e objetivos e o cotidiano;
- Desenvolver a capacidade de atuação (teatro, dança, pintura, literatura, música, dentre outras) tendo como finalidade a qualidade da sua formação pedagógica;
- Desenvolver e aprofundar a sensibilização por meio de experiências de percepção, vinculadas à dimensão física da obra (o corpo e seus sentidos) e seu desdobramento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Ana Mae. O Ensino da Arte no Brasil nos inícios do século XXI. Disponível em: <file:///C:/Users/usuarios/Downloads/aprender%207%20-%20a13.pdf>

BRASIL/MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN-ARTE). Brasília, DF: MEC, 1997.

PROENÇA, Graça. História da arte. São Paulo: Ática, 1999. Disponível em: [http://www.passeidireto.com/arquivo/1897993/boo k-historia-da-arte-graca-proenca](http://www.passeidireto.com/arquivo/1897993/boo-k-historia-da-arte-graca-proenca)

IAVELBERG, Rosa. Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: ARTMED, 2003.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. Didática do Ensino da Arte: a Língua do Mundo, poetizar, fluir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento, Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo. São Paulo: Libertad, 1995.
- CAVALCANTI, Zélia (Org.). Arte na sala de aula. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- DUARTE JR., João F. Por que arte- educação? 16. ed. Campinas: Papirus, 2005.
- BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BARBOSA, Ana Mae. Tópicos Utópicos. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.
- (org.). Arte/Educação Contemporânea: consonâncias internacionais. São Paulo: Cortez, 2005.
- AMARAL, Lílian (org.). Interterritorialidade: mídias, contextos e educação. São Paulo: Editora SENAC São Paulo: Edições SESC SP, 2008.
- A imagem no ensino da arte: anos 1980 e novos tempos. 7. Ed. rev. São Paulo, Perspectiva, 2009.
- DEWEY, John. Arte como Experiência. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

31ª DISCIPLINA: FUNDAMENTOS E PRÁTICA DO ENSINO DE CIÊNCIAS**CARGA HORÁRIA: 80HORAS**

EMENTA: Concepções de Ciências. Pressupostos epistemológicos e históricos do ensino de Ciências Naturais. Caracterização e compreensão das relações entre ciência e tecnologia, natureza e o ser humano. As novas metodologias que permitem o ensino de ciências, os conceitos científicos básicos e o processo de ensino aprendizagem das ciências da natureza: atualização de conceitos e elaboração de propostas metodológicas alternativas e as discussões que permeiam o ensino de ciências naturais do Ensino Fundamental na prática pedagógica.

OBJETIVOS:

- Propiciar conhecimentos básicos teóricos e práticos para o desenvolvimento de atividades didáticas e atuação no ensino de ciências naturais;
- Formular questões, diagnosticar e propor soluções para problemas reais a partir de elementos das Ciências Naturais, colocando em prática, conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidas no aprendizado escolar;
- Aperfeiçoar a compreensão das Ciências Naturais e do método científico para que possam no ensino fundamental, orientar o desenvolvimento do pensamento científico nas crianças em lugar de apenas transmitir-lhes informações;
- Refletir sobre o papel do professor no processo de aprendizagem de ciências possibilitando o desenvolvimento de uma postura reflexiva e crítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, MEC/Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais. Brasília, 1997.

DELIZOICOV, Demétrio e ANGOTTI, José A. Metodologia do ensino de ciências. São Paulo, Cortez, 2000.

HENNING, Georg J. Metodologia do ensino de ciência. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

WILSEK, Marilei A. G.; TOSIN, João A. P. Ensinar e aprender ciências no ensino undamental com atividades investigativas através da resolução de problemas. Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 2009.

BORGES, Regina Maria Rabello & MORAES, Roque. Educação em ciências nas séries iniciais. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

BIZZO, N.M.V Ciências: fácil ou difícil? São Paulo: àtica, 2002.

32ª DISCIPLINA: EDUCAÇÃO ESPECIAL**CARGA HORÁRIA: 80HORAS**

EMENTA: Aspectos históricos, legais e políticos da inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais. Políticas públicas da educação especial. Fundamentos teórico-metodológicos na área de deficiência auditiva, deficiência intelectual, deficiência física, deficiência visual, superdotação e altas habilidades e na área de transtorno global do desenvolvimento. Referencial curricular para a educação especial.

OBJETIVOS:

- Apresentar conceitos relacionados à educação especial e legislação específica;
- Apresentar aos estudantes as alterações com mais frequência presentes em crianças na educação especial;
- Possibilitar ao estudante a capacidade de identificar essas alterações e abordar as mesmas do ponto de vista pedagógico;
- Apresentar recursos e estratégias existentes para atendimento a este público, com ênfase naqueles destinados ao processo ensino-aprendizagem;
- Estimular o aprofundamento da aquisição de conhecimentos;
- Capacitar para a construção de projetos de intervenção e prover treinamento para apresentações técnicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara (Orgs.). Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas: Papirus, 1998, 223p.

GONZÁLEZ, Eugenio. Necessidades Educacionais específicas. Tradução da Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2007, 440p.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. 4. ed.- Campinas, SP: Autores Associados, 2007, 194p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOTELHO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, 158p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os fora de série na escola. Campinas, SP: Armazém do Ipê (autores Associados), 2005, p. 89.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. Educ. rev., Curitiba, n. 41, set. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 janeiro 2012.

LIMA, Priscila Augusta. Educação Inclusiva e igualdade social. São Paulo: Avercamp, 006 172p.

SIEGFRIED, M. Pueschel organizador; tradução Lucia Helena Reily. Síndrome de Down: Guia para pais e educadores. Campinas - SP. Ed. Papirus, 1993, 298p.

33ª DISCIPLINA: EDUCAÇÃO NO CAMPO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CARGA HORÁRIA: 80HORAS

GERAL

Apropriar-se de conhecimentos técnico-científico e metodológico indispensável à elaboração de projetos educativos que atendam às especificidades que caracterizam os diferentes contextos rurais em que as escolas se inserem.

ESPECÍFICOS

- Ampliar e qualificar o conhecimento dos acadêmicos acerca do lugar da educação do campo nas Políticas Públicas e na Legislação Brasileira - História, Lutas e Conquistas.
- Identificar a contribuição de estudos e investigações dos campos da sociologia e da economia rural, bem como da educação ambiental na caracterização e na interpretação de fenômenos presentes em diferentes contextos rurais.
- Apropria-se de procedimentos indispensáveis à investigação de aspectos que caracterizam diferentes realidades educacionais, sociais, econômicas, culturais e políticas.
- Aplicar conhecimentos técnico-científicos e metodológicos em favor da qualificação dos projetos educacionais e das práticas pedagógicas em vigor nas escolas do campo.

EMENTA: Fundamentos políticos-pedagógicos, conceituais e socioeconômicos e culturais da Educação do Campo. Histórico e contemporaneidade das propostas e realizações educacionais. Relações institucionais envolvendo Estado, universidade e movimentos sociais do campo. Adaptação curricular para a educação do campo. Agroecologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Horácio Martins de. O campesinato no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2005.

CALDART, Roseli S.; PALUDO, Conceição; DOLL, Johanés (Orgs). Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA/NEAD, 2006.

MOLINA, Monica (Org). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006.

SANTOS, Clarice Aparecida (org). Educação do campo: Políticas Públicas-Educação. Brasília: INCRA, 2008.

CALDART, Isabel Brasil Pereira; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/textos-1>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Carlos (org). A questão política da educação popular. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAULINO, Eliane T; FABRINI, João E. (org). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão, 2008.

34ª DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO OBRIGATÓRIO III**CARGA HORÁRIA: 100HORAS**

EMENTA: Atividade que, por determinação legal, visa à aquisição-reelaboração de competência profissional na área de formação. Introdução: Orientações básicas sobre estágio supervisionado nos anos iniciais do ensino fundamental. Estudo da realidade político-educacional de uma escola de ensino fundamental. Estudo da prática docente.

OBJETIVOS:

GERAL: Proporcionar ao estagiário a vivência de situações reais (observação/participação/pesquisa/intervenção) nas quais possa, com base no conhecimento teórico desenvolvido nas diferentes disciplinas do Curso de Pedagogia, buscar não somente a unidade entre teoria e prática na realidade de uma escola com Séries Iniciais, mas também reconhecer o seu papel enquanto educador.]

ESPECÍFICO:

- Proporcionar elementos teóricos-metodológicos para a compreensão da realidade político-educacional das Séries Iniciais;
- Instrumentalizar com aportes teóricos-metodológicos o estudo da prática docente, em situação de estágio;
- Exercer a docência, em situação de estágio, buscando compreendê-la de forma reflexiva e crítica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria Socorro L. Estágio e docência. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PICONEZ, Stela C. B. (Org.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas-SP: Papirus, 2011.

FREITAS, Helena C. L. de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. 8. ed. Campinas-SP: Papirus, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARREIRO, Iraíde M. F.; GEBRAN, Raimunda A. Prática de ensino e estágio na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

LIMA, Manolita C.; OLIVO, Silvio (Orgs.). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

SANTOS, RUY C. do E. S. Pedagogia da transgressão. São Paulo: Papirus, 2007.

35ª DISCIPLINA: AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

OBJETIVO

GERAL: Compreender os aspectos epistemológicos, políticos e sociais do processo de avaliação da aprendizagem no contexto educacional.

ESPECÍFICOS

- Verificar as implicações positivas e negativas da avaliação na construção do conhecimento;
- Investigar as transformações por que vem passando a avaliação;
- Reconhecer os princípios que fundamentam e norteiam Avaliação Educacional;
- Conhecer os processos de avaliação por meio de um estudo sistematizado;
- Analisar a necessidade da avaliação na sociedade moderna e contemporânea;
- Compreender o processo histórico da Avaliação Educacional e relacioná-la à realidade histórica brasileira;
- Compreender os processos avaliativos, bem como analisá-los.

EMENTA: Pressupostos epistemológicos da avaliação educacional; Avaliação: concepção e orientação na LDB, nos PCN's e em Normativas locais; Avaliação e de ensino e aprendizagem; Procedimentos metodológicos do processo avaliativo; Avaliação: práticas superadoras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- STEBAN, Maria Tereza. O que sabe quem erra? Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. 2 ed. Rio de Janeiro. DP&A, 2001.
- LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que avaliar? Como avaliar: critérios e instrumentos. 14 ed. Petrópolis, RJ :Vozes, 2010.
- MÉNDEZ, Álvarez. Avaliar para conhecer: examinar para excluir. Trad. Magna SchwartzauptChaves. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- DEMO, Pedro. Mitologias da avaliação: de como ignorar em vez de enfrentar problemas. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2002.
- PERRENOUD, Philippe. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SILVA, Janssen Felipe; HOFFMANN, Jussara; STEBAN, Maria Tereza (orgs). Práticas Avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo. 6 ed. Porto Alegre : Mediação, 2008.

36ª DISCIPLINA: TEMA INTEGRADOR
CARGA HORÁRIA: 80HORAS

37ª DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
OBJETIVOS

GERAL: Elaborar e defender uma monografia⁴

ESPECÍFICOS

- Selecionara um tema compatível com o curso,
- Buscar um(a) orientador(a),
- Solicitar aprovação do da orientação ao Colegiado do Curso.
- Fazer a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

EMENTA: Discussão acadêmica e científica de temas relevantes para a formação em Pedagogia, em consonância com o percurso formativo proporcionado. Síntese intelectual da reflexão profissional e acadêmica adquirida e perspectivas de estudos posteriores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PÁDUA, Elisabete M. M. de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 15. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2009.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

BIANCHETTI, Lucídio; MEKSENAS, Paulo. (Orgs.). A trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa. Campinas-SP: Papyrus, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FURASTÉ, Pedro A. Normas técnicas para o trabalho científico: elaboração e formatação. 14. ed. Porto Alegre: Dáctilus-Plus, 2006.

MARTINS, Gilberto de A.; PINTO, Ricardo L. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos. São Paulo: Atlas, 2001.

VASCONCELLOS, Maria José E. de. Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência. Campinas-SP: Papyrus, 2008.

38ª DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONA DO OBRIGATÓRIO IV**CARGA HORÁRIA: 100 HORAS**

EMENTA: Atividade que, por determinação legal, visa à aquisição-reelaboração de competência profissional na área de formação. Introdução: Orientações básicas sobre estágio supervisionado em gestão escolar. Estudo da realidade político- educacional e do projeto político-pedagógico da escola. Estudo da prática gestora e da coordenação pedagógica. Prática em gestão e coordenação pedagógica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HENGEMHLE, Adelar. Gestão de ensino e práticas pedagógicas. 6. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria Socorro L. Estágio e docência. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREITAS, Helena C. L. de. O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios. 8. ed. Campinas-SP: Papirus, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARREIRO, Iraíde M. F.; GEBRAN, Raimunda A. Prática de ensino e estágio na formação de professores. São Paulo: Avercamp, 2006.

LIMA, Manolita C.; OLIVO, Silvio (Orgs.). Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

PICONEZ, Stela C. B. (Org.). A prática de ensino e o estágio supervisionado. 24. ed. Campinas-SP: Papirus, 2011.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED**



REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Rondônia. Diário Oficial da União [DF], 09 de julho, 1982.

BRASIL. Casa civil. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da União [DF], 1996.

BRASIL. Casa civil. PORTARIA Nº 4.059, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2004. Diário oficial da União [DF], 13/12/2004.

BRASIL. Casa civil. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. PARECER HOMOLOGADO Despacho do Ministro, publicado no Diário oficial da União [DF], 25/6/2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES no 329, de 11 de novembro de 2004. Diário Oficial da União [DF], 2004.

BRASIL. CASA CIVIL. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União [DF], 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de educação. Resolução CNE/CP no 1, de 17 de junho de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União [DF], 2004.

BRASIL. Casa Civil. Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União [DF], 2004.

BRASIL. Casa Civil. Lei no 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis no 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6 da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União [DF], 2008.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Regimento Geral, 1998. Disponível em: <http://www.secons.unir.br/Regeral/regeral_001_10.htm>. Acesso em: 22 abr 2015.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Resolução no 251/CONSEPE, de 27 de novembro de 1997. Regulamenta o Sistema de Avaliação Discente da UNIR, 1997.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Estatuto da UNIR. Aprovado pelas Resoluções no 135/CONSUN, de 13 de outubro de 1998 e 138/CONSUN, de 12 de abril de 1999. Disponível em: <<http://www.secons.unir.br/?pag=estatica&id=56&titulo=Estatuto>>. Acesso em: 22 abr 2015.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Resolução no 006/CONSUN, de 16 de maio de 2007.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2014-2018). Disponível em: <http://www.pdi.unir.br/downloads/2692_pdi_unir_2014_2018_versao_pos_consun_15_de_junho_2014_177.pdf>. Acesso em: 25 mar 2015.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Resolução no 285/CONSEA, de 21 de setembro de 2012. Dispõe sobre a criação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) para todos os cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), 2012.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Resolução no 278/CONSEA, de 04 de junho de 2012. Regulamenta os parâmetros para a Elaboração de Projetos Político- Pedagógicos de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Rondônia, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2014. Dados demográficos. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 abr 2015.

**APÊNDICE A – Manual de Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Pedagogia
do Campus de Ariquemes**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED**



**Manual do Estágio Supervisionado Obrigatório
Curso de Pedagogia
Departamento Ciências da Educação – DECED**



Ariquemes
2016

REITOR

Prof.^a Dra. Maria Berenice Alho da Costa Tourinho

VICE-REITORA

Prof. Dr. Marcelo Vergotti

DIRETOR

Prof. Dr. Gerson Flôres Nascimento

VICE-DIRETOR

Prof. Dr. Humberto H. Takeda

CHEFE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Prof. M.e. Eliéte Zanelato

VICE-CHEFE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Prof. M.e. Hugo Athanasios Fotopoulos

ELABORAÇÃO

Prof. Esp. Rute Moreira Braga

CORREÇÃO E REFORMULAÇÃO

Prof. M.e. Eliéte Zanelato

Prof. M.e. Lara Cristina Cioffi

Prof. M.e. Maria Auxiliadora Máximo

DIGITAÇÃO (1ª Versão)

Jaqueline Gonçalves Ribeiro

Modelo adaptado da ULBRA

**Ariquemes
2015**

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Rondônia (UNIR) é a única instituição de ensino superior (IES) pública de Rondônia. Foi criada em 1982 pela Lei nº 7011, de 08 de julho, após a criação do Estado de Rondônia pela Lei Complementar nº 47 de 22 de dezembro de 1981.

A sede administrativa da UNIR fica em Porto Velho, onde estão a Reitoria e as Pró-Reitorias de Administração e Gestão de Pessoas (PRAGEP), de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA), de Graduação (PROGRAD), de Planejamento (PROPLAN) e de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ).

Em 2008, a UNIR foi considerada pelo Ministério da Educação (MEC) como a melhor Universidade da Região Norte, graças ao seu desempenho no Índice Geral de Cursos (IGC), um indicador de qualidade das universidades, que considera os cursos de graduação e de pós, o corpo docente, a infraestrutura e o programa pedagógico.

MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES

A UNIR é uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, tendo como finalidade precípua a promoção do saber científico puro e aplicado, e, atuando em sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão, possui os seguintes objetivos que se caracterizam por:

- Promover a produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
- Formar profissionais que atendam aos interesses da região amazônica; estimular e proporcionar os meios para criação e a divulgação científica, técnica, cultural e artística, respeitando a identidade regional e nacional;
- Estimular os estudos sobre a realidade brasileira e amazônica, em busca de soluções para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social da região;

- Manter intercâmbio com universidades e instituições educacionais, científicas, técnicas e culturais nacionais ou internacionais, desde que não afetem sua autonomia, obedecidas as normas legais superiores.

APRESENTAÇÃO

Concebido como uma atividade prática, o Estágio Supervisionado Obrigatório possibilita a inserção efetiva do acadêmico do curso de Pedagogia na realidade de instituições educacionais preferencialmente públicas. Apenas um dos estágios pode ser em instituições privadas. Seu objetivo é proporcionar, no contexto do processo de ensino-aprendizagem, a expansão dos conhecimentos construídos no decorrer da formação, por meio de observações, de reflexões e da participação em situações profissionais.

Além disso, é um procedimento didático-pedagógico no qual se pressupõe a realização de atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, uma vez que o aluno terá contato direto com situações reais de vida e de trabalho, desenvolvendo, ao longo do curso, os conhecimentos necessários ao processo teórico e metodológico implicado na prática da docência, podendo também assumir a forma de atividades de extensão, com participação em empreendimentos ou projetos sociais.

No curso de Pedagogia, o Estágio Supervisionado Obrigatório é regulamentado pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, a qual estabelece que, ao longo do curso, deve-se assegurar aos graduandos a aquisição de experiência profissional em ambientes escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências nas seguintes etapas:

a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente; b) na área de serviços e de apoio escolar; c) na Educação de Jovens e Adultos; d) na participação e nas atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos; e) em reuniões de formação pedagógica.

O Estágio Supervisionado Obrigatório para a formação de professores, coordenadores e gestores também está pautado na legislação vigente, conforme segue: Lei nº 6.494/1977, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 87.497/1982 e alterada pela Lei nº 8.859/1994; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Pareceres CNE/CES nº 503/1998, 197/2004 e 15/2005; Pareceres CNE/CP nº 09/2001, 27/2001 e 01/2002; Resoluções CNE/CEB nº 1/2004 e 2/2005.

No curso de Pedagogia ofertado pela metodologia de ensino regular, o acompanhamento das atividades de estágio é feito pelo professor formado em Pedagogia, designado pelo Departamento ao qual o Curso estiver vinculado.

O Estágio Supervisionado Obrigatório (ES) do curso de Pedagogia da UNIR-Campus de Ariquemes deve estar comprometido com a qualidade da educação básica e oferecer aos alunos oportunidades enriquecedoras para a construção de sua identidade profissional, enquanto momento único vivido o pensar e o fazer pedagógico no qual se realizam necessariamente como práxis educativa.

O presente manual se propõe a auxiliar o aluno a compreender as atividades a serem vivenciadas ao longo das quatro etapas do ES. Para isso, apresenta cada uma delas, assim como indica formas de realização das atividades que as integram.



SUMÁRIO

1 - Objetivos	8
2 - Matriz Curricular	8
3 - Estágio Supervisionado Obrigatório I, II, III e IV	10
4 - Conclusão e avaliação.....	19
5 - Recomendações e Observações Importantes	21
6 - Roteiro de Relatório de Estágio Supervisionado Obrigatório	22
7 - Atribuições do Professor do Estágio e dos Estagiários	29
Referências	31
ANEXOS.....	33
ORGANIZAÇÃO.....	34
FICHA DE MATRÍCULA.....	35
TERMO DE APRESENTAÇÃO DO ALUNO (A) ESTAGIÁRIO (A).....	36
TERMO DE COMPROMISSO	37
CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ESTÁGIO	39
REGISTRO	40
PLANILHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO IV.....	40
AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELO PROFESSOR REGENTE OU GESTOR	42
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (ES I, II e III).....	42
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (ES IV)	45
FICHA DE AUTO-AVALIAÇÃO EM NÍVEL DE ATITUDES E HABILIDADES DO (A) ESTAGIÁRIO(A) EM ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO.....	47
CARTA DE AGRADECIMENTO.....	1
ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTAS	2
CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	5



1 - Objetivos

No curso de Pedagogia da UNIR – Campus de Ariquemes, o Estágio Supervisionado Obrigatório (ES) tem por objetivo inserir o aluno no exercício profissional em instituições educacionais, de modo a estreitar as relações entre a teoria e a prática, consideradas as seguintes áreas de atuação: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Educacional.

De modo específico, buscam-se os seguintes objetivos:

- a. Efetivar o aprofundamento teórico-prático do acadêmico nas áreas de formação do Curso de Pedagogia;
- b. Propiciar situações práticas para a otimização da formação pedagógica e profissional;
- c. Oportunizar uma visão de totalidade entre as práticas escolares cotidianas e os princípios teórico-metodológicos norteadores da ação pedagógica na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na gestão educacional.

2 - Matriz Curricular

No âmbito desta instituição de ensino, o *Estágio Supervisionado Obrigatório-DECED/Campus de Ariquemes* é aquele previsto na matriz curricular do Curso como componente obrigatório para a obtenção do grau acadêmico. O curso de Pedagogia/UNIR/Ariquemes prevê QUATRO ETAPAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO, a serem realizadas em períodos distintos, com atividades diversificadas, conforme discriminado no quadro a seguir.

Quadro 1 - Matriz curricular do Estágio Supervisionado Obrigatório

Estágio	Período	Escopo	Carga Horária
Estágio Supervisionado I (ESI)	5º	Educação Infantil – Creche, Pré-escola	100
Estágio Supervisionado II (ESII)	6º	Alfabetização Infantil e de EJA	100
Estágio Supervisionado III (ESIII)	7º	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100
Estágio Supervisionado IV (ESIV)	8º	Coordenação, Orientação e Direção	100

Por meio dos Estágios Supervisionados Obrigatórios I, II e III pretende-se fazer o aluno vivenciar o trabalho desenvolvido na Educação Infantil, Alfabetização, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e no Ensino Fundamental (Anos Iniciais) em instituições públicas preferencialmente e privadas, inserindo-se na realidade sociocultural delas, de modo a analisar sua estrutura e organização, bem como as abordagens epistemológicas e pedagógicas adotadas pelos profissionais de educação na realização do seu trabalho.

O Estágio Supervisionado Obrigatório IV objetiva promover o conhecimento teórico-prático sobre gestão educacional, por meio de intervenções socioculturais e atividades sistemáticas de observação, descrição, análise, aplicação, síntese e avaliação, realizadas em conjunto com os gestores educacionais e voltadas às responsabilidades pedagógicas e aos saberes interdisciplinares referentes a essa etapa curricular.

Busca também possibilitar ao estagiário a elaboração e execução de um projeto pedagógico em que possa aplicar os conhecimentos obtidos sobre gestão educacional, privilegiando concepções e práticas interdisciplinares. Também visa criar a oportunidade para que o aluno vivencie atividades que só são possíveis com sua inserção na realidade educacional com a convivência com gestores educacionais.

O projeto será elaborado e executado por grupos formados por três acadêmicas/acadêmicos e deve contemplar uma proposta integrada entre a Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional e Direção Escolar. A orientação acadêmica do projeto será realizada por uma professora/professor do Departamento de Ciências da Educação, devendo o tema da proposta concordar com a área de interesse de sua/seu orientadora/orientador.

O relatório é a fase conclusiva do Estágio Supervisionado Obrigatório, juntamente com o seminário de socialização, deve ser apresentado como uma análise de todas as experiências obtidas nos estágios anteriores, por meio de texto descritivo-analítico além das comprovações necessárias mediante a entrega das fichas devidamente assinadas.

3 - Estágio Supervisionado Obrigatório I, II, III e IV

As atividades apresentadas no quadro a seguir devem ser realizadas nas quatro etapas previstas (ES I, II, III e IV).

Quadro 2 – Atividades e carga horária do Estágio Supervisionado Obrigatório

	Atividades	CH	Objetivos
Pré-Estágio	1. Orientações iniciais e Elaboração do Aporte Teórico	20 h	Consultar as referências disponibilizadas no Plano de Ensino e Aprendizagem da disciplina, além de livros e textos trabalhados ao longo do curso.
	2. Escolha e ingresso em uma instituição educacional	2 h	Identificar a instituição de ensino em que será feito o estágio, bem como preencher a documentação pertinente e encaminhá-la tanto para a instituição escolhida como para a UNIR.
Estágio	3. Caracterização	4 h	Levantar informações sobre a instituição (como história, modalidade de ensino ofertada, turnos de funcionamento, quantidade de profissionais etc.), caso se trate dos ES I, II ou III e levantar informações sobre a gestão educacional, caso se trate do ES I V.
	4. Observação	12 h	Compreender a realidade da prática docente e de aspectos relacionados à escola.
	5. Entrevistas	2h	Coletar informações para o Estágio Supervisionado correspondente, por meio de entrevistas.
	6. Planejamento	20 h	Elaborar um projeto de ação que subsidie a prática docente ou gestora.
Regência	7. Prática docente/gestora*	20 h	Executar o projeto definido conforme Planejamento (Item 6).
Pós-Estágio	8. Relatório de atividades	16 h	Preparar registro escrito sobre as atividades realizadas.
	9. Seminário de exposição das experiências	04h	Apresentar seminário para os demais integrantes turma (alunos matriculados na mesma disciplina).

* A prática docente deverá acontecer em um ano/série do Ensino Fundamental ou EJA.

Quadro 3 – Divisão da Carga Horária do Estágio Supervisionado Obrigatório

Período	Áreas	Subáreas	Total	Orientação	Escolha	Caracterização	Observação	Entrevista	Planejamento	Prática	Relatório	Seminário
5º	Ed. Infantil	Creche	T	20					20		16	
		Pré	P		2	4	12	2		20		04
6º	Alfabetização e EJA	Alfabetização	T	20					20			
			P		2	4	12	2		20	16	04
7º	Anos Iniciais e EJA	4º ou 5º Ano	T	20					20		16	
			P		2	4	12	2		20		04
8º	Gestão* e EJA		T	20					20		16	04
			P	-----	2	4	16	2		20		

* Coordenação Pedagógica, Orientação e Direção.

O ESI deverá ser realizado nas turmas de Educação Infantil. O ESII refere-se a Alfabetização e poderá ser realizado nos 2 (dois) primeiros anos do Ensino Fundamental ou na Alfabetização de Jovens e Adultos. O ESIII será realizado nas turmas de 4º (quarto) ao 5º (quinto) ano do Ensino Fundamental ou Séries Iniciais da EJA. Quando o ESII for realizado na EJA, o ESIII deverá obrigatoriamente ser realizado com crianças. O ESIV deverá envolver atividades relacionadas a gestão escolar.

Mediante acordo prévio com o responsável pelo estagiário na escola, as atividades de planejamento e a elaboração do relatório de atividades podem ser realizadas parcial ou totalmente a distância, ou seja, sem exigir a presença do aluno na Universidade. Apresentamos, a seguir, o detalhamento de cada uma dessas atividades.

Atividade 1: Orientações iniciais e Elaboração do Aporte Teórico (20 horas)

Essa etapa compreende uma síntese da caminhada empreendida pelo aluno durante a sua formação. Ele deve rever os conteúdos abordados durante o curso, sobretudo os que dizem respeito ao estágio que está realizando — Educação Infantil, (ES-I), Alfabetização e EJA (ES-II), Anos Iniciais do Ensino Fundamental e EJA (ES-III), Coordenação e Direção - Coordenação Pedagógica, Orientação e Direção. (ES-IV), explorando, ainda, aspectos como a legislação, os objetivos e as propostas relacionados a ele.

Para tanto, deve se recorrer ao conjunto de referências bibliográficas recomendadas, assim como aos textos e atividades trabalhados ao longo do curso. O objetivo dessa atividade, realizada por meio de uma construção textual, é a demonstração dos conhecimentos obtidos durante o processo de formação. O relatório de estágio deve conter pelo menos 5 (cinco) páginas de referencial teórico

relacionado ao tema do Estágio, o qual o acadêmico encontra-se matriculado. Deve conter título, resumo, introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências.

Atividade 2: Escolha e ingresso em uma instituição educacional (2 horas)

A instituição acolhedora do estagiário deve garantir a sua participação em todas as atividades pertinentes à docência na Educação Infantil, Alfabetização, EJA e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como à Gestão Educacional, com vistas à sua efetiva capacitação profissional.

O aluno pode escolher uma instituição de ensino pública ou privada. Caso o aluno já esteja atuando em uma instituição de ensino, pode realizar nela o seu estágio. Para isso, ele deve estar atuando em uma turma compatível com o estágio e deve fazer uma solicitação formal ao seu professor por meio de requerimento próprio, denominado de Normatização para Estágio em Serviço, além de apresentar os comprovantes de exercício profissional, realizar as atividades apresentadas neste manual e cumprir a carga horária correspondente ao estágio.

Uma vez identificada a Instituição, o aluno deve seguir os procedimentos elencados abaixo para dar início ao estágio:

a. Averiguar se a instituição acolhedora está funcionando em consonância com as disposições legais estabelecidas pelo poder público. Para tanto, deve apresentar-se ao professor, ou ao responsável por acompanhar o seu estágio, e solicitar autorização para consultar os seguintes documentos: alvará e autorização de funcionamento, certificação e regimento.

b. Ao se apresentar na instituição, o estagiário deve ter em mãos os seguintes documentos:

- Carta de Apresentação (ANEXO) - O aluno deve preencher esse documento e para entregá-lo a um dos representantes da gestão educacional da instituição: diretor, vice-diretor ou coordenador pedagógico. O objetivo é apresentar-se formalmente à instituição e entregar-lhe um comprovante de que se encontra devidamente matriculado na UNIR.

- Carta de Autorização para Estágio (ANEXO) - O aluno deve entregá-lo à instituição acolhedora com o intuito de formalizar a sua inclusão como estagiário da escola. Esse documento deve ser preenchido pelo diretor, pelo vice-diretor, pelo supervisor educacional ou pelo coordenador pedagógico e conter o carimbo oficial da escola e

a assinatura da direção. Depois, deve ser entregue ao professor do estágio, para que este providencie o arquivamento na pasta do aluno, onde também deverá ser arquivado o relatório de estágio.

Ao entregar a Carta de Apresentação, é importante que o aluno combine as datas e horários do estágio, conforme a carga horária definida para cada etapa e o acordo feito na escola referente ao turno de realização do estágio.

Após realizar uma etapa do estágio supervisionado obrigatório, é facultado ao aluno fazer a seguinte em uma instituição diferente, mas, para tanto, deve estar ciente de que precisará repetir algumas atividades, como, por exemplo, as relativas à escolha e ao ingresso na instituição (Atividade 2) e à caracterização (Atividade 3).

Caso mude de escola na etapa de estágio seguinte, o aluno deve solicitar ao professor outra cópia da Carta de Apresentação.

Recomenda-se que, no dia em que comparecer formalmente à instituição de ensino ou no primeiro dia de estágio, o aluno também se apresente aos professores, pois, além de ser importante adotar uma política de bom relacionamento (necessária em qualquer ambiente profissional), precisará contar com o apoio dos docentes para realizar suas atividades.

Atividade 3: Caracterização (4 horas)

A partir desta etapa será possível a elaboração da Caracterização da Escola e da Dimensão Pedagógica. O estagiário deve se aproximar da realidade da instituição, levantando, para isso, informações que permitam caracterizar a escola, como, por exemplo, localização, história (data de fundação, fundadores, origem do nome), dependência administrativa (municipal, estadual ou nacional), turnos de funcionamento, quadro funcional (quantidade de professores, gestores), quantidade de alunos matriculados, faixa etária dos alunos atendidos, infraestrutura física (quantidade de salas, existência de ginásio de esportes), disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnológicos (jogos, computadores, televisão), importância histórica da instituição no contexto social em que está inserida, entre outras.

Para facilitar seu trabalho, o aluno pode consultar o acervo documental da instituição, pesquisando registros como o regimento interno, o reconhecimento da mantenedora, o Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como outros de cunho histórico. Pode ainda tomar o depoimento de professores, da equipe administrativo-pedagógica, de pais e ex-alunos, de modo a resgatar aspectos que ilustrem a

história e permitam caracterizar a instituição. Ao longo desse processo, precisa ter o cuidado de fazer anotações, as quais deverão integrar um dos capítulos do seu relatório de atividades (Atividade 8).

Caso o aluno realize o ES II e III na mesma instituição em que realizou o ES I, não será necessário fazer essa atividade novamente, embora seja recomendável revisar e fazer complementos quanto à caracterização da escola. O mesmo não vale para o ES IV, uma vez que envolve a caracterização da gestão educacional.

No ES IV, o processo de caracterização envolve o levantamento de informações sobre a gestão educacional. O aluno deve buscar informações como as atribuições dos gestores educacionais da instituição, histórico de sua função, participação na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, tempo de serviço na instituição, tempo de experiência na função, formação e atualização profissional (especializações na área), etc.

Atividade 4: Observação (12 horas)

A observação é uma atividade de suma importância, pois, por meio dela, o aluno pode ampliar sua compreensão sobre a realidade da escola, a prática docente, a gestão educacional e, assim, aumentar as possibilidades de aprendizagem com o seu estágio.

Nos ES I, II e III, toda e qualquer atividade com intencionalidade pedagógica deve ser considerada, como por exemplo, o início do expediente na sala dos professores, por ser um momento rico de trocas e de integração entre a equipe docente; a aula propriamente dita, em que se pode verificar a adequação da prática do professor ao seu plano de trabalho; a hora do recreio, em que há múltiplas trocas e interações entre os alunos e entre estes e o professor; a hora do lanche, na qual ocorrem demonstrações culturais de alimentação e de hábitos de socialização, bem como surgem possibilidades de aprendizagens informais; passeios e visitas com acompanhamento do professor, em que podem ser observados processos de socialização e de inserção dos alunos à realidade social no que tange à linguagem utilizada, aos hábitos e às atitudes diante do que está sendo vivido.

O processo de observação inclui o ato de ver e ouvir, bem como a constante tomada de notas sobre aspectos significativos do que foi observado. Eventualmente, pode também incluir uma conversa com os professores ou gestores, de modo a esclarecer ou ilustrar, por exemplo, uma prática relativa ao ES em curso. Além disso,

deve envolver todas as turmas do nível de ensino correspondente ao estágio em curso.

Nos ES I, II e III, nesta etapa, o aluno deve assistir 08 horas de aula como observador, o que será útil para um conhecimento da turma. Tal conhecimento será necessário para elaboração do Planejamento e para a Regência, isto é, para quando estiver em sala vivenciando a prática docente. Para assistir as aula como observador, o aluno deve tomar o cuidado de solicitar previamente permissão à direção e ao professor.

No ES-IV, o aluno deve observar a gestão educacional e tomar notas relativas a ela. Para fazer isso, pode, por exemplo, acompanhar as atividades gestoras (reuniões administrativo-pedagógicas), a hora de chegada e saída de cada integrante da equipe de gestão, a rotina de organização diária da escola (como o recreio); as ações em prol da formação do corpo docente (sessões de estudo, oficinas etc), e as visitas à Secretaria de Educação (estadual ou municipal), caso isso faça parte do trabalho do gestor.

Atividade 5: Entrevistas (2 horas)

Esta etapa auxiliará também na elaboração da caracterização da escola e na Dimensão Pedagógica. As entrevistas representam uma oportunidade para o estagiário se aproximar dos profissionais da educação de forma efetiva e, por isso, merecem atenção especial.

Nos ES I, II e III, o aluno deve entrevistar os seguintes colaboradores da escola: diretor, coordenador pedagógico, um professor e/ou um funcionário. Antes de aplicar as entrevistas, é recomendável agendar previamente data e horário com cada um dos profissionais que serão entrevistados. Deve-se também adaptar o roteiro sugerido no ANEXO, contemplando os assuntos a serem explorados no estágio.

- É importante que o aluno seja pontual no dia da entrevista, pois isso demonstra a atenção e a seriedade com que conduz o estágio, refletindo-se, ainda, como sua marca pessoal e profissional.
- Caso o aluno realize o ES II e III na mesma instituição em que completou o ES I, deve entrevistar professores diferentes. O mesmo não vale para o ES IV, pois as entrevistas nessa etapa são feitas com a equipe de gestão educacional.

A conversa com cada profissional deve, preferencialmente, ter cunho informal e não envolver anotações escritas, para evitar interrupções na conversa e possibilitar uma interação mais efetiva. Caso haja consentimento do entrevistado, a conversa pode ser gravada. Após a entrevista, recomenda-se que o aluno faça anotações sobre ela, tecendo considerações sobre o encontro e sobre as aprendizagens obtidas com ele — essas informações devem ser posteriormente incluídas em seu relatório de atividades (Atividade 8).

Atividade 6: Planejamento (20 horas)²

O planejamento ou projeto de trabalho do estagiário é um documento em que serão estabelecidos os objetivos, as metodologias e os recursos necessários, entre outros aspectos, para executar a sua prática docente ou sua prática em gestão educacional.

Nos ES I, II e III, o planejamento deve ser elaborado de acordo com o seguinte roteiro:

- Título;
- Justificativa (apresentação dos motivos para executar o projeto e sua importância);
- Objetivos (o que exatamente se buscará com a prática);
- Conteúdos programáticos (descrição do conteúdo a ser abordado nas aulas);
- Metodologia
- Recursos utilizados (descrição dos recursos didáticos a serem adotados);
- Avaliação (descrição dos métodos de avaliação a serem utilizados);
- Referências (especificação das fontes de pesquisa utilizadas).

É importante lembrar que, no processo de planejamento, as metodologias e ações adotadas pela escola e pelos professores devem ser respeitadas.

Depois de elaborar o planejamento, o aluno deve apresentá-lo ao professor responsável pela turma em que será desenvolvida a prática docente, para que este possa contribuir com sugestões e idéias que aprimorem o projeto, caso considere necessário. Deve também apresentá-lo ao professor da disciplina de ES.

No ES IV, o planejamento deve respeitar o seguinte roteiro:

²Fica a critério do Professor da disciplina solicitar um planejamento diferente do aqui apresentado. Pode utilizar sequência didática, plano operatório ou outros.

- Título;
- Justificativa (apresentação dos motivos para executar o projeto e sua importância);
- Objetivos (o que exatamente se buscará com a prática);
- Metodologia (descrição detalhada das etapas do projeto em gestão educacional);
- Avaliação (apresentação da qualificação e dos resultados obtidos com a execução do projeto em gestão educacional);
- Referências (especificação das fontes de pesquisa utilizadas).

O planejamento deve ser elaborado com o apoio da equipe gestora, que poderá apontar problemas administrativos enfrentados na escola para sua inclusão no projeto, bem como sugerir a contemplação de algumas atividades relacionadas à gestão educacional, como, por exemplo, preparação de reuniões administrativo-pedagógicas, realização de encontros com a comunidade, delineamento ou execução de uma obra para a escola, implementação de cursos de capacitação para professores e funcionários, entre outras.

Atividade 7: Prática docente ou gestora (20 horas)

As ações e etapas delineadas no planejamento devem ser executadas nesse momento, tanto nos ES I, II e III, para a prática docente, como no ES IV, para a prática gestora.

Para dar início a essa atividade nos ES I, II e III, o aluno deve agendar a primeira aula com o professor que orientará o seu trabalho. A atividade prática deve ser realizada em consonância com as horas previstas e a metodologia indicada no planejamento.

Os acadêmicos devem realizar sua prática docente em uma série no ES III totalizando 20h de regência.

Anotações são importantes! Tudo o que foi vivenciado pelo aluno deve ser posteriormente relatado com objetividade e clareza, possibilitando, assim, a avaliação da sua experiência.

O aluno deve perceber que a prática docente representa um pleno exercício pedagógico e uma oportunidade para demonstrar e exercitar os conhecimentos que obteve durante sua formação.

Quanto à prática gestora (ES IV), deve ser orientada e acompanhada pela equipe de gestão da escola e estar apresentada de forma integrada entre Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional e Direção Escolar.

Atividade 8: Relatório de atividades (16 h)

Essa atividade compreende o registro, por meio de um texto objetivo e claro, de todas as atividades desenvolvidas pelo aluno nos ES I, II e III, para possibilitar a avaliação da trajetória percorrida pelo estagiário. Esse relatório deve ser elaborado de acordo com o roteiro constante nos ANEXOS. Para formatá-lo, o aluno deve seguir as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) — em síntese: espaçamento 1,5, fonte Arial tamanho 12, cor preta, parágrafo justificado — levando ainda em consideração as normas para citações e referências, pode ainda, a critério do professor ser utilizado as normas/formatação exposta no Manual de TCC do Curso de Pedagogia/Campus de Ariquemes.

Para um relatório ser considerado satisfatório, além de abordar os dados relevantes, deve ser redigido de forma objetiva.

No caso do ES IV, o relatório deve contemplar ainda as aprendizagens obtidas por meio das atividades de acompanhamento dos gestores da instituição de estágio. Para isso, é recomendável que apresente também sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho desses profissionais, bem como o incremento da sua formação, por meio de cursos de atualização.

Atividade 9: Seminário de exposição das experiências (4h)

A presente atividade consiste na exposição da práxis que permeou o Estágio Supervisionado Obrigatório. Cada acadêmico deverá apresentar aos demais matriculados na mesma disciplina, a trajetória percorrida no estágio com análises e resultados.

4 - Conclusão e avaliação

Ao final cada etapa, o estagiário deve preencher a respectiva Planilha de Registro de Atividades (Anexos).

As Planilhas de Registro de Atividades serão usadas como instrumento de avaliação do aluno, de acordo com os critérios definidos nos Quadros.

Essas planilhas compreendem os relatos escritos sobre as atividades de apresentação dos aportes teóricos, caracterização da instituição (ES I, II e III) e da gestão educacional (ES IV), observação, entrevista com professores e membros da equipe de gestão, planejamento e relato das atividades realizadas pelo estagiário na instituição.

Para seu preenchimento e entrega, devem ser obedecidos os prazos e as orientações indicados pelo professor.

Será considerado REPROVADO em qualquer uma das quatro etapas do ES o aluno que:

- não entregar seu Registro de Atividades (ou o relatório de atividades) dentro do prazo definido pela UNIR,
- não atingir a média seis (6,0), que é o mínimo exigido para aprovação em disciplinas práticas.

Em caso de reprovação:

- caberá ao professor informar as razões da reprovação ao aluno;
- o aluno deverá matricular-se e realizar as atividades práticas e teóricas novamente.

Após concluir cada uma das etapas (I, II, III ou IV) do ES, o aluno será avaliado pelo respectivo responsável (que pode ser o diretor, o supervisor ou um professor). Para tanto, deve entregar, a este, as Cartas de Acompanhamento das Atividades de Estágio e Avaliação do Estagiário, disponibilizadas nos ANEXOS. Uma vez preenchidos esses documentos, o estagiário deverá certificar-se de que contém o carimbo da escola e a assinatura do avaliador e, a seguir, entregá-los para o seu professor, que os utilizará na avaliação.

O quadro a seguir apresenta os critérios de avaliação para os ES I, II e III.

Quadro 4 — Critérios de avaliação do ES I, II e III (prática docente)

CRITÉRIOS	Valor
Qualidade acadêmica do relato e análise da caracterização, das observações e das entrevistas realizadas pelo estagiário.	15
Qualidade acadêmica do aporte/referencial teórico	15
Qualidade acadêmica do planejamento desenvolvido para a prática docente.	15
Qualidade acadêmica do relato da prática docente realizada pelo estagiário.	15
Ética: interesse, pontualidade, assiduidade, organização, integração com a instituição.	10
Carta de Acompanhamento das Atividades de Estágio e Avaliação do Estagiário pela Escola.	10
Metodologia científica	10
Seminário Final	10

No quadro a seguir, apresentam-se os critérios de avaliação para o *ES IV*.

Quadro 5 — Critérios de avaliação do ES IV (prática gestora)

CRITÉRIOS	Valor
Qualidade acadêmica do relato e análise da caracterização, das observações e das entrevistas realizadas pelo estagiário no trabalho com os gestores educacionais.	15
Qualidade acadêmica do aporte teórico	15
Qualidade acadêmica do planejamento desenvolvido para a prática gestora considerando a integração das áreas (Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional e Direção Escolar)	15
Qualidade acadêmica do relato da prática gestora realizada pelo estagiário.	15
Ética: interesse, pontualidade, assiduidade, organização, integração com a instituição.	10
Carta de Acompanhamento das Atividades de Estágio e Avaliação do Estagiário pela Escola.	10
Metodologia científica	10
Seminário Final	10

Como é possível observar nesses quadros, cada etapa do estágio apresenta critérios diferenciados, os quais constituem o principal recurso para o professor realizar a avaliação e, em geral, permitem verificar a dedicação do estagiário em todo o percurso por ele percorrido.

Além disso, a avaliação possibilita medir o desempenho de cada um dos envolvidos com o estágio, tanto alunos como professores, atendendo, assim, às diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC para a qualificação de novos profissionais em educação e a todas as demais orientações dadas por esse órgão, que regulamenta os cursos de formação de educadores denominados de licenciaturas.

5 - Recomendações e Observações Importantes

Para realizar um estágio satisfatório, o aluno deve estar atento às seguintes recomendações:

- a. Evitar o acúmulo de tarefas. Para tanto, torna-se essencial manter o registro das atividades de estágio em dia;
- b. Procurar manter sua atenção direcionada para o objetivo do estágio, a fim de evitar sentimentos de desânimo e atitudes desmotivadoras diante desse compromisso acadêmico;
- c. Manter a clareza e a objetividade em suas ações e observações, tanto em atividades práticas quanto teóricas - quantidade não é sinônimo de qualidade;
- d. sempre que preciso, buscar o auxílio do seu professor do estágio supervisionado obrigatório.
- e. Ficar atento para o resultado do trabalho, que será analisado/avaliado em sua totalidade e complexidade. Portanto, deve-se fazer questionamentos, além de propor e implementar novas idéias durante o desenvolvimento do estágio, contando, para isso, com a ajuda do professor do Estágio Supervisionado Obrigatório.

Vejamos, por último, algumas observações importantes sobre o estágio supervisionado obrigatório:

- a. Após o preenchimento dos documentos do estágio (Carta de Apresentação, Carta de Autorização para Estágio, Carta de Acompanhamento das Atividades de Estágio e Avaliação do Estagiário pela Escola), eles devem ser entregues ao professor.
- b. Para solicitar a realização do Estágio Supervisionado Obrigatório, em serviço, o aluno deve enviar um requerimento ao Departamento Ciências da Educação, que fará a análise do pedido e dará seu parecer sobre ele. A solicitação deve ser acompanhada de fotocópias de atestado de docência ou de gestão, ou outro comprovante legal, conforme o vínculo profissional. Será considerada a experiência

docente atual, tendo em vista que os profissionais de educação também precisam se atualizar quanto a aspectos teóricos e práticos, sendo o Estágio Supervisionado Obrigatório uma boa oportunidade para isso. O estagiário que tiver sua requisição deferida pode realizar as atividades de observação, planejamento e prática docente com base em sua experiência em sala de aula. É importante, no entanto, que consiga relatar experiências significativas e atualizadas.

c. De forma geral, o aluno deve prever a realização de atividades complementares desde a primeira etapa do estágio supervisionando, de modo que não fique sobrecarregado ao final dele. São consideradas atividades complementares:

- Ensino — Disciplinas não previstas na estrutura curricular do curso; disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional; estágios extracurriculares; cursos realizados em áreas afins; monitorias de ensino/disciplinas; monitorias laboratoriais; visitas programadas/técnicas; atividades acadêmicas a distância; discussões temáticas; estudos complementares.

- Pesquisa — Iniciação científica; pesquisa orientada; participação em eventos científicos; trabalhos publicados; resumos em anais; pôsteres; artigos e livros publicados; defesa de trabalhos de conclusão de curso/monografia.

- Extensão — Cursos diversos, como informática, idiomas e afins; congressos, simpósios, palestras e conferências; projetos e programas de extensão; vivência profissional complementar; administração e representação em entidades estudantis; trabalho voluntário comunitário.

A UNIR – Campus de Ariquemes deseja muito sucesso nessa trajetória de estágio, observando que o estagiário de hoje poderá ser amanhã um profissional com múltiplas capacidades e em constante busca da excelência em sua vida profissional.

6 - Roteiro de Relatório de Estágio Supervisionado Obrigatório

1. Bases para a elaboração do Relatório

Antes da apresentação do relatório, o aluno deve proceder à revisão do material reunido durante o estágio (rascunhos, fotos, entrevistas, etc.), fazer uma

seleção e ordená-los. Nesse procedimento, compete ao estudante solicitar, se necessário, a ajuda do professor orientador para responder dúvidas.

Não obstante, há várias maneiras de se pensar um relatório, portanto, acreditamos que ele pode ser considerado uma narrativa do que aconteceu durante o estágio. Nestes termos, é importante verificar e registrar tudo o que for ocorrendo, comparar com o previsto e anotar em rascunho para não esquecer detalhes que podem ser relevantes na redação final.

A linguagem deve ser impessoal, clara, precisa, desde a introdução até o final do relatório. Deve-se fazer uma revisão constante, para verificar se não houve repetição ou omissão de alguma informação importante.

A estética de um relatório obedece aos padrões, da ABNT, relativos à sua apresentação gráfica. Assim, determinadas normas referentes à numeração progressiva, formato, espaçamento, margens e paginação devem ser observadas pelos estudantes de Pedagogia, conforme as orientações que seguem.

2. Padronização

I. Parte pré-textual:

1. Capa
2. Folha de rosto
3. Opcionais: epígrafe (frase), agradecimentos, dedicatória – se for usar, colocar em folhas separadas.

O relatório do Estágio Supervisionado deverá obedecer a seguinte padronização:

- Arquivo em pdf. O nome do arquivo deve ser a sigla do estágio com o nome do acadêmico. Ex^o ESI Frederico da Silva.
- Numeração de páginas: canto inferior direito;
- Papel: A4 branco;
- Distribuir o texto, evitando que o título das seções seja digitado em final de página e os textos respectivos na página seguinte;
- Margem superior, a 3 cm;
- Margem inferior, a 2 cm;
- Margem direita, a 2 cm;

- Margem esquerda, a 3 cm;
- Parágrafos: formatar a primeira linha por 1,25 cm; (padrão Word) primeira letra em maiúsculo e as outras em minúsculo;
- Espaçamento entre linhas: 1,5;
- Tipo de letra: Arial ou Times New Roman;
- Tamanho de letra: 12 para o texto e 16 para a capa, conforme modelo.

1. Capa

Exemplo: Modelo 1 →

<p>Fundação Universidade Federal de Rondônia- UNIR. Campus de Ariquemes</p> <p>NOME DO ALUNO</p> <p>ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO I: EDUCAÇÃO INFANTIL</p> <p>JANEIRO 2016</p>

No relatório, o tema ilustra a capa e este, pode converter-se em título. Sua localização é no centro da capa com todas as letras maiúsculas.

2. Folha de rosto

Exemplo: Modelo 2 →

<p>Fundação Universidade Federal de Rondônia- UNIR</p> <p>Nome do aluno</p> <p>Estágio Supervisionado Obrigatório I: Educação Infantil</p> <p>Relatório exigido como parte dos requisitos para conclusão da disciplina Estágio Supervisionado Obrigatório I sob a orientação da Prof. M.e. Márcia Ângela Patrícia.</p>
--

A folha de rosto tem o mesmo conteúdo da capa e um pequeno texto explicativo. Deverão ainda constar, digitados em caixa de texto, logo abaixo do título, a finalidade do trabalho, curso, disciplina e nome do professor orientador.

II. Parte Textual:

SUMÁRIO (com indicação de páginas)

1. INTRODUÇÃO (sem citações)

- O que é o trabalho;
- Qual é o objetivo, ou objetivos
- O que contém no Relatório – falar um parágrafo para cada parte
- Quais eram as suas expectativas ao iniciar o estágio.

2. DESENVOLVIMENTO

Neste momento deve-se contemplar o aporte teórico/revisão bibliográfica e o relato de todas as atividades realizadas nos estágios. É a parte do trabalho. Nestes termos, entendemos que:

Esse relato pode dividido em partes ou capítulos para facilitar a redação, dependendo de como foi elaborada a previsão. Se a proposta ou projeto for eficiente e bem organizado, certamente haverá muito a ser descrito. Não se deve esquecer que o tratamento estatístico torna o trabalho mais completo, auxiliando inclusive nas conclusões (BIANCHI et al., 2003 p. 79).

Por outro lado, não é demais lembrar que é absolutamente, que se separe o que foi observado, de acordo com as partes previstas para o relatório. Portanto, portfólio e diário de campo podem ser companheiros inseparáveis dos estagiários.

Os aspectos que devem ser contemplados no relatório são discriminados a seguir.

2.1 Aporte teórico/Revisão Bibliográfica

Deve ser elaborado um aporte teórico de no mínimo cinco páginas correspondentes ao estágio que está sendo realizado. ESI – Educação Infantil, ESII – Alfabetização, ESIII – Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ESIV – Gestão. Quando o estágio for realizado na EJA (alfabetização ou anos iniciais) deve incluir a temática no referido aporte.

2.2 Caracterização da escola.

Nesse item o aluno deverá elaborar um texto tendo como base as informações adquiridas pela entrevista e questionários, além das observações durante o período de estágio, privilegiando as seguintes informações:

2.1.1. Dados de identificação

2.1.2. Histórico

2.1.3. Estrutura administrativa e organizacional

2.1.4. Estrutura física e material³

2.3 Dimensão pedagógica.

Apresentação de um texto com os dados coletados na entrevista e questionário, além do PPP da escola, referente a dimensão pedagógica da escola. Neste tópico deve ser apresentado os seguintes temas:

2.2.1. Proposta pedagógica

2.2.2. Planejamento

2.2.3. Professores

2.2.4. Alunos

2.2.5. Inclusão social⁴

2.4 Projeto de Intervenção⁵

Incluir o Projeto de intervenção completo com todos os itens indicados:

PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Projeto: Título

Duração: período em que o projeto será desenvolvido, contemplando 20h/a.

Público alvo: a quem se destina (sala de aula da Instituição)

Responsável/responsáveis (no caso do projeto de gestão) pelo projeto: aluno/alunos.

Justificativa: indicar a relevância do projeto para o contexto da sala que foi proposto

Objetivos: geral e específicos

³e ⁵ O acadêmico poderá optar por elaborar um único texto com todos os temas inclusos sem dividir em subseções.

⁵ Fica a critério do professor da disciplina propor outra estrutura de planejamento.

Conteúdos: Os conteúdos que serão trabalhados (títulos)

Metodologia: descrição das atividades que serão realizadas (dia a dia). No caso do projeto de gestão, especificar a integração (Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional e Direção Escolar). Apontar os anexos referentes a cada atividade, sempre identificando.⁶

Cronograma: Cronograma de execução.

Avaliação: Como fará a avaliação com a turma participante visando identificar se seu trabalho resultou em apropriação de conhecimentos.

Recursos: Recursos utilizados para o plano (quadro, datashow etc.)

Referências: livros, revistas, sites, documentos, textos discutidos em sala.

Anexos do Projeto: Colocar os anexos referente as atividades que serão trabalhadas.

Aqui você deve apresentar todo plano elaborado sem as alterações ocorridas no decorrer de sua aplicação. No decorrer do relato/análise (item 2.4) será possível esclarecer as possíveis mudanças no plano com a devida justificativa.

2.5 Relato/análise das observações/participação em sala de aula visando o desenvolvimento do projeto de intervenção.

Relatar as observações de sala, bem como a participação no desenvolvimento do projeto proposto (regência). Este é o momento de relacionar teoria e prática. Neste item deverá constar a análise do que foi observado em sala e do desenvolvimento das atividades do projeto de intervenção, articulando estas análises com as leituras e discussões realizadas na disciplina.

O relato deve ser apresentado por dia, tanto a observação quanto a regência.
Exº: No 1º dia de observação (data), verificou-se que (...).

Nas observações realizadas, devem ser observados e apresentados aqui as percepções acerca do trabalho desenvolvido pelo professor, da aprendizagem dos alunos, além de alguns itens como:

- Existe na instituição uma área específica de lazer, como uma pracinha (parquinho), uma sala de teatro ou de jogos? Como é utilizada?
- Existem atividades planejadas e/ou coordenadas durante o recreio?

⁶ Exº: Em seguida será trabalhado a cruzadinha com o nome dos animais mamíferos (anexo1). Após terminar a cruzadinha os alunos deverão escrever uma frase com cada nome constante na cruzadinha.

- Entre os jogos e brincadeiras realizados, quais são os mais apreciados? Por quê?
- No espaço do recreio das crianças, há a presença intencional de um adulto que interfira no brincar? (Descrever o que foi observado).
- Como pode ser descrito o espaço da sala de aula? Possui jogos e brinquedos? Quais? Existem livros para serem consultados? Como é o mobiliário e qual é o aspecto de paredes, portas e janelas?
- Como as crianças estão dispostas no ambiente: em grupo ou individualmente?
- Existem trabalhos expostos em murais? Como são esses materiais?

CONCLUSÃO (responde à introdução)

A conclusão é parte muito especial do relatório e representa em profundidade a competência do estudante. O aproveitamento obtido com esse importante aspecto da aprendizagem na redação final demonstra claramente qual foi a atuação do aluno nas atividades de ES.

Essa parte final do relatório de estágio:

(...) apresenta um resultado de conjunto. Na conclusão não se devem incluir elementos novos, apenas retomar o que já foi explicitado na introdução e no desenvolvimento, acrescentando-se, é claro, as conclusões logicamente decorrentes dos fatos observados (ANDRADE, 1995, p. 70).

Sugere-se que nesse momento o aluno faça uma análise crítica da realidade observada. Por outro lado, é prudente mencionar que não é possível fazer generalizações, pois as situações vivenciadas, necessariamente, não se repetem.

Texto descritivo que CONCLUI o trabalho:

3. As atividades propostas foram realizadas;

- O objetivo foi cumprido;
- Como contribuiu para a sua formação profissional;
- Se alcançou, não alcançou ou superou as expectativas iniciais;
- Aprendizagem para a vida pessoal;
- Sugestões e/ou recomendações.
- Sem citações.

III. Parte pós-textual:

REFERÊNCIAS (De acordo com as normas da ABNT)

Referenciar obras utilizadas durante a disciplina e em suas pesquisas individuais sobre o estágio ou sobre a educação infantil.

ANEXOS - (Fichas de estágio).

Nos anexos deve constar todas as fichas devidamente preenchidas e assinadas, poderá ser apresenta fotos, se a escola autorizar, bem como atividades realizadas em sala. Lembre-se que no anexo do projeto (item 2.3) deve constar as atividades que serão propostas e aqui podem constar as atividades já preenchidas/realizadas pelos alunos.

7 - Atribuições do Professor do Estágio e dos Estagiários

Das Atribuições do Professor de Estágio

Ao professor de Estágio compete:

- Elaborar, a "Pasta de Estágio".
- Orientar os estagiários no planejamento e na execução das atividades de estágio;
- Indicar as fontes de pesquisa bibliográfica, necessárias à solução das dificuldades encontradas pelos estagiários;
- Analisar todas as atividades realizadas pelos estagiários e documentadas na "Pastas de Estágio" apresentadas ao final de cada semestre letivo, verificando o correto preenchimento e organização, de acordo com as normas estabelecidas pela Coordenação de Estágio;
- Convocar reuniões, sempre que necessário, para discussões e esclarecimentos sobre o andamento das atividades de estágio;
- Solucionar, em conjunto com o(a) Coordenador(a) do Curso e Direção acadêmica, os casos não previstos neste regulamento;
- Reavaliar, ao término de cada semestre letivo, os pontos positivos e negativos verificados durante o desenvolvimento das disciplinas, para que se façam as devidas modificações, visando a constante atualização e aprimoramento das disciplinas.

- Cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas neste Manual.
- Visitar as escolas em que os acadêmicos estão fazendo o estágio para verificar o andamento do estágio.

Das atribuições do professor do Projeto de Gestão

- Além das apresentadas no tópico anterior, orientar as estagiárias/estagiários no planejamento e execução das atividades de estágio considerando a integração das funções de Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional e Direção Escolar;
- Indicar as fontes de pesquisa bibliográfica, necessárias à solução das dificuldades encontradas pelas estagiárias/estagiários;
- Convocar reuniões, sempre que necessário, para discussões e esclarecimentos sobre o andamento das atividades do projeto;
- Orientar a elaboração do relatório de execução do projeto.

Das Atribuições dos Estagiários

Aos estagiários competem:

- Manter um comportamento ético na realização das tarefas previstas para o estágio;
- Cumprir todas as etapas previstas no Plano de Atividades elaborado pelo Professor (a) da disciplina de Estágio;
- Apresentar previamente ao Professor do Estágio um plano de execução das aulas de observação e regência;
- Apresentar à direção da escola onde serão realizadas as aulas de observação e regência o planejamento das atividades propostas;
- Comunicar, antecipadamente, ao estabelecimento de ensino em que está estagiando e ao Professor do Estágio, a ausência nas atividades de regência;
- Apresentar, ao final do semestre letivo, todas as ações desenvolvidas, de conformidade com o Plano de Atividades, devidamente documentadas na "Pasta de Estágio";
- Estar sempre UNIFORMIZADO/devidamente identificado.
- Cumprir as normas estabelecidas neste Manual.



Referências

BARROSO, João. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal**. In: FERREIRA, N. S. C. *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BONDIOLI, Atina; MANTOVANI, Susanna. **Manual de educação infantil: de 0 a 3 anos**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Alvaro (Org.). *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva*. Porto Alegre: Artmed, 1995. v. 1, 2 e 3.
CUNI-IA, Suzana R. V. (Org.). **Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

DAT TT, BERG, Cunília et al. **Qualidade na educação da infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DOURADO, Luiz F. *A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil*. In: FERREIRA, N. S. C. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FURASTÉ, Pedro A. **Normas técnicas para o trabalho científico: explicitação das normas da ABNT**. 12. ed. Porto Alegre: [s.n.], 2003.

LÜCK, Heloisa et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

RANGEL, Ana Cristina Souza. **Educação matemática e a construção, do número pela criança**: uma experiência em diferentes contextos sócio-econômicos. Porto Alegre: Artmed, 1992.

SCIIIBEL, Maria Fani; VAISZ, Marinice Langaro. **Artigo científico**: percorrendo caminhos para sua elaboração. Canoas: Ulbra, 2006.

SPODEK, Bernard; SARACHO, Olívia N. **Ensinando crianças de três a oito anos**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

XAVIER, Maria Luisa et al. **Planejamento em destaque: análises menos convencionais**. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos de Educação Básica).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED**



ANEXOS

ORGANIZAÇÃO

Capa;

Folha de Rosto;

Sumário;

Capítulo 1. Introdução;

Capítulo 2. Desenvolvimento:

2.1 Aporte teórico;

2.2 Caracterização da Escola;

2.3 Dimensão Pedagógica;

2.4 Projeto de intervenção;

2.5 Relato de observação e prática docente/gestora;

Conclusão;

Referências

Anexos

Organização/sequencia dos Anexos:

- a) Ficha de Matrícula;
- b) Termo de Apresentação do estagiário;
- c) Termo de Compromisso do estagiário;
- d) Entrevista;
- e) Planilha de Registro das Atividades;
- f) Avaliação do Desempenho;
- g) Avaliação do estagiário pelo professor regente ou gestor
- h) Ficha de Auto-Avaliação

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO ____:

FICHA DE MATRÍCULA

Nome: _____

Número de matrícula: _____

Endereço Residencial: _____

Telefone Residencial:(_____) _____

Telefone Celular: (_____) _____

Telefone Comercial: (_____) _____

E-mail pessoal: _____

Nº Identidade: _____; Nº do CPF: _____

Aluno (a) Estagiário (a)

Ariquemes ____ de _____ de _____.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO _____: _____

TERMO DE APRESENTAÇÃO DO ALUNO (A) ESTAGIÁRIO (A)

Ariquemes-RO, _____ de _____ de _____.

Senhor (a) Diretor(a),

Apresento-lhe o (a) aluno (a) _____,
do Curso de Pedagogia, desta Instituição de Ensino, que se compromete a
desenvolver as atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório, na
_____, conforme organização curricular deste
estabelecimento de ensino, no decorrer do semestre letivo, em cumprimento das
100 horas destinadas ao Estágio Supervisionado _____.

Atenciosamente,

Professor(a) do Estágio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED



TERMO DE COMPROMISSO

IDENTIFICAÇÃO DO (A) ESTÁGIÁRIO (A)	
Nome:	Matrícula:
Curso / Habilitação:	Telefone:
TERMO	
<p>Pelo Presente TERMO DE COMPROMISSO, declaro estar ciente de que:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Realizarei estágio compatível com curso/habilitação em que estou regularmente matriculado, em escola ou dependências de rede pública ou privada de ensino;2. Terei seguro contra acidentes pessoais, efetivo pela instituição de ensino superior que frequento, conforme a legislação vigente.3. Não adquirirei vínculo empregatício de qualquer natureza com a Secretária de Estadual ou Municipal de Educação, na forma da legislação vigente, em decorrência do estágio;4. Deverei atender às seguintes disposições:<ol style="list-style-type: none">a. Cumprir a duração do estágio, que será de _____ horas, em jornada semanal e horário definido, em comum acordo, entre mim e a escola ou outro órgão onde se realizar o estágio;b. Cumprir as normas internas da escola ou órgãos onde se realizar o estágio;c. Planejar e registrar as atividades de estágio na forma e padrões estabelecidos pelo manual do estagiário.d. Terei permissão para o acesso às instalações e aos recursos da escola ou do órgão onde se realizar o estágio, quando previstos no meu planejamento de atividade, com a anuência da direção;e. Terei direito e receber a documentação relativa ao estágio, ao seu término.5. Terei o estágio cancelado nas situações seguintes:<ol style="list-style-type: none">a) Por minha solicitação;b) Pela interrupção do curso que frequento;c) Pela veiculação de dados e informações a que eu tiver acesso, em decorrência das atividades;	

- d) Pelo descumprimento das normas estabelecidas para a realização;
- e) Por demonstrar comportamento social incompatível com as regras de estágio;
- f) Pelo não cumprimento, das etapas do estágio.

Ariquemes, _____ de _____ de _____.

Estagiário

Local do Estágio

Instituição de Ensino Superior



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED



CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ESTÁGIO

Comunicamos à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR/Campus de Ariquemes que aluno (a)....., do curso de Pedagogia, está autorizado a realizar as atividades propostas no Estágio Supervisionado Obrigatório () I, () II, () III, () IV, no decorrer do semestre _____, cumprindo a orientação da universidade.

_____, _____ de _____ de _____.

Diretor(a) da Escola
(Assinatura e carimbo)

Informações

Nome da Escola: _____

Endereço: _____

Nome do (a) diretor(a): _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED



REGISTRO			
Deve ser preenchido em acordo com o Quadro 2 deste manual			
Estagiário (a):		Matrícula:	
Curso/Habilitação: Pedagogia			
Semestre/ano:			
Local do estágio:			
DATA	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	VISTO OU CARIMBO DO PROFESSOR REGENTE ou GESTOR	Nº DE HORAS
TOTAL DE HORAS: _____			
Ariquemes, ___/___/_____		_____	
_____		Acadêmico(a)	
Professor Regente Carimbo da Escola		_____	
		Professor de Estágio/UNIR	

**PLANILHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO
OBRIGATÓRIO IV**

Nome do (a) aluno (a): _____

Instituição de ensino/Local do estágio: _____

Município: _____ Estado: _____ Ano/Turno

de estágio e gestor que será acompanhado pelo estagiário: _____

Relato e análises das atividades de aportes teóricos, caracterização, observação e entrevistas com a equipe gestora: _____

Apresentação do planejamento (projeto de ação gestora a ser desenvolvido pelo estagiário):

Título do projeto: _____

Objetivo geral: _____

Objetivos específicos (por atividade a ser realizada): _____

Avaliação (como o estagiário pretende fazer a avaliação das ações gestoras exercida se do projeto em si, para cada atividade realizada):

AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELO PROFESSOR REGENTE OU GESTOR

Estágio Supervisionado Obrigatório: () I () II () III () IV

Nível de Ensino: () Educação Infantil; () Ensino Fundamental (ano:__); () EJA (ano:__)

() Gestão Local do estágio: _____

Município: _____ UF: _____

Informamos à Fundação Universidade Federal de Rondônia que o (a) estagiário (a): _____ Realizou as atividades propostas no Estágio Supervisionado Obrigatório acima assinalado, do curso de Pedagogia em nosso estabelecimento de ensino, no período de ___/___/___ a ___/___/___, compreendendo um total de _____ horas, com a avaliação descrita abaixo, conforme resultados obtidos no estágio.

Desempenho e relacionamento interdisciplinar do estagiário	5	4	3	2	1
Ética profissional					
Interesse pelas atividades					
Disponibilidade/comprometimento					
Assiduidade					
Pontualidade					
Comunicabilidade					
Organização					
Integração com a instituição					
Capacidade de criar um vínculo afetivo com a comunidade escolar					
Cooperação					
Autonomia					
Qualidade do Projeto					
Qualidade da Aplicação do Projeto					

5. EXCELENTE; 4. MUITO BOM; 3. BOM; 2. REGULAR; 1. FRACO.

Ariquemes, ___/___/____.

Professor Regente ou Gestor
(Carimbo da escola)

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (ES I, II e III)

Nome do Estagiário (a) _____

ASPECTOS OBSERVADOS	Conceito – 1 a 5	Observação
Orienta os alunos para o processo de resolução das questões.		
Elabora instrumentos de avaliação coerentes com a prática em sala de aula.		
Estabelece critérios lógicos para seleção dos conhecimentos. Atitudes e habilidades a serem avaliadas.		
Identifica o que é significativo e fundamental para a aprendizagem do aluno.		
Sabe selecionar objetivos voltados para a aquisição de conhecimentos significativos e desenvolvimento de competências e habilidades, valores e atitudes.		
Sabe propor atividades de aprendizagem que oferecem ao aluno a oportunidade de elaborar (construir) o próprio conhecimento, de desenvolver as habilidades de pensamento, de trabalho e de comunicação.		
Seleciona materiais didáticos pertinentes aos objetivos propostos		
Seleciona e propõe atividades que contextualizam os conteúdos trabalhados.		
Seleciona atividades que possibilitem momentos de trabalho independente, de trabalho individual e de grupo.		
Utiliza recursos (técnicas, materiais) próprios, tornando as aulas e explicações mais claras e compreensíveis.		
Elabora orientações e enunciados de tarefas e questões, claras e objetivas.		
Exerce a autoridade no domínio de classe e no cumprimento das tarefas, em sala de aula com intervenções educativas.		
Apresentou ao professor regente o planejamento de suas aulas antes de iniciar a docência.		
Apresentou domínio de conteúdo.		
Trabalhou o conteúdo obedecendo a uma seqüência lógica.		
Aplicou adequadamente técnicas didáticas		
Demonstrou domínio dos conhecimentos concernentes as funções gestoras		
Apresentou postura democrática frente à equipe		

escolar favorecendo a participação e influências na resolução de problemas		
Demonstrou habilidade nas relações interpessoais favorecendo a negociação em situações de conflito		
Apresentou propostas de formação docente que valorizem a formação coletiva e em serviço		
Integrou as funções gestoras na execução de seu projeto de gestão		

5. EXCELENTE; 4. MUITO BOM; 3. BOM; 2. REGULAR; 1. FRACO.

Carga Horária Total do Estágio: _____ horas.

Outras

Observações: _____

 Professor (a) Regente.

Data: _____ / _____ / _____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED



AValiação DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (ES IV)

Nome do Estagiário (a) _____

ASPECTOS OBSERVADOS	Conceito – 1 a 5	Observação
Identifica o que é significativo e fundamental para a aprendizagem do aluno.		
Sabe selecionar objetivos voltados para a aquisição de conhecimentos significativos e desenvolvimento de competências e habilidades, valores e atitudes.		
Seleciona materiais didáticos pertinentes aos objetivos propostos		
Seleciona e propõe atividades que contextualizam os conteúdos trabalhados.		
Seleciona atividades que possibilitem momentos de trabalho independente, de trabalho individual e de grupo.		
Trabalhou o conteúdo obedecendo a uma sequência lógica.		
Demonstrou domínio dos conhecimentos concernentes as funções gestoras		
Apresentou postura democrática frente à equipe escolar favorecendo a participação e influências na resolução de problemas		
Demonstrou habilidade nas relações interpessoais favorecendo a negociação em situações de conflito		
Apresentou propostas de formação docente que valorizem a formação coletiva e em serviço		
Integrou as funções gestoras na execução de seu projeto de gestão		

5. EXCELENTE; 4. MUITO BOM; 3. BOM; 2. REGULAR; 1. FRACO.

Carga Horária Total do Estágio: ____ horas.

Outras Observações:

Professor (a) Regente.

Data: _____/_____/_____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED



FICHA DE AUTO-AVALIAÇÃO EM NÍVEL DE ATITUDES E HABILIDADES DO (A)
ESTAGIÁRIO(A) EM ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO
OBRIGATÓRIO.

Nome:		
01	Esforcei-me para satisfazer a curiosidade natural dos alunos, sempre que necessário?	
02	Fiz apreciações, comentários, corrigindo e orientando as atividades de classe, visando a realimentação e/ou reforço das mesmas?	
03	Usei o quadro de giz com boa disposição, ordem, legibilidade?	
04	Selecionei e manejei materiais adequados aos conteúdos desenvolvidos?	
05	Ofereci condições através das quais os alunos, puderam evidenciar o que aprenderam?	
06	Evidenciei aos alunos minha satisfação, quando os resultados alcançados pelos mesmos foram os esperados?	
07	Registrei as deficiências e/ou dificuldades dos alunos para posterior recuperação?	
08	Ao fazer a chamada diária, registrei no livro de frequência as ocorrências significativas do dia em relação aos alunos?	
09	Consegui através do manejo adequado de sala de aula, manter um nível satisfatório de disciplina na sala de aula?	
10	Exerci um controle racional do tempo, evitando a ociosidade ou sobrecarga para o aluno?	
11	Consegui “controlar” a turma sem a necessidade da aplicação de punições?	
12	Proporcionei à turma um ambiente cordial, sadio e tranqüilo de trabalho?	
13	Propus atividades através das quais os alunos trabalharam em regime de cooperação?	
14	Usei linguagem clara, correta em termos de velocidade e intensidade?	
15	Apresentei habilidades técnicas de mestria , como por exemplo: Introdução da aula, formulação de perguntas, variação de estímulos?	
16	Constatai através das experiências realizadas durante o estágio, a importância do trabalho planejado, como “ferramenta” de obtenção de êxito?	
17	Primei pela exatidão dos conteúdos ministrados quanto à qualidade e quantidade?	
18	Empenhei-me na obtenção da participação dos alunos nas atividades de classe?	
19	Evitei saídas desnecessárias e/ou chegadas tardias em sala de aula?	
20	Preocupe-me com a formação e desenvolvimento de hábitos e atitudes saudáveis nos alunos?	
21	Procurei demonstrar entusiasmo nas atividades diárias de classe, bem como preocupação pelos problemas apresentados pelos alunos?	

22	Demonstrei presença de espírito quando da ocorrência de situações imprevisíveis acontecidas em sala de aula?			
23	Apresentei-me vestido (a) de forma correta em sala de aula e devidamente identificado?			
24	Aproveitei as oportunidades ocasionais para desenvolver ou fixar noções extras?			
25	Avaliei por escrito e/ou comentei os trabalhos redigidos pelos alunos?			
26	Demonstrei domínio dos conhecimentos concernentes as funções gestoras			
27	Apresentei postura democrática frente à equipe escolar favorecendo a participação e influências na resolução de problemas			
28	Demonstrei habilidade nas relações interpessoais favorecendo a negociação em situações de conflito			
29	Apresentei propostas de formação docente que valorizem a formação coletiva e em serviço			
30	Integrei as funções gestoras na execução de seu projeto de gestão			
TOTAL				
Critérios	Ocasionalmente 1- 2	Geralmente 3- 5	Quase sempre 6-7	Sempre 8-10
Observações:				

Ariquemes, _____ de _____ de _____.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED**



Do Departamento de Ciências de Educação - DECED.

À Direção do (a) _____

CARTA DE AGRADECIMENTO

SENHOR (A) DIRETOR (A)

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR/CAMPUS DE ARIQUEMES vem por meio desta manifestar os agradecimento a Vossa Senhoria pela forma gentil como foram recebidos os acadêmicos neste estabelecimento de ensino.

Estendemos nosso apreço aos Professores que acompanharam nossos estagiários contribuindo para a realização do processo de formação acadêmica.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Professor(a) do Estágio.

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTAS

DADOS PARA A DIMENSÃO PEDAGÓGICA

As questões deste roteiro devem ser adaptadas, suprimidas e/ou ampliadas pelo aluno estagiário, de acordo com o nível de ensino, o contexto e as necessidades por ele identificadas. O roteiro poderá ser utilizado tanto para a aplicação de entrevistas (Atividade 5) com os profissionais de educação (equipe de direção, professores, coordenador pedagógico) quanto para orientar o processo de observação (Atividade 4) e obter informações relativas à caracterização da escola (Atividade 3).

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

- Qual o sua formação? Nome da graduação e da pós.
- Participou de congressos ou seminários no último ano? Quais?
- Possui publicação na área (Educação Infantil, se ES I; Alfabetização, se ESII; Ensino Fundamental, se ES III; Gestão Educacional, se ES IV), considerando como publicação um artigo, um capítulo de livro ou um livro?
- Qual o seu tempo de atuação na educação?
- Em que modalidade de ensino atua na Instituição?

SOBRE ASPECTOS PEDAGÓGICOS DIVERSOS:

- O trabalho interdisciplinar é algo possível de ser realizado? Por quê? Como deve ser a participação da família no desenvolvimento do sujeito social, emocional e cognitivo?
- Existe em sala de aula um trabalho voltado para a integração, a inclusão? Qual? Como pode ser descrito?
- Quais são seus pontos de vista no que diz respeito às diferenças (etnia, raça, gênero e necessidades especiais)?
- Os professores integram em suas aulas os conhecimentos de outras disciplinas, trocando experiências regularmente? De que forma fazem isso?
- Existe um trabalho contínuo realizado pelos professores com os alunos sobre os resultados das avaliações desenvolvidas, buscando formas alternativas de demonstrar a evolução da aprendizagem? De que forma isso é feito?
- A sua prática pedagógica está alicerçada em que concepção de educação ou corrente teórica? Que teóricos embasam sua prática pedagógica?

- Existe tempo destinado ao Planejamento das aulas? Explique como acontece.

SOBRE O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPP):

- Existe um PPP na instituição de estágio?
- Quem participou da construção do PPP da instituição?
- De que formas o PPP é disponibilizado para consulta? Aonde fica o documento?
- O PPP é continuamente aprimorado em reuniões e no dia-a-dia da instituição, com a colaboração de todos?
- O PPP contempla modos inovadores para avaliar o desempenho dos alunos, apresentando métodos e critérios de avaliação com clareza?

GESTÃO EDUCACIONAL – exclusivo para o Estágio IV

Sobre a prática administrativo-pedagógica do gestor:

- O gestor emprega a prática de integração/inclusão na comunidade? De que forma faz esse trabalho?
- Que recursos de integração (relacionamento) com a comunidade escolar são utilizados pelo gestor? De que maneira ele os usa?
- A prática gestora está alicerçada em que Teoria de Educação? É visível a teoria assumida na prática cotidiana? De que forma? Que teóricos embasam a prática do gestor?
- Sobre a prática em gestão educacional, fazer os seguintes questionamentos: maiores dificuldades encontradas; situações gratificantes; como o gestor encaminha as situações de conflitos nos diversos segmentos escolares; outras intervenções que o gestor pode realizar para contribuir com o estagiário.
- Como pode ser descrita a política de inclusão da escola? Existe um projeto concreto a esse respeito? Como é viabilizado?

Sobre o espaço físico da sala dos gestores (descrição do ambiente):

- Como pode ser descrito o espaço da sala da equipe gestora? Possui móveis confortáveis e adequados? Existem computadores? Há livros e documentos à vista para serem facilmente consultados? Qual é o aspecto de paredes, portas e janelas?
- Como estão dispostas as pessoas da equipe no ambiente: em grupo, individualmente, cada um em uma sala isolada?
- Existem murais na sala que permitam uma efetiva comunicação sobre fatos, datas e programas a serem realizados pela comunidade? Como podem ser descritos os canais de comunicação entre a equipe gestora e a comunidade?

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA
COLETA DE DADOS

INFORMAÇÕES GERAIS

1) Nome da Escola:

2) Endereço:

3) Telefone:

4) Localização:

() zona urbana () zona rural

5) Categoria da Escola Privada

() Particular (mantida com recursos próprios)

() Confessional

() Comunitária

() Filantrópica

() Outro. Caracterizar: _____

NÍVEIS/ MOBILIDADES DE ENSINO QUE SÃO OFERECIDOS

1) Educação Infantil

() Creche () Pré-Escola Ensino Fundamental

() 1º ao 5º ano Regular

() 1º ao 5º ano EJA (Educação de Jovens e Adultos)

() 5ª ao 9º ano Regular

() 5ª ao 9º ano EJA (Educação de Jovens e Adultos)

() Ensino Médio

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA

1) Dependências e serviços existentes na escola

() Diretoria

() Secretaria

- () Sala dos Professores
- () Sala de Coordenação de Educação Infantil
- () Sala de Coordenação de Ensino Fundamental (1ª a 5º ano)
- () Sala de Coordenação de Ensino Fundamental (5ª a 9º ano)
- () Sala de Coordenação de Ensino Médio
- () Sala para Orientação educacional
- () Biblioteca
- () Videoteca
- () Sala para TV/Vídeo (Multimídia)
- () Sala de Leitura
- () Brinquedoteca
- () Gibioteca
- () Computadores ligados à Internet para atividades administrativas
- () Computadores ligados à Internet para uso dos professores
- () Piscina
- () Berçário
- () Cozinha
- () Cantina
- () Refeitório
- () Depósito de alimentos
- () Almoxarifado
- () Laboratório de Informática
- () Outros Laboratórios/ Oficinas
- () Parque Infantil
- () Dormitório
- () Berçário

- () Quadra de Esporte Descuberta
- () Quadra de Esporte Coberta
- () Piscina
- () Dependências a Vias Adequadas a Portadores de Necessidades Especiais
- () Outras Dependências: Especifique: _____

2) Equipamento em uso na escola

Equipamento	SIM/NÃO
DVD	
Aparelho de Televisão	
Antena Parabólica	
Retro projetor	
Aparelho de Fax	
Máquina Copiadora	
Ar-condicionado nas Salas de Aula	
Ar-condicionado nas áreas administrativas	
Ventilador nas Salas de Aula	
Ventilador nas áreas administrativas	
Aparelho de Som	
Aparelho para Deficiência Auditiva	
Aparelho para Deficiência Física	
Projetor Multimídia	
Microcomputador (para uso do aluno)	
Projetor de slides	
Outros (especificar):	

3) A Escola está ligada à Internet

() sim () não

4) A escola participa de algum programa desenvolvido pelo MEC ou pela Secretaria

Estadual de Educação

() sim () não

PESSOAL DOCENTE E DISCENTE

1) Total de funcionários da escola: _____

2) Total de professores em exercício: _____

3) Quantitativo de Alunos Atendidos: _____

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1) Possui regimento escolar? () sim () não

O Regimento Escolar está aprovado pela Secretaria de Educação do Estado?

() sim () não

Data de aprovação: _____

2) Além do Regimento Escolar que outros regulamentos a escola possui para sistematizar as atividades administrativas e organizacionais? (Relacione-os)

3) A escola possui biblioteca? () sim () não

PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

1. Como os professores da Educação Básica são selecionados?

(Utilizar as questões a seguir para complementar as “Dimensões Pedagógicas”)

2. Como é feita a atualização/capacitação do docente? Que estratégias são usadas para promovê-la?

3. Os professores são avaliados? Como?

ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA

1) A escola possui Coordenador Pedagógico? () sim () não

2) Os professores possuem horário para estar com a coordenação pedagógica?

() sim () não

3) Em caso positivo, explique como funciona.

4) A escola conta com serviço de orientação educacional?

() sim () não

5) Em caso positivo, explicita as suas principais atribuições.

Data do preenchimento: ____/____/____

Responsável pelas Informações: _____

Nome do estagiário pesquisador: _____

Aluno (a) Estagiário (a): _____

GESTÃO ESCOLAR – exclusivo para o Estágio IV

1) Como é feita a escolha do(a) diretor(a) da escola?

2) Como foi realizada a escolha da equipe da gestão escolar ?

3) Quais as principais dificuldades vivenciadas pela direção da escola?_____

4) A escola tem o Conselho Escolar instituído e atuante?_____

5) Como está a composição do Conselho Escolar atualmente (quais segmentos estão representados e a quantidade de membros)

6) Quais as principais pautas discutidas nas reuniões do Conselho Escolar?_____

IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE ALUNOS, PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E PAIS.

1) Como a escola avalia o nível de satisfação de alunos, professores, funcionários e pais com relação à gestão escolar?

X –COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

1. Como é feita a comunicação com os pais?

XI – AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

1) Que estratégias a escola adota para prestar atendimento a alunos que apresentam deficiências no processo de aprendizagem? Que indicadores utilizam para verificar a eficácia das mesmas?

3) A escola possui Conselho de Classe?

() sim () não

Em caso positivo, explique quais as suas principais atribuições no processo de avaliação dos alunos.

4) A escola atende alunos portadores de necessidades especiais?

() sim () não

Em caso positivo, como é feito esse atendimento?

5) Como a escola trabalha os temas transversais?

6) A escola desenvolve projetos pedagógicos envolvendo alunos, professores e a comunidade em geral?

() sim () não

7) Em caso positivo, cite-os: _____

8) No início do ano letivo a escola realiza avaliação diagnóstica para verificar a existência de alunos com déficit de conteúdo?

() sim () não

9) Em caso positivo, que instrumento utiliza?

10) Que medidas são adotadas pela Direção/Coordenação Pedagógica em razão dessa avaliação?

11) A escola adota o sistema de recuperação paralela?

() sim () não

12) Em caso positivo, como funciona?

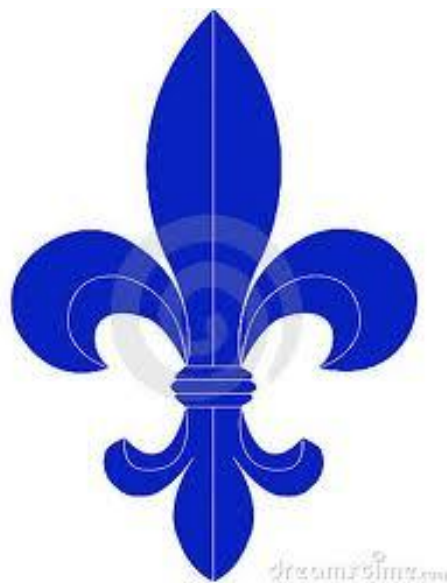
13) Que outras formas de recuperação da aprendizagem a escola adota? Cite-as.

Data do preenchimento: ____/____/____

Responsável pelas Informações: _____

Aluno (a) Estagiário (a): _____

Manual do Estágio Supervisionado Obrigatório
Curso de Pedagogia
Departamento Ciências da Educação – DECED



Ariquemes
2016

REITOR

Prof.^a Dra. Maria Berenice Alho da Costa Tourinho

VICE-REITORA

Prof. Dr. Marcelo Vergotti

DIRETOR

Prof. Dr. Gerson Flôres Nascimento

VICE-DIRETOR

Prof. Dr. Humberto H. Takeda

CHEFE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Prof. M.e. Eliéte Zanelato

VICE-CHEFE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Prof. M.e. Hugo Athanasios Fotopoulos

ELABORAÇÃO

Prof. Esp. Rute Moreira Braga

CORREÇÃO E REFORMULAÇÃO

Prof. M.e. Eliéte Zanelato

Prof. M.e. Lara Cristina Cioffi

Prof. M.e. Maria Auxiliadora Máximo

DIGITAÇÃO (1ª Versão)

Jaqueline Gonçalves Ribeiro

Modelo adaptado da ULBRA

**Ariquemes
2015**

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Rondônia (UNIR) é a única instituição de ensino superior (IES) pública de Rondônia. Foi criada em 1982 pela Lei nº 7011, de 08 de julho, após a criação do Estado de Rondônia pela Lei Complementar nº 47 de 22 de dezembro de 1981.

A sede administrativa da UNIR fica em Porto Velho, onde estão a Reitoria e as Pró-Reitorias de Administração e Gestão de Pessoas (PRAGEP), de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis (PROCEA), de Graduação (PROGRAD), de Planejamento (PROPLAN) e de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ).

Em 2008, a UNIR foi considerada pelo Ministério da Educação (MEC) como a melhor Universidade da Região Norte, graças ao seu desempenho no Índice Geral de Cursos (IGC), um indicador de qualidade das universidades, que considera os cursos de graduação e de pós, o corpo docente, a infra-estrutura e o programa pedagógico.

MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES

A UNIR é uma instituição pluridisciplinar de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, tendo como finalidade precípua a promoção do saber científico puro e aplicado, e, atuando em sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão, possui os seguintes objetivos que se caracterizam por:

- Promover a produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;
- Formar profissionais que atendam aos interesses da região amazônica; estimular e proporcionar os meios para criação e a divulgação científica, técnica, cultural e artística, respeitando a identidade regional e nacional;
- Estimular os estudos sobre a realidade brasileira e amazônica, em busca de soluções para os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e social da região;

- Manter intercâmbio com universidades e instituições educacionais, científicas, técnicas e culturais nacionais ou internacionais, desde que não afetem sua autonomia, obedecidas as normas legais superiores.

APRESENTAÇÃO

Concebido como uma atividade prática, o Estágio Supervisionado Obrigatório possibilita a inserção efetiva do acadêmico do curso de Pedagogia na realidade de instituições educacionais preferencialmente públicas. Apenas um dos estágios pode ser em instituições privadas. Seu objetivo é proporcionar, no contexto do processo de ensino-aprendizagem, a expansão dos conhecimentos construídos no decorrer da formação, por meio de observações, de reflexões e da participação em situações profissionais.

Além disso, é um procedimento didático-pedagógico no qual se pressupõe a realização de atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, uma vez que o aluno terá contato direto com situações reais de vida e de trabalho, desenvolvendo, ao longo do curso, os conhecimentos necessários ao processo teórico e metodológico implicado na prática da docência, podendo também assumir a forma de atividades de extensão, com participação em empreendimentos ou projetos sociais.

No curso de Pedagogia, o Estágio Supervisionado Obrigatório é regulamentado pela Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, a qual estabelece que, ao longo do curso, deve-se assegurar aos graduandos a aquisição de experiência profissional em ambientes escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências nas seguintes etapas:

a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente; b) na área de serviços e de apoio escolar; c) na Educação de Jovens e Adultos; d) na participação e nas atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos; e) em reuniões de formação pedagógica.

O Estágio Supervisionado Obrigatório para a formação de professores, coordenadores e gestores também está pautado na legislação vigente, conforme segue: Lei nº 6.494/1977, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 87.497/1982 e alterada pela Lei nº 8.859/1994; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Pareceres CNE/CES nº 503/1998, 197/2004 e 15/2005; Pareceres CNE/CP nº 09/2001, 27/2001 e 01/2002; Resoluções CNE/CEB nº 1/2004 e 2/2005.

No curso de Pedagogia ofertado pela metodologia de ensino regular, o acompanhamento das atividades de estágio é feito pelo professor formado em Pedagogia, designado pelo Departamento ao qual o Curso estiver vinculado.

O Estágio Supervisionado Obrigatório (ES) do curso de Pedagogia da UNIR-Campus de Ariquemes deve estar comprometido com a qualidade da educação básica e oferecer aos alunos oportunidades enriquecedoras para a construção de sua identidade profissional, enquanto momento único vivido o pensar e o fazer pedagógico no qual se realizam necessariamente como práxis educativa.

O presente manual se propõe a auxiliar o aluno a compreender as atividades a serem vivenciadas ao longo das quatro etapas do ES. Para isso, apresenta cada uma delas, assim como indica formas de realização das atividades que as integram.



Sumário

1 - Objetivos	8
2 - Matriz Curricular.....	8
3 - Estágio Supervisionado Obrigatório I, II, III e IV	10
4 - Conclusão e avaliação.....	19
5 - Recomendações e Observações Importantes	21
6 - Roteiro de Relatório de Estágio Supervisionado Obrigatório.....	22
7 - Atribuições do Professor do Estágio e dos Estagiários.....	29
Referências	31
ANEXOS	33
ORGANIZAÇÃO	34
FICHA DE MATRÍCULA	35
TERMO DE APRESENTAÇÃO DO ALUNO (A) ESTAGIÁRIO (A)	36
TERMO DE COMPROMISSO	37
CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ESTÁGIO	39
REGISTRO.....	40
PLANILHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO IV	40
AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELO PROFESSOR REGENTE OU GESTOR.....	42
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (ES I, II e III)	42
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (ES IV)	45
FICHA DE AUTO-AVALIAÇÃO EM NÍVEL DE ATITUDES E HABILIDADES DO (A) ESTAGIÁRIO(A) EM ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO.	47
CARTA DE AGRADECIMENTO	1
ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTAS	2
CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	5



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED**



1 - Objetivos

No curso de Pedagogia da UNIR – Campus de Ariquemes, o Estágio Supervisionado Obrigatório (ES) tem por objetivo inserir o aluno no exercício profissional em instituições educacionais, de modo a estreitar as relações entre a teoria e a prática, consideradas as seguintes áreas de atuação: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Gestão Educacional.

De modo específico, buscam-se os seguintes objetivos:

- a. Efetivar o aprofundamento teórico-prático do acadêmico nas áreas de formação do Curso de Pedagogia;
- b. Propiciar situações práticas para a otimização da formação pedagógica e profissional;
- c. Oportunizar uma visão de totalidade entre as práticas escolares cotidianas e os princípios teórico-metodológicos norteadores da ação pedagógica na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na gestão educacional.

2 - Matriz Curricular

No âmbito desta instituição de ensino, o *Estágio Supervisionado Obrigatório-DECED/Campus de Ariquemes* é aquele previsto na matriz curricular do Curso como componente obrigatório para a obtenção do grau acadêmico. O curso de Pedagogia/UNIR/Ariquemes prevê QUATRO ETAPAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO, a serem realizadas em períodos distintos, com atividades diversificadas, conforme discriminado no quadro a seguir.

Quadro 1 - Matriz curricular do Estágio Supervisionado Obrigatório

Estágio	Período	Escopo	Carga Horária
Estágio Supervisionado I (ESI)	5º	Educação Infantil – Creche, Pré-escola	100
Estágio Supervisionado II (ESII)	6º	Alfabetização Infantil e de EJA	100
Estágio Supervisionado III (ESIII)	7º	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	100
Estágio Supervisionado IV (ESIV)	8º	Coordenação, Orientação e Direção	100

Por meio dos Estágios Supervisionados Obrigatórios I, II e III pretende-se fazer o aluno vivenciar o trabalho desenvolvido na Educação Infantil, Alfabetização, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e no Ensino Fundamental (Anos Iniciais) em instituições públicas preferencialmente e privadas, inserindo-se na realidade sociocultural delas, de modo a analisar sua estrutura e organização, bem como as abordagens epistemológicas e pedagógicas adotadas pelos profissionais de educação na realização do seu trabalho.

O Estágio Supervisionado Obrigatório IV objetiva promover o conhecimento teórico-prático sobre gestão educacional, por meio de intervenções socioculturais e atividades sistemáticas de observação, descrição, análise, aplicação, síntese e avaliação, realizadas em conjunto com os gestores educacionais e voltadas às responsabilidades pedagógicas e aos saberes interdisciplinares referentes a essa etapa curricular.

Busca também possibilitar ao estagiário a elaboração e execução de um projeto pedagógico em que possa aplicar os conhecimentos obtidos sobre gestão educacional, privilegiando concepções e práticas interdisciplinares. Também visa criar a oportunidade para que o aluno vivencie atividades que só são possíveis com sua inserção na realidade educacional com a convivência com gestores educacionais.

O projeto será elaborado e executado por grupos formados por três acadêmicas/acadêmicos e deve contemplar uma proposta integrada entre a Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional e Direção Escolar. A orientação acadêmica do projeto será realizada por uma professora/professor do Departamento de Ciências da Educação, devendo o tema da proposta concordar com a área de interesse de sua/seu orientadora/orientador.

O relatório é a fase conclusiva do Estágio Supervisionado Obrigatório, juntamente com o seminário de socialização, deve ser apresentado como uma análise de todas as experiências obtidas nos estágios anteriores, por meio de texto descritivo-analítico além das comprovações necessárias mediante a entrega das fichas devidamente assinadas.

3 - Estágio Supervisionado Obrigatório I, II, III e IV

As atividades apresentadas no quadro a seguir devem ser realizadas nas quatro etapas previstas (ES I, II, III e IV).

Quadro 2 – Atividades e carga horária do Estágio Supervisionado Obrigatório

	Atividades	CH	Objetivos
Pré-Estágio	1. Orientações iniciais e Elaboração do Aporte Teórico	20 h	Consultar as referências disponibilizadas no Plano de Ensino e Aprendizagem da disciplina, além de livros e textos trabalhados ao longo do curso.
	2. Escolha e ingresso em uma instituição educacional	2 h	Identificar a instituição de ensino em que será feito o estágio, bem como preencher a documentação pertinente e encaminhá-la tanto para a instituição escolhida como para a UNIR.
Estágio	3. Caracterização	4 h	Levantar informações sobre a instituição (como história, modalidade de ensino ofertada, turnos de funcionamento, quantidade de profissionais etc.), caso se trate dos ES I, II ou III e levantar informações sobre a gestão educacional, caso se trate do ES I V.
	4. Observação	12 h	Compreender a realidade da prática docente e de aspectos relacionados à escola.
	5. Entrevistas	2h	Coletar informações para o Estágio

			Supervisionado correspondente, por meio de entrevistas.
	6. Planejamento	20 h	Elaborar um projeto de ação que subsidie a prática docente ou gestora.
Regência	7. Prática docente/gestora*	20 h	Executar o projeto definido conforme Planejamento (Item 6).
Pós-Estágio	8. Relatório de atividades	16 h	Preparar registro escrito sobre as atividades realizadas.
	9. Seminário de exposição das experiências	04h	Apresentar seminário para os demais integrantes da turma (alunos matriculados mesma disciplina).

* A prática docente deverá acontecer em um ano/série do Ensino Fundamental ou EJA.

Quadro 3 – Divisão da Carga Horária do Estágio Supervisionado Obrigatório

Período	Áreas	Subáreas	Total	Orientação	Escola	Caracterização	Observação	Entrevista	Planejamento	Prática	Relatório	Seminário
5º	Ed. Infantil	Creche	T	20					20		16	
		Pré	P		2	4	12	2		20		04
6º	Alfabetização e EJA	Alfabetização	T	20					20			
			P		2	4	12	2		20	16	04
7º	Anos Iniciais e EJA	4º ou 5º Ano	T	20					20		16	
			P		2	4	12	2		20		04
8º	Gestão* e EJA		T	20					20		16	04
			P	-----	2	4	16	2		20		

* Coordenação Pedagógica, Orientação e Direção.

O ESI deverá ser realizado nas turmas de Educação Infantil. O ESII refere-se a Alfabetização e poderá ser realizado nos 2 (dois) primeiros anos do Ensino Fundamental ou na Alfabetização de Jovens e Adultos. O ESIII será realizado nas turmas de 4º (quarto) ao 5º (quinto) ano do Ensino Fundamental ou Séries Iniciais da EJA. Quando o ESII for realizado na EJA, o ESIII deverá obrigatoriamente ser realizado com crianças. O ESIV deverá envolver atividades relacionadas a gestão escolar.

Mediante acordo prévio com o responsável pelo estagiário na escola, as atividades de planejamento e a elaboração do relatório de atividades podem ser realizadas parcial ou totalmente a distância, ou seja, sem exigir a presença do aluno na Universidade. Apresentamos, a seguir, o detalhamento de cada uma dessas atividades.

Atividade 1: Orientações iniciais e Elaboração do Aporte Teórico (20 horas)

Essa etapa compreende uma síntese da caminhada empreendida pelo aluno durante a sua formação. Ele deve rever os conteúdos abordados durante o curso, sobretudo os que dizem respeito ao estágio que está realizando — Educação Infantil, (ES-I), Alfabetização e EJA (ES-II), Anos Iniciais do Ensino Fundamental e

EJA (ES-III), Coordenação e Direção - Coordenação Pedagógica, Orientação e Direção. (ES-IV), explorando, ainda, aspectos como a legislação, os objetivos e as propostas relacionados a ele.

Para tanto, deve se recorrer ao conjunto de referências bibliográficas recomendadas, assim como aos textos e atividades trabalhados ao longo do curso. O objetivo dessa atividade, realizada por meio de uma construção textual, é a demonstração dos conhecimentos obtidos durante o processo de formação. O relatório de estágio deve conter pelo menos 5 (cinco) páginas de referencial teórico relacionado ao tema do Estágio, o qual o acadêmico encontra-se matriculado. Deve conter título, resumo, introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências.

Atividade 2: Escolha e ingresso em uma instituição educacional (2 horas)

A instituição acolhedora do estagiário deve garantir a sua participação em todas as atividades pertinentes à docência na Educação Infantil, Alfabetização, EJA e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como à Gestão Educacional, com vistas à sua efetiva capacitação profissional.

O aluno pode escolher uma instituição de ensino pública ou privada. Caso o aluno já esteja atuando em uma instituição de ensino, pode realizar nela o seu estágio. Para isso, ele deve estar atuando em uma turma compatível com o estágio e deve fazer uma solicitação formal ao seu professor por meio de requerimento próprio, denominado de Normatização para Estágio em Serviço, além de apresentar os comprovantes de exercício profissional, realizar as atividades apresentadas neste manual e cumprir a carga horária correspondente ao estágio.

Uma vez identificada a Instituição, o aluno deve seguir os procedimentos elencados abaixo para dar início ao estágio:

- a. Averiguar se a instituição acolhedora está funcionando em consonância com as disposições legais estabelecidas pelo poder público. Para tanto, deve apresentar-se ao professor, ou ao responsável por acompanhar o seu estágio, e solicitar autorização para consultar os seguintes documentos: alvará e autorização de funcionamento, certificação e regimento.
- b. Ao se apresentar na instituição, o estagiário deve ter em mãos os seguintes documentos:

- Carta de Apresentação (ANEXO) - O aluno deve preencher esse documento e para entregá-lo a um dos representantes da gestão educacional da instituição: diretor, vice-diretor ou coordenador pedagógico. O objetivo é apresentar-se formalmente à instituição e entregar-lhe um comprovante de que se encontra devidamente matriculado na UNIR.
- Carta de Autorização para Estágio (ANEXO) - O aluno deve entregá-lo à instituição acolhedora com o intuito de formalizar a sua inclusão como estagiário da escola. Esse documento deve ser preenchido pelo diretor, pelo vice-diretor, pelo supervisor educacional ou pelo coordenador pedagógico e conter o carimbo oficial da escola e a assinatura da direção. Depois, deve ser entregue ao professor do estágio, para que este providencie o arquivamento na pasta do aluno, onde também deverá ser arquivado o relatório de estágio.

Ao entregar a Carta de Apresentação, é importante que o aluno combine as datas e horários do estágio, conforme a carga horária definida para cada etapa e o acordo feito na escola referente ao turno de realização do estágio.

Após realizar uma etapa do estágio supervisionado obrigatório, é facultado ao aluno fazer a seguinte em uma instituição diferente, mas, para tanto, deve estar ciente de que precisará repetir algumas atividades, como, por exemplo, as relativas à escolha e ao ingresso na instituição (Atividade 2) e à caracterização (Atividade 3).

Caso mude de escola na etapa de estágio seguinte, o aluno deve solicitar ao professor outra cópia da Carta de Apresentação.

Recomenda-se que, no dia em que comparecer formalmente à instituição de ensino ou no primeiro dia de estágio, o aluno também se apresente aos professores, pois, além de ser importante adotar uma política de bom relacionamento (necessária em qualquer ambiente profissional), precisará contar com o apoio dos docentes para realizar suas atividades.

Atividade 3: Caracterização (4 horas)

A partir desta etapa será possível a elaboração da Caracterização da Escola e da Dimensão Pedagógica. O estagiário deve se aproximar da realidade da instituição, levantando, para isso, informações que permitam caracterizar a escola, como, por exemplo, localização, história (data de fundação, fundadores, origem do nome), dependência administrativa (municipal, estadual ou nacional), turnos de funcionamento, quadro funcional (quantidade de professores, gestores), quantidade

de alunos matriculados, faixa etária dos alunos atendidos, infraestrutura física (quantidade de salas, existência de ginásio de esportes), disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnológicos (jogos, computadores, televisão), importância histórica da instituição no contexto social em que está inserida, entre outras.

Para facilitar seu trabalho, o aluno pode consultar o acervo documental da instituição, pesquisando registros como o regimento interno, o reconhecimento da mantenedora, o Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como outros de cunho histórico. Pode ainda tomar o depoimento de professores, da equipe administrativo-pedagógica, de pais e ex-alunos, de modo a resgatar aspectos que ilustrem a história e permitam caracterizar a instituição. Ao longo desse processo, precisa ter o cuidado de fazer anotações, as quais deverão integrar um dos capítulos do seu relatório de atividades (Atividade 8).

Caso o aluno realize o ES II e III na mesma instituição em que realizou o ES I, não será necessário fazer essa atividade novamente, embora seja recomendável revisar e fazer complementos quanto à caracterização da escola. O mesmo não vale para o ES IV, uma vez que envolve a caracterização da gestão educacional.

No ES IV, o processo de caracterização envolve o levantamento de informações sobre a gestão educacional. O aluno deve buscar informações como as atribuições dos gestores educacionais da instituição, histórico de sua função, participação na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, tempo de serviço na instituição, tempo de experiência na função, formação e atualização profissional (especializações na área), etc.

Atividade 4: Observação (12 horas)

A observação é uma atividade de suma importância, pois, por meio dela, o aluno pode ampliar sua compreensão sobre a realidade da escola, a prática docente, a gestão educacional e, assim, aumentar as possibilidades de aprendizagem com o seu estágio.

Nos ES I, II e III, toda e qualquer atividade com intencionalidade pedagógica deve ser considerada, como por exemplo, o início do expediente na sala dos professores, por ser um momento rico de trocas e de integração entre a equipe docente; a aula propriamente dita, em que se pode verificar a adequação da prática do professor ao seu plano de trabalho; a hora do recreio, em que há múltiplas trocas e interações entre os alunos e entre estes e o professor; a hora do lanche, na qual

ocorrem demonstrações culturais de alimentação e de hábitos de socialização, bem como surgem possibilidades de aprendizagens informais; passeios e visitas com acompanhamento do professor, em que podem ser observados processos de socialização e de inserção dos alunos à realidade social no que tange à linguagem utilizada, aos hábitos e às atitudes diante do que está sendo vivido.

O processo de observação inclui o ato de ver e ouvir, bem como a constante tomada de notas sobre aspectos significativos do que foi observado. Eventualmente, pode também incluir uma conversa com os professores ou gestores, de modo a esclarecer ou ilustrar, por exemplo, uma prática relativa ao ES em curso. Além disso, deve envolver todas as turmas do nível de ensino correspondente ao estágio em curso.

Nos ES I, II e III, nesta etapa, o aluno deve assistir 08 horas de aula como observador, o que será útil para um conhecimento da turma. Tal conhecimento será necessário para elaboração do Planejamento e para a Regência, isto é, para quando estiver em sala vivenciando a prática docente. Para assistir as aula como observador, o aluno deve tomar o cuidado de solicitar previamente permissão à direção e ao professor.

No ES-IV, o aluno deve observar a gestão educacional e tomar notas relativas a ela. Para fazer isso, pode, por exemplo, acompanhar as atividades gestoras (reuniões administrativo-pedagógicas), a hora de chegada e saída de cada integrante da equipe de gestão, a rotina de organização diária da escola (como o recreio); as ações em prol da formação do corpo docente (sessões de estudo, oficinas etc), e as visitas à Secretaria de Educação (estadual ou municipal), caso isso faça parte do trabalho do gestor.

Atividade 5: Entrevistas (2 horas)

Esta etapa auxiliará também na elaboração da caracterização da escola e na Dimensão Pedagógica. As entrevistas representam uma oportunidade para o estagiário se aproximar dos profissionais da educação de forma efetiva e, por isso, merecem atenção especial.

Nos ES I, II e III, o aluno deve entrevistar os seguintes colaboradores da escola: diretor, coordenador pedagógico, um professor e/ou um funcionário. Antes de aplicar as entrevistas, é recomendável agendar previamente data e horário com cada um dos profissionais que serão entrevistados. Deve-se também adaptar o

roteiro sugerido no ANEXO, contemplando os assuntos a serem explorados no estágio.

- É importante que o aluno seja pontual no dia da entrevista, pois isso demonstra a atenção e a seriedade com que conduz o estágio, refletindo-se, ainda, como sua marca pessoal e profissional.
- Caso o aluno realize o ES II e III na mesma instituição em que completou o ES I, deve entrevistar professores diferentes. O mesmo não vale para o ES IV, pois as entrevistas nessa etapa são feitas com a equipe de gestão educacional.

A conversa com cada profissional deve, preferencialmente, ter cunho informal e não envolver anotações escritas, para evitar interrupções na conversa e possibilitar uma interação mais efetiva. Caso haja consentimento do entrevistado, a conversa pode ser gravada. Após a entrevista, recomenda-se que o aluno faça anotações sobre ela, tecendo considerações sobre o encontro e sobre as aprendizagens obtidas com ele — essas informações devem ser posteriormente incluídas em seu relatório de atividades (Atividade 8).

Atividade 6: Planejamento (20 horas)⁷

O planejamento ou projeto de trabalho do estagiário é um documento em que serão estabelecidos os objetivos, as metodologias e os recursos necessários, entre outros aspectos, para executar a sua prática docente ou sua prática em gestão educacional.

Nos ES I, II e III, o planejamento deve ser elaborado de acordo com o seguinte roteiro:

- Título;
- Justificativa (apresentação dos motivos para executar o projeto e sua importância);
- Objetivos (o que exatamente se buscará com a prática);
- Conteúdos programáticos (descrição do conteúdo a ser abordado nas aulas);
- Metodologia
- Recursos utilizados (descrição dos recursos didáticos a serem adotados);
- Avaliação (descrição dos métodos de avaliação a serem utilizados);

⁷ Fica a critério do Professor da disciplina solicitar um planejamento diferente do aqui apresentado. Pode utilizar sequência didática, plano operatório ou outros.

- Referências (especificação das fontes de pesquisa utilizadas).

É importante lembrar que, no processo de planejamento, as metodologias e ações adotadas pela escola e pelos professores devem ser respeitadas.

Depois de elaborar o planejamento, o aluno deve apresentá-lo ao professor responsável pela turma em que será desenvolvida a prática docente, para que este possa contribuir com sugestões e idéias que aprimorem o projeto, caso considere necessário. Deve também apresentá-lo ao professor da disciplina de ES.

No ES IV, o planejamento deve respeitar o seguinte roteiro:

- Título;
- Justificativa (apresentação dos motivos para executar o projeto e sua importância);
- Objetivos (o que exatamente se buscará com a prática);
- Metodologia (descrição detalhada das etapas do projeto em gestão educacional);
- Avaliação (apresentação da qualificação e dos resultados obtidos com a execução do projeto em gestão educacional);
- Referências (especificação das fontes de pesquisa utilizadas).

O planejamento deve ser elaborado com o apoio da equipe gestora, que poderá apontar problemas administrativos enfrentados na escola para sua inclusão no projeto, bem como sugerir a contemplação de algumas atividades relacionadas à gestão educacional, como, por exemplo, preparação de reuniões administrativo-pedagógicas, realização de encontros com a comunidade, delineamento ou execução de uma obra para a escola, implementação de cursos de capacitação para professores e funcionários, entre outras.

Atividade 7: Prática docente ou gestora (20 horas)

As ações e etapas delineadas no planejamento devem ser executadas nesse momento, tanto nos ES I, II e III, para a prática docente, como no ES IV, para a prática gestora.

Para dar início a essa atividade nos ES I, II e III, o aluno deve agendar a primeira aula com o professor que orientará o seu trabalho. A atividade prática deve ser realizada em consonância com as horas previstas e a metodologia indicada no planejamento.

Os acadêmicos devem realizar sua prática docente em uma série no ES III totalizando 20h de regência.

Anotações são importantes! Tudo o que foi vivenciado pelo aluno deve ser posteriormente relatado com objetividade e clareza, possibilitando, assim, a avaliação da sua experiência.

O aluno deve perceber que a prática docente representa um pleno exercício pedagógico e uma oportunidade para demonstrar e exercitar os conhecimentos que obteve durante sua formação.

Quanto à prática gestora (ES IV), deve ser orientada e acompanhada pela equipe de gestão da escola e estar apresentada de forma integrada entre Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional e Direção Escolar.

Atividade 8: Relatório de atividades (16 h)

Essa atividade compreende o registro, por meio de um texto objetivo e claro, de todas as atividades desenvolvidas pelo aluno nos ES I, II e III, para possibilitar a avaliação da trajetória percorrida pelo estagiário. Esse relatório deve ser elaborado de acordo com o roteiro constante nos ANEXOS. Para formatá-lo, o aluno deve seguir as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) — em síntese: espaçamento 1,5, fonte Arial tamanho 12, cor preta, parágrafo justificado — levando ainda em consideração as normas para citações e referências, pode ainda, a critério do professor ser utilizado as normas/formatação exposta no Manual de TCC do Curso de Pedagogia/Campus de Ariquemes.

Para um relatório ser considerado satisfatório, além de abordar os dados relevantes, deve ser redigido de forma objetiva.

No caso do ES IV, o relatório deve contemplar ainda as aprendizagens obtidas por meio das atividades de acompanhamento dos gestores da instituição de estágio. Para isso, é recomendável que apresente também sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho desses profissionais, bem como o incremento da sua formação, por meio de cursos de atualização.

Atividade 9: Seminário de exposição das experiências (4h)

A presente atividade consiste na exposição da práxis que permeou o Estágio Supervisionado Obrigatório. Cada acadêmico deverá apresentar aos demais matriculados na mesma disciplina, a trajetória percorrida no estágio com análises e resultados.

4 - Conclusão e avaliação

Ao final cada etapa, o estagiário deve preencher a respectiva Planilha de Registro de Atividades (Anexos).

As Planilhas de Registro de Atividades serão usadas como instrumento de avaliação do aluno, de acordo com os critérios definidos nos Quadros.

Essas planilhas compreendem os relatos escritos sobre as atividades de apresentação dos aportes teóricos, caracterização da instituição (ES I, II e III) e da gestão educacional (ES IV), observação, entrevista com professores e membros da equipe de gestão, planejamento e relato das atividades realizadas pelo estagiário na instituição.

Para seu preenchimento e entrega, devem ser obedecidos os prazos e as orientações indicados pelo professor.

Será considerado REPROVADO em qualquer uma das quatro etapas do ES o aluno que:

- não entregar seu Registro de Atividades (ou o relatório de atividades) dentro do prazo definido pela UNIR,
- não atingir a média seis (6,0), que é o mínimo exigido para aprovação em disciplinas práticas.

Em caso de reprovação:

- caberá ao professor informar as razões da reprovação ao aluno;
- o aluno deverá matricular-se e realizar as atividades práticas e teóricas novamente.

Após concluir cada uma das etapas (I, II, III ou IV) do ES, o aluno será avaliado pelo respectivo responsável (que pode ser o diretor, o supervisor ou um professor). Para tanto, deve entregar, a este, as Cartas de Acompanhamento das Atividades de Estágio e Avaliação do Estagiário, disponibilizadas nos ANEXOS. Uma vez preenchidos esses documentos, o estagiário deverá certificar-se de que contém o carimbo da escola e a assinatura do avaliador e, a seguir, entregá-los para o seu professor, que os utilizará na avaliação.

O quadro a seguir apresenta os critérios de avaliação para os ES I, II e III.

Quadro 4 — Critérios de avaliação do ES I, II e III (prática docente)

CRITÉRIOS	Valor
Qualidade acadêmica do relato e análise da caracterização, das observações e das entrevistas realizadas pelo estagiário.	15
Qualidade acadêmica do aporte/referencial teórico	15
Qualidade acadêmica do planejamento desenvolvido para a prática docente.	15
Qualidade acadêmica do relato da prática docente realizada pelo estagiário.	15
Ética: interesse, pontualidade, assiduidade, organização, integração com a instituição.	10
Carta de Acompanhamento das Atividades de Estágio e Avaliação do Estagiário pela Escola.	10
Metodologia científica	10
Seminário Final	10

No quadro a seguir, apresentam-se os critérios de avaliação para o *ES IV*.

Quadro 5 — Critérios de avaliação do ES IV (prática gestora)

CRITÉRIOS	Valor
Qualidade acadêmica do relato e análise da caracterização, das observações e das entrevistas realizadas pelo estagiário no trabalho com os gestores educacionais.	15
Qualidade acadêmica do aporte teórico	15
Qualidade acadêmica do planejamento desenvolvido para a prática gestora considerando a integração das áreas (Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional e Direção Escolar)	15
Qualidade acadêmica do relato da prática gestora realizada pelo estagiário.	15
Ética: interesse, pontualidade, assiduidade, organização, integração com a instituição.	10
Carta de Acompanhamento das Atividades de Estágio e Avaliação do Estagiário pela Escola.	10
Metodologia científica	10
Seminário Final	10

Como é possível observar nesses quadros, cada etapa do estágio apresenta critérios diferenciados, os quais constituem o principal recurso para o professor realizar a avaliação e, em geral, permitem verificar a dedicação do estagiário em todo o percurso por ele percorrido.

Além disso, a avaliação possibilita medir o desempenho de cada um dos envolvidos com o estágio, tanto alunos como professores, atendendo, assim, às diretrizes emanadas pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC para a

qualificação de novos profissionais em educação e a todas as demais orientações dadas por esse órgão, que regulamenta os cursos de formação de educadores denominados de licenciaturas.

5 - Recomendações e Observações Importantes

Para realizar um estágio satisfatório, o aluno deve estar atento às seguintes recomendações:

- a. Evitar o acúmulo de tarefas. Para tanto, torna-se essencial manter o registro das atividades de estágio em dia;
- b. Procurar manter sua atenção direcionada para o objetivo do estágio, a fim de evitar sentimentos de desânimo e atitudes desmotivadoras diante desse compromisso acadêmico;
- c. Manter a clareza e a objetividade em suas ações e observações, tanto em atividades práticas quanto teóricas - quantidade não é sinônimo de qualidade;
- d. sempre que preciso, buscar o auxílio do seu professor do estágio supervisionado obrigatório.
- e. Ficar atento para o resultado do trabalho, que será analisado/avaliado em sua totalidade e complexidade. Portanto, deve-se fazer questionamentos, além de propor e implementar novas idéias durante o desenvolvimento do estágio, contando, para isso, com a ajuda do professor do Estágio Supervisionado Obrigatório.

Vejamos, por último, algumas observações importantes sobre o estágio supervisionado obrigatório:

- a. Após o preenchimento dos documentos do estágio (Carta de Apresentação, Carta de Autorização para Estágio, Carta de Acompanhamento das Atividades de Estágio e Avaliação do Estagiário pela Escola), eles devem ser entregues ao professor.
- b. Para solicitar a realização do Estágio Supervisionado Obrigatório, em serviço, o aluno deve enviar um requerimento ao Departamento Ciências da Educação, que fará a análise do pedido e dará seu parecer sobre ele. A solicitação deve ser acompanhada de fotocópias de atestado de docência ou de gestão, ou outro comprovante legal, conforme o vínculo profissional. Será considerada a experiência docente atual, tendo em vista que os profissionais de educação também precisam se atualizar quanto a aspectos teóricos e práticos, sendo o Estágio Supervisionado Obrigatório uma boa oportunidade para isso. O estagiário que tiver sua requisição deferida pode realizar as atividades de observação, planejamento e prática docente

com base em sua experiência em sala de aula. É importante, no entanto, que consiga relatar experiências significativas e atualizadas.

c. De forma geral, o aluno deve prever a realização de atividades complementares desde a primeira etapa do estágio supervisionando, de modo que não fique sobrecarregado ao final dele. São consideradas atividades complementares:

- Ensino — Disciplinas não previstas na estrutura curricular do curso; disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional; estágios extracurriculares; cursos realizados em áreas afins; monitorias de ensino/disciplinas; monitorias laboratoriais; visitas programadas/técnicas; atividades acadêmicas a distância; discussões temáticas; estudos complementares.

- Pesquisa — Iniciação científica; pesquisa orientada; participação em eventos científicos; trabalhos publicados; resumos em anais; pôsteres; artigos e livros publicados; defesa de trabalhos de conclusão de curso/monografia.

- Extensão — Cursos diversos, como informática, idiomas e afins; congressos, simpósios, palestras e conferências; projetos e programas de extensão; vivência profissional complementar; administração e representação em entidades estudantis; trabalho voluntário comunitário.

A UNIR – Campus de Ariquemes deseja muito sucesso nessa trajetória de estágio, observando que o estagiário de hoje poderá ser amanhã um profissional com múltiplas capacidades e em constante busca da excelência em sua vida profissional.

6 - Roteiro de Relatório de Estágio Supervisionado Obrigatório

1. Bases para a elaboração do Relatório

Antes da apresentação do relatório, o aluno deve proceder à revisão do material reunido durante o estágio (rascunhos, fotos, entrevistas, etc.), fazer uma seleção e ordená-los. Nesse procedimento, compete ao estudante solicitar, se necessário, a ajuda do professor orientador para responder dúvidas.

Não obstante, há várias maneiras de se pensar um relatório, portanto, acreditamos que ele pode ser considerado uma narrativa do que aconteceu durante o estágio. Nestes termos, é importante verificar e registrar tudo o que for ocorrendo,

comparar com o previsto e anotar em rascunho para não esquecer detalhes que podem ser relevantes na redação final.

A linguagem deve ser impessoal, clara, precisa, desde a introdução até o final do relatório. Deve-se fazer uma revisão constante, para verificar se não houve repetição ou omissão de alguma informação importante.

A estética de um relatório obedece aos padrões, da ABNT, relativos à sua apresentação gráfica. Assim, determinadas normas referentes à numeração progressiva, formato, espaçamento, margens e paginação devem ser observadas pelos estudantes de Pedagogia, conforme as orientações que seguem.

3. Padronização

I. Parte pré-textual:

4. Capa
5. Folha de rosto
6. Opcionais: epígrafe (frase), agradecimentos, dedicatória – se for usar, colocar em folhas separadas.

O relatório do Estágio Supervisionado deverá obedecer a seguinte padronização:

- Arquivo em pdf. O nome do arquivo deve ser a sigla do estágio com o nome do acadêmico. Ex^o ESI Frederico da Silva.
- Numeração de páginas: canto inferior direito;
- Papel: A4 branco;
- Distribuir o texto, evitando que o título das seções seja digitado em final de página e os textos respectivos na página seguinte;
- Margem superior, a 3 cm;
- Margem inferior, a 2 cm;
- Margem direita, a 2 cm;
- Margem esquerda, a 3 cm;
- Parágrafos: formatar a primeira linha por 1,25 cm; (padrão Word) primeira letra em maiúsculo e as outras em minúsculo;
- Espaçamento entre linhas: 1,5;

- Tipo de letra: Arial ou Times New Roman;
- Tamanho de letra: 12 para o texto e 16 para a capa, conforme modelo.

3. Capa

Exemplo: Modelo 1 →

Fundação Universidade Federal de Rondônia
- UNIR.
Campus de Ariquemes

NOME DO ALUNO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO I: EDUCAÇÃO
INFANTIL

JANEIRO
2016

No relatório, o tema ilustra a capa e a localização é no centro da capa com todas

4. Folha de rosto

Exemplo: Modelo 2 →

Fundação Universidade Federal de Rondônia-
UNIR

Nome do aluno

**Estágio Supervisionado Obrigatório I: Educação
Infantil**

Relatório exigido como parte dos
requisitos para conclusão da disciplina
Estágio Supervisionado Obrigatório I sob
a orientação da Prof. M.e. Márcia Ângela
Patrícia.

Licenciatura em Pedagogia

Janeiro, 2011.

A folha de rosto tem o mesmo formato da capa, com o tema explicativo. Deverão ainda constar, digitados em caixa de texto, logo abaixo do título, a finalidade do trabalho, curso, disciplina e nome do professor orientador.

II. Parte Textual:

SUMÁRIO (com indicação de páginas)

1. INTRODUÇÃO (sem citações)

- O que é o trabalho;
- Qual é o objetivo, ou objetivos
- O que contém no Relatório – falar um parágrafo para cada parte
- Quais eram as suas expectativas ao iniciar o estágio.

4. DESENVOLVIMENTO

Neste momento deve-se contemplar o aporte teórico/revisão bibliográfica e o relato de todas as atividades realizadas nos estágios. É a parte do trabalho. Nestes termos, entendemos que:

Esse relato pode dividido em partes ou capítulos para facilitar a redação, dependendo de como foi elaborada a previsão. Se a proposta ou projeto for eficiente e bem organizado, certamente haverá muito a ser descrito. Não se deve esquecer que o tratamento estatístico torna o trabalho mais completo, auxiliando inclusive nas conclusões (BIANCHI et al., 2003 p. 79).

Por outro lado, não é demais lembrar que é absolutamente, que se separe o que foi observado, de acordo com as partes previstas para o relatório. Portanto, portfólio e diário de campo podem ser companheiros inseparáveis dos estagiários.

Os aspectos que devem ser contemplados no relatório são discriminados a seguir.

2.1 Aporte teórico/Revisão Bibliográfica

Deve ser elaborado um aporte teórico de no mínimo cinco páginas correspondentes ao estágio que está sendo realizado. ESI – Educação Infantil, ESII – Alfabetização, ESIII – Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ESIV – Gestão. Quando o estágio for realizado na EJA (alfabetização ou anos iniciais) deve incluir a temática no referido aporte.

2.2 Caracterização da escola.

Nesse item o aluno deverá elaborar um texto tendo como base as informações adquiridas pela entrevista e questionários, além das observações durante o período de estágio, privilegiando as seguintes informações:

2.1.1. Dados de identificação

2.1.2. Histórico

2.1.3. Estrutura administrativa e organizacional

2.1.4. Estrutura física e material⁸

2.3 Dimensão pedagógica.

Apresentação de um texto com os dados coletados na entrevista e questionário, além do PPP da escola, referente a dimensão pedagógica da escola. Neste tópico deve ser apresentado os seguintes temas:

2.2.1. Proposta pedagógica

2.2.2. Planejamento

2.2.3. Professores

2.2.4. Alunos

2.2.5. Inclusão social⁹

2.4 Projeto de Intervenção¹⁰

Incluir o Projeto de intervenção completo com todos os itens indicados:

PROJETO DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

Projeto: Título

Duração: período em que o projeto será desenvolvido, contemplando 20h/a.

Público alvo: a quem se destina (sala de aula da Instituição)

Responsável/responsáveis (no caso do projeto de gestão) pelo projeto: aluno/alunos.

Justificativa: indicar a relevância do projeto para o contexto da sala que foi proposto

Objetivos: geral e específicos

Conteúdos: Os conteúdos que serão trabalhados (títulos)

Metodologia: descrição das atividades que serão realizadas (dia a dia). No caso do projeto de gestão, especificar a integração (Coordenação

⁸ e ² O acadêmico poderá optar por elaborar um único texto com todos os temas inclusos sem dividir em subseções.

¹⁰ Fica a critério do professor da disciplina propor outra estrutura de planejamento.

Pedagógica, Orientação Educacional e Direção Escolar). Apontar os anexos referentes a cada atividade, sempre identificando.¹¹

Cronograma: Cronograma de execução.

Avaliação: Como fará a avaliação com a turma participante visando identificar se seu trabalho resultou em apropriação de conhecimentos.

Recursos: Recursos utilizados para o plano (quadro, datashow etc.)

Referências: livros, revistas, sites, documentos, textos discutidos em sala.

Anexos do Projeto: Colocar os anexos referente as atividades que serão trabalhadas.

Aqui você deve apresentar todo plano elaborado sem as alterações ocorridas no decorrer de sua aplicação. No decorrer do relato/análise (item 2.4) será possível esclarecer as possíveis mudanças no plano com a devida justificativa.

2.5 Relato/análise das observações/participação em sala de aula visando o desenvolvimento do projeto de intervenção.

Relatar as observações de sala, bem como a participação no desenvolvimento do projeto proposto (regência). Este é o momento de relacionar teoria e prática. Neste item deverá constar a análise do que foi observado em sala e do desenvolvimento das atividades do projeto de intervenção, articulando estas análises com as leituras e discussões realizadas na disciplina.

O relato deve ser apresentado por dia, tanto a observação quanto a regência.
Exº: No 1º dia de observação (data), verificou-se que (...).

Nas observações realizadas, devem ser observados e apresentados aqui as percepções acerca do trabalho desenvolvido pelo professor, da aprendizagem dos alunos, além de alguns itens como:

- Existe na instituição uma área específica de lazer, como uma pracinha (parquinho), uma sala de teatro ou de jogos? Como é utilizada?
- Existem atividades planejadas e/ou coordenadas durante o recreio?
- Entre os jogos e brincadeiras realizados, quais são os mais apreciados? Por quê?
- No espaço do recreio das crianças, há a presença intencional de um adulto que interfira no brincar? (Descrever o que foi observado).

¹¹ Exº: Em seguida será trabalhado a cruzadinha com o nome dos animais mamíferos (anexo1). Após terminar a cruzadinha os alunos deverão escrever uma frase com cada nome constante na cruzadinha.

- Como pode ser descrito o espaço da sala de aula? Possui jogos e brinquedos? Quais? Existem livros para serem consultados? Como é o mobiliário e qual é o aspecto de paredes, portas e janelas?
- Como as crianças estão dispostas no ambiente: em grupo ou individualmente?
- Existem trabalhos expostos em murais? Como são esses materiais?

CONCLUSÃO (responde à introdução)

A conclusão é parte muito especial do relatório e representa em profundidade a competência do estudante. O aproveitamento obtido com esse importante aspecto da aprendizagem na redação final demonstra claramente qual foi a atuação do aluno nas atividades de ES.

Essa parte final do relatório de estágio:

(...) apresenta um resultado de conjunto. Na conclusão não se devem incluir elementos novos, apenas retomar o que já foi explicitado na introdução e no desenvolvimento, acrescentando-se, é claro, as conclusões logicamente decorrentes dos fatos observados (ANDRADE, 1995, p. 70).

Sugere-se que nesse momento o aluno faça uma análise crítica da realidade observada. Por outro lado, é prudente mencionar que não é possível fazer generalizações, pois as situações vivenciadas, necessariamente, não se repetem.

Texto descritivo que CONCLUI o trabalho:

5. As atividades propostas foram realizadas;

- O objetivo foi cumprido;
- Como contribuiu para a sua formação profissional;
- Se alcançou, não alcançou ou superou as expectativas iniciais;
- Aprendizagem para a vida pessoal;
- Sugestões e/ou recomendações.
- Sem citações.

III. Parte pós-textual:

REFERÊNCIAS (De acordo com as normas da ABNT)

Referenciar obras utilizadas durante a disciplina e em suas pesquisas individuais sobre o estágio ou sobre a educação infantil.

ANEXOS - (Fichas de estágio).

Nos anexos deve constar todas as fichas devidamente preenchidas e assinadas, poderá ser apresenta fotos, se a escola autorizar, bem como atividades realizadas em sala. Lembre-se que no anexo do projeto (item 2.3) deve constar as atividades que serão propostas e aqui podem constar as atividades já preenchidas/realizadas pelos alunos.

7 - Atribuições do Professor do Estágio e dos Estagiários

Das Atribuições do Professor de Estágio

Ao professor de Estágio compete:

- Elaborar, a "Pasta de Estágio".
- Orientar os estagiários no planejamento e na execução das atividades de estágio;
- Indicar as fontes de pesquisa bibliográfica, necessárias à solução das dificuldades encontradas pelos estagiários;
- Analisar todas as atividades realizadas pelos estagiários e documentadas na "Pastas de Estágio" apresentadas ao final de cada semestre letivo, verificando o correto preenchimento e organização, de acordo com as normas estabelecidas pela Coordenação de Estágio;
- Convocar reuniões, sempre que necessário, para discussões e esclarecimentos sobre o andamento das atividades de estágio;
- Solucionar, em conjunto com o(a) Coordenador(a) do Curso e Direção acadêmica, os casos não previstos neste regulamento;
- Reavaliar, ao término de cada semestre letivo, os pontos positivos e negativos verificados durante o desenvolvimento das disciplinas, para que se façam as devidas modificações, visando a constante atualização e aprimoramento das disciplinas.
- Cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas neste Manual.
- Visitar as escolas em que os acadêmicos estão fazendo o estágio para

verificar o andamento do estágio.

Das atribuições do professor do Projeto de Gestão

- Além das apresentadas no tópico anterior, orientar as estagiárias/estagiários no planejamento e execução das atividades de estágio considerando a integração das funções de Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional e Direção Escolar;
- Indicar as fontes de pesquisa bibliográfica, necessárias à solução das dificuldades encontradas pelas estagiárias/estagiários;
- Convocar reuniões, sempre que necessário, para discussões e esclarecimentos sobre o andamento das atividades do projeto;
- Orientar a elaboração do relatório de execução do projeto.

Das Atribuições dos Estagiários

Aos estagiários competem:

- Manter um comportamento ético na realização das tarefas previstas para o estágio;
- Cumprir todas as etapas previstas no Plano de Atividades elaborado pelo Professor (a) da disciplina de Estágio;
- Apresentar previamente ao Professor do Estágio um plano de execução das aulas de observação e regência;
- Apresentar à direção da escola onde serão realizadas as aulas de observação e regência o planejamento das atividades propostas;
- Comunicar, antecipadamente, ao estabelecimento de ensino em que está estagiando e ao Professor do Estágio, a ausência nas atividades de regência;
- Apresentar, ao final do semestre letivo, todas as ações desenvolvidas, de conformidade com o Plano de Atividades, devidamente documentadas na "Pasta de Estágio";
- Estar sempre UNIFORMIZADO/devidamente identificado.
- Cumprir as normas estabelecidas neste Manual.



Referências

- BARROSO, João. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal**. In: FERREIRA, N. S. C. *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- BONDIOLI, Atina; MANTOVANI, Susanna. **Manual de educação infantil: de 0 a 3 anos**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- COLL, César; PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Alvaro (Org.). *Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva*. Porto Alegre: Artmed, 1995. v. 1, 2 e 3.
- CUNI-IA, Suzana R. V. (Org.). **Cor, som e movimento: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- DAT TT, BERG, Cunilia cl al. **Qualidade na educação da infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- DOURADO, Luiz F. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- FURASTÉ, Pedro A. **Normas técnicas para o trabalho científico: explicitação das normas da ABNT**. 12. ed. Porto Alegre: [s.n.], 2003.
- LÜCK, Heloisa et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
- RANGEL, Ana Cristina Souza. **Educação matemática e a construção, do número pela criança: uma experiência em diferentes contextos sócio-econômicos**. Porto Alegre: Artmed, 1992.
- SCIIBEL, Maria Fani; VAISZ, Marinice Langaro. **Artigo científico: percorrendo caminhos para sua elaboração**. Canoas: Ulbra, 2006.
- SPODEK, Bernard; SARACHO, Olívia N. **Ensinando crianças de três a oito anos**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

XAVIER, Maria Luisa et al. **Planejamento em destaque: análises menos convencionais**. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos de Educação Básica).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED**



ANEXOS

ORGANIZAÇÃO

Capa;

Folha de Rosto;

Sumário;

Capítulo 1. Introdução;

Capítulo 2. Desenvolvimento:

2.1 Aporte teórico;

2.2 Caracterização da Escola;

2.3 Dimensão Pedagógica;

2.4 Projeto de intervenção;

2.5 Relato de observação e prática docente/gestora;

Conclusão;

Referências

Anexos

Organização/sequencia dos Anexos:

- i) Ficha de Matrícula;
- j) Termo de Apresentação do estagiário;
- k) Termo de Compromisso do estagiário;
- l) Entrevista;
- m) Planilha de Registro das Atividades;
- n) Avaliação do Desempenho;
- o) Avaliação do estagiário pelo professor regente ou gestor
- p) Ficha de Auto-Avaliação

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO ____:

FICHA DE MATRÍCULA

Nome: _____

Número de matrícula: _____

Endereço idencial: _____

Telefone Residencial: (____)

Telefone Celular: (____)

Telefone Comercial: (____)

E-mail pessoal: _____

Nº Identidade: _____; Nº do

CPF: _____

Aluno (a) Estagiário (a)

Ariquemes ____ de _____ de _____.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO _____:

TERMO DE APRESENTAÇÃO DO ALUNO (A) ESTAGIÁRIO (A)

Ariquemes-RO, _____ de _____ de _____.

Senhor (a) Diretor(a),

Apresento-lhe o (a) aluno (a) _____, do Curso de Pedagogia, desta Instituição de Ensino, que se compromete a desenvolver as atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório, na _____, conforme organização curricular deste estabelecimento de ensino, no decorrer do semestre letivo, em cumprimento das 100 horas destinadas ao Estágio Supervisionado _____.

Atenciosamente,

Professor(a) do Estágio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED



TERMO DE COMPROMISSO

IDENTIFICAÇÃO DO (A) ESTÁGIÁRIO (A)	
Nome:	Matrícula:
Curso / Habilitação:	Telefone:

TERMO
<p>Pelo Presente TERMO DE COMPROMISSO, declaro estar ciente de que:</p> <ol style="list-style-type: none">6. Realizarei estágio compatível com curso/habilitação em que estou regulamente matriculado, em escola ou dependências de rede pública ou privada de ensino;7. Terei seguro contra acidentes pessoais, efetivo pela instituição de ensino superior que frequento, conforme a legislação vigente.8. Não adquirirei vínculo empregatício de qualquer natureza com a Secretária de Estadual ou Municipal de Educação, na forma da legislação vigente, em decorrência do estágio;9. Deverei atender às seguintes disposições:<ol style="list-style-type: none">f. Cumprir a duração do estágio, que será de _____ horas, em jornada semanal e horário definido, em comum acordo, entre mim e a escola ou outro órgão onde se realizar o estágio;g. Cumprir as normas internas da escola ou órgãos onde se realizar o estágio;h. Planejar e registrar as atividades de estágio na forma e padrões estabelecidos pelo manual do estagiário.i. Terei permissão para o acesso às instalações e aos recursos da escola ou do órgão onde se realizar o estágio, quando previstos no meu planejamento de atividade, com a anuência da direção;j. Terei direito e receber a documentação relativa ao estágio, ao seu término.5. Terei o estágio cancelado nas situações seguintes:<ol style="list-style-type: none">g) Por minha solicitação;

- h) Pela interrupção do curso que freqüente;
- i) Pela veiculação de dados e informações a que eu tiver acesso, em decorrência das atividades;
- j) Pelo descumprimento das normas estabelecidas para a realização;
- k) Por demonstrar comportamento social incompatível com as regras de estágio;
- l) Pelo não cumprimento, das etapas do estágio.

Ariquemes, _____ de _____ de _____.

Estagiário

Local do Estágio

Superior

Instituição de Ensino



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED



CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA ESTÁGIO

Comunicamos à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR/Campus de Ariquemes _____ que _____ aluno (a)....., do curso de Pedagogia, está autorizado a realizar as atividades propostas no Estágio Supervisionado Obrigatório () I, () II, () III, () IV, no decorrer do semestre _____, cumprindo a orientação da universidade.

_____, _____ de _____ de _____.

Diretor(a) da Escola
(Assinatura e carimbo)

Informações

Nome _____ da

Escola: _____

Endereço: _____

Nome _____ do _____ (a)

diretor(a): _____



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED**



REGISTRO			
Deve ser preenchido em acordo com o Quadro 2 deste manual			
Estagiário (a):			Matrícula:
Curso/Habilitação: Pedagogia			
Semestre/ano:			
Local do estágio:			
DATA	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	VISTO OU CARIMBO DO PROFESSOR REGENTE ou GESTOR	Nº DE HORAS
TOTAL DE HORAS: _____			
Ariquemes, ___/___/_____ _____ Professor Regente Carimbo da Escola		_____ Acadêmico(a) _____ Professor de Estágio/UNIR	

**PLANILHA DE REGISTRO DE ATIVIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO
OBRIGATÓRIO IV**

Nome do (a) aluno

(a): _____

Instituição de ensino/Local do estágio:

Município: _____ Estado: _____ Ano/Turno

de estágio e gestor que será acompanhado pelo estagiário:

Relato e análises das atividades de aportes teóricos, caracterização, observação e entrevistas com a equipe

gestora: _____

Apresentação do planejamento (projeto de ação gestora a ser desenvolvido pelo estagiário):

Título _____ do
projeto: _____

Objetivo

geral: _____

Objetivos específicos (por atividade a ser realizada):

Avaliação (como o estagiário pretende fazer a avaliação das ações gestoras exercida se do projeto em si, para cada atividade realizada:

AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO PELO PROFESSOR REGENTE OU GESTOR

Estágio Supervisionado Obrigatório: () I () II () III () IV

Nível de Ensino: () Educação Infantil; () Ensino Fundamental (ano: ___); () EJA (ano: ___)
 () Gestão Local do
 estágio: _____
 Município: _____ UF: _____

Informamos à Fundação Universidade Federal de Rondônia que o (a) estagiário (a): _____ Realiz
 ou as atividades propostas no Estágio Supervisionado Obrigatório acima assinalado, do
 curso de Pedagogia em nosso estabelecimento de ensino, no período de ___/___/___/ a
 ___/___/___/, compreendendo um total de _____ horas, com a avaliação descrita abaixo,
 conforme resultados obtidos no estágio.

Desempenho e relacionamento interdisciplinar do estagiário	5	4	3	2	1
Ética profissional					
Interesse pelas atividades					
Disponibilidade/comprometimento					
Assiduidade					
Pontualidade					
Comunicabilidade					
Organização					
Integração com a instituição					
Capacidade de criar um vínculo afetivo com a comunidade escolar					
Cooperação					
Autonomia					
Qualidade do Projeto					
Qualidade da Aplicação do Projeto					

5. EXCELENTE; 4. MUITO BOM; 3. BOM; 2. REGULAR; 1. FRACO.

Ariquemes, ___/___/___.

 Professor Regente ou Gestor
 (Carimbo da escola)

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (ES I, II e III)

Nome do Estagiário

(a) _____

ASPECTOS OBSERVADOS	Conceito – 1 a 5	Observação
Orienta os alunos para o processo de resolução das questões.		
Elabora instrumentos de avaliação coerentes com a prática em sala de aula.		
Estabelece critérios lógicos para seleção dos conhecimentos. Atitudes e habilidades a serem avaliadas.		
Identifica o que é significativo e fundamental para a aprendizagem do aluno.		
Sabe selecionar objetivos voltados para a aquisição de conhecimentos significativos e desenvolvimento de competências e habilidades, valores e atitudes.		
Sabe propor atividades de aprendizagem que oferecem ao aluno a oportunidade de elaborar (construir) o próprio conhecimento, de desenvolver as habilidades de pensamento, de trabalho e de comunicação.		
Seleciona materiais didáticos pertinentes aos objetivos propostos		
Seleciona e propõe atividades que contextualizam os conteúdos trabalhados.		
Seleciona atividades que possibilitem momentos de trabalho independente, de trabalho individual e de grupo.		
Utiliza recursos (técnicas, materiais) próprios, tornando as aulas e explicações mais claras e compreensíveis.		
Elabora orientações e enunciados de tarefas e questões, claras e objetivas.		
Exerce a autoridade no domínio de classe e no cumprimento das tarefas, em sala de aula com intervenções educativas.		
Apresentou ao professor regente o planejamento de suas aulas antes de iniciar a docência.		
Apresentou domínio de conteúdo.		
Trabalhou o conteúdo obedecendo a uma seqüência lógica.		
Aplicou adequadamente técnicas didáticas		
Demonstrou domínio dos conhecimentos concernentes as funções gestoras		
Apresentou postura democrática frente à equipe escolar favorecendo a participação e influências na resolução de problemas		
Demonstrou habilidade nas relações interpessoais favorecendo a negociação em situações de conflito		

Apresentou propostas de formação docente que valorizem a formação coletiva e em serviço		
Integrou as funções gestoras na execução de seu projeto de gestão		

5. EXCELENTE; 4. MUITO BOM; 3. BOM; 2. REGULAR; 1. FRACO.

Carga Horária Total do Estágio: _____ horas.

Outras Observações: _____

Professor (a) Regente.

Data:

____/____/____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED



AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTAGIÁRIO (ES IV)

Nome do Estagiário

(a) _____

ASPECTOS OBSERVADOS	Conceito – 1 a 5	Observação
Identifica o que é significativo e fundamental para a aprendizagem do aluno.		
Sabe selecionar objetivos voltados para a aquisição de conhecimentos significativos e desenvolvimento de competências e habilidades, valores e atitudes.		
Seleciona materiais didáticos pertinentes aos objetivos propostos		
Seleciona e propõe atividades que contextualizam os conteúdos trabalhados.		
Seleciona atividades que possibilitem momentos de trabalho independente, de trabalho individual e de grupo.		
Trabalhou o conteúdo obedecendo a uma sequência lógica.		
Demonstrou domínio dos conhecimentos concernentes as funções gestoras		
Apresentou postura democrática frente à equipe escolar favorecendo a participação e influências na resolução de problemas		
Demonstrou habilidade nas relações interpessoais favorecendo a negociação em situações de conflito		
Apresentou propostas de formação docente que valorizem a formação coletiva e em serviço		
Integrou as funções gestoras na execução de seu projeto de gestão		

5. EXCELENTE; 4. MUITO BOM; 3. BOM; 2. REGULAR; 1. FRACO.

Carga Horária Total do Estágio: _____ horas.

Outras

Observações: _____

Professor (a) Regente.

Data: _____/_____/_____



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED



FICHA DE AUTO-AVALIAÇÃO EM NÍVEL DE ATITUDES E HABILIDADES DO (A)
ESTAGIÁRIO(A) EM ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO
OBRIGATÓRIO.

Nome:		
01	Esforcei-me para satisfazer a curiosidade natural dos alunos, sempre que necessário?	
02	Fiz apreciações, comentários, corrigindo e orientando as atividades de classe, visando a realimentação e/ou reforço das mesmas?	
03	Usei o quadro de giz com boa disposição, ordem, legibilidade?	
04	Selecionei e manejei materiais adequados aos conteúdos desenvolvidos?	
05	Ofereci condições através das quais os alunos, puderam evidenciar o que aprenderam?	
06	Evidenciei aos alunos minha satisfação, quando os resultados alcançados pelos mesmos foram os esperados?	
07	Registrei as deficiências e/ou dificuldades dos alunos para posterior recuperação?	
08	Ao fazer a chamada diária, registrei no livro de frequência as ocorrências significativas do dia em relação aos alunos?	
09	Consegui através do manejo adequado de sala de aula, manter um nível satisfatório de disciplina na sala de aula?	
10	Exerci um controle racional do tempo, evitando a ociosidade ou sobrecarga para o aluno?	
11	Consegui “controlar” a turma sem a necessidade da aplicação de punições?	
12	Proporcionei à turma um ambiente cordial, sadio e tranqüilo de trabalho?	
13	Propus atividades através das quais os alunos trabalharam em regime de cooperação?	
14	Usei linguagem clara, correta em termos de velocidade e intensidade?	
15	Apresentei habilidades técnicas de mestria , como por exemplo: Introdução da aula, formulação de perguntas, variação de estímulos?	
16	Constatai através das experiências realizadas durante o estágio, a importância do trabalho planejado, como “ferramenta” de obtenção de êxito?	
17	Primei pela exatidão dos conteúdos ministrados quanto à qualidade e quantidade?	
18	Empenhei-me na obtenção da participação dos alunos nas atividades de classe?	
19	Evitei saídas desnecessárias e/ou chegadas tardias em sala de aula?	
20	Preocupe-me com a formação e desenvolvimento de hábitos e atitudes saudáveis nos alunos?	
21	Procurei demonstrar entusiasmo nas atividades diárias de classe, bem como preocupação pelos problemas apresentados pelos alunos?	

22	Demonstrei presença de espírito quando da ocorrência de situações imprevisíveis acontecidas em sala de aula?				
23	Apresentei-me vestido (a) de forma correta em sala de aula e devidamente identificado?				
24	Aproveitei as oportunidades ocasionais para desenvolver ou fixar noções extras?				
25	Avaliei por escrito e/ou comentei os trabalhos redigidos pelos alunos?				
26	Demonstrei domínio dos conhecimentos concernentes as funções gestoras				
27	Apresentei postura democrática frente à equipe escolar favorecendo a participação e influências na resolução de problemas				
28	Demonstrei habilidade nas relações interpessoais favorecendo a negociação em situações de conflito				
29	Apresentei propostas de formação docente que valorizem a formação coletiva e em serviço				
30	Integrei as funções gestoras na execução de seu projeto de gestão				
TOTAL					
Critérios	Ocasionalmente 1- 2	Geralmente 3- 5	Quase sempre 6-7	Sempre 8-10	
Observações:					

Ariquemes, _____ de _____ de _____.



Do Departamento de Ciências de Educação - DECED.
À Direção do (a) _____

CARTA DE AGRADECIMENTO

SENHOR (A) DIRETOR (A)

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR/CAMPUS DE ARIQUEMES vem por meio desta manifestar os agradecimento a Vossa Senhoria pela forma gentil como foram recebidos os acadêmicos neste estabelecimento de ensino.

Estendemos nosso apreço aos Professores que acompanharam nossos estagiários contribuindo para a realização do processo de formação acadêmica.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Professor(a) do Estágio.



ROTEIRO DE QUESTÕES PARA ENTREVISTAS DADOS PARA A DIMENSÃO PEDAGÓGICA

As questões deste roteiro devem ser adaptadas, suprimidas e/ou ampliadas pelo aluno estagiário, de acordo com o nível de ensino, o contexto e as necessidades por ele identificadas. O roteiro poderá ser utilizado tanto para a aplicação de entrevistas (Atividade 5) com os profissionais de educação (equipe de direção, professores, coordenador pedagógico) quanto para orientar o processo de observação (Atividade 4) e obter informações relativas à caracterização da escola (Atividade 3).

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

- Qual o sua formação? Nome da graduação e da pós.
- Participou de congressos ou seminários no último ano? Quais?
- Possui publicação na área (Educação Infantil, se ES I; Alfabetização, se ESII; Ensino Fundamental, se ES III; Gestão Educacional, se ES IV), considerando como publicação um artigo, um capítulo de livro ou um livro?

.Qual o seu tempo de atuação na educação?

- Em que modalidade de ensino atua na Instituição?

SOBRE ASPECTOS PEDAGÓGICOS DIVERSOS:

- O trabalho interdisciplinar é algo possível de ser realizado? Por quê? Como deve ser a participação da família no desenvolvimento do sujeito social, emocional e cognitivo?
- Existe em sala de aula um trabalho voltado para a integração, a inclusão? Qual? Como pode ser descrito?
- Quais são seus pontos de vista no que diz respeito às diferenças (etnia, raça, gênero e necessidades especiais)?
- Os professores integram em suas aulas os conhecimentos de outras disciplinas, trocando experiências regularmente? De que forma fazem isso?
- Existe um trabalho contínuo realizado pelos professores com os alunos sobre os resultados das avaliações desenvolvidas, buscando formas alternativas de demonstrar a evolução da aprendizagem? De que forma isso é feito?
- A sua prática pedagógica está alicerçada em que concepção de educação ou corrente teórica? Que teóricos embasam sua prática pedagógica?
- .Existe tempo destinado ao Planejamento das aulas? Explique como acontece.



SOBRE O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPP):

- Existe um PPP na instituição de estágio?
- Quem participou da construção do PPP da instituição?
- De que formas o PPP é disponibilizado para consulta? Aonde fica o documento?
- O PPP é continuamente aprimorado em reuniões e no dia-a-dia da instituição, com a colaboração de todos?
- O PPP contempla modos inovadores para avaliar o desempenho dos alunos, apresentando métodos e critérios de avaliação com clareza?



GESTÃO EDUCACIONAL – exclusivo para o Estágio IV

Sobre a prática administrativo-pedagógica do gestor:

- O gestor emprega a prática de integração/inclusão na comunidade? De que forma faz esse trabalho?
- Que recursos de integração (relacionamento) com a comunidade escolar são utilizados pelo gestor? De que maneira ele os usa?
- A prática gestora está alicerçada em que Teoria de Educação? É visível a teoria assumida na prática cotidiana? De que forma? Que teóricos embasam a prática do gestor?
- Sobre a prática em gestão educacional, fazer os seguintes questionamentos: maiores dificuldades encontradas; situações gratificantes; como o gestor encaminha as situações de conflitos nos diversos segmentos escolares; outras intervenções que o gestor pode realizar para contribuir com o estagiário.
- Como pode ser descrita a política de inclusão da escola? Existe um projeto concreto a esse respeito? Como é viabilizado?

Sobre o espaço físico da sala dos gestores (descrição do ambiente):

- Como pode ser descrito o espaço da sala da equipe gestora? Possui móveis confortáveis e adequados? Existem computadores? Há livros e documentos à vista para serem facilmente consultados? Qual é o aspecto de paredes, portas e janelas?
- Como estão dispostas as pessoas da equipe no ambiente: em grupo, individualmente, cada um em uma sala isolada?
- Existem murais na sala que permitam uma efetiva comunicação sobre fatos, datas e programas a serem realizados pela comunidade? Como podem ser descritos os canais de comunicação entre a equipe gestora e a comunidade?



CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA COLETA DE DADOS

INFORMAÇÕES GERAIS

6) Nome da Escola:

7) Endereço:

8) Telefone:

9) Localização:

() zona urbana () zona rural

10) Categoria da Escola Privada

() Particular (mantida com recursos próprios)

() Confessional

() Comunitária

() Filantrópica

() Outro. Caracterizar: _____

NÍVEIS/ MOBILIDADES DE ENSINO QUE SÃO OFERECIDOS

2) Educação Infantil

() Creche () Pré-Escola Ensino Fundamental

() 1° ao 5° ano Regular

() 1° ao 5° ano EJA (Educação de Jovens e Adultos)

() 5ª ao 9° ano Regular

() 5ª ao 9° ano EJA (Educação de Jovens e Adultos)

() Ensino Médio

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA

5) Dependências e serviços existentes na escola

() Diretoria



- () Secretaria
- () Sala dos Professores
- () Sala de Coordenação de Educação Infantil
- () Sala de Coordenação de Ensino Fundamental (1ª a 5º ano)
- () Sala de Coordenação de Ensino Fundamental (5ª a 9º ano)
- () Sala de Coordenação de Ensino Médio
- () Sala para Orientação educacional
- () Biblioteca
- () Videoteca
- () Sala para TV/Vídeo (Multimídia)
- () Sala de Leitura
- () Brinquedoteca
- () Gibioteca
- () Computadores ligados à Internet para atividades administrativas
- () Computadores ligados à Internet para uso dos professores
- () Piscina
- () Berçário
- () Cozinha
- () Cantina
- () Refeitório
- () Depósito de alimentos
- () Almoxarifado
- () Laboratório de Informática
- () Outros Laboratórios/ Oficinas
- () Parque Infantil



() Dormitório

() Berçário

() Quadra de Esporte Descoberta

() Quadra de Esporte Coberta

() Piscina

() Dependências a Vias Adequadas a Portadores de Necessidades Especiais

()

Outras

Dependências:

Especifique: _____

6) Equipamento em uso na escola

Equipamento	SIM/NÃO
DVD	
Aparelho de Televisão	
Antena Parabólica	
Retro projetor	
Aparelho de Fax	
Máquina Copiadora	
Ar-condicionado nas Salas de Aula	
Ar-condicionado nas áreas administrativas	
Ventilador nas Salas de Aula	
Ventilador nas áreas administrativas	
Aparelho de Som	
Aparelho para Deficiência Auditiva	
Aparelho para Deficiência Física	



Projektor Multimídia	
Microcomputador (para uso do aluno)	
Projektor de slides	
Outros (especificar):	

7) A Escola está ligada à Internet

() sim () não

8) A escola participa de algum programa desenvolvido pelo MEC ou pela Secretaria

Estadual de Educação

() sim () não

PESSOAL DOCENTE E DISCENTE

4) Total de funcionários da escola: _____

5) Total de professores em exercício: _____

6) Quantitativo de Alunos Atendidos: _____

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

4) Possui regimento escolar? () sim () não

O Regimento Escolar está aprovado pela Secretaria de Educação do Estado?

() sim () não

Data de aprovação: _____

5) Além do Regimento Escolar que outros regulamentos a escola possui para sistematizar as atividades administrativas e organizacionais? (Relacione-os)



6) A escola possui biblioteca? () sim () não

PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

1. Como os professores da Educação Básica são selecionados?

(Utilizar as questões a seguir para complementar as “Dimensões Pedagógicas”)

2. Como é feita a atualização/capacitação do docente? Que estratégias são usadas para promovê-la?

3. Os professores são avaliados? Como?

ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA

6) A escola possui Coordenador Pedagógico? () sim () não

7) Os professores possuem horário para estar com a coordenação pedagógica?

() sim () não

8) Em caso positivo, explique como funciona.



9) A escola conta com serviço de orientação educacional?

() sim () não

10) Em caso positivo, explicita as suas principais atribuições.

Data do preenchimento: ____/____/____

Responsável pelas

Informações:

Nome do estagiário

pesquisador:

Aluno (a) Estagiário (a):



GESTÃO ESCOLAR – exclusivo para o Estágio IV

4) Como é feita a escolha do(a) diretor(a) da escola?

5) Como foi realizada a escolha da equipe da gestão escolar ?

6) Quais as principais dificuldades vivenciadas pela direção da escola?

4) A escola tem o Conselho Escolar instituído e atuante?-----

5) Como está a composição do Conselho Escolar atualmente (quais segmentos estão representados e a quantidade de membros)-----

6) Quais as principais pautas discutidas nas reuniões do Conselho Escolar?-----

IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES DE ALUNOS, PROFESSORES,
FUNCIONÁRIOS E PAIS.



2) Como a escola avalia o nível de satisfação de alunos, professores, funcionários e pais com relação à gestão escolar?

X – COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

1. Como é feita a comunicação com os pais?

XI – AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

2) Que estratégias a escola adota para prestar atendimento a alunos que apresentam deficiências no processo de aprendizagem? Que indicadores utilizam para verificar a eficácia das mesmas?

3) A escola possui Conselho de Classe?

() sim () não

Em caso positivo, explique quais as suas principais atribuições no processo de avaliação dos alunos.

14) A escola atende alunos portadores de necessidades especiais?

() sim () não

Em caso positivo, como é feito esse atendimento?



—

15) Como a escola trabalha os temas transversais?

16) A escola desenvolve projetos pedagógicos envolvendo alunos, professores e a comunidade em geral?

() sim () não

17) Em _____ caso _____ positivo, cite-os:

18) No início do ano letivo a escola realiza avaliação diagnóstica para verificar a existência de alunos com déficit de conteúdo?

() sim () não

19) Em caso positivo, que instrumento utiliza?

—

20) Que medidas são adotadas pela Direção/Coordenação Pedagógica em razão dessa avaliação?

—

21) A escola adota o sistema de recuperação paralela?

() sim () não

22) Em caso positivo, como funciona?

—

23) Que outras formas de recuperação da aprendizagem a escola adota? Cite-as.

—

Data do preenchimento: ____ / ____ / ____



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
Criado pela Resolução 006/CONSUN, de 16 de maio de 2007.
Departamento de Ciências da Educação



Responsável

pelas

Informações:

Aluno (a) Estagiário (a):



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
Criado pela Resolução 006/CONSUN, de 16 de maio de 2007.
Departamento de Ciências da Educação



**APÊNDICE B – Regulamento e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para
o Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus de Ariquemes**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
Criado pela Resolução 006/CONSUN, de 16 de maio de 2007.
Departamento de Ciências da Educação



REGULAMENTO E MANUAL DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)
PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Ariquemes

2015



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES
Criado pela Resolução 006/CONSUN, de 16 de maio de 2007.
Departamento de Ciências da Educação



REGULAMENTO E MANUAL DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)
PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

O presente documento é uma adaptação do Manual produzido pelo Curso de Engenharia de Alimentos da UNIR/Campus de Ariquemes e do Regulamento para a elaboração, apresentação e avaliação do Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia (TCC). A partir da aprovação deste, revogam-se as disposições contrárias.

Ariquemes

2015

SUMÁRIO

1. <u>DA REGULAMENTAÇÃO DO TCC</u>	4
2. <u>ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</u>	11
2.1. <u>DESCRIÇÃO GERAL DOS ELEMENTOS</u>	12
2.1.1. <u>Elementos pré-textuais</u>	12
2.1.2. <u>Elementos textuais</u>	14
2.1.2.1. <u>Introdução</u>	14
2.1.3. <u>Elementos pós-textuais</u>	15
3. <u>FORMATAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</u>	16
3.1. <u>FORMATAÇÃO DA PÁGINA</u>	16
3.1.1. <u>Papel</u>	16
3.1.2. <u>Margens</u>	16
3.1.3. <u>Espaçamento</u>	16
3.2. <u>FORMATAÇÃO DA PARTE PRÉ-TEXTUAL</u>	17
3.2.2. <u>Formatação da capa</u>	17
3.2.3. <u>Formatação da folha de rosto</u>	17
3.2.4. <u>Formatação da folha de aprovação</u>	17
3.2.5. <u>Formatação do resumo</u>	17
3.2.6. <u>Formatação das listas</u>	17
3.2.7. <u>Formatação do sumário</u>	17
3.3. <u>FORMATAÇÃO DA PARTE TEXTUAL</u>	17
3.3.2. <u>Formatação do texto</u>	17
3.3.3. <u>Formatação de título(s) e subtítulo(s)</u>	18
3.3.4. <u>Legendas de ilustrações e tabelas</u>	19
3.3.5. <u>Paginação</u>	20
3.3.6. <u>Siglas, símbolos e abreviaturas</u>	20
3.4. <u>FORMATAÇÃO DA PARTE PÓS-TEXTUAIS</u>	21
3.4.2. <u>Formatação da citação da referência bibliográfica</u>	21

3.4.3. Apresentação de citações	21
3.4.4. Apresentação de referências	22
4. CAPÍTULO IV – INFORMAÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO ORAL	26
4.1. TEMPO	26
4.2. RECURSOS DISPONÍVEIS	26
4.3. ELABORAÇÃO DOS SLIDES	26
Apêndice A - Capa e Folha de rosto	27
Apêndice B - Ficha catalográfica	29
Apêndice C - Folha de aprovação	31
Apêndice D - Resumo	32
Apêndice E – Carta convite do Orientador e aceite do Orientador	33
Apêndice F - Declaração de autorização de defesa do TCC	34
Apêndice G – Autorização de divulgação do Trabalho de Conclusão de Curso	35

DA REGULAMENTAÇÃO DO TCC

O presente capítulo trata da regulamentação do TCC.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este documento objetiva normalizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, do Curso de Pedagogia do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Campus Ariquemes. As orientações contidas nesse, consideram: as disposições da Resolução CNE/CP n.º 1/2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura; as disposições do Art. 138 do Regimento Geral da UNIR; o disposto na Resolução n.º 242/CONSEPE/UNIR, de 24 de setembro de 1997; a Resolução n.º 278/CONSEA, de 04 de junho de 2012, que regulamenta os parâmetros para a Elaboração de Projetos Político-Pedagógicos de Cursos de Graduação da Universidade Federal de Rondônia.

Art. 2º O TCC - monografia, previsto no Projeto Pedagógico do Curso é requisito indispensável, devendo ser elaborado em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidas, pelo conselho do departamento. O TCC é condição para obtenção do grau e sua aprovação não isenta o aluno do cumprimento das demais atividades previstas para integralização curricular do curso.

Art. 3º Para o desenvolvimento do TCC o acadêmico sempre contará com a orientação e supervisão de professores especializados, definidos pela Chefia do Departamento.

Art. 4º O professor orientador acompanhará a elaboração do trabalho de pesquisa até a apresentação final do TCC à Banca Avaliadora.

Art. 5º O TCC, na modalidade Monografia, consiste em uma pesquisa individual, relatada sob a forma de texto monográfico, sob a orientação de docentes do Curso de Pedagogia ou profissional credenciado pelo Departamento de Ciências da Educação para este fim e deve ser desenvolvido de acordo com as linhas de pesquisa do Departamento.

Art. 6º O TCC será aceito apenas na forma de monografia.

PARÁGRAFO ÚNICO. O TCC é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação, conforme previsto nas normas internas da Instituição.

Art. 7º - Somente poderá apresentar o TCC o aluno que tiver concluído todos os créditos de disciplinas, cumprido o estágio e comprovado a participação em cem (100) horas de Atividades Complementares validadas por docente responsável.

Art. 8º A definição formal da orientação do TCC deverá ocorrer em requerimento encaminhado à chefia do Departamento de Ciências da Educação, que levará ao conhecimento e aprovação do Conselho de Departamento.

Art. 9º O aceite da orientação será comprovado pelo documento assinado pelo orientador ao Departamento Ciências da Educação.

Art. 10 Não poderá ultrapassar o número de dez orientações de TCC por professor, devidamente indicados pelo Conselho de Departamento.

II - DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 11 São atribuições do chefe de departamento:

- I.** Supervisionar todas as fases de desenvolvimento do TCC;
- II.** Dar ciência, aos acadêmicos e professores orientadores, dos procedimentos estabelecidos no regulamento do Trabalho de Conclusão;
- III.** Indicar os professores-orientadores, de acordo com as linhas de pesquisa;
- IV.** Manter atualizados os instrumentos de registros de atividades desenvolvidas durante as fases de elaboração dos TCCs;
- V.** Acompanhar todo o processo avaliativo do TCC e registros burocráticos; e,
- VI.** Designar os componentes das bancas, respeitando, se possível, a recomendação feita pelo professor orientador.

Art. 12 São atribuições do professor orientador:

- I.** Orientar e acompanhar a elaboração dos trabalhos acadêmicos sob sua orientação;
- II.** Orientar o acadêmico com relação aos critérios de elaboração e avaliação de TCC;
- III.** Elaborar juntamente com o orientando o cronograma de atividades a serem desenvolvidas pelo acadêmico;
- IV.** Manter registros de controle e relatórios relacionados a orientação e desempenho dos orientandos;
- V.** Participar efetivamente da defesa do TCC;
- VI.** Assinar juntamente com os demais membros das bancas examinadora, as fichas de avaliação do TCC, resumo de ata e atas finais de sessões de defesa, imediatamente ao final dos trabalhos;
- VII.** Municionar a chefia de departamento com dados referente aos processos de TCC;
- VIII.** Definir local, data e horário, para a defesa do TCC; e
- IX.** Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

PARÁGRAFO ÚNICO Cabe ao departamento, juntamente com o orientador, analisar os casos excepcionais.

Art. 13 São atribuições do acadêmico:

- I.** Cumprir o cronograma proposto pelo professor orientador, conforme as características da modalidade de trabalho estabelecido;
- II.** Elaborar juntamente com o orientador o cronograma de atividades a serem desenvolvidas pelo acadêmico;
- III.** Comparecer às aulas de orientação conforme dias e horários marcados pelo professor-orientador;
- IV.** Conhecer e atender as normas estabelecidas no manual de orientação para o desenvolvimento do TCC;
- V.** protocolizar o TCC em acordo com os procedimentos estabelecidos neste regulamento;
- VI.** Cumprir o cronograma de atividades elaborado;
- VII.** Realizar as atividades que lhe forem atribuídas relacionadas à elaboração do TCC;
- VIII.** Justificar, por escrito, eventuais faltas;
- IX.** Cumprir o calendário divulgado para as atividades do TCC, tais como: entrega do Projeto de Pesquisa e data final para defesa de TCC;
- X.** Elaborar a versão final do TCC de acordo com o presente regulamento e as instruções do seu Orientador e do departamento;
- XI.** Entregar ao Professor Orientador o TCC, nos prazos definidos;
- XII.** Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar/defender o TCC, sob pena de reprovação;
- XIII.** Protocolar na biblioteca, documento com tema do TCC, nome e aceite do professor-orientador, juntamente com o CD em que consta o texto na íntegra.

Art. 14 São atribuições da Banca Examinadora:

- I.** Analisar previamente o trabalho e formular questionamentos para arguição no momento de apresentação;
- II.** Reunir-se em local, data e horário, previamente estabelecidos pelo professor orientador para realização das atividades de defesa;
- III.** Avaliar a apresentação do TCC de acordo com os critérios estabelecidos nesse regulamento.

Art. 15 A banca avaliadora de TCC será constituída:

I. Por 01 (um) presidente, 02 (dois) membros e 01 (um) suplente.

II. O Professor-orientador do TCC presidirá a banca;

III. Por 2 (dois) professores da UNIR, que tenham proximidade com o tema do TCC, indicados em comum acordo pelo chefe de departamento e pelo professor orientador;

IV. Se, por força maior, o orientador não puder comparecer no dia, hora e local da respectiva apresentação do TCC de seu orientando, a mesma será adiada; e

V. no caso de um membro da banca examinadora (exceto orientador) não se apresentar, será substituído pelo suplente.

Art. 16 As linhas de Pesquisa a serem observadas pelos acadêmicos são: EDUCAÇÃO INFANTIL, SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E GESTÃO EDUCACIONAL.

III - DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 17 O(s) aluno(s) deve (rão) submeter o texto escrito, com 15 (quinze) dias antes da apresentação à chefia de departamento para entrega aos componentes da banca.

Art. 18 A avaliação será composta de:

I. Uma nota de zero a cem, atribuída por cada um dos membros da Banca Avaliadora, inclusive pelo orientador, decorrente do trabalho submetido pelo(s) autor (es), levando em consideração a consistência, qualidade do texto e o domínio dos conteúdos demonstrados pelo(s) aluno(s) no trabalho escrito e na apresentação oral.

§ 1º A linguagem utilizada, a expressão e a coerência lógica dos conteúdos serão características balizadoras a serem observadas no texto do TCC.

§ 2º A nota final atribuída ao(s) aluno(s) no TCC resultará da média aritmética das três notas atribuídas pelo professor orientador, mais a nota atribuída por cada um dos dois outros membros da Banca Avaliadora.

§ 3º Caso não haja solicitação de correções no trabalho, o discente deverá, no prazo de uma semana, providenciar uma cópia definitiva em formato pdf, que se constituirá em documento oficial da realização do TCC.

§ 4º Caso haja recomendações para correção, o discente terá 30 (trinta) dias para a entrega da versão final do TCC ao orientador, a quem caberá avaliar as modificações sugeridas pela Banca Avaliadora.

§ 5º Em caso de plágio será atribuída ao acadêmico nota zero, devendo o aluno refazer o trabalho e apresentar no semestre subsequente.

Parágrafo Único O aluno que obtiver nota inferior a 60 deverá refazer todo o TCC, no semestre subsequente e ficará impossibilitado de colar grau, até que obtenha desempenho satisfatório conforme avaliação do orientador e da Banca Avaliadora.

Art. 19 Ao aluno reprovado no TCC cabe o direito a recurso, que deverá ser escrito e protocolado num prazo de até cinco (05) dias corridos a partir da data de divulgação da nota, no Departamento de Ciências da Educação.

§ 1º Uma vez deferido o recurso, o Departamento Ciências da Educação, indicará entre seus pares, dois professores, não integrantes da Banca, para a constituição de uma Comissão de Revisão.

§ 2º Esta Comissão, após considerar as alegações do aluno, ouvir os pronunciamentos do Professor Orientador e da Banca Avaliadora e verificar o TCC, emitirá um parecer final quanto à nota do aluno.

§ 3º A Comissão de Revisão terá um prazo máximo de vinte (20) dias para apresentar seu parecer sobre a nota do TCC.

IV - DO PROJETO DE PESQUISA

Art. 20 O acadêmico deve elaborar o Projeto de Pesquisa em versão final, de acordo com este regulamento e com as recomendações do Professor da disciplina “Metodologia da Produção Acadêmica e científica”.

Art. 21 A estrutura do Projeto de Pesquisa compõe-se, exclusivamente, de:

- I.** Capa;
- II.** Folha de rosto;
- III.** Apresentação do tema e problema;
- IV.** Objetivos - geral e específicos;
- V.** Justificativa;
- VI.** Metodologia;
- VII.** Cronograma;
- VIII.** Levantamento bibliográfico inicial/Aporte teórico;
- IX.** Instrumentos de pesquisa (quando houver pesquisa de campo).
- X.** Referencias

V - DA MONOGRAFIA

Art. 22 A monografia deve ser elaborada considerando-se:

I. Na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que forem eles aplicáveis;

II. No seu conteúdo, a vinculação direta do seu tema nas áreas de conhecimento já então relacionadas.

Art. 23 Os seguintes requisitos deverão ser obedecidos quando da entrega dos exemplares à Coordenação:

I. Cópias para defesa:

03 cópias em espiral (uma cópia para cada membro da banca examinadora).

II. Cópia definitiva:

01 (uma) cópia da monografia, em Portable Document Format (PDF), gravada em CD.

III. A parte textual (corpo do trabalho) deve possuir, no mínimo, 30 páginas de texto escrito.

IV. O Trabalho de Conclusão de Curso possuirão folha de aprovação na qual constarão as assinaturas dos membros da banca e do orientador.

Art. 24 A UNIR reserva-se o direito de disponibilizar os Trabalhos de Conclusão de Curso em cópia material, ou por intermédio de mídias diversas, na biblioteca e na Internet, bem como, inserção em Repositório Institucional (Biblioteca digital de produções Institucionais), desde que seja autorizado pelo autor mediante preenchimento e assinatura do termo de autorização de divulgação do TCC (Apêndice G) e, recomendação da banca e/ou Departamento via memorando de encaminhamento a serem entregues na Biblioteca. Os trabalhos autorizados e recomendados ficarão disponíveis no endereço: www.ri.unir.br/jspui

Parágrafo único - Quando da necessidade de sigilo em determinados dados ou resultados do trabalho, estes não serão divulgados eletronicamente ou via Trabalho de Conclusão de Curso disponibilizada na biblioteca e na Internet, o qual deverá ser informado, por escrito, pelo Professor Responsável antes da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso.

VI - DA DEFESA DO TCC

Art. 25 As sessões de defesa dos TCCs são públicas.

Art. 26 A data final de defesa do TCC deve ser a que consta no Calendário Acadêmico da UNIR ou a definida pelo departamento. A entrega dos exemplares impressos aos membros da banca deve acontecer 15 (quinze) dias antes da defesa.

Art. 27 Na defesa, o acadêmico tem até 30 (trinta) minutos para apresentar seu trabalho oralmente e cada componente da banca examinadora terá até 20 (vinte) minutos para fazer sua arguição, dispondo o discente, de no máximo 10 (dez) minutos para responder aos examinadores.

Art. 28 A atribuição das notas dá-se após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador.

§ 1º. Esta etapa de atribuição de notas ocorrerá imediatamente após a arguição, em reunião privativa e fechada da banca.

§ 2º. Para aprovação o acadêmico deverá obter nota igual ou superior a 60 (sessenta), sendo a média das notas atribuídas pelos membros da banca.

VII - DISPOSIÇÃO GERAL

ÚNICA Os casos omissos neste Regulamento serão interpretados e resolvidos pelo Conselho de Pedagogia do campus de Ariquemes ou, se for o caso, por delegação expressa deste, pelo Departamento de Ciências da Educação composto por seus chefes e professores exercendo a orientação.

ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A estrutura de um trabalho acadêmico compreende: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Com a finalidade de orientar os usuários, a disposição de elementos está apresentada no Quadro 1.

Quadro 1: Estrutura do trabalho de conclusão de curso (monografia)

Estrutura	Elemento
Pré-textuais	Capa
	Folha de rosto
	Errata (opcional)
	Folha de aprovação
	Dedicatória (opcional)
	Agradecimentos (opcional)
	Epígrafe (opcional)
	Resumo na língua vernácula
	Resumo em língua estrangeira (opcional)
	Lista de ilustrações (opcional)
	Lista de abreviaturas e siglas (opcional)
Lista de símbolos (opcional)	
Sumário	
Textuais	Introdução
	Desenvolvimento (será dividido em Sub seções)
	Conclusão
Pós-textuais	Referências
	Glossário (opcional)
	Apêndice (s) (opcional)
	Anexo (s) (opcional)
	Índice (opcional)

DESCRIÇÃO GERAL DOS ELEMENTOS

Na presente seção serão detalhadas as orientações para a confecção do Trabalho de Conclusão de Curso.

Elementos pré-textuais

Capa

É um elemento obrigatório do Trabalho de Conclusão de Curso, no qual as informações são transcritas na seguinte ordem:

- a) Nome da instituição;
- b) Título;
- c) Subtítulo (se houver);
- d) Nome do autor;
- e) Local (cidade) da instituição onde deve ser apresentado;
- f) Ano de depósito (entrega).

O modelo da capa do Trabalho de Conclusão de Curso está apresentado no Apêndice A.

Folha de rosto

Também constitui um elemento obrigatório do trabalho, devendo estar apresentado conforme as regras a seguir:

Anverso (frente) da folha de rosto

Os elementos devem figurar na seguinte ordem (Apêndice A):

- a) Nome do autor: responsável intelectual do trabalho;
- b) Título principal do trabalho: deve ser claro e preciso, identificando o seu conteúdo e possibilitando a indexação e recuperação da informação;
- c) Subtítulo: se houver, deve ser evidenciada a sua subordinação ao título principal, precedido de dois pontos;

d) Natureza (neste caso: Trabalho de Conclusão de Curso) e objetivo (“Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Rondônia – UNIR, para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia”)

e) Nome do(a) Orientador(a);

f) Local (cidade) da instituição onde deve ser apresentado;

g) Ano de depósito (entrega).

Verso da folha de rosto

Deve conter a ficha catalográfica no verso da folha de rosto. A mesma deverá ser solicitada a Biblioteca do Campus de Ariquemes, conforme o Apêndice B, após a apresentação e aprovação do TCC, com suas possíveis correções e formatações finalizadas.

Folha de aprovação

Elemento obrigatório, colocado depois da folha de rosto, constituído pelo nome do autor, título do trabalho e subtítulo (se houver), data de aprovação, nome, titulação e assinatura dos componentes da banca e instituições a que pertencem. A data de aprovação e assinaturas dos membros componentes da banca examinadora são colocadas após a aprovação do trabalho. O modelo de folha de aprovação se encontra no Apêndice C.

Dedicatória(s)

Elemento opcional, colocado após a folha de aprovação.

Agradecimento(s)

Elemento opcional, colocado após a dedicatória.

Resumo na língua vernácula

Este é um elemento obrigatório no trabalho; deve ser escrito em português, em um único parágrafo constituído de uma sequência de frases concisas e objetivas e não de uma simples enumeração de tópicos, não ultrapassando 300 palavras, seguido, logo abaixo, das palavras representativas do conteúdo do trabalho (palavras-chave) que devem ser apresentadas em um número de no mínimo 3 e máximo 5, separadas por pontos. O modelo do resumo se encontra no Apêndice D.

Resumo na língua estrangeira

Este é um elemento obrigatório no Trabalho de Conclusão de Curso. Deve apresentar as mesmas características do resumo em língua vernácula, digitado em folha separada (em inglês: ***Abstract***). Também deve ser seguido das palavras-chave na língua escolhida.

Listas siglas/abreviaturas e símbolo

São elementos opcionais que devem ser elaborados de acordo com a ordem apresentada no texto; cada item deve ser designado por seu nome específico, acompanhado do respectivo número de página. Quando necessário, recomenda-se a elaboração de lista própria para cada tipo de ilustração (desenhos, esquemas, fotografias, gráficos, mapas, organogramas, plantas, quadros, retratos e outros; tabelas e siglas/abreviaturas). Deve-se elaborar a lista quando se fazer referência à ilustração em diferentes partes do texto ou quando o trabalho possuir mais de 3 ilustrações, tabelas e siglas/abreviaturas. A lista de símbolos deve ser elaborada de acordo com a ordem apresentada no texto, com o devido significado.

Sumário

É um elemento obrigatório do texto, suas partes são acompanhadas do(s) respectivo(s) número(s) da(s) página(s).

Elementos textuais

São constituídos de três partes fundamentais: Introdução, desenvolvimento e Conclusão.

Introdução

Trata-se da parte inicial do texto, na qual devem constar a delimitação do assunto tratado, objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do trabalho. Deve ser algo pessoal e redigido pelo aluno. Entretanto, podem ser utilizadas citações e referências bibliográficas, desde que sejam de informações relevantes, como: dados estatísticos ou conceitos autorais.

Desenvolvimento

Parte principal do texto, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto. É composta de revisão de literatura, dividida em seções e subseções, material e método(s) e/ou metodologia e resultados, agora descritos detalhadamente. Cada seção ou subseção deverá ter um título apropriado ao conteúdo.

Conclusão

Constitui a parte final do texto, na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos ou hipóteses propostas no trabalho, baseadas nos fatos comprovados e já discutidos nas partes anteriores. A conclusão do trabalho deve ser escrita de forma lógica, clara e concisa e não deve apresentar citações ou conclusões de outros autores.

Elementos pós-textuais

Referências

É um elemento obrigatório do Trabalho de Conclusão de Curso e deve ser elaborado conforme as regras estabelecidas pela norma NBR 14724 da ABNT, última versão.

Apêndice

É um elemento opcional, constitui um texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar a argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho.

Anexo

Texto ou documento que *não* foi elaborado pelo autor, mas que serve de fundamentação, comprovação e ilustração.

FORMATAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

As regras de formatação do TCC, aqui apresentadas, foram baseadas nas normas estabelecidas pela ABNT (2011) com algumas adaptações.

Esta seção do manual tem por objetivo orientar seus usuários quanto à elaboração das diferentes partes que compõem o TCC.

FORMATAÇÃO DA PÁGINA

Papel

O texto deverá ser apresentado em papel branco, formato A-4 (21,0 cm x 29,7 cm), de boa qualidade, para reprodução e leitura; para tanto recomenda-se utilizar gramatura mínima 75 g/cm². A impressão frente e verso é opcional.

Margens

O tamanho das margens deve obedecer à indicação, abaixo, pois estas devem garantir espaço, para a encadernação e possíveis reproduções. As margens esquerda e superior devem ter 3,0 cm e as margens direita e inferior, 2,0 cm. Páginas: margens espelho (para impressão frente e verso).

Espaçamento

O espaçamento deve ser 1,5 para maior visibilidade do texto, exceto as citações diretas com mais de três linhas, notas de rodapé, referências bibliográficas, as legendas e indicações de fonte de ilustrações e tabelas que devem ser digitados com espaço entre linhas simples. As referências, ao final do trabalho, devem ser separadas entre si por espaço duplo. O espaçamento entre parágrafos, antes e depois, deve ser de 6 pt.

FORMATAÇÃO DA PARTE PRÉ-TEXTUAL

Formatação da capa

A formatação e a disposição de cada elemento que compõem a capa estão apresentadas no Apêndice A – Modelo de capa para o trabalho de conclusão de curso.

Formatação da folha de rosto

As formatações do anverso (frente) e verso da folha de rosto encontram-se no Apêndice A e B.

Formatação da folha de aprovação

A formatação da folha de aprovação está apresentada no Apêndice C.

Formatação do resumo

As informações sobre a formatação do Resumo se encontram no Apêndice D.

Formatação das listas

A formatação das listas de figuras, tabelas e símbolos deve seguir a descrição apresentada no Apêndice E (opcional).

Formatação do sumário

A formatação do sumário deve seguir a descrição apresentada na norma NBR 6027 ABNT versão atualizada. Exemplo, ver Sumário deste documento.

FORMATAÇÃO DA PARTE TEXTUAL

A descrição da formatação dos elementos textuais está apresentada nos itens a seguir.

Formatação do texto

Sugere-se, para o corpo de texto:

- Fonte: Times New Roman, Normal, 12 pt.

- Parágrafo: Alinhamento: justificado; nível do tópico: corpo de texto; Recuo: Esquerda e direita: 0 cm, Especial: primeira linha 1,5 cm; Espaçamento: antes e depois: 6 pt, entre linhas: 1,5. Esta formatação se aplica ao corpo de texto de todas as seções do trabalho.

As palavras estrangeiras, gênero e espécie de organismos deverão ser escritas em itálico.

Formatação de título(s) e subtítulo(s)

Para a formatação dos títulos e subtítulos utilize o recurso “Estilo” do *Microsoft Word*.

Título de capítulos

- Fonte: Times New Roman, Negrito, 12pt, todas maiúsculas.
- Parágrafo: Alinhamento: justificado; nível do tópico: Nível 1; Recuo: Esquerda e direita: 0 cm, Ao terminar de inserir um título de uma nova seção ou capítulo: teclar “Enter”, e entre linhas: 1,5.
- Numeração: Numeração e marcadores: vários níveis.
- Os capítulos devem iniciar em nova página.

Subtítulos

Título nível 2

- Fonte: Times New Roman, Negrito Itálico, 12pt, todas maiúsculas.
- Parágrafo: Alinhamento: justificado; nível do tópico: Nível 2; Recuo: Esquerda e direita: 0 cm, Especial: deslocamento 1,02 cm; Espaçamento: antes: 12 pt, depois: 6 pt e entre linhas: duplo.
- Numeração: Numeração e marcadores: vários níveis.

Título nível 3

- Fonte: Times New Roman, Negrito Itálico, 12 pt, só letra inicial em maiúscula (exceto nomes próprios).
- Parágrafo: Alinhamento: justificado; nível do tópico: Nível 3; Recuo: Esquerda e direita: 0 cm, Especial: deslocamento 1,27 cm; Espaçamento: antes: 12 pt, depois: 6 pt e entre linhas: duplo.
- Numeração: Numeração e marcadores: vários níveis.

Título nível 4

- Fonte: Times New Roman Negrito Itálico, 12 pt, só letra inicial em maiúscula (exceto nomes próprios).
- Parágrafo: Alinhamento: justificado; nível do tópico: Nível 4; Recuo: Esquerda e direita: 0 cm, Especial: deslocamento 2,0 cm; Espaçamento: antes: 12 pt, depois: 3 pt e entre linhas: duplo.
- Numeração: Numeração e marcadores: vários níveis.

Título nível 5

- Fonte: Times New Roman, Itálico, 12 pt, só letra inicial em maiúscula (exceto nomes próprios).
- Parágrafo: Alinhamento: justificado; nível do tópico: Nível 5; Recuo: Esquerda e direita: 0 cm, Especial: deslocamento 2,5 cm; Espaçamento: antes: 12 pt, depois: 3 pt e entre linhas: duplo.
- Numeração: Numeração e marcadores: vários níveis.

Legendas de ilustrações e tabelas

As figuras e tabelas devem ser apresentadas seguindo as recomendações apresentadas a seguir.

Para as tabelas recomenda-se que sejam apresentadas na largura da página (auto ajuste à janela). As figuras e tabelas deverão estar localizadas na parte central da página e utilizar espaçamento simples quando possível.

O tamanho utilizado deve permitir uma visualização adequada. As figuras e tabelas deverão ser citadas no texto antes da sua apresentação e devem ser inseridas o mais próximo possível do texto a que se referem.

A citação deverá ser feita pelo número, seguindo a mesma formatação utilizada na legenda (Times New Roman, Normal, 12 pt, 1ª letra em maiúscula e restante em minúsculas); Qualquer que seja o tipo de ilustração, sua identificação aparece na parte superior, precedida da palavra designada (Figura, Tabela, Quadro, entre outros), em seguida seu número de ordem de ocorrência no texto, em algarismos arábicos, travessão e do respectivo título. Após a ilustração, na parte inferior, indicar a fonte consultada (elemento obrigatório, mesmo que seja produção do próprio autor), legenda, notas e outras informações necessárias à sua compreensão.

As ilustrações e tabelas podem ser colocadas em forma de apêndice ou anexo, caso não se deseje inseri-las no texto. Neste caso, a citação deve ser pelo nome.

As tabelas e figuras reproduzidas de outros documentos devem ser identificadas com fonte da seguinte forma: Fonte: Nome da fonte (ano de publicação).

A indicação da fonte deve estar localizada logo abaixo da figura ou tabela com a seguinte formatação:

- Fonte: Times New Roman, Normal, 11 pt, Maiúscula/minúscula e
- Parágrafo: Alinhamento: justificado; Nível do tópico: corpo de texto; Recuo: nenhum; Espaçamento: antes: 0 pt e depois: teclar “Enter”, entre linhas: simples.

As figuras compreendem: desenhos, diagramas, fotografias, organograma, quadros, etc.

As legendas das ilustrações e tabelas devem ser curtas, claras, autoexplicativas, com título claro e descritivo, dispensando consulta ao texto. Para as figuras, as legendas deverão ser posicionadas logo abaixo da ilustração, precedidas da palavra “Figura” e da numeração, já para as tabelas, as legendas devem ser colocadas logo acima das mesmas, precedidas da palavra “Tabela” e da numeração.

Paginação

As páginas devem ser numeradas sequencialmente, em algarismos arábicos. As folhas pré-textuais (a partir da folha de rosto) devem ser contadas, mas não numeradas. A indicação das páginas deve aparecer no canto direito superior.

Siglas, símbolos e abreviaturas

Utilizam-se os recomendados por organismos de normalização nacionais (ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas). Os nomes de instituições devem aparecer por extenso na primeira vez que forem mencionados no texto, seguidos das respectivas siglas entre parênteses.

Notas de rodapé

As notas de rodapé, quando necessárias, devem estar dentro das margens, separadas do texto por um filete de 3 cm de comprimento, a partir da margem esquerda 3. Deve-se usar fonte menor, sugerindo-se o uso do tamanho 10.

FORMATAÇÃO DA PARTE PÓS-TEXTUAIS

Formatação da citação da referência bibliográfica

As citações deverão seguir as regras estabelecidas pela norma NBR 10520:2002.

A norma NBR 10520 estabelece 2 sistemas de indicação em texto de citação: numérico e autor-data. Para elaboração dos TCC da UNIR será adotada a citação autor-data, que deverá ser seguido consistentemente ao longo de todo o trabalho, permitindo sua correlação na lista de referências.

No caso da referência possuir **mais de três** autores recomenda-se fazer a citação da mesma utilizando a abreviatura “et al.”, por exemplo: (CASTRO et al., 2006).

Apresentação de citações

Apresentadas conforme ABNT NBR 6023 (versão 2002).

Citação direta: devem necessariamente ter autor, ano e página. As citações com até três linhas, devem estar encerradas entre aspas duplas.

EXEMPLO: De acordo com Rezende (2008, p. 5): “a ultra-sonografia, empregada como rotina, permite estabelecer o diagnóstico anteparto”.

Transcrições com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, ser digitadas com letra menor do que a do texto utilizado (tamanho 11), com espaço simples entre linhas e sem aspas.

Citação indireta: É a expressão da ideia contida na fonte citada com palavras próprias do autor do trabalho; dispensa o uso de aspas e identificação de páginas.

EXEMPLO: Segundo Veronesi (1976) doenças...

Citação de citação (apud ou citado por)

Apud – citação de autor cujo original não pode ser consultado. Deve-se indicar o autor do trabalho citado seguido da expressão “**apud**” ou “**citado por**” e do sobrenome do autor que o citou. É a menção de um documento ao qual não se teve acesso direto ao original.

No texto deve ser indicado o sobrenome do(s) autor(es) do trabalho não consultado, seguido da expressão latina apud (citado por) e do sobrenome do(s) autor(es) da obra consultada, de acordo com o sistema de chamada escolhido. Neste caso, nas REFERÊNCIAS deve aparecer apenas a publicação consultada.

EXEMPLOS: Cooper (1804) apud Abrahamson (1998).

Apresentação de referências

Todo o material bibliográfico que for citado no trabalho deve vir na listagem de referências após o texto e ordenados por ordem alfabética conforme ABNT NBR 6023, versão 2002. Nesse sistema, deve-se incluir, na listagem final.

As referências são alinhadas à margem esquerda do texto e de forma a se identificar individualmente cada documento, em espaço simples e separadas entre si por espaço duplo.

A seguir alguns exemplos de referências mais utilizadas em trabalhos acadêmicos. Modelos de referências conforme o tipo de publicação:

LIVRO:

Elementos essenciais: autor(es), título, edição, local, editora e data da publicação. Todos os autores (separados por ponto e vírgula). Destacar o título em negrito, sem itálico.

AUTORIA. **Título:** subtítulo (quando houver). Edição. Local: Editora, ano. Paginação.

Exemplos:

CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A. B. **Pós-colheita de frutos e hortaliças:** fisiologia e manuseio. Lavra: UFLA, 2005. 785 p.

WILLIAMS P. **Near-Infrared Technology – Getting the Best out of Light**. 2ed. Canada: ValueAddedWheat, 2003.

CAPÍTULO DE LIVRO

AUTORIA DA PARTE. Título da parte. In: AUTORIA DO TODO. **Título do todo**: subtítulo do todo (quando houver). Edição. Local: Editora, ano. capítulo, paginação.

Exemplos:

MELETTI, L. M. M.; BRÜCKNER, C. H. Melhoramento Genético. In: BRÜCKNER, C.H.; PICANÇO, M.C. **Maracujá**: tecnologia de produção, pós-colheita, agroindústria, mercado. 1 ed. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2001. p. 345-385.

HAARD, N. F.; CHISM, G. W. Characteristics of edible plant tissues. In: FENNEMA, O. **Food Chemistry**. New York: Marcel Dekker Inc., 1996. p. 944 – 966.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, DISSERTAÇÕES, TESES

AUTORIA. **Título**: subtítulo (quando houver). ano. total de folhas. Forma (Grau) – Faculdade, Universidade, Local, data de defesa (se houver).

Exemplo:

OLIVEIRA, F. A. **Desenvolvimento de bebida láctea não fermentada com soro de leite ácido**. 2011. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia de Alimentos) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Francisco Beltrão, 2011.

ARTIGO DE PERIÓDICO

Elementos essenciais: autor(es), título do trabalho, título do periódico (em negrito), volume, fascículo (quando houver), página inicial e final, ano da publicação. Todos os autores (separados por ponto e vírgula).

AUTORIA. Título do artigo. **Título do periódico**. v. __ , n. __ , p. __ - __, ano.

Exemplos:

OLIVEIRA, G. A.; BUREAU, S.; RENARD, C. M.G. C.; PEREIRA-NETTO, A. B. E CASTILHOS, F. Comparison of NIRS approach for prediction of internal quality traits in three fruit species. **Food Chemistry**, v. 143, p. 223–230, 2014.

PEDRO, A. M. K.; FERREIRA, M. M. C. Nondestructive Determination of Solids and Carotenoids in Tomato Products by Near-Infrared Spectroscopy and Multivariate Calibration. **Analytical Chemistry**, v. 77, n. 8, p. 2505-2511, 2005.

RESUMOS EM ANAIS

CANELLA, D. S.; MONEGO, E. T.; INUMARU, L. E.; REIS, M. A. C.; CORREIA, M. H. S.; CAMPOS, M. R. H.; CARDOSO-SANTIAGO, R. A. Elaboração de um programa de capacitação para manipuladores da alimentação escolar. In: MOSTRAPARCERIA ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE/UFG – ENCONTRO DISCENTE DOPRÓ SAÚDE, 2., 2007, Goiânia. **Anais**. Goiânia: UFG, 2007. p. 102-103. 1 CDROM.

ANDRADE, E. C. B.; TEODORO, A. J.; TAKASI, I. Influência do congelamento por 30 dias na extração sequencial de cobre e zinco em carnes in natura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS, 19., 2004, Recife. **Anais...** Recife: Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos, 2004. 1 CD-ROM.

PUBLICAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Perspectiva sobre a análise de risco na segurança de alimentos: curso de sensibilização**. Rio de Janeiro: Área de Vigilância Sanitária, Prevenção e Controle de Doenças – OPAS/OMS, 2008. 160 p.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ. **Normas analíticas do Instituto Adolfo Lutz: métodos químicos e físicos para análise dos alimentos**. 3.ed. São Paulo, 1985.

LEGISLAÇÃO NA INTERNET

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 1010, de 8 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília, DF: MS, MEC, 2006. Disponível em:

<<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1010.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2007

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n° 196 de 10 de outubro de 1996.** Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/sanitária/conep/sanitária.html>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatística. Indicadores: produção agrícola. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

Nas lista de referências bibliográficas é obrigatório a apresentação de todos os autores da obra.

CAPÍTULO IV – INFORMAÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO ORAL

TEMPO

Na defesa, o acadêmico tem até 30 (trinta) minutos para apresentar seu trabalho oralmente e cada componente da banca examinadora terá até 20 (vinte) minutos para fazer sua arguição, dispondo o discente, de no máximo 10 (dez) minutos para responder aos examinadores.

RECURSOS DISPONÍVEIS

O recurso disponível para a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso será o projetor de slides (*data show*).

Caso seja necessário algum outro tipo de recurso, o mesmo deve ser pedido com antecedência à coordenação. A liberação do recurso solicitado dependerá da sua disponibilidade.

ELABORAÇÃO DOS SLIDES

Para a confecção dos slides utilize contraste de cor do fundo e da fonte. Deve ser evitada a utilização de textos longos. Prefira a exposição do conteúdo em forma de tópicos. Lembre-se de que o slide é apenas um recurso para orientar a apresentação e ressaltar algum assunto importante.

Apêndice A - Capa e Folha de rosto

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS ARIQUEMES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO-DECED

NOME DO AUTOR

TÍTULO DO TRABALHO

Ariquemes

2016

NOME DO AUTOR

TÍTULO DO TRABALHO

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado ao Departamento de Ciência da Educação da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob orientação do Prof.

Ariquemes, 2015

*Apêndice B - Ficha catalográfica***SOLICITAÇÃO DE FICHA CATALOGRÁFICA****OBS: Preencha o formulário com LETRA LEGÍVEL.****Usuário:**() Aluno () Professor () Funcionário**Tipos:**() TCC () Especialização () Dissertação () Tese () Livro
() Artigo**Instituição:**() UNIR**Autor(es):** _____**Título:** _____
_____**Local:** _____ **Ano:** _____ **Nº Pág.:** _____ **Ilustrado:** ()**Curso:** _____ **Departamento:** _____**Orientador:**() Esp. () Ms () Dr. () Phd**Nome:** _____**Co-Orientador:**() Esp. () Ms () Dr. () Phd**Nome:** _____**Palavras-chave:** _____
_____**E-mail:** _____**Telefone(s):** _____FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES**COMPROVANTE SOLICITAÇÃO DE FICHA CATALOGRÁFICA****DATA:** ____/____/____**SERVIDOR:** _____**CONTATOS:** Fabiany Andrade (69)3535-3563/E-mail: biblioteca.ariqueemes@unir.br

Obs.: Ficha com dados incompletos não será elaborada. Depois de preenchida deve ser entregue na recepção. A responsabilidade pelo conteúdo da ficha é do autor, que ao recebê-la irá imprimi-lá no verso da folha de rosto. Para as palavras-chave informar no mínimo três e no máximo cinco. A ficha será encaminhada ao e-mail informado no formulário, no prazo de 72 horas, exceto sábados, domingos e feriados.

Dados de publicação internacional na publicação (CIP)**Biblioteca setorial 06/UNIR**

S586u

Silva, Cristhiane Maria da

A utilização de contos infantis nas turmas de 1º ano do ensino fundamental de Ariquemes. / Cristhiane Maria da Silva. Ariquemes-RO, 2015.

46 f.

Orientador (a): Prof. (a) Me. Eliéte Zanelato

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Fundação Universidade Federal de Rondônia. Departamento Pedagogia, Ariquemes, 2015.

1. Contos infantis. 2. Alfabetização. 3. Práticas pedagógicas. I. Fundação Universidade Federal de Rondônia. II. Título.

CDU: 373.3 :82-93

Bibliotecária Responsável: Fabiany M. de Andrade, CRB: 11-686.

Apêndice C - Folha de aprovação

NOME

TÍTULO DO TRABALHO

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, da Universidade Federal de Rondônia, em ____/____/____ pela Comissão formada pelos professores:

Orientador(a): _____

Prof (a). Título, NOME
DEPARTAMENTO, UNIVERSIDADE

Prof (a). Título, NOME
DEPARTAMENTO, UNIVERSIDADE

Prof (a). Título, NOME
DEPARTAMENTO, UNIVERSIDADE

Apêndice D - Resumo

RESUMO

O presente trabalho objetiva identificar como os professores do 1º ano utilizam-se dos contos na alfabetização. Traça como objetivos específicos: verificar a importância dos contos infantis para os professores de 1º ano e investigar de que forma os professores trabalham com os contos em suas aulas. A pesquisa foi realizada com uma parte teórica e outra empírica. O referencial teórico está embasado em autores como: Saviani (1983, 1995, 2005), Morttati (2006), Tavares (2010), Santos (2010), Oliveira (2010) entre outros. Para a coleta de dados empíricos foram realizadas entrevistas com todos os professores do primeiro ano do Ensino Fundamental de uma escola de Ariquemes/RO e realizadas observações nas salas de tais professores. Com base nas observações e questionários notou-se que os Professores A e B não fizeram a utilização dos contos e de seus benefícios para o processo de alfabetização. Notaram-se traços da escola tradicional nas aulas observadas destes professores. Diferentemente, os Professores C e D, além de utilizar os contos, relacionam com as atividades, tornaram a aprendizagem da leitura e escrita mais descontraída e atrativa. Concluiu-se que a utilização dos contos infantis no primeiro ano do Ensino Fundamental, quando trabalhado de forma direcionada e consciente, auxiliam no processo de alfabetização. A pesquisa evidenciada possibilita repensar a prática em sala de aula e a utilização dos contos como uma ferramenta que auxilia no processo de Alfabetização.

Palavras-chave: Contos Infantis. Alfabetização. Práticas Pedagógicas.

*Apêndice E – Carta convite do Orientador e aceite do Orientador***CARTA CONVITE DE ORIENTAÇÃO**

Eu _____acadêmico regularmente matriculado sob o nº _____, no ____ período do curso de _____ da Universidade Federal de Rondônia, convido V. Sa. para ser orientador(a) do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.

Título do Projeto: _____

Ariquemes, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Aluno

ACEITE DO PROFESSOR

Eu, Prof. _____, aceito orientar o Projeto acima citado e declaro estar ciente das responsabilidades do professor orientador junto ao Departamento de Ciência da Educação, para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso dos graduandos. Comprometo-me a cumpri-las no trabalho de orientação do(a) aluno(a) sabendo que não incorrerá em gratificações e/ou ônus para a instituição.

Por ser verdade, firmo o presente termo.

Ariquemes, ____/ ____/_____.

Assinatura do(a) Professor(a)

Apêndice F - Declaração de autorização de defesa do TCC

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE DEFESA

Eu Prof.(a) orientador(a) _____ declaro, para os devidos fins e efeitos legais, que o Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia, intitulado:

de autoria do acadêmico(a) _____, matrícula nº _____ está em condições de ser julgado pela Comissão Examinadora.

Ariquemes, _____ de _____ de _____

Prof(a). Orientador(a)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
SISTEMA DE BIBLIOTECAS
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL – REUNIR**



Autor (a) *: _____
 Título do Documento: _____
 CPF: _____ E-mail: _____ Fone: _____
 Vínculo com a UNIR: _____ Departamento: _____
 Tipo do documento: () Tese; () Dissertação; () Artigo de Periódico; () TCC; () Livro; () Capítulo de Livro; () Outros. Especifique: _____
 Se Tese ou Dissertação informar Programa de Pós-Graduação: _____
 Disponibilização do trabalho completo: Imediato () Daqui a um ano** ()
 Ocasionará registro de patente? Sim () Não ()
 Divulgação do e-mail do autor para usuário: Sim () Não ()
 *Para cada autor, uma autorização preenchida e assinada.
 **Em caso de restrição de um ano, esta poderá ser mantida mediante justificativa do Coordenador do Programa ou Departamento.

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

O referido autor:

- ✓ Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer pessoa ou entidade.
- ✓ Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal de Rondônia/UNIR os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdos do documento entregue.
- ✓ Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a UNIR, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PÚBLICO DIGITAL

Na qualidade de titular dos direitos de autor do conteúdo supracitado, em consonância com a Lei Nº 9610/98 autorizo o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Rondônia a disponibilizar a obra no Repositório Institucional gratuitamente, de acordo com a licença publica *Creative Commons* Licença 4.0 Internacional por mim declarada sob as seguintes condições.

Permite uso comercial de sua obra?

() Sim () não

Permitir alterações em sua obra?

() sim
 () sim contando que outros compartilhem pela mesma licença
 () não

A obra continua protegida por Direitos Autorais e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

_____/____/____
 Local data

 Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

**APÊNDICE C – Regimento do Núcleo Docente Estruturante do Curso de
Licenciatura em Pedagogia do Campus de Ariquemes**

REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DO CAMPUS DE ARIQUEMES

CAPÍTULO I DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regimento estabelece as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus de Ariquemes da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Art. 2º O NDE do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus de Ariquemes compõe a estrutura de gestão acadêmica do curso e constitui-se como um segmento consultivo, propositivo e de assessoria sobre matéria de natureza acadêmica, corresponsável pela elaboração, implementação, consolidação e acompanhamento do projeto pedagógico de curso. Observa para isso, a Resolução 285/CONSEA, de 21 de setembro de 2012, ou documento que vier a substituí-la.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º São atribuições do NDE:

- I - elaborar, modificar e atualizar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- II - submeter reformulações indicadas no item anterior para a apreciação e aprovação do conselho departamental (CONDEP);
- III - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- IV - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- V - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Parágrafo único - Quando necessário, os membros do NDE poderão solicitar a participação dos demais professores do curso para revisão e elaboração de Projeto Pedagógico, assim como outras atividades que demandarem contribuição para maior correção nas decisões do NDE.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º O NDE será composto por 5 (cinco) membros que sejam docentes efetivos do curso de Licenciatura em Pedagogia, indicados em reunião do CONDEP e aprovados em votação, que preencham os seguintes requisitos:

- I - pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu*;
- II - pelo menos 20% em regime de trabalho integral;
- III - preferencialmente com maior experiência docente na instituição.

§ 1º 2 (dois) dos membros do NDE ocuparão as funções de Coordenador(a) e Vice-Coordenador(a) com mandato de 1 (hum) ano, sendo eleitos na primeira reunião do NDE subsequente ao término do mandato da gestão anterior.

§ 2º Transcorrido o período de 1 (hum) ano de coordenação, não havendo renovação desta função mediante nova eleição, o(a) Coordenador(a) e Vice-Coordenador(a) poderão optar por manter-se por mais um ano em suas respectivas funções, sendo impedida nova recondução dos(as) mesmos(as) por mais um ano subsequentemente.

§ 3º O Coordenador(a) do NDE será substituído(a) em seus impedimentos pelo(a) Vice-coordenador(a).

Art. 5º A composição do NDE será renovada a cada 3 (três) anos na proporção de pelo menos 1/3 (um terço) de seus membros, sendo adotados os seguintes critérios:

- I - a menor qualificação;
- II - a menor experiência docente;
- III - a menor produção científica no escopo da área de conhecimento.

§ 1º Havendo empate, pelos critérios anteriores, a renovação dos membros do NDE deverá ser decidida por sufrágio entre os membros do NDE.

§ 2º Na impossibilidade de renovação de pelo menos 1/3 (um terço) dos membros, o NDE poderá decidir por manter sua constituição, por mais 1 (um) ano.

Art. 6º A nomeação dos membros do NDE indicados pelo CONDEP será de competência do Diretor do Campus de Ariquemes da UNIR.

CAPÍTULO IV DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 7º Os docentes que comporão o NDE atuarão em reuniões e atividades atribuídas ao NDE em regime de trabalho parcial.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 8º Compete ao coordenador do NDE:

- I. convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- II. representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- III. encaminhar as deliberações do NDE ao CONDEP.
- IV. a qualquer tempo, a fim de atender aos objetivos a que se propõe, criar subcomissões especiais ou grupos de trabalho, transitórios ou permanentes, para estudo de problemas específicos referentes às atribuições do NDE.

CAPÍTULO VI DAS REUNIÕES

Art. 9º O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Coordenador, 02 (duas) vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu coordenador ou pela maioria de seus membros titulares.

Art. 10º O *quorum* para dar início à reunião é de 50% mais 1 (cinquenta por cento mais um) dos membros do NDE.

Art. 11º As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 13º O presente regulamento entrará em vigor após aprovação pelo Conselho Superior Acadêmico (CONSEA) da UNIR.

APÊNDICE D – Regulamento do Laboratório de Práticas Pedagógicas do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus de Ariquemes

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
(Aprovado pelo Ato Decisório 403/CGR/CONSEA, de 23 de novembro de 2016)**

Ariquemes
2015

REITORIA

Reitora: Prof.^a Dra. Maria Berenice Alho da Costa Tourinho.
Vice-Reitora: Prof.^a Dra. Maria Cristina Victorino de França.

PRÓ-REITORIAS

Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis: Prof. M.e Rubens Vaz Cavalcante.
Pró-Reitor de Graduação: Prof. D.r Jorge Luiz Coimbra de Oliveira.
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. D.r Ari Miguel Teixeira Ott.
Pró-Reitora de Administração: Prof.^a Especialista Ivanda Soares da Silva.
Pró-Reitor de Planejamento: Prof. D.r Osmar Siena.

NÚCLEOS

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra: Prof. D.r Marcelo Vergotti.
Núcleo de Ciências Humanas: Prof. D.r Júlio César Barreto Rocha.
Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas: Prof.^a Dra. Gleimíria Batista da Costa.
Núcleo de Saúde: Prof.^a Dra. Ivete de Aquino Freire.
Núcleo de Tecnologia: Prof. D.r Carlos Alberto Tenório de Carvalho Júnior.

CAMPI UNIVERSITÁRIOS

Campus de Porto Velho: Sede
Campus de Ariquemes: Prof. D.r Gerson Flôres Nascimento.
Campus de Ji-Paraná: Prof. D.r Arivelton Cosme da Silva.
Campus de Cacoal: Prof.^a Dra. Eleonice de Fátima Dal Magro.
Campus de Guajará-Mirim: Prof. D.r. George Queiroga Estrela.
Campus de Rolim de Moura: Prof. M.e Orestes Zivieri Neto.
Campus de Vilhena: Prof. M.e Loidi Lorenzzi da Silva.

CORPO DOCENTE

Departamento de Ciências da Educação: Prof.^a M.^a Márcia Ângela Patrícia.
Departamento de Ciências da Educação: Prof.^a M.^a Eliéte Zanelato.
Departamento de Ciências da Educação: Prof.^a M.^a Maria Auxiliadora Máximo.
Departamento de Ciências da Educação: Prof. Doutorando Ederson Lauri Leandro.
Departamento de Ciências da Educação: Prof. M.e Fernando Sérgio Silva Barbosa.
Departamento de Ciências da Educação: Prof. M.e Hugo Athanásios Fotopoulos.
Departamento de Ciências da Educação: Prof.^a M.^a Lara Cristina Ciofi.
Departamento de Ciências da Educação: Prof.^a Dr.^a Juliana da Silva Nobrega.
Departamento de Ciências da Educação: Prof.^a Especialista Rute Moreira Braga.

CONSELHO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (CONDEPE/DECED)

Prof.^a M.^a Márcia Ângela Patrícia (Chefe do Departamento).
Prof.^a M.^a Eliéte Zanelato (SubChefe do Departamento).
Prof.^a M.^a Maria Auxiliadora Máximo.
Prof. Doutorando Ederson Lauri Leandro.
Prof. M.e Fernando Sérgio Silva Barbosa.
Prof. M.e Hugo Athanásios Fotopoulos.
Prof.^a M.^a Lara Cristina Ciofi.
Prof.^a Dr.^a Juliana da Silva Nobrega.
Prof.^a Especialista Rute Moreira Braga.
Acadêmica Elisandra Santos da Silva.

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO REGIMENTO

Prof.^a M.e Maria Auxiliadora Máximo

SUMÁRIO**TÍTULO I – LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

CAPÍTULO I PRINCÍPIOS E DIRETRIZES.....	04
CAPÍTULO II OBJETIVOS E DIRETRIZES.....	04
CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO	05
CAPÍTULO IV DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS	05
CAPÍTULO V DOS DIREITOS E DEVERES DO COORDENADOR DO LABORATÓRIO	05
CAPÍTULO VI DOS DEVERES DOS PROFESSORES	06
CAPÍTULO VII DOS DEVERES DOS BOLSISTAS	06
CAPÍTULO VII DO EMPRÉSTIMO DE MATERIAIS	06
TÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS	07

REGULAMENTO DO LABORATÓRIO PEDAGÓGICO MULTIDISCIPLINAR

Título I

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art 1º. O Laboratório de Pedagógico multidisciplinar do Curso de Licenciatura em Pedagogia tem por princípio atender aos acadêmicos do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia – UNIR/campus de Ariquemes e professores da rede municipal da Educação infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental com oficinas e minicursos sobre construção e utilização de jogos didáticos e práticas de leitura da palavra escrita.

Art 2º. O Laboratório funcionará sob a coordenação de um(a) professor(a) do Curso de Pedagogia com a participação de um(a) Monitor bolsista, que terão a responsabilidade de: organizar o planejamento e o calendário das atividades do laboratório; coordenar a execução dos planejamentos, catalogar os materiais existentes, adquiridos e/ou confeccionados pelos acadêmicos e controlar o empréstimo destes.

Parágrafo único. A Coordenação do Laboratório será exercida por um(a) docente efetivo, ministrante de disciplinas pedagógicas com carga horária alojada no Plano Anual, designado(a) pelo Diretor após indicação do Conselho do Departamento via votação dos pares.

CAPÍTULO II

OBJETIVOS E DIRETRIZES

Art 3º. O Laboratório de Práticas Pedagógicas consiste em um espaço de reflexão, contextualização da teoria com a prática, de criação e produção de materiais pedagógicos e de diferentes tecnologias de ensino, destinado aos professores/as focado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, discentes do Curso de Pedagogia e tem por objetivo propiciar experimentações e inovações pedagógicas visando contribuir para com a formação dos futuros professores que atuam ou atuarão na Educação Básica.

Art 4º. O Laboratório está composto por materiais didáticos pedagógicos nas diversas áreas do conhecimento, jogos pedagógicos, materiais didáticos, livros da literatura infantil a serem utilizados na leitura e na contação de história, brinquedos e outros materiais que poderão dar suporte as aulas práticas.

Art 5º. Os materiais e jogos didáticos expostos no Laboratório oportunizam os discentes a exercitarem nas aulas a relação teoria/prática, em projetos de extensão que estejam inseridos, como também nos diferentes campos de estágio, desde que antecipadamente apresentem termo de responsabilidade em relação ao material que ficará sob sua responsabilidade.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art 6º. O laboratório terá como horário de funcionamento das 14 às 18h. Poderá ser agendado nos horários matutino e noturno desde que exista a presença de um professor da UNIR acompanhando as atividades.

§ 1º O Laboratório funcionará as segundas, quartas e sextas;

§ 2º Caso o aluno e/ou professor necessite do laboratório para estudos, deverá agendar com o Monitor bolsista, na falta deste com o coordenador.

§ 3º Os professores e acadêmicos que utilizarem o laboratório serão responsáveis pela preservação e organização dos materiais.

Art 7º. Os materiais de uso do Laboratório serão fornecidos no interior deste, nas salas de aulas, em projetos de extensão ou externamente em atividades curriculares realizadas por meio das disciplinas, sendo permitido o empréstimo, somente com autorização dos professores de “estágio supervisionado” e do coordenador do Laboratório para as práticas em estágios.

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS

Art 8º. São direitos dos usuários:

I. Utilizar o laboratório para estudos e preparo de aula prática que se faça necessário tal manuseio.

II. Empréstimo dos materiais para uso em projetos pedagógicos, aulas práticas e estágios, desde que não ultrapasse 48h fora do laboratório.

Art 9º. São deveres dos usuários:

I. Organizar os materiais utilizados em seus devidos lugares e manter o ambiente limpo.

II. Zelar pela ordem e utilização dos jogos, brinquedos e demais equipamentos e materiais didáticos pedagógicos.

III. Não comer ou beber no recinto.

IV. Não expor materiais em paredes sem a devida autorização.

V. Substituir o jogo/material que por ventura seja extraviado estando em sua responsabilidade por outro do mesmo valor.

VI. Não guardar materiais pessoais junto aos materiais do Laboratório.

VII. Devolver o que pegou emprestado.

VIII. Não entrar no laboratório portando bolsas/mochilas ou similares.

IX. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

CAPÍTULO V DOS DIREITOS E DEVERES DO COORDENADOR DO LABORATÓRIO

Art 10. É da competência do coordenador a aquisição e reposição de novos materiais para o Laboratório com anuência do colegiado do Curso.

Art. 11. Compete ao coordenador do Laboratório e o Monitor:

- I. Organizar o planejamento e calendário das atividades do laboratório;
- II. Coordenar a realização das atividades planejadas;
- III. Fazer a organização, verificação e contagem dos materiais do laboratório;
- IV. Orientar os usuários para a utilização dos materiais;
- V. Manter em ordem o laboratório;
- VI. Recolocar os materiais em seus devidos lugares após as práticas;
- VII. Verificar e solicitar aos professores e coordenadores de projetos os materiais para reposição quando estes não devolverem no prazo.
- VIII. Zelar pela ordem e manutenção do laboratório;
- IX. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

CAPÍTULO VI DOS DEVERES DOS PROFESSORES

Art 12. Os docentes deverão fornecer orientações aos discentes para que possam utilizar adequadamente os materiais em aulas práticas ou em projetos que estejam em sua responsabilidade.

- I. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

CAPÍTULO VII DOS DEVERES DO MONITOR BOLSISTA

Art 13. O Monitor deverá agendar horários de estudo para os alunos sempre sob sua supervisão.

Art 14. O coordenador do laboratório é responsável pelo Monitor em suas atividades no laboratório.

Art 15. Compete ainda ao Monitor:

- I. Divulgar horários de atendimento no laboratório e as atividades em execução;
- II. Acompanhar os docentes e discentes em aulas práticas;
- III. Zelar pela ordem e manutenção do laboratório;
- IV. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

CAPÍTULO VIII DO EMPRÉSTIMO DE MATERIAS

Art 16. A Instituição disponibilizará os materiais didáticos existentes no Laboratório para que os alunos possam enriquecer sua prática pedagógica e as aulas, durante os estágios nas escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental e em projetos pedagógicos e de extensão; entretanto, o empréstimo deve ser requerido mediante apresentação de comprovação de matrícula e com antecedência de 24h para recebimento e com devolução de no máximo 48h após saída.

Art 17. No ato do empréstimo, o aluno deverá preencher ficha de empréstimo destacando a data de devolução do material.

- I - verificar se o equipamento apresenta as condições necessárias para uso;

- II- reportar qualquer problema ao responsável, caso constate alguma irregularidade e;
- III- no caso de não observância do inciso anterior, haverá responsabilização pela utilização que será do próprio aluno.

Art 18. O empréstimo de materiais, jogos, livros ou demais equipamentos para uso no próprio Campus, por parte de alunos, poderá ser concedido mediante solicitação do professor da disciplina em que serão utilizados, feita com antecedência, à equipe responsável pelo laboratório, preenchendo o requerimento padrão.

Parágrafo Único. O empréstimo de jogos e materiais didáticos e outros equipamentos a outras entidades será autorizado pelo Coordenador do Laboratório em consonância com o Departamento de Ciências da Educação – DECED/UNIR campus de Ariquemes, conforme Arts 16 e 17.

Art 19. Incorrerá em sanções decorrentes do não cumprimento dos deveres dos usuários aplicáveis pela Instituição:

- I. O usuário que retirar material do Laboratório de forma irregular;
- II. Cometer faltas consideradas graves.

Art. 20. Não será permitido que crianças sem acompanhamento do Coordenador(a) ou do Monitor(a) responsável use os recursos do Laboratório que são exclusivos para enriquecimento das práticas pedagógicas, sejam dos alunos em formação inicial ou de professores em formação continuada.

TÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art 21. Os casos omissos neste Regulamento devem ser resolvidos pelo coordenador do Laboratório juntamente com o Chefe do Departamento de Ciências da Educação-DECED/UNIR/campus de Ariquemes. Em caso de discordância será ouvido o Colegiado do Curso e as demais partes envolvidas.

Art. 22 Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho do Curso de Pedagogia e pelo Conselho da Universidade Federal de Rondônia UNIR/Campus de Ariquemes.

Ariquemes, 08 de novembro de 2015.

Profª M.e Maria Auxiliadora Máximo
Responsável pela organização, adaptação
e elaboração deste Regimento

**APÊNDICE E – Regulamento da Brinquedoteca Curso de Licenciatura em
Pedagogia do Campus de Ariquemes**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**REGULAMENTO DA BRINQUEDOTECA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA- UNIR/CAMPUS DE ARIQUEMES
(Instituída a partir do Ato Decisório 414/CGR/CONSEA, de 26 de abril de 2017)**

Ariquemes
2016

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	03
2. OPERACIONALIZAÇÃO.....	06
2.1 ATENDIMENTO SOCIAL.....	07
2.2 DOS OBJETIVOS DA BRINQUEDOTECA.....	07
2.3 LABORATÓRIO DO CURSO DE PEDAGOGIA.....	08
2.4 DOS RECURSOS HUMANOS.....	08
2.4 DAS RESPONSABILIDADES DO DOCENTE RESPONSÁVEL PELA BRINQUEDOTECA E DA BRINQUEDISTA.....	08
2.5 DAS REGRAS DA BRINQUEDOTECA.....	09
3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	10

1 – APRESENTAÇÃO

Educar crianças por meio da brincadeira é um assunto que tem conquistado cada vez mais espaço em nossa sociedade. As atividades lúdicas têm contribuído para com o aprendizado e o desenvolvimento das crianças, com notória diferença para aquelas que têm maior contato com tais atividades em seu ambiente educativo.

O que pode ser considerado como lúdico? A palavra *lúdico*, segundo a etimologia, vem de *ludus* e está relacionada ao drama, teatro e significa brincar, jogar. De acordo com Senett (1998, p. 392), “as crianças que jogam aprendem que o relacionamento de estarem juntas depende da elaboração conjunta das regras”. Para Oliveira (2011), o lúdico, nos espaços sociais, pode gerar a construção de relações sociais mais solidárias e coletivas, onde competição e cooperação estejam em equilíbrio constante.

Mas, do ponto de vista da infância, quais seriam as brincadeiras indicadas ao aprendizado? Os jogos, os brinquedos e as brincadeiras individuais ou coletivas estão incluídas no campo do desenvolvimento infantil. Neste sentido, aquele que se diverte jogando ou brincando está em plena atividade lúdica e em total desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, psicomotoras, afetivas e sociais.

Socialmente as atividades lúdicas fazem parte da vida do ser humano e, principalmente, da criança, para ela, o brincar se configura como essência da vivência infantil, das experiências que fixam o aprendizado. Filosoficamente, associando a brincadeira à infância e ao aprendizado e desenvolvimento que segundo Kohan (2005) é possível buscar uma compreensão em Platão nas 04 (quatro) Marcas por ele estabelecidas para esta condição de vida. A saber: a) primeira: Marca da Possibilidade; b) segunda: Marca da Inferioridade; c) terceira: Marca do Outro Desprezado e; d) quarta: Marca do Uso Político.

Pela primeira Marca platônica torna-se possível entender que o aprendizado cabível ao Ser Infantil está permeado de atividades, estando o lúdico neste campo de ação proposta que o tornará favorável ou não ao desenvolvimento das crianças e que o contato destas à estes recursos implicará diretamente à esta condição e fixação de saberes.

Ao se pensar nesta Marca há que refletir, pois, pode ser que a criança aprenda, mas também pode ser que não, na medida das expectativas do adulto. Há que considerar as possibilidades do aprendizado de cada criança, visto que existem

limitações individuais e que, nestes casos, tanto na brinquedoteca como em outros ambientes educativos, um planejamento direcionado com objetivos claros será necessário.

A segunda Marca posta por Platão coloca o Ser Infantil como inferior em relação ao adulto desmerecendo, deste modo, sua tomada de decisões. Neste sentido, entende-se que esta inferioridade prescreve o cuidado e atenção adultocêntrica para com a criança, o que se pode refletir sobre o olhar do adulto acerca do desenvolvimento infantil e por quais meios seria possível alcançá-lo.

A terceira Marca do Outro desprezado reflete sobre os costumes sociais que ainda persistem em muitos lugares e situações e que, nas últimas décadas, têm-se travado batalhas para a desmistificação desta cultura e de que é possível aprender brincando. Muitas crianças foram alijadas do aprendizado e desenvolvimento por meio da brincadeira, sendo impostas a elas um alto índice de cobranças, responsabilidades que fogem da sua capacidade de percepção e ação. Com efeito, tal desprezo se coloca à criança como quando subtrai da mesma o Direito por ela adquirido de aprender brincando.

O Ser infantil aparece na quarta Marca de Platão para a infância, como Uso Político numa alusão à utilização desta condição de vida como possibilidade de garantir privilégios utilizando das crianças como ponte e veículo para aquisições que nem sempre as favorecerá como deveria.

Dada sua importância no desenvolvimento infantil, muitos teóricos se debruçaram sobre a importância da brincadeira. Dentre estes, destaca-se a contribuição dada por Lev S. Vygotsky, no campo da Psicologia e da Educação Infantil. Este autor buscou compreender o desenvolvimento humano e dos processos psicológicos a partir da história da espécie humana, tomando por base a condição de sujeito individual e a história social e coletiva vivida pelo mesmo, sua cultura.

Compreendendo o ser humano como inerentemente social, Vygotsky constituiu toda uma teoria interessada na forma como o social e o individual se articulam para configurar o desenvolvimento humano e os processos de aprendizagem. Nesse cenário, o brinquedo tem como função auxiliar na estruturação do funcionamento psíquico da criança, especialmente aqueles relacionados a função simbólica.

O brinquedo facilita o processo de passagem da ação concreta para a imaginação. São construídos e passam a ganhar importância para criança quando suas necessidades imediatas começam a dar lugar para necessidades não realizáveis de imediato: como forma de solucionar essa tensão, a criança utiliza-se da imaginação e dos jogos para realizar aquilo que não consegue imediatamente. A imaginação, entretanto, deriva da ação, daquilo que a criança vivencia em suas relações sociais.

Está, portanto, diretamente ligada a cultura e a história do grupo social a que pertence aquela criança. O brinquedo e a brincadeira construída são, portanto, ferramentas mediadoras socialmente construídas, que carregam regras e normas da sociedade.

A criação de uma situação imaginária não é algo fortuito na vida da criança; pelo contrário, é a primeira manifestação da emancipação da criança em relação às restrições situacionais. O primeiro paradoxo contido no brinquedo é que a criança opera com um significado alienado numa situação real. O segundo é que, no brinquedo, a criança segue o caminho do menor esforço – ela faz o que mais gosta de fazer, porque o brinquedo está unido ao prazer – e ao mesmo tempo, aprende a seguir os caminhos mais difíceis, subordinando-se a regras e, por conseguinte renunciando ao que ela quer, uma vez que a sujeição a regras e a renúncia a ação impulsiva constitui o caminho para o prazer do brinquedo. (VYGOTSKY, 1998, p. 130)

Dessa maneira, ao brincar – prazerosamente – a criança aprende aquilo que, fora da brincadeira seria muito difícil, uma vez que teria que se submeter a uma série de regras e procedimentos. Do ponto de vista do processo de aprendizagem, ela alcançaria, a partir do brinquedo, aquilo que o autor denominou de zona de desenvolvimento proximal, ao ponto onde é capaz de realizar ações que não seria capaz anteriormente.

Esta zona refere-se ao processo de amadurecimento das funções psicológicas da criança e a partir dela, o autor afirma que aquilo que a criança é capaz de fazer com ajuda de alguém, conseguirá fazer sozinha posteriormente. Ao brincar, a criança se permite ir além do habitual, desafiando-se e despertando aprendizagens importantes.

Se, através deste autor, é possível afirmar a relevância da brincadeira para a Educação Infantil, também do ponto de vista pedagógico as brincadeiras surgem como imprescindíveis no ambiente escolar. No *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*, de 1998, o brincar aparece com o um dos princípios

fundamentais, direito conquistado como forma de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil.

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais (MEC, 1998, p.22).

A brincadeira permite às crianças a ampliação das mudanças necessárias para o seu desenvolvimento e tomada de consciência. Possibilita ações na esfera imaginativa, no planejamento da vida real, nas suas motivações intrínsecas e na interação com o outro e com a cultura. Fica, dessa forma, evidente a necessidade de compreensão dos professores da importância da dimensão lúdica no desenvolvimento infantil.

Sem isso, a prática educativa pode se caracterizar equívoca e mecanicamente. Um professor ou uma professora atentos ao valor da brincadeira conseguirá compreender melhor sua práxis educativa de forma mais crítica e consciente e, assim, mediar melhor a relação entre aprendizagem e desenvolvimento.

O lúdico se expandiu de tal forma que se tornou necessário criar espaços específicos destinados a vivências lúdicas, que se chamam brinquedotecas. Elas surgiram em diferentes contextos: escolas, universidades, hospitais, clínicas, etc. Existem até mesmo brinquedotecas ambulantes por todo o país. E isso se justifica pelo fato das pessoas estarem despertando a consciência sobre a importância de um espaço lúdico.

O espaço da brinquedoteca tem como objetivo promover o desenvolvimento da inteligência, criatividade, sociabilidade não só das crianças, como também dos adultos formandos. Trata-se de desvincular o lúdico da infância, pois jogos e brinquedos não são privilégios somente das crianças, embora o brinquedo seja considerado a essência da infância. Para Santos (2000), é preciso pensar na Brinquedoteca como um espaço que contemple todas as etapas do desenvolvimento humano.

No Brasil, a Brinquedoteca surgiu, na década de 1980, como um espaço específico para a ludicidade, para o prazer, para o autoconhecimento, para a afetividade, para a empatia, para a arte do relacionamento, da cooperação, da autonomia, da comunicação, da imaginação, da sensibilidade e das vivências corporais.

Na Universidade Federal de Rondônia – Campus de Ariquemes, o espaço lúdico foi projetado desde o início das atividades, porém sua efetivação se deu em 2016, pela coordenação do Curso de Pedagogia com apoio do colegiado.

2 – OPERACIONALIZAÇÃO

A Brinquedoteca do UNIR/campus de Ariquemes é um espaço lúdico específico dos discentes e dos docentes do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Além disso, disponibiliza seu espaço à comunidade local com capacidade para atender até 10 crianças por turno.

2.1 Atendimento Social

Existe na Brinquedoteca da UNIR/campus de Ariquemes um planejamento anual de atividades que possibilita a construção do conhecimento em diversos contextos: socialização, autonomia e identidade, arte e movimento, música, lúdico (jogos, brinquedos e brincadeiras), literatura infantil, cultura, meio ambiente, higiene, prevenção de acidentes, conforme BRASIL (1998) os eixos temáticos estabelecidos no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

O atendimento de crianças não excede o número de 10 pessoas, e a visita acontece uma vez por semana, com planejamento específico das atividades que envolvem momentos de integração social (dinâmicas), brincar livre, música e dança, hora do conto, faz-de-conta, fantoches, jogos e brincadeiras dirigidas, projetos didáticos.

Os horários de visita à Brinquedoteca são estipulados pela Coordenação Pedagógica das instituições parceiras.

2.2 Dos objetivos da brinquedoteca

São objetivos da Brinquedoteca da UNIR/campus de Ariquemes:

- Propiciar um espaço para que professores e alunos do curso de Pedagogia possam realizar práticas interdisciplinares e dedicar-se à exploração do brinquedo tendo como foco o desenvolvimento infantil.
- Possibilitar que as crianças de algumas creches e escolas brinquem, realizem atividades lúdicas, desenvolvam a expressão artística, transformem-se e descubram novos significados lúdicos, além de propiciar a interação e a troca entre adultos e crianças.
- Contribuir para a conceituação de jogo, brinquedo e brincadeira e sua importância na educação;
- Formar profissionais que valorizem o lúdico;
- Desenvolver pesquisas que apontem a relevância dos jogos, brinquedos e brincadeiras para a educação;
- Oferecer informações, organizar cursos e divulgar experiências;
- Estimular ações lúdicas entre os docentes e os alunos do curso no que tange à construção do conhecimento em matemática, alfabetização, metodologias do ensino, arte, literatura, etc.

A Universidade Federal de Rondônia – UNIR, ao implantar a brinquedoteca, privilegia os alunos com um espaço de observação da criança e de desenvolvimento de atividades que contribuam para o aperfeiçoamento profissional e com a possibilidade de estreitar a relação com a Comunidade.

2.3 Laboratório do Curso de Pedagogia

Os alunos e os professores têm com esse espaço a oportunidade de trabalhar na prática vários conceitos, pesquisas, projetos e atividades que envolvem não só a área do conhecimento voltada para o brincar como poderão contemplar as demais disciplinas do curso, como, por exemplo, matemática, alfabetização, ciências, desenvolvimento motor, artes, entre outras.

A brinquedoteca é um núcleo de apoio pedagógico do Curso de Pedagogia, no qual os alunos podem pensar, discutir, analisar, e investigar o valor do brinquedo e das brincadeiras no desenvolvimento da criança.

2.3 Dos recursos humanos

A Brinquedoteca da UNIR/campus de Ariquemes conta com:

- Um docente do Curso de Pedagogia que é responsável pela coordenação do espaço;
- Um Monitor-discente do curso de Pedagogia que realiza o papel de brinquedista do espaço.

2.4 Das responsabilidades do docente responsável pela Brinquedoteca e da(o) brinquedista

- a) Zelar pelo espaço, pelos materiais e pelos jogos e brinquedos;
 - b) Cuidar do ambiente de forma criativa e construtiva;
 - c) Organizar e classificar os jogos e brinquedos;
 - d) Organizar os arquivos e registros da Brinquedoteca;
 - e) Catalogar os materiais existentes na Brinquedoteca;
 - f) Zelar pela limpeza e assepsia dos jogos e brinquedos;
 - g) Incentivar sempre o brincar e a construção do conhecimento;
 - h) Realizar planejamento das atividades semestrais (geral) e semanais (específicos);
 - i) Documentar por meio de relatórios as atividades desenvolvidas no espaço;
 - j) Promover oficinas para construção de brinquedos envolvendo não somente alunos(as) do Curso de Pedagogia, como também as creches e pré-escolas;
 - k) Possibilitar encontros para discussão sobre o brincar como forma de capacitação continuada.
- l) Cumprir e fazer cumprir as regras e normas de funcionamento do espaço.

2.5 Das regras da Brinquedoteca

Conforme Vinha (2000), para se viver em sociedade é necessário haver limites. No dia-a-dia, é impossível que a criança tenha liberdade total, ilimitada. É fundamental que as crianças saibam o que pode e o que não pode ser feito. Agora, é importante interpretar com um sentido positivo as diferentes formas de situar o indivíduo em suas relações sociais, auxiliando-o na tomada de consciência acerca da posição em que ocupada na família, na escola, na sociedade.

Os limites devem ser colocados de forma clara e devem sustentar-se em explicações e não apenas na autoridade de quem os coloca. As regras são acordos elaborados pelos integrantes do grupo que beneficiam a todos, ordenando as relações.

Esses acordos não são rígidos, estáticos ou preestabelecidos, nem privilegiam alguns em detrimento de outros. Com o passar do tempo, se for constatado que algumas regras não estão “dando certo”, ou quando uma das partes

sente-se prejudicada, o acordo anterior é novamente analisado, revisto e, se necessário, é reelaborado (ou combina-se outros).

Essa flexibilidade e a adequação às necessidades particulares de cada grupo; a participação ativa dos integrantes na elaboração das regras; a regularidade; e o seu comprimento por parte de todos que o integram, são alguns dos princípios que regem as regras.

O professor precisa compreender que as regras devem auxiliar na construção de um lugar feliz, portanto, não deve elaborar normas desnecessárias (supérfluas) e descabidas. Segundo Vinha (2000) é necessário questionar-se também sobre as coerências das normas, se elas são justas e necessárias, se podem ser negociadas, se foram elaboradas de forma democrática, se fundamentam-se em princípios, e se respeitam as características do desenvolvimento infantil.

Diante do exposto, traçamos algumas regras para a Brinquedoteca da UNIR/campus de Ariquemes para as crianças visitantes:

1. Respeitar uns aos outros;
2. Saber ouvir quando a professora, a brinquedista ou algum amigo estiver falando ou lendo;
3. Se organizar na hora de falar, levantando a mão por exemplo;
4. Manter as estantes dos jogos e brinquedos organizadas;
5. Conservar os jogos e brinquedos;
6. Andar devagar pelo ambiente da Brinquedoteca;
7. Jogar lixo no lixo;
8. Falar baixo uns com os outros, evitando gritos;
9. Resolver os problemas conversando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DODGE, Janine; CARNEIRO, Maria Ângela Barbato. **A descoberta do brincar**. São Paulo: Melhoramentos, 2007.

BRASIL, MEC, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC, 1998.

KOHAN, Walter. O. (Org.). **Lugares da Infância: filosofia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____. **Infância: entre educação e filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **Infância, estrangeiridade e ignorância: ensaios de Filosofia e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

OLIVEIRA, Paulo de Salles (Org.). **O lúdico na cultura solidária**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

SANTOS, Santa Marli Pires dos (Org.). **Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. **Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. As tiranias da intimidade. 4ª Ed. Trad. L. A. Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VINHA, Telma Pileggi. **O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista**. São Paulo: Fapesp; São Paulo: Mercado de Letras, 2000.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO

RESOLUÇÃO Nº 84, DE 04 DE JULHO DE 2019

Convalidação de disciplinas - PPC de
Física - Campus de Ji-Paraná

O Conselho Superior Acadêmico - CONSEA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1º, inciso VII do Regimento Interno e considerando:

- Parecer nº 46/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR, do conselheiro Jorge Arturo Villena Medrano (documento 0142243);
- Decisão da Câmara de Graduação de 06-06-2019 (documento 0153064);
- Homologação da Presidência dos Conselhos Superiores (documento 0055861);
- Deliberação na 100ª sessão Plenária em 25-06-2019.

RESOLVE:

Art. 1º As disciplinas do curso de Bacharelado em Física do campus de Ji-Paraná cursadas até esta data como pertencentes ao Projeto Pedagógico aprovado pela Resolução 330/CONSEA cuja nomenclatura e código se referem à grade curricular do Projeto Pedagógico de 2008, bem como os procedimentos acadêmicos correlatos para sua efetivação ficam convalidados.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselheiro Ari Miguel Teixeira Ott

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT, Presidente**, em 05/07/2019, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0172502** e o código CRC **528EE8BF**.



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO

RESOLUÇÃO Nº 85, DE 04 DE JULHO DE 2019

Convalidação de disciplinas - PPC de
Matemática- Campus de Ji- Paraná

O Conselho Superior Acadêmico - CONSEA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 1º, inciso VII do Regimento Interno e considerando:

- Parecer nº 40/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR, do conselheiro Cleberon Eller Loose;
- Decisão da Câmara de Graduação de 06-06-2019;
- Homologação da Presidência dos Conselhos Superiores (documento 0055861);
- Deliberação na 100ª sessão Plenária em 25-06-2019.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar grade de equivalência de disciplinas do curso de Licenciatura em Matemática ofertado pelo Departamento de Matemática e Estatística (DME) no *Campus* de Ji-Paraná nos termos do documento de nº 0172527.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselheiro Ari Miguel Teixeira Ott

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT, Presidente**, em 05/07/2019, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0172512** e o código CRC **4BC91E11**.

Referência: Processo nº 99955899.000003/2018-92

SEI nº 0172512

Relação de equivalência entre matrizes curriculares do curso de Licenciatura em Matemática

O Curso de Licenciatura em Matemática ofertado no Departamento de Matemática e Estatística (DME), *Campus* de Ji-Paraná, teve seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) reformulado em 2017, conforme consta na Resolução nº 491/CONSEA de 14 de junho de 2017. Sendo assim, a primeira turma a ingressar no curso com o novo PPC é a de 2017/2.

Desse modo, considerando que, atualmente, tem-se turmas que ingressaram no curso de Licenciatura em Matemática com o PPC de 2006, faz-se necessário esclarecer que as disciplinas dessa matriz curricular serão extintas de forma paulatina na medida em que os estudantes, das turmas que ingressaram com o PPC de 2006, forem concluindo. Isso implicará na oferta exclusiva de disciplinas do PPC de 2017.

No entanto, os acadêmicos que ingressaram no curso de Licenciatura em Matemática antes da aprovação do PPC de 2017 poderão solicitar a equivalência de disciplinas, sendo que para efeito de equivalência, uma disciplina ou um conjunto de disciplinas e/ou atividades complementares deve ser similar e ter carga horária igual ou maior do que aquela com a qual estiver sendo comparada.

A solicitação de análise de equivalência de disciplina e de autorização para cursar a disciplina deve seguir os procedimentos preconizados no Art. 10 da Resolução nº 472/CONSEA, de 07 de abril de 2017. A relação de equivalência entre as matrizes curriculares de 2006 e de 2017 deverá obedecer ao que foi estabelecido no Quadro 1 abaixo. A análise de equivalência foi realizada levando em conta a compatibilidade da carga horária, ementas e tópicos de conteúdos das ementas.

Quadro 1 – Relação de equivalência de disciplinas obrigatórias entre a matrizes curriculares de 2006 e 2017 do curso de Licenciatura em Matemática

Disciplinas da matriz curricular do PPC de 2006	Carga horária	Disciplinas da matriz curricular do PPC de 2017	Carga horária	Observações
Álgebra I	80	Estruturas Algébricas I	80	Disciplina equivalente
Álgebra Linear	120	Álgebra Linear	80	Necessitará de complementação da carga horária de 40 horas.
Análise Real	80	Análise Real I	80	Disciplina equivalente
Atividades	120	Atividades teórico-práticas	120	Disciplina equivalente

complementares		de aprofundamento		
Cálculo de Função de Várias Variáveis	80	Cálculo III	120	Disciplina equivalente
Cálculo Diferencial	120	Cálculo I	120	Disciplina equivalente
Cálculo Integral	80	Cálculo II	80	Disciplina equivalente
Cálculo Numérico	80	Cálculo Numérico	80	Disciplina equivalente
Didática Geral	40	Didática Geral	80	Disciplina equivalente
Equações Diferenciais	80	Equações Diferenciais	80	Disciplina equivalente
Estatística I	80	Estatística I	80	Disciplina equivalente
Filosofias das Ciências	40	Filosofia das Ciências	40	Disciplina equivalente
Física Básica	120	Física Básica	80	Necessitará de complementação da carga horária de 40 horas.
Geometria Analítica e Vetorial	80	Geometria Analítica e Vetorial	80	Disciplina equivalente
Geometria Espacial	80	Geometria Espacial	80	Disciplina equivalente
Geometria Plana	80	Geometria Plana	80	Disciplina equivalente
História da Matemática	80	História da Matemática	80	Disciplina equivalente
Iniciação a Modelagem Matemática	40	-----	----- --	Não há disciplina correspondente.
Legislação Educacional	40	Políticas Educacionais: Organização da Educação Brasileira	80	Disciplina equivalente
LIBRAS	80	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	80	Disciplina equivalente
Língua Portuguesa	80	----- ---	----- --	Não há disciplina correspondente.
Lógica Matemática	80	Lógica Matemática	40	Necessitará de complementação da carga horária de 40 horas.
Matemática Financeira	80	Matemática Financeira	80	Disciplina equivalente
Matemática I	120	Matemática I	120	Disciplina equivalente
Matemática II	120	Matemática II	120	Disciplina equivalente
Matemática III	120	Matemática III	120	Disciplina equivalente
Metodologia da Pesquisa Científica	80	Metodologia da Pesquisa Científica	80	Disciplina equivalente
Optativa	80	Optativa	80	Verificar as opções de disciplinas optativas com a carga horária indicada.
Prática do Ensino Fundamental	80	Metodologia e Prática do Ensino Fundamental	40	Necessitará de complementação da carga horária de 40 horas.
Prática do Ensino Médio	40	Metodologia e Prática de Matemática no Ensino Médio	40	Disciplina equivalente

Psicologia da Educação	80	Psicologia da Educação	80	Disciplina equivalente
Seminário de Matemática	40	Projeto de Pesquisa de TCC	40	Disciplina equivalente
Tecnologias Educacionais Aplicadas Ao Ensino Matemática	80	Tecnologias Educacionais aplicadas Ao Ensino de Matemática	80	Disciplina equivalente
Tópicos de Cálculo	80	Cálculo IV	80	Disciplina equivalente
Trabalho de Conclusão de Curso	40	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	40	Disciplina equivalente
Variáveis Complexas	80	Variáveis Complexas	80	Disciplina equivalente
Estágio Supervisionado do Ensino Fundamental	160	Estágio Supervisionado do Ensino Fundamental I	80	Considerando que não há correspondência na carga horária de cada estágio, os estágios curriculares supervisionados deverão ser realizados de forma integral em uma ou na outra matriz.
		Supervisionado do Ensino Fundamental II	120	
Estágio Supervisionado do Ensino Médio I	80	Estágio Supervisionado do Ensino Médio I Estágio	120	
		Supervisionado do Ensino Médio II	80	
Estágio Supervisionado do Ensino Médio II	160			

Também foi elaborada a relação de equivalência entre as disciplinas optativas que constam na matriz curricular do PPC de 2006 e na matriz curricular do PPC de 2017.

Quadro 2 – Relação de equivalência de disciplinas optativas entre as matrizes curriculares de 2006 e 2017 do curso de Licenciatura em Matemática

Matriz Curricular do Projeto de 2006	Matriz Curricular do Projeto de 2017
Geometria Diferencial	Introdução à Geometria Diferencial
Processamentos de Dados	Não há disciplina correspondente
Química I	Não há disciplina correspondente
Sistemas Dinâmicos e Caos	Não há disciplina correspondente
Não há disciplina correspondente	Análise Real II
Não há disciplina correspondente	Desenho Geométrico
Estatística II (Inferencial)	Estatística II
Álgebra II	Estruturas Algébricas II
Não há disciplina correspondente	Filosofia da Educação Moderna e Contemporânea
Não há disciplina correspondente	Geometria Não-Euclidiana
Não há disciplina correspondente	História da Educação

Matriz de Equivalência dos Projetos Pedagógicos do Curso de Licenciatura em Matemática

Matriz Curricular de Equivalência de 2006 para 2017

Não há disciplina correspondente	Informática Aplicada a Matemática
Não há disciplina correspondente	Introdução à Geometria Diferencial
Não há disciplina correspondente	Língua Portuguesa -
Não há disciplina correspondente	Modelagem Matemática
Programação Linear	Programação Linear
Não há disciplina correspondente	Química Ambiental
Sociologia	Sociologia da Educação
Teoria dos Números	Teoria dos Números (Obrigatória)
Tópicos Especiais de Educação Matemática	Tópicos de Educação Matemática (obrigatória)

Quanto às disciplinas do PPC de 2006 para as quais não há equivalentes no PPC de 2017, elas serão ofertadas pelo DME em caráter especial, conforme normas regimentais da UNIR.

No caso de solicitação de equivalência e haver a necessidade de complementação da carga horária (Álgebra Linear, Física Básica e Prática do Ensino Fundamental e Lógica Matemática) o professor que for lecionar/responsável pela disciplina elaborará um plano de adaptação curricular para que o acadêmico possa cumpri-lo, visando complementar a carga horária não contemplada. Esse plano de adaptação curricular deverá ser submetido ao CONDEP para aprovação. O referido plano deverá atender o que preconiza o Art. 116 do Regimento Geral da UNIR (2017).

Cabe destacar que a presente matriz de equivalência tem sentido unidirecional da matriz curricular do PPC de 2006 para a de 2017 do curso de Licenciatura em Matemática, o inverso não se aplica.

Por fim, caso o estudante opte pela migração da matriz de 2006 para a de 2017, o chefe do departamento solicitará que ele preencha e assine o Termo de Opção Curricular (em anexo). Com essa mudança, o acadêmico deverá cumprir e integralizar as disciplinas da Matriz Curricular de 2017 para a conclusão do curso de Licenciatura em Matemática.

Ji-Paraná, 06 de Novembro de 2018.

Marcia Rosa Uliana
(Presidente NDE Matemática)

Carlos Alberto Almendras Montero
(Membro do NDE Matemática)

Fernando Luiz Cardoso
(Membro do NDE Matemática)

Lenilson Sergio Candido
(Membro do NDE Matemática)

Eliana Alves Pereira Leite
(Membro do NDE Matemática)

TERMO DE OPÇÃO CURRICULAR

Eu, _____
_____ matriculado
no Curso de Licenciatura em Matemática da Fundação Universidade Federal de
Rondônia, *Campus* de Ji-Paraná, com o RA de nº _____ ingressante no ano
de _____ solicito a migração da Matriz Curricular do PPC de 2006 para a Matriz
Curricular 2017. Sendo assim, aceito cursar a nova Matriz Curricular que começou a ser
ofertada em 2017.2. Declaro estar ciente de que essa opção não alterará o meu tempo
máximo para a integralização curricular definido nas normas institucionais. Declaro,
ainda, estar ciente de que serão de minha responsabilidade eventuais ônus se houver
necessidade de aumento da carga horária e, conseqüentemente, de maior tempo para a
integralização curricular na nova matriz.

Ji-Paraná, ____ de _____ 2018.

(Nome)

Acadêmico do Curso de Licenciatura em Matemática



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO

RESOLUÇÃO Nº 87, DE 04 DE JULHO DE 2019

Regimento do Departamento Acadêmico
do Curso de Ciências Contábeis - DACC,
do Campus Professor Francisco Gonçalves
Quiles - Campus de Cacoal.

O Conselho Superior Acadêmico - CONSEA, no uso das atribuições e considerando:

- Parecer nº 47/2019/CAMGR/CONSEA/CONSUN/SECONS/REI/UNIR, do relator Aldrin de Souza Pinheiro;
- Decisão da Câmara de Graduação, de 06-06-2019;
- Homologação contida no documento;
- Deliberação na 100ª sessão Plenária em 25-06-2019;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento do Departamento Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - DACC, do Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles - Campus de Cacoal, nos termos do documento de nº 0171975.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se disposições contrárias.

Conselheiro Ari Miguel Teixeira Ott

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **ARI MIGUEL TEIXEIRA OTT, Presidente**, em 05/07/2019, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unir.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0172818** e o código CRC **609AFA6C**.



CAPÍTULO I

Das disposições iniciais

Art. 1º. O presente Regimento disciplina os aspectos de organização e funcionamento do Departamento Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - DACC, do Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, Cacoal.

Art. 2º. O Curso de Ciências Contábeis, do Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, Cacoal, congrega os docentes, discentes e técnicos.

§ 1º. Os docentes, segundo suas especialidades, são responsáveis dentro da própria área de conhecimento, pelas atividades acadêmicas de graduação e pós graduação, pesquisa e extensão na área das Ciências Contábeis.

§ 2º. Os técnicos administrativos lotados neste departamento de curso são responsáveis pelas atividades operacionais e de apoio à chefia de departamento.

Art. 3º. O Departamento Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - DACC rege-se e organiza-se pela observância ao Estatuto da UNIR, Regimento Geral da UNIR, Regimento Interno dos *Campi* e a legislação em vigor.

CAPÍTULO II

Da administração, constituição e chefia

SEÇÃO I

Da administração

Art. 4º. O Departamento Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - DACC é administrado:

a) em nível executivo, pelo chefe do Departamento ou em sua falta ou impedimento, pelo vice chefe do Departamento;

b) em nível consultivo pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE; e

c) em nível deliberativo e consultivo, pelo Conselho do Departamento Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - CONDEPCC, do *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles.



SEÇÃO II

Da constituição

Art. 5º. O Conselho do Departamento Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - CONDECC, é constituído por:

- a) todos os docentes lotados no Departamento, sejam eles efetivos, substitutos e/ou temporários;
- b) 1 (um) representante discente do curso regular de graduação oferecido pelo Departamento; eleito entre seus pares para mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução;
- c) 1 (um) representante discente dos cursos de pós graduação oferecidos pelo Departamento, eleito entre seus pares para mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução;
- d) 1 (um) servidor técnico lotado e/ou vinculado ao Departamento.

Parágrafo único. A eleição do representante discente será conduzida pelo Centro Acadêmico do respectivo curso, de graduação ou pós graduação.

SEÇÃO III

Da eleição da chefia

Art. 6º. Só poderão ser candidatos à Chefia do Departamento docentes, efetivos, pertencentes à carreira de Magistério Superior e em regime de dedicação exclusiva, independentemente da titulação, do nível ou da classe do cargo ocupado.

Art. 7º. O Departamento terá um vice chefe para substituir o chefe em suas faltas, impedimentos ou vacância, eleito pelo Conselho do Departamento.

Art. 8º. O chefe do Departamento e o vice chefe serão eleitos por 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos votos de no mínimo 2/3 (dois terços) dos membros do CONDEPCC, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 1º Não ocorrendo o previsto no *caput* deste artigo, haverá nova reunião para esse fim em uma semana.

§ 2º Em persistindo a não ocorrência do previsto no *caput* deste artigo na segunda reunião, haverá segundo turno, na mesma reunião, entre os dois candidatos mais votados, sendo eleito aquele que obtiver maioria simples.

§ 3º A eleição do chefe do departamento será precedida de consulta à comunidade acadêmica vinculada aos cursos do departamento, obedecendo-se o que dispõe a Resolução nº 015/CONSAD, de 25 de Abril de 2001.



CAPÍTULO III

Das competências

SEÇÃO I

Do Conselho do Departamento

Art. 9º. Ao Conselho do Departamento Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis - CONDEPCC, nos termos do Regimento Geral da Fundação Universidade Federal de Rondônia, compete:

I - deliberar sobre as propostas de políticas e diretrizes do Departamento, em consonância com as políticas e orientações dos conselhos superiores;

II - deliberar sobre propostas de desenvolvimento didático, científico e administrativo dos docentes lotados no Departamento;

III - deliberar sobre atribuições de encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal docente e técnico-administrativo lotado no Departamento;

IV - deliberar, em seu nível, sobre questões referentes à vida funcional dos docentes;

V - declarar vago o cargo de Chefe de Departamento;

VI - deliberar sobre propostas e normas relativas à monitoria;

VII - deliberar sobre escala de férias do pessoal docente e técnico administrativo lotado no Departamento;

VIII - propor ações para a melhoria da qualidade do ensino;

IX - estabelecer medidas de acompanhamento e avaliação de execução dos planos de trabalho do pessoal docente e técnico-administrativo;

X - emitir parecer sobre o oferecimento dos cursos de pós-graduação “lato” e “stricto sensu” encaminhando-o ao Conselho do Campus;

XI - deliberar sobre a compatibilização dos programas, cargas horárias e planos de ensino das disciplinas da estrutura curricular dos cursos a ele vinculados com o perfil do profissional objetivado pelo curso;

XII - deliberar sobre mudanças nas políticas do Departamento;



REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS - DACC, DO CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES (CACOAL)

XIII - propor sistemas de seleção e avaliação de discentes e de acompanhamento do desempenho profissional dos docentes;

XIV - acompanhar a vida acadêmica dos discentes, especialmente no que se refere à integralização de currículos;

XV - promover programas de orientação dos candidatos ao processo seletivo no que se refere ao campo profissional do curso;

XVI - deliberar quanto aos aspectos da vida acadêmica do discente;

XVII - acompanhar a execução do currículo quanto a diretrizes e objetivos do curso, avaliando, controlando e verificando as relações entre as diversas disciplinas e propondo as medidas cabíveis;

XVIII - analisar e avaliar os resultados obtidos pela estrutura curricular definidora do perfil profissional;

XIX - acompanhar a execução das normas e procedimentos referentes ao aproveitamento de estudos;

XX - organizar e elaborar a programação acadêmica do Calendário Acadêmico específico e do horário das aulas;

XXI - deliberar sobre solicitação de vaga e aproveitamento de disciplinas oriundas de outras instituições;

XXII - deliberar sobre recursos e representações de discentes, em matéria didática e disciplinar;

XXIII - propor ao Campus os currículos dos cursos a ele vinculados, bem como as alterações curriculares;

XXIV - iniciar e instruir processo de destituição de coordenador de curso de pós graduação ou de projeto especial e encaminhar ao Conselho de Campus para deliberação;

XXV - declarar vago o cargo de Coordenador de Pós-Graduação e de Coordenador de Projeto Especial;

XXVI - desenvolver outras atribuições previstas na legislação vigente.

Parágrafo único. Das decisões do Conselho do Departamento Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis de Cacoal cabe recurso ao Conselho do Campus.



SEÇÃO II

Da chefia

Art. 10. Ao chefe e ao vice chefe do Departamento compete:

I - cumprir e fazer cumprir as deliberações do CONDEPCC;

II - convocar, estabelecer pauta, presidir e providenciar os registros das reuniões do CONDEPCC;

III - elaborar e submeter ao CONDEPCC o Plano de Ação do Departamento;

IV - decidir, nos casos de urgência, "ad referendum" do CONDEPCC, devendo submeter sua decisão à apreciação deste, em reunião extraordinária realizada no prazo máximo de setenta e duas horas;

V - fazer cumprir os Planos de Atividades dos docentes e técnicos lotados no Departamento;

VI - designar banca de revisão de prova dos discentes quando solicitado pelo CONDEPCC;

VII - propor ao CONDEPCC normas e critérios para monitoria;

VIII - executar ações com vistas à melhoria da qualidade do ensino;

IX - acompanhar e controlar a frequência e o aproveitamento dos docentes em cursos de pós graduação;

X - coordenar os cursos de graduação e pós graduação sendo-lhe facultado o direito de indicar assessores para tal função;

XI - desenvolver outras atribuições que lhe couberem por força da legislação vigente;

XII - manter controle didático pedagógico das disciplinas do curso, respeitando os objetivos explícitos nas propostas pedagógicas do Departamento e da UNIR;

XIII - orientar os discentes quanto aos aspectos de sua vida acadêmica;

XIV - solicitar à Direção do Campus, assessoramento didático pedagógico;

Art. 11. Na falta ou impedimento do chefe e o vice chefe, a presidência do Conselho do Departamento será assumida pelo docente efetivo mais antigo no que tange à lotação no Departamento.



REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS - DACC, DO CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES (CACOAL)

§ 1º O presidente em exercício tem direito ao voto de qualidade, ou seja, o voto de desempate.

§ 2º Dos atos do Chefe de Departamento cabe recurso ao CONDEP.

SEÇÃO III

Dos Representantes Discentes

Art. 12. O mandato dos Representantes Discentes será de 01 (um) ano, permitida uma recondução.

Art. 13. Compete aos Representantes Discentes:

- I - Transmitir aos seus representados os resultados das deliberações do Conselho;
- II - propor ao Departamento a discussão de assuntos de interesse acadêmico.

CAPÍTULO IV

Das reuniões

SEÇÃO I

Dos procedimentos das reuniões

Art. 14. O Conselho do Departamento terá 01 (uma) reunião ordinária mensal para deliberação de assuntos acadêmicos.

Art. 15. O calendário semestral de reuniões ordinárias será definido pelo CONDEPCC e disponibilizado a todos os membros no início do semestre letivo especificando data, horário e local das referidas reuniões.

§ 1º No ato da publicação do calendário semestral das reuniões ordinárias, pela chefia do departamento, a convocação dos membros do CONDEPCC se dará por realizada.

§ 2º A pauta de cada reunião ordinária deverá ser encaminhada aos membros do CONDEPCC com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º A reunião ordinária poderá ser postergada em até uma semana, quando houver motivo de força maior que a impeça de ser realizada na data prevista no calendário acadêmico do *campus*.

§ 4º O chefe do Departamento, justificando o impedimento, marcará nova data.



REGIMENTO INTERNO DO DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS - DACC, DO CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES (CACOAL)

Art. 16. A reunião ordinária deverá ocorrer nos turnos de funcionamento do curso e terá duração máxima de 2 (duas) horas, podendo estender-se por mais 01 (uma) hora, seguindo 03 (três) etapas distintas:

- I - Comunicações gerais;
- II - Discussão da pauta da reunião propriamente dita;
- III - Outros.

Art. 17. Iniciada a sessão, deverá ser observada a tolerância de 15 (quinze) minutos para os retardatários.

Parágrafo único: Finda a tolerância, os retardatários terão assento e voz, mas não terão direito a voto.

Art. 18. Caberá ao chefe do Departamento convocar reunião extraordinária com pauta única, sempre que houver necessidade.

Art. 19. A reunião extraordinária também poderá ser convocada:

I - Mediante requerimento assinado por um mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros do conselho;

II - Mediante requerimento de membro que necessite de aprovação do Conselho do Departamento sobre assunto de seu interesse, de extrema relevância, que necessite de decisão do Conselho antes da próxima reunião ordinária.

Art. 20. A duração da reunião extraordinária não poderá ultrapassar o tempo previsto para a reunião ordinária.

Parágrafo Único: Aplica-se à reunião extraordinária o previsto no artigo 17 deste regimento.

Art. 21. A convocação da reunião extraordinária deverá ser realizada com antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas, juntamente com a pauta a ser discutida.

Art. 22. Para que o Conselho delibere é necessário *quorum* de maioria simples, incluindo o presidente, exceto para tratar de alteração regimental, permanecendo a necessidade de 2/3 (dois terços) dos membros do conselho.

Parágrafo único. Para cômputo do quorum mínimo não serão contabilizados os docentes e técnicos em gozo de férias, afastados para qualificação ou por motivo de doença ou em lotação provisória em outra instituição.



SEÇÃO II

Das votações

Art. 23. As votações se farão pelo processo nominal.

Art. 24. Será admitido o voto secreto, quando solicitado por proposta de qualquer membro, com aprovação do plenário.

Art. 25. O voto do professor visitante e substituto lotado no departamento tem peso de 50% (cinquenta por cento) do voto de docente de carreira do magistério superior.

Art. 26. Durante as votações, nenhum membro poderá deixar o recinto da reunião.

Art. 27. Nenhum membro presente na reunião poderá deixar de votar, exceto nas votações abertas (voto declarado), onde será permitida a abstenção, mediante justificativa que deverá ser registrada em ata.

Art. 28. Após a votação de qualquer processo o chefe e o vice chefe do Departamento deverão encaminhá-lo ao órgão competente.

CAPÍTULO V

Dos deveres dos membros

Art. 29. O Membro do Conselho do Departamento, conforme disposto no artigo 5º deste regimento, não poderá ter mais de 03 (três) faltas consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, durante o ano letivo, salvo quando devidamente justificado ou por doença e/ou motivo de força maior devidamente comprovado.

Parágrafo Único: A justificativa da falta a que se refere o caput deste artigo será apreciada pelo CONDEPCC na mesma reunião a que se refere a justificativa.

Art. 30. Ao membro faltoso a que se refere o artigo anterior, será imposta a punição de não ter direito a voto por 03 (três) reuniões consecutivas (ordinárias e/ou extraordinárias), sem prejuízo das sanções previstas no Art. 127 da Lei nº. 8112 de 11/12/1990.

Art. 31. Os membros do conselho deverão dar parecer em processo sempre que for solicitado pelo chefe do departamento.

Parágrafo único. Não havendo prazo determinado para entrega do parecer, este será de 15 dias



úteis, prorrogáveis por 72 horas por meio de solicitação justificada do Relator.

Art. 32. Os membros do Departamento deverão estar disponíveis, nos turnos de funcionamento do curso, para fazer parte de comissões e bancas, mediante ordem de serviço do chefe do Departamento.

Parágrafo único: O chefe do Departamento terá no máximo 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento do processo, para distribuí-lo ao relator.

Art. 33. Qualquer membro do Conselho terá direito a vista de processo.

Parágrafo único. O Conselheiro que solicitar vista não poderá reter o processo por mais de 48 horas e, havendo mais de um pedido, a vista será dada de acordo com a ordem em que forem formulados os pedidos, mantido o prazo para cada um dos solicitantes.

Art. 34. Terminados todos os prazos o processo constará da pauta da reunião seguinte do Conselho do Departamento.

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

Art. 35. O Regimento Geral da Unir e o seu Estatuto regem em instância única toda a matéria não prevista no presente Regimento.

Art. 36. Os casos omissos neste Regimento não previstos no Regimento Geral da Unir ou em seu Estatuto, serão resolvidos pelo CONDEPCC.

Art. 37. Este regimento entra em vigor na data da publicação de aprovação da resolução CONSAD que o aprove.